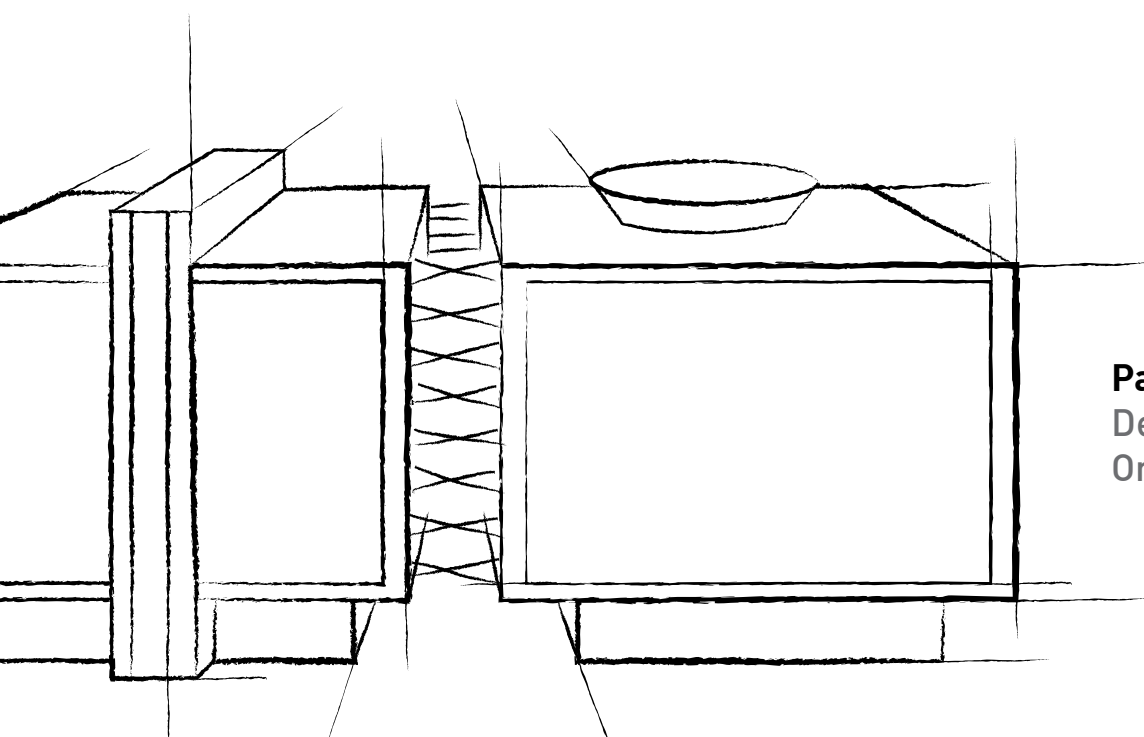




Ministério Público
do Distrito Federal
e Territórios

Gestão Compartilhada

Membros e servidores unidos na condução
do MPDFT



Parte 1
Departamento de
Orçamento e Finanças

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR DO MPDFT

Procuradora-Geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios

Procuradora de Justiça Eunice Pereira Amorim Carvalhido

Vice-Procuradora-Geral de Justiça

Procuradora de Justiça Zenaide Souto Martins

Corregedora-Geral

Procuradora de Justiça Benis Silva de Queiroz Bastos

Chefia de Gabinete

Promotor de Justiça Adjunto Albertino de Souza Pereira Netto
(*In memoriam*)

Promotora de Justiça Thaís Freire da Costa Flores

Promotor de Justiça Wagner de Castro Araújo

Diretoria-Geral

Promotor de Justiça Vetuval Martins Vasconcelos
(2010 /2013)

Promotor de Justiça Libanio Alves Rodrigues

Servidora Ana Lúcia Carrijo Ferreira

Assessoria Especial da Procuradoria-Geral de Justiça

Promotor de Justiça Vetuval Martins Vasconcelos
(2013/2014)

Assessoria de Políticas de Segurança

Promotor de Justiça Eduardo Gazzinelli Veloso

Assessoria de Políticas Institucionais

Procurador de Justiça Jair Meurer Ribeiro (2010/2011)

Promotora de Justiça Ana Luiza Lobo Leão Osório

Promotor de Justiça Dermeval Farias Gomes Filho

Assessoria Cível e de Controle de Constitucionalidade

Promotor de Justiça Andre Luiz Casal Duran (2010/2012)

Promotor de Justiça Antonio Henrique Graciano Suxberger
(2010/2012)

Promotor de Justiça Dicken William Lemes

Promotor de Justiça Rodolfo Cunha Salles

Assessoria Criminal

Promotora de Justiça Marta Alves da Silva (2010/2012)

Promotora de Justiça Marya Olímpia Ribeiro Pacheco
(2010/2012)

Promotor de Justiça Antonio Henrique Graciano Suxberger

Promotor de Justiça Renato Bianchini

Assessoria de Recursos Constitucionais

Procurador de Justiça Antônio Luiz Barbosa Alencastro
(2010/2013)

Promotor de Justiça Evandro Manoel da Silveira Gomes

Promotor de Justiça Adjunto Leonardo Carneiro Britto

Gestão Compartilhada

Parte 1 – Departamento Orçamento e Finanças

Referente ao período de agosto de 2010 a janeiro de 2014

Departamento de Orçamento e Finanças

SAS Quadra 5, Bloco H, Sala 720, Edifício do Ibama, Brasília-DF

Telefone: (61) 3315-9685 | Fax: (61) 3315-9645

E-mail: dof@mpdft.mp.br

Hilton Muniz de Almeida - Chefe

Coordenação e Produção de Texto:

Assessoria de Imprensa - PGJ

Elizângela Monteiro

Programação visual e diagramação:

Coordenadoria de Comunicação do MPDFT

Colaboração:

Bruna Falco de Sá Souza, Giulean Alves de Matos, Lílian Cursino Pessoa, Luciana Formiga Rodolfo Vasconcelos de Oliveira, Marília da Silva Ferreira

Julho de 2014. Versão digital.

© 2014 Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

É permitida a reprodução parcial ou total dessa obra, desde que citada a fonte.

No dia 30 de outubro de 2014, concluirei meu segundo mandato no cargo de Procuradora-Geral de Justiça do DF e Territórios, posição que muito me honra, notadamente por ter recebido importantes votos de confiança de meus ilustres colegas, do Excelentíssimo Senhor Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva e da Excelentíssima Senhora Presidenta da República Dilma Vana Rousseff.

Confiança que também inspira responsabilidade, pois a única forma de retribuí-la é por meio de muito trabalho, estudo e dedicação incondicional. Os mais próximos sabem o quanto isso foi levado a sério e o quanto se trabalhou nesse período!

Em toda trajetória, vivenciei uma gama de dificuldades e de conquistas que não me furto a relatar. O início, bem espinhoso, exigiu um considerável período dedicado ao estudo e à compreensão dos fatos e das iniciativas necessárias à recuperação da credibilidade que sempre marcou a Instituição. Foi um tempo dedicado ao aprendizado e, principalmente, à busca de soluções que mais tarde contribuíram para o reconhecimento da importância do papel do MPDFT – seus membros, servidores, estagiários e terceirizados – na defesa das causas da sociedade. Era preciso mostrar resultados e oferecer estrutura física e material para alcançá-los.

É claro que nem todos têm conhecimento do que se fez. Por isso, faço uma retrospectiva. Afinal, prestar contas ao término de cada mandato, além de um dever, é uma demonstração de respeito aos que em mim confiaram e confiam. Esclareço, por oportuno, que escolhi não fazê-lo em 2012 (quando concluí meu primeiro mandato), tendo por objetivo maior resguardar a lisura do processo eleitoral nas suas duas fases, por ser então candidata à recondução.

Portanto, **a partir deste mês, serão publicados relatórios de prestação de contas segmentados por área**, com os quais pretendo demonstrar tudo o que foi realizado com base no Plano de Gestão 2010-2012 e no Plano de Gestão 2012-2014. Farei uma exposição, também, das iniciativas que não estavam planejadas, das respostas que foram dadas às necessidades inesperadas e aos imprevistos comuns a qualquer administração, os quais exigem ação rápida e precisa.

"Em toda trajetória, vivenciei uma gama de dificuldades e de conquistas que não me furto a relatar."



Nesta primeira edição de Prestação de Contas, escolhi começar pela área financeira, porque entendo que a boa gestão dos recursos públicos, bem como a capacidade de lutar por eles, é a base para realização de quase todos os projetos. Sem dinheiro, nada ou quase nada poderia ou pode ser feito, principalmente porque optei, desde o início, em priorizar os investimentos na atividade-fim, o que passava, indubitavelmente, pela qualificação da atividade-meio, sem esquecer a capacitação e o aperfeiçoamento de todos (membros e servidores), como também a melhoria das instalações físicas. Logo, o primeiro passo deveria ser a busca de recursos orçamentários para a consecução desses objetivos.

Como é sabido, o ano de 2010 marcou um período de crise, que, se não tivesse sido superada, teria comprometido fortemente a imagem do MPDFT e abalado de modo irreversível a confiança da sociedade em nossa Instituição. Confiança que foi conquistada em longos anos de trabalho. Estávamos, então, sob o bombardeio da mídia, atingidos por um escândalo. Um fato isolado - é certo - mas, naquele momento, seus tentáculos colocavam à prova a credibilidade institucional.

Imagine bater às portas do Parlamento e pedir reforço orçamentário em tal situação?

Não foi fácil. Contudo, determinada a não me render às dificuldades, reuni as informações de que precisava (projetos, demonstrativos de custos, documentos) e fui ao Procurador-Geral da República, ao Congresso Nacional, aos órgãos do Executivo, dentre eles a Secretaria da Fazenda (SAF) e a Secretaria de Orçamento Federal (SOF), para apresentar as demandas da Instituição. Ressalte-se aqui que o Projeto de Lei de Orçamento do MPDFT (no âmbito do MPU) para o ano seguinte (2011), que já havia sido encaminhado ao Congresso Nacional, não estava ajustado ao Plano de Gestão 2010/2012.

Com efeito, bati e as portas se abriram, graças ao bom relacionamento que faço questão de cultivar, pois pratico o discurso de que nenhum Órgão deve trabalhar sozinho, principalmente quando estiver em jogo o interesse público e social.

Nos anos que se seguiram (2011, 2012 e 2013), persegui incessantemente o aumento do orçamento do MPDFT, o qual teve um crescimento de 25% no referido período.

Tais recursos oportunizaram a concretização de vários projetos, cuidadosamente pensados por esta Administração Superior, como, por exemplo:

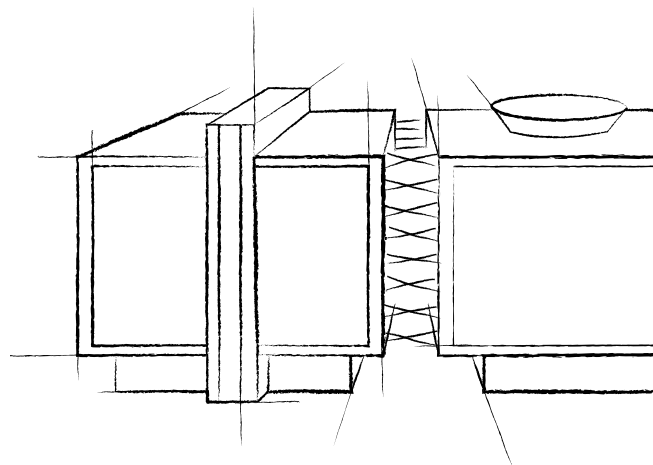
- a realização de dois concursos públicos para ingresso na carreira, executados pelo próprio MPDFT;
- investimentos no aperfeiçoamento e no aprimoramento de membros e servidores;
- ajuste indispensável de função e de cargo comissionados;
- aprovação de Projeto de Lei para transformação de 51 cargos de Promotor de Justiça Adjunto em um de Procurador de Justiça e 50 de Promotor de Justiça;
- aumento no número de vagas para os cargos de analistas e técnicos, que subiram de 1487 para 1733;
- criação de 38 novas Promotorias de Justiça;
- aumento das unidades da atividade-meio e da atividade-fim, em suas múltiplas especificidades;
- conclusão das obras da 2ª Etapa do Edifício-Sede, iniciadas no ano de 2007;
- mudança para o Edifício-Sede do MPDFT dos Departamentos de Gestão de Pessoas (DGP), de Arquitetura e Engenharia (DAE), de Apoio Administrativo (DAA), e de Perícias e Diligências (DPD), que antes estavam instalados em prédio alugado situado no SIG (Edifício Xerox); mudança do Departamento de Tecnologia da Informação (DTI) do Edifício Ibama para um prédio alugado no Setor de Indústrias Gráficas (SIG), onde foi instalado o Centro Tecnológico do MPDFT; além da mudança da Secretaria de Planejamento (Secplan), da Central de Medidas Alternativas (CEMA) e da Divisão de Promoção da Saúde (DIPRES), antigo SETAPS, que estavam no Edifício Ibama e hoje se encontram no Edifício-Sede do MPDFT;
- destinação de espaço e instalações dignas para o funcionamento do serviço médico, hoje, Departamento de Atendimento à Saúde (DAS);
- reforma de diversos espaços da 1ª Etapa do Edifício-Sede (banheiros e copas de todos os andares, mezanino, auditório, entrada principal, 7º, 8º e 9º andares, além da readequação de outros espaços com a utilização das antigas divisórias, com o objetivo de testar um novo *layout* para o planejamento das reformas necessárias);
- reforma e reinauguração do restaurante, que passou a ser administrado pela Escola de Gastronomia do SENAC;
- instalação de sala-cofre no Edifício-Sede do MPDFT;
- compra de equipamentos de informática;
- compra e instalação da nova central telefônica para a sede do MPDFT;

- compra de 71 veículos para atendimento das Promotorias de Justiça instaladas nas circunscrições judiciárias;
- início e continuidade da construção da Promotoria de Ceilândia;
- início e continuidade da construção da Promotoria de São Sebastião;
- início e continuidade da reforma da Promotoria de Taguatinga;
- locação e adequação de imóveis destinados à instalação das sedes das Promotorias de Justiça do Núcleo Bandeirante, de Sobradinho, de São Sebastião e do Guará, que antes ocupavam espaços acanhados nos Fóruns das respectivas circunscrições judiciárias; e
- locação de imóveis destinados à instalação da sede da Promotoria de Justiça do Riacho Fundo, que funcionava em um barracão próximo à Rodoviária (cedido pela Administração Regional) e da instalação provisória da sede da Promotoria de Justiça de Taguatinga até a conclusão das obras da reforma de seu próprio edifício.

São esses, dentre outros, os resultados que ora desejo apresentar nesta Prestação de Contas e **também os desafios que deverão ser enfrentados.**

Permaneço à disposição para esclarecer pessoalmente eventuais dúvidas, pois as portas de meu gabinete sempre estiveram abertas a todos e assim continuam.

Eunice Pereira Amorim Carvalho
Procuradora-Geral de Justiça



DEPARTAMENTO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS (DOF)

Quadro 1 – Demonstrativo de emendas aprovadas entre agosto de 2010 e dezembro de 2013

De janeiro de 2011 a dezembro de 2014, o MPDFT reforçou seu orçamento básico em R\$ 74,3 milhões, via emendas parlamentares¹.

Fonte: Siafi 2010 a 2013

DESTINAÇÃO	VALOR (R\$)
2010/2011	
Ação para Defesa da Criança e do Adolescente	200.000
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário Procuradoria-Geral de Justiça do DF e Territórios	1.900.000
Construção de sede de Promotoria de Justiça do MPDFT	400.000
Construção da 2ª Etapa do Edifício-Sede do Ministério Público do DF e Territórios	21.000.000
Construção da sede da Promotoria de Justiça da Ceilândia	8.000.000
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - MPDFT	1.000.000
Subtotal	32.500.000
2011/2012	
Construção da sede da Promotoria de Justiça de São Sebastião	3.250.000
Reforma e ampliação da sede da Promotoria de Justiça de Taguatinga	1.000.000
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - MPDFT	1.000.000
Subtotal	5.250.000
2012/2013	
Construção da sede da Promotoria de Justiça de São Sebastião	16.000.000
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - MPDFT	2.300.000
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - MPDFT	7.250.000
Reforma e ampliação da sede da Promotoria de Justiça de Taguatinga	1.000.000
Subtotal	26.550.000
2013/2014	
Construção da sede da Promotoria de Justiça de Brazlândia	10.000.000
Subtotal	10.000.000
Total	74.300.000

ANO	VALOR (R\$)
2010	63.630.000
2011	52.394.965
2012	38.294.879
2013	95.315.304
Total	249.635.148

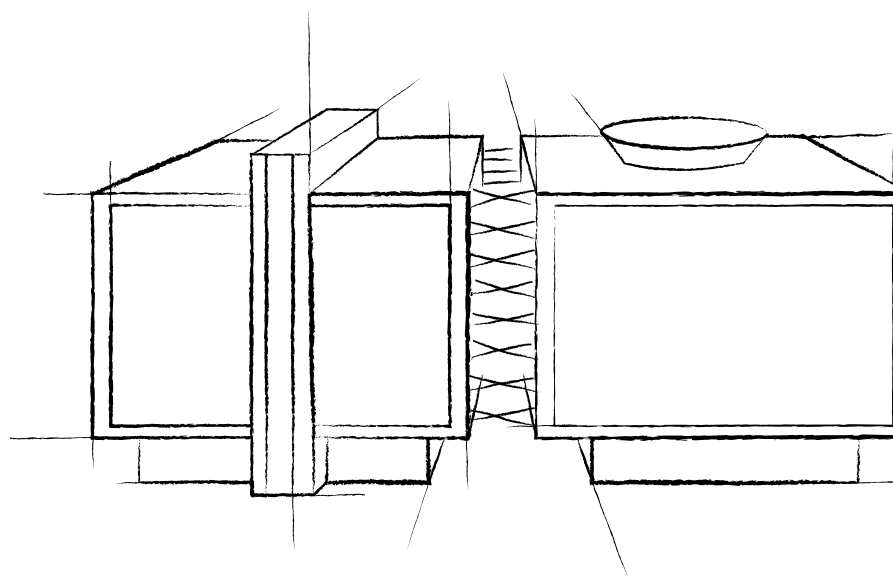
Quadro 2 – Demonstrativo
das suplementações ao
orçamento de agosto/2010 a
dezembro/2013

**De agosto de 2010 a
dezembro de 2013, o
MPDFT reforçou seu
orçamento básico em
R\$ 249,6 milhões.**

Fonte: Siafi 2010 a 2013

Tempo de Dialogar

Estratégia exitosa na busca de recursos



O que será relatado abaixo não veio com facilidade. Ao contrário, foram diversas partidas de um jogo que requer estratégia, perseverança, justificativas, prestação de contas aos parlamentares e demonstração do valor da execução orçamentária, diretamente acompanhada pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e pela Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF).

O êxito foi alcançado na grande maioria dos pleitos. O que propiciou, com planejamento e rigorosa execução, dar andamento a projetos essenciais ao MPDFT.

O valor de R\$ 74,3 milhões, resultante de emendas parlamentares, obtidas entre os anos de 2010 e 2013 (ver quadro 1, na página 7, e gráfico 1, abaixo) não deixa dúvidas sobre o expressivo volume de recursos recebidos pelo MPDFT, quando comparados aos exercícios anteriores.

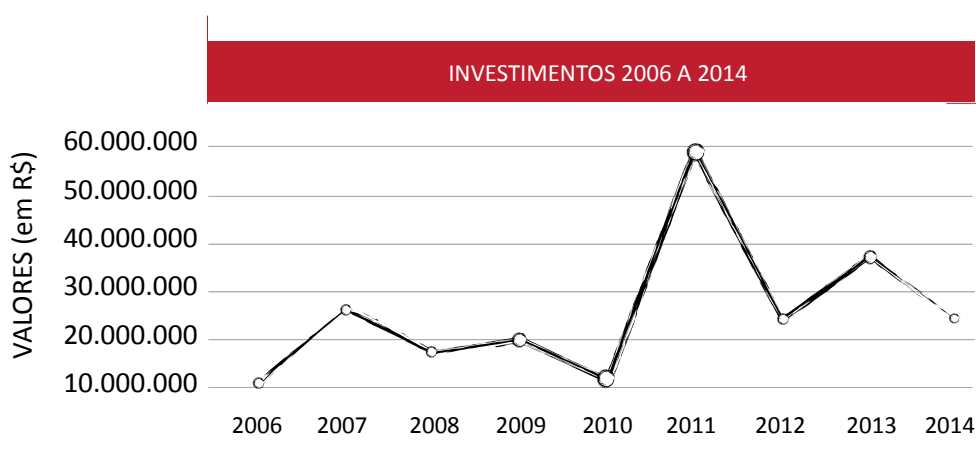


Gráfico 1: Recursos para investimentos de 2006 a 2014

Fonte: Siafi 2006 a 2014

A aproximação com o parlamento tem sido prática constante desde o início do primeiro mandato e decorre do entendimento de que é possível agir em sintonia com as demais instituições, principalmente, se o interesse estiver assentado na melhoria dos serviços prestados ao cidadão e à própria comunidade.

É claro que tal iniciativa não se divorcia do compromisso com a ética e o dever público. Ao contrário, trata-se de uma relação institucional

obrigatória, anunciada e registrada nos Planos de Gestão (2010-2012/2012-2014), onde se destaca o compromisso de “zelar pela autonomia e independência do MPDFT nas suas relações com os poderes Judiciário, Executivo e Legislativo, e com os órgãos de controle (TCDF, TCU e CGU)”.

Exercício de 2010

Em 4 de agosto de 2010, início do primeiro mandato, restavam apenas 37% dos recursos orçamentários/financeiros autorizados para serem gastos naquele ano, como demonstra o gráfico a seguir:

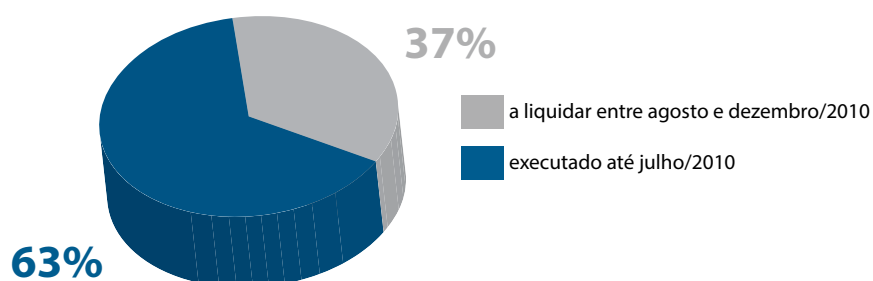


Gráfico 2 – Orçamento a executar entre agosto e dezembro/2010

Fonte: Siafi 2010

Tais recursos não seriam suficientes à realização das ações necessárias e planejadas, pela nova gestão, para o transcurso dos últimos meses do ano. Naquela ocasião, estavam contingenciados R\$ 866,6 mil. Deste montante, foram liberados apenas R\$ 664,4 mil em dezembro de 2010.

Exercício de 2011

Os valores inseridos na proposta orçamentária do ano de 2011, que já se encontrava no Congresso Nacional, estavam assentados numa perspectiva um tanto diferente do que constava no Plano de Gestão pensado para os próximos dois anos (2010/2012).

Acrescente-se, ainda, que no âmbito do MPU, o MPDFT utilizava e utiliza, anualmente, cerca de 80% de seu orçamento para despesas com pessoal. O restante, cerca de 20%, é destinado às contas de custeio e investimentos.

De fato, consideradas as necessidades de investimentos*, 20% representavam e representam uma quantia bem pequena para custear os gastos com reforma e manutenção dos prédios, construção de sedes próprias, aquisição de móveis, energia elétrica, água, telefone,



Frota de veículos renovada

*Nos próximos relatórios serão apresentados os detalhamentos dos investimentos nas diversas áreas e unidades que compõem o MPDFT.

modernização de equipamentos, atualização tecnológica, renovação e aumento da frota de veículos, alugueis, combustíveis, material de consumo (lápiz, papel, tonner, etc.), serviços de reprografia, passagens, diárias, cursos e diversas outras demandas, como o auxílio-moradia.

Como se sabe, a fórmula para obtenção de recursos adicionais passa pelo processo de emendas parlamentares e suplementações que devem ser votadas pelo Congresso Nacional, sendo certo que a liberação de recursos para investimento no setor público é um permanente desafio. Desafio que exige habilidade e bom relacionamento, haja vista o grande número de Órgãos que disputam uma fatia do bolo orçamentário, sem esquecer a especificidade e as particularidades da própria instituição ministerial.

Tal situação fática motivou o primeiro e decisivo passo direcionado à recomposição dos recursos, qual seja, uma batalha implacável junto à Comissão de Constituição e Justiça do Senado e aos parlamentares da bancada do Distrito Federal na Câmara e no Senado, que apresentaram emendas ao orçamento do MPDFT.

Em seguida, a Administração Superior trabalhou na sensibilização dos relatores do orçamento (geral e setorial) e dos responsáveis pelo assunto no Executivo. Como resultado, obteve-se o montante de R\$ 32,5 milhões via emenda parlamentar, que foi disponibilizado ao MPDFT no mês de outubro de 2011.

Nesse ano, o contingenciamento de recursos atingiu o valor de R\$ 7,5 milhões, que também foi liberado em setembro e outubro.

Exercício de 2012

Para o exercício de 2012, a proposta orçamentária (encaminhada em 2011) foi reajustada, porém continuava aquém do efetivamente necessário, o que demandou novo esforço por apresentação de emendas. Com o apoio de parlamentares da bancada do DF na Câmara e no Senado, obteve-se o valor de R\$ 5,2 milhões. Registre-se, por oportuno, que em 2012, o contingenciamento atingiu a cifra de R\$ 1,7 milhão, sendo que tais recursos foram disponibilizados apenas em dezembro.



Promotoria do Núcleo Bandeirante acomodada em novas instalações.



Reunião com a bancada do DF no Congresso Nacional em 2012

Exercício de 2013

Em 2013, a proposta orçamentária (encaminhada em 2012) também foi reajustada e reforçada por emendas da Comissão de Constituição e Justiça do Senado e da bancada do Distrito Federal, no valor de R\$ 26,5 milhões. Dessa vez, o contingenciamento atingiu o montante de R\$ 5 milhões, que foi disponibilizado em novembro de 2013. Registre-se, ainda, a luta da Administração Superior na aprovação do PLN 34/2013.



Reunião do MPDFT com deputados federais do DF em 2013

Exercício de 2014

A proposta orçamentária para 2014 (encaminhada em 2013) também foi reajustada e reforçada em mais R\$ 10 milhões, por meio de emenda da bancada do Distrito Federal. O valor do orçamento aprovado pela Lei nº 12.952 de 14 de janeiro de 2014, totalizou R\$ 524,4 milhões. Desse montante, foi contingenciado (até março de 2014) o valor de R\$ 3,4 milhões.

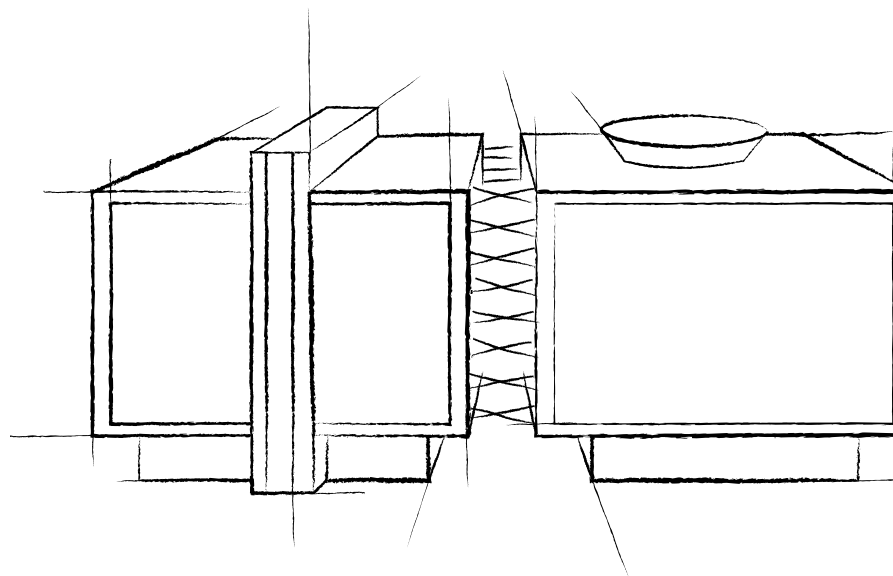
"Nestes últimos quatro anos pude testemunhar a proatividade e a dedicação da PGJ na defesa dos interesses do MPDFT no Congresso Nacional. Sua habilidade na articulação, aliada à adequada estratégia política, foram fundamentais à conquista dos diversos pleitos."



Giulean Alves, assessor parlamentar

Tempo de Executar

Responsabilidade na utilização dos
recursos



Conforme demonstrado, o orçamento do MPDFT resulta dos valores constantes no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), acrescidos de emendas parlamentares até a aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA), e de créditos suplementares obtidos durante a sua execução.

Entre janeiro de 2010 e dezembro de 2013, os créditos suplementares alcançaram a cifra de R\$ 265 milhões. Desse valor, cabe destacar que R\$ 249,6 milhões foram obtidos durante a atual gestão. Somados ao orçamento anual aprovado, resultam no total de R\$ 1,7 bilhão de recursos geridos pela atual administração do MPDFT.

	2010	2011	2012	2013
Orçamento aprovado (a)	365.540.795	427.930.635	436.602.637	464.764.832
Suplementação (b)	73.437.531	52.394.965	38.294.879	95.315.304
Orçamento autorizado (c=a+b)	444.978.326	480.325.600	474.897.516	560.080.136
Empenhado (d)	441.508.220	478.464.529	471.201.307	555.249.839
Recursos contingenciados (e)	202.781	600.000	1.252.928	4.628.329
Transferências (f)	316.576	1.161.218	395.872	22.254
Executado (g)	441.508.220	478.464.529	471.201.307	555.243.839
% Execução g/(c-e-f)	99,34	99,98	99,57	99,97

Quadro 3 – Descritivo do Orçamento Anual do MPDFT

Nota: “Orçamento aprovado (a)” é igual a valores constantes no PLOA e “Suplementação (b)” é igual a créditos adicionais.

É certo que a obtenção de recursos orçamentários/financeiros faz parte das obrigações da Administração Superior do MPDFT. Todavia, para manter e/ou reforçar o orçamento de cada exercício, há que se demonstrar a adequada destinação e a correta utilização dos recursos.

A atual Administração Superior, observando tais critérios, aliados à transparência e à responsabilidade, logrou alto percentual de execução orçamentária, alcançando, a cada ano, o emprego de quase 100% dos recursos autorizados. Tal êxito é bastante raro acontecer na administração pública, em razão do complexo procedimento administrativo de compras e/ou contratações.

2010	99,34%
2011	99,98%
2012	99,57%
2013	99,97%

Quadro 4 – Execução Orçamentária/Financeira do MPDFT

Fonte: Departamento de Orçamento e Finanças

Os dados acima traduzem a capacidade de trabalho e a competência técnica dos gestores das áreas administrativas do MPDFT. Com adequado planejamento, conseguiram efetivar contratações, comprar bens e equipamentos, reformar e construir novas instalações no prazo estabelecido para cada exercício, evitando o desperdício e a devolução de recursos.

Ressalta-se que os altos percentuais da execução orçamentária asseguraram ao MPDFT o incremento de recursos financeiros da ordem de 25% sobre o orçamento autorizado. Os gráficos a seguir demonstram o crescimento real dos orçamentos executado e autorizado.

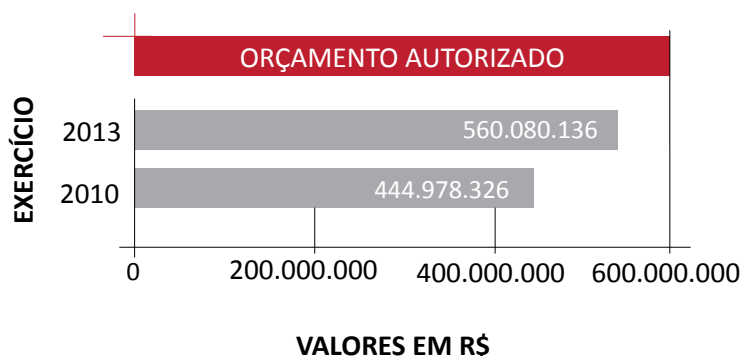


Gráfico 3 – Aumento de 25% no orçamento autorizado entre 2010 e 2013

Fonte: Siafi 2010 a 2013

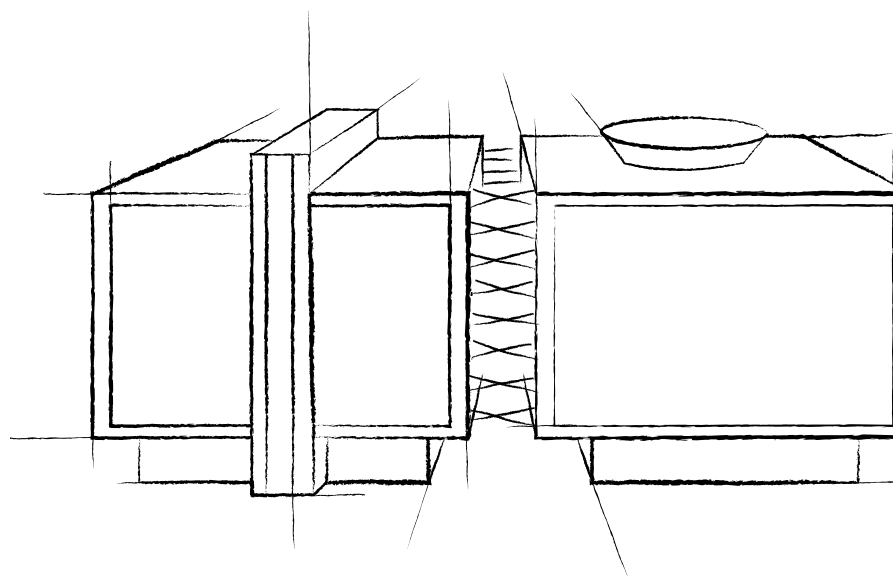


Gráfico 4 – Aumento de 26% no orçamento executado entre 2010 e 2013

Fonte: Siafi 2010 a 2013

Tempo de Superar

Eficiência reconhecida



As contas de 2010 e 2011 foram aprovadas sem qualquer ressalva.

Com relação às primeiras, o TCU teceu elogios à gestão dos recursos públicos no âmbito da administração do MPDFT. O feito foi registrado no Relatório e Parecer Prévio sobre as Contas do Governo da República, em que se destacou a superação das metas físicas no âmbito do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, conforme a seguinte transcrição:

"(...) entre as outras atividades a cargo do MPU, destacou-se a defesa do interesse público no processo judiciário, principalmente no âmbito (...) do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, cujas metas físicas foram superadas."

Quanto às **contas do exercício de 2011**, os investimentos efetuados pelo MPDFT, especificamente, na construção da sede da Promotoria de Justiça de Ceilândia e na construção da 2ª Etapa do Edifício-Sede do MPDFT, foram motivo de elogio por aquela Corte de Contas, ressaltando-se que nenhum outro ramo atingiu percentual físico de execução tão alto (2011, p. 339)²:

"Entre os investimentos efetuados pelo MPU, cujos valores empenhados aumentaram em cerca de 55% em relação ao exercício anterior, destacaram-se as obras de construção das sedes (...) da Promotoria de Justiça em Ceilândia-DF e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios em Brasília-DF (...)."

As **contas do exercício de 2012**, embora não tenham sido examinadas pelo TCU até a presente data (abril/2014), tiveram sua aprovação recomendada pela Auditoria Interna do MPU (AUDIN).

2 Relatório e Parecer Prévio sobre as Contas do Governo da República, 2011.

Tal auditoria é realizada *in loco*, por meio de fiscalização e avaliação dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial, e os auditores **não apontaram qualquer restrição impeditiva**.

Melhor que isso. Em seu relatório, o Auditor-Chefe, Sebastião Gonçalves de Amorim, afiançou a **“regularidade da gestão dos responsáveis pelas contas do MPDFT no exercício de 2012”**, ressaltando expressamente que o **“MPDFT desenvolveu eficiente ambiente de controle e adequada comunicação, favorecendo-se do bom funcionamento da instituição”**.

Acrescente-se, ainda, que o referido Relatório destaca a preocupação da Administração Superior do MPDFT com a atividade-fim, ao afirmar que **“dos 60 projetos realizados ao longo do ano de 2012, 36 impactaram algum dos objetivos voltados para a área-fim da instituição, resultando em benefícios para a sociedade”**.

Os auditores analisaram 32 indicadores de desempenho, dentre os 67 relacionados pelo MPDFT no acompanhamento da execução de 29 objetivos estratégicos. Os indicadores foram considerados adequados, com destaque para o uso de “fontes de informações confiáveis”, a transparência e a confiabilidade dos dados, a possibilidade de acompanhamento do desempenho no decorrer dos anos e o respaldo de pesquisas realizadas com os públicos interno e externo.

Ao final, a auditoria ressaltou, dentre as principais ações: a **inauguração da segunda etapa do Edifício-Sede**; a reforma estrutural da primeira etapa do edifício e sua adequação às normas de acessibilidade, além de novas instalações em Sobradinho e São Sebastião.

Também foram apontados o incremento do quadro de pessoal, com a chegada de mais 94 servidores; o aumento da estrutura, com a criação de novas coordenadorias e serviços; e a reestruturação administrativa do Plan-Assiste, da Secretaria Executiva Psicossocial e da Secretaria Executiva de Medidas Alternativas.

O Relatório de Auditoria de Gestão cita um conjunto de ações que, segundo os auditores, **“retrata a missão institucional de promover a Justiça, a democracia, a cidadania e a dignidade humana, atuando para transformar em realidade os direitos da sociedade”**.

As **contas de 2013** foram apreciadas pela AUDIN, que as encaminhou ao TCU, sem quaisquer ressalvas.



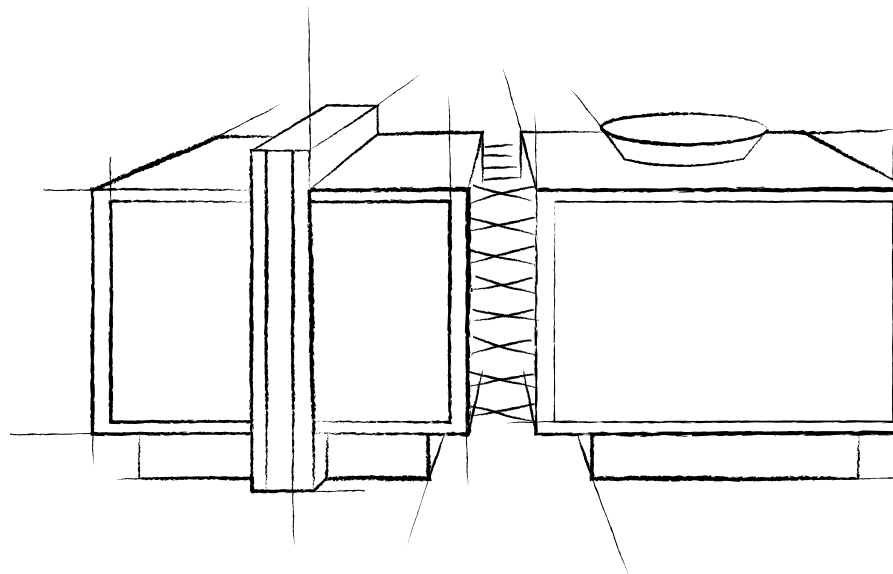
Ampliação do Edifício-Sede do MPDFT, com a construção da 2ª Etapa



Novo edifício da Promotoria de Ceilândia será inaugurado em breve

Tempo de Investir

Melhorias na estrutura e
aumento de pessoal



Há que se destacar, ainda, a reestruturação administrativa do MPDFT.

A Instituição encerrou 2013 com 647 unidades administrativas, sendo 484 destinadas à atividade-fim e 163 à atividade-meio. Portanto, o crescimento real das unidades voltadas à atividade-fim alcançou o percentual de 30,5%.

Tais dados demonstram, à exaustão, a determinação da Administração Superior em viabilizar o bom desempenho das atividades meio e fim.

Desde o início de sua gestão (agosto de 2010) até a presente data, a Administração Superior priorizou investimentos na área de pessoal, dado o entendimento de que o reforço das equipes mostra-se primordial à otimização dos resultados da atividade-fim.

Nesse período, foi realizado o 29º Concurso para ingresso na carreira do MPDFT no cargo de Promotor de Justiça Adjunto, com ingresso de 48 Promotores de Justiça Adjuntos, e o 30º Concurso, com ingresso de 25 Promotores de Justiça Adjuntos. Em junho de 2012, foi aprovada a Lei nº 12.676, originária do PL nº 6.721/2009, que transformou 54 cargos de Promotor de Justiça Adjunto em 1 cargo de Procurador de Justiça e 50 de Promotor de Justiça. Essa transformação de cargos permitiu a promoção de Promotores de Justiça Adjuntos em Promotores de Justiça, evitando a estagnação na carreira.

Além disso, o quantitativo de cargos para analistas e técnicos aumentou de 1487 para 1733, conforme Lei nº 12.321, de 8 de setembro de 2010.

Os estudos para implementar a promoção dos membros e a lotação dos servidores foram desenvolvidos pela Assessoria de Políticas Institucionais (API), com o auxílio indispensável da Diretoria Geral, da Chefia de Gabinete, da Secretaria de Planejamento (Secplan) e do Departamento de Gestão de Pessoas (DGP).

Tal crescimento, aliado ao aperfeiçoamento de procedimentos administrativos, teve como objetivo precípuo possibilitar meios para minimizar a sobrecarga de trabalho na atividade-fim, além de permitir que Promotores e Procuradores pudessem dedicar mais tempo à análise de temas relevantes, às atividades extrajudiciais, enfim, ao



A Promotoria de Justiça de São Sebastião ganhou novas instalações

"O envolvimento da Procuradora-Geral de Justiça, na determinação das prioridades e metas a serem realizadas, a cada exercício financeiro, possibilitou a execução de praticamente a integralidade desses recursos."



Hilton Muniz, chefe do Departamento de Orçamento e Finanças

cumprimento das funções institucionais (que se avolumam a cada dia) com menos desgaste pessoal.

É preciso destacar também que no período a que se refere o presente relatório, foram criadas **43 novas Promotorias de Justiça, e extintas sete, elevando o número de unidades de 250 para 293**, o que corresponde a um **crescimento real de 17,2%**, conforme quadro 5.

	2010	2011	2012	2013	2014	TOTAL
Criações	1	8	15	12	7	43
Transformações	-	3	9	4	1	17
Extinções	-	-	-	5	2	7

Logo, para suprir as necessidades da área de pessoal, proporcionar o aumento da estrutura e ainda assegurar melhorias nas instalações e a manutenção dos serviços, dentre outras demandas, o orçamento do MPDFT teria que ser continuamente reforçado.

Registre-se, por oportuno, que tais tarefas somente foram viabilizadas frente à atuação diligente da Assessoria de Políticas Institucionais (API); da Diretoria-Geral (DG); dos Departamentos de Arquitetura e Engenharia (DAE), Gestão de Pessoas (DGP), Tecnologia da Informação (DTI), Orçamento e Finanças (DOF) e Apoio Administrativo (DAA); e da Assessoria de Assuntos Legislativos, seja no levantamento das demandas e/ou no planejamento das ações, seja na elaboração de projetos e de termos de referência, seja na execução de procedimentos administrativos, tais como licitações, pregões, concorrências, empenho, pagamento, **sem esquecer a intensa atividade junto ao Congresso Nacional.**

Quadro 5 – Número de unidades criadas, transformadas ou extintas entre agosto/2010 e março/2014.



Posse de novos servidores em 2014



Posse de promotores de Justiça adjuntos do MPDFT

ESTRUTURA DO DEPARTAMENTO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Ao finalizar a primeira etapa desta prestação de contas, é preciso mencionar a estrutura administrativa do Departamento de Orçamento e Finanças (DOF), que sempre cumpriu com galhardia sua atribuição e jamais deixou de apresentar resultados positivos, **embora tenha um quadro de servidores aquém de suas necessidades**. No entanto, são servidores capacitados e comprometidos com a qualidade do serviço, que investiram e investem no aprimoramento da metodologia de trabalho e no aperfeiçoamento pessoal.

Atualmente o DOF conta com 25 servidores e 5 estagiários, como demonstra o quadro abaixo.

	JULHO/ 2010	MARÇO/2014
Analistas	4	4
Técnicos	12	16
Lotação Provisória	2	0
Requisitados	7	5
Estagiários	2	5
TOTAL	27	30

Vê-se que é uma estrutura enxuta, cuja situação foi agravada **pela perda de dois servidores requisitados** ao longo dos últimos anos. Embora o crescimento do número de técnicos e estagiários pareça relevante, perdura a necessidade de canalização de esforços para a melhoria dessa estrutura, seja no incremento de pessoal, na modernização de sistemas ou na qualidade do ambiente de trabalho.

O DOF está atualmente instalado numa área de 270m², no 7º andar do Edifício IBAMA, situado no Setor de Autarquias Sul. Naquele local, a luta por estacionamento é ingrata, porque não há garagem privativa; o prédio todo está precisando de reforma. Os espaços comuns, que dão acesso ao MPDFT, estão desgastados pelo tempo. Os elevadores estão em más condições e há problemas na rede elétrica (já diagnosticados pelas autoridades competentes).

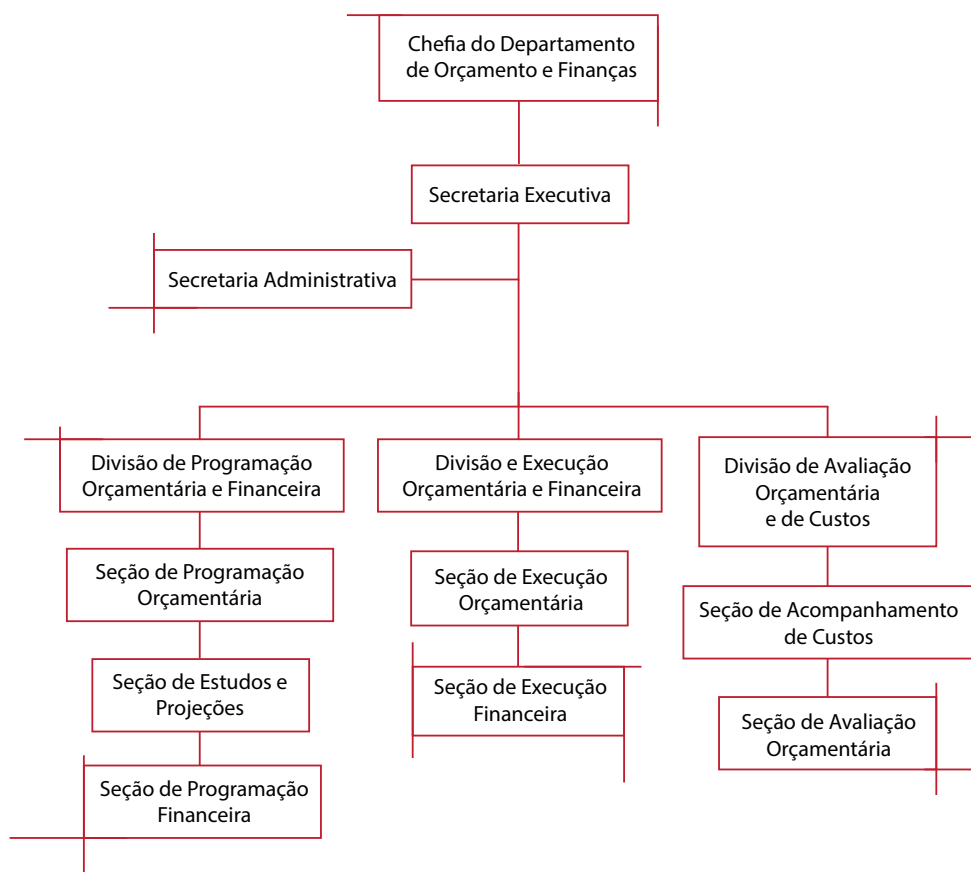
Quadro 6 – Pessoal do Departamento de Orçamento e Finanças

Fonte: Departamento de Orçamento e Finanças



Equipe do Departamento de Orçamento e Finanças

Sua estrutura conta, atualmente, com duas secretarias (uma executiva e outra administrativa), três divisões e sete seções, conforme demonstrado no organograma a seguir.



O próximo passo é transferir o DOF para o Edifício-Sede do MPDFT ou para um imóvel mais próximo. Tal medida tem como objetivo único acomodá-lo em local digno, tanto para melhorar suas instalações como as condições de trabalho dos servidores que, mesmo diante das adversidades, vêm demonstrando uma excelente produtividade.

Para 2014, então, restaram tais desafios!

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tudo o que foi feito até agora e documentado, **nesta primeira etapa da Prestação de Contas**, ainda não abrange a totalidade das metas que desejava realizar na questão orçamentária.

Trabalhei muito, dei o melhor de mim para materializar o que era possível e tornar factível o que parecia impossível. Em nenhum momento cruzei os braços e esperei as coisas acontecerem. Tive a sorte de contar com equipes competentes, que abraçaram o ideal de fazer mais e cada vez melhor.

É certo que ainda há muito a realizar, principalmente porque o MPDFT deve estar sempre em construção. Precisarás sempre de recursos orçamentários/financeiros. Não pode estagnar. Não tem vida limitada ao tempo ou ao espaço.

Agradeço o tempo que dispensaram na leitura deste relatório e espero ter contribuído para que conheçam um pouco mais a vida financeira do MPDFT.

Eunice Pereira Amorim Carvalhido
Procuradora-Geral de Justiça



Ministério Público
do Distrito Federal
e Territórios

Missão do MPDFT

Promover a justiça, a democracia, a cidadania e a dignidade humana, atuando para transformar em realidade os direitos da sociedade.

Eixo Monumental, Praça do Buriti, Lote 2
Edifício-Sede do MPDFT
CEP 70.091-900
Brasília-DF

Telefone
(61) 3343-9500

www.mpdft.mp.br

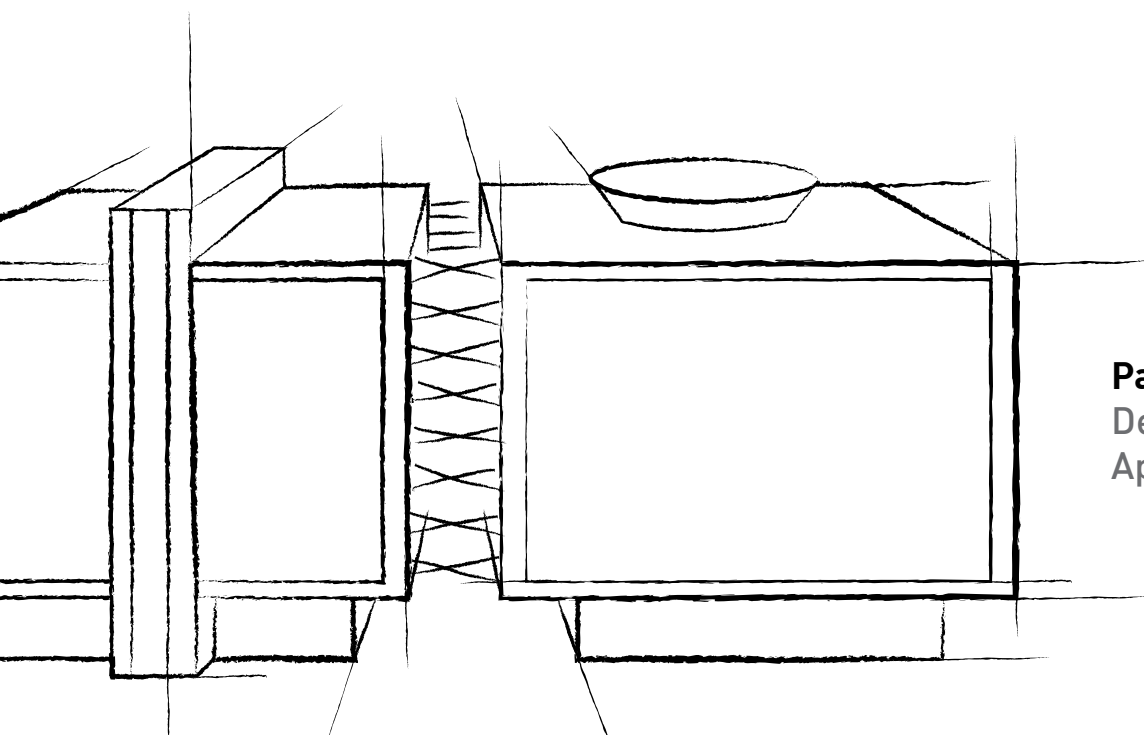




Ministério Público
do Distrito Federal
e Territórios

Gestão Compartilhada

Membros e servidores unidos na condução
do MPDFT



Parte 2
Departamento de
Apoio Administrativo

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR DO MPDFT

Procuradora-Geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios

Procuradora de Justiça Eunice Pereira Amorim Carvalhido

Vice-Procuradora-Geral de Justiça

Procuradora de Justiça Zenaide Souto Martins

Corregedora-Geral

Procuradora de Justiça Benis Silva de Queiroz Bastos

Chefia de Gabinete

Promotor de Justiça Adjunto Albertino de Souza Pereira Netto
(*In memoriam*)

Promotora de Justiça Thaís Freire da Costa Flores

Promotor de Justiça Wagner de Castro Araújo

Diretoria-Geral

Promotor de Justiça Vetuval Martins Vasconcelos
(2010 /2013)

Promotor de Justiça Libanio Alves Rodrigues

Servidora Ana Lúcia Carrijo Ferreira

Assessoria Especial da Procuradoria-Geral de Justiça

Promotor de Justiça Vetuval Martins Vasconcelos
(2013/2014)

Assessoria de Políticas de Segurança

Promotor de Justiça Eduardo Gazzinelli Veloso
(2010/2014)

Promotor de Justiça Wilton Queiroz de Lima (2014)

Assessoria de Políticas Institucionais

Procurador de Justiça Jair Meurer Ribeiro (2010/2011)

Promotora de Justiça Ana Luiza Lobo Leão Osório

Promotor de Justiça Dermeval Farias Gomes Filho

Assessoria Cível e de Controle de Constitucionalidade

Promotor de Justiça André Luiz Casal Duran (2010/2012)

Promotor de Justiça Antônio Henrique Graciano Suxberger
(2010/2012)

Promotor de Justiça Dicken William Lemes

Promotor de Justiça Rodolfo Cunha Salles

Assessoria Criminal

Promotora de Justiça Marta Alves da Silva (2010/2012)

Promotora de Justiça Marya Olímpia Ribeiro Pacheco
(2010/2012)

Promotor de Justiça Antônio Henrique Graciano Suxberger

Promotor de Justiça Renato Bianchini

Coodenadoria de Recursos Constitucionais

Procurador de Justiça Antônio Luiz Barbosa Alencastro
(2010/2013)

Procuradora de Justiça Ana Luisa Rivera

Promotor de Justiça Evandro Manoel da Silveira Gomes

Promotor de Justiça Adjunto Leonardo Carneiro Britto

Gestão Compartilhada

Parte 2 – Departamento de Apoio Administrativo

Referente ao período de agosto de 2010 a setembro de 2014

Departamento de Apoio Administrativo

Eixo Monumental, Praça do Buriti, Lote 2, Sala 610, Sede do MPDFT, Brasília-DF

Telefone: (61) 3315-9104

E-mail: chefia-daa@mpdft.mp.br

Marco César Moreira Giraldes - Chefe

Coordenação e Produção de Texto:

Assessoria de Imprensa - PGJ

Elizangela Monteiro

Colaboração:

Lílian Cursino Pessoa, Elisa Ramalho Salim Ramos, Marcelo de Freitas, Carmen Silva, Rodrigues Barreto de Souza, Kléber Aragão Matheus, Alena Naima da Silva Neiva Pereira, Vasco da Gama Ferreira do Nascimento, Humberto Noriyuki Okawachi, Elber Ferreira Marques, Zelândio Lopes de Souza.

Revisão:

Samara Botelho Vaz de Almeida, Joíra Coelho Furquim

Outubro de 2014. Versão digital.

© 2014 Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.

As informações contidas neste relatório foram fornecidas e aprovadas pelo Departamento de Apoio Administrativo (DAA).

Programação visual e diagramação:

Coordenadoria de Comunicação do MPDFT

No dia 10 de julho de 2014, foi publicada a primeira parte do Relatório de Gestão Compartilhada, que tratou, especificamente, das atividades desenvolvidas pelo Departamento de Orçamento e Finanças (DOF), no período de agosto/2010 a meados de 2014. Tais atividades podem ser lembradas resumidamente da seguinte forma: primeiro, a elaboração das propostas orçamentárias para serem executadas nos exercícios seguintes (2011, 2012, 2013 e 2014); e, segundo, a gestão da aplicação dos recursos públicos disponíveis, tanto na elaboração da nota de empenho como no pagamento das faturas.

Acrescente-se que a proposta orçamentária para o ano de 2015 foi aprovada pelo Conselho Superior do MPDFT e pelo Conselho de Assessoramento Superior do MPU e já está no Congresso Nacional. Essa estimativa integra a primeira parte deste *Relatório de Gestão Compartilhada*.

Na apresentação da primeira parte desse Relatório, afirmei que se trata de uma efetiva prestação de contas, segmentada por área e apresentada em linguagem mais acessível. O intuito é demonstrar, de forma leve e aprazível, as principais ações empreendidas nesses quatro anos de muito trabalho, dedicação e comprometimento da Administração Superior, dos membros, dos servidores e dos terceirizados do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, em prol do aperfeiçoamento institucional.

Destaco, ainda, pois penso que é importante frisar, que o MPDFT obteve, no período de agosto de 2010 a dezembro de 2013, percentuais de execução orçamentária sempre superiores a 99%.

É de se indagar, então, como se conseguiu alcançar tais resultados – fato raro no âmbito da Administração Pública, onde é preciso lutar contra a burocracia que ainda perdura, apesar dos avanços ocorridos em diversas áreas do conhecimento. Essa luta, a despeito de sua dureza, foi vencida pela atual Administração Superior, que sempre apregoeou a responsabilidade, o comprometimento, a seriedade, a honestidade, a ética e a determinação aliadas à união de todos os integrantes da Instituição, para alcance dos objetivos propostos.

Exatamente por tais razões, a segunda parte do Relatório de Gestão Compartilhada abordará as atividades do Departamento de Apoio Administrativo (DAA), setor responsável pela formalização dos procedimentos de aquisição e contratação de bens e serviços.

Tais atribuições têm vinculação direta com parte da execução orçamentária, isto é, com a real aplicação dos recursos públicos destinados ao custeio e aos investimentos. Sem sombra de dúvida, também tem a força de determinar o valor do resultado final. Se será sofrível, regular, bom, excelente e/ou eficiente.

Estou certa de que, além das atividades corriqueiras inerentes ao DAA, a Administração Superior conseguiu implementar meios e modelos mais eficientes para a execução das tarefas em geral. Inicialmente, identificaram-se as necessidades locais para o estabelecimento de prioridades de atendimento das demandas (várias delas, inclusive, tiveram que ser atendidas de pronto, com observância de critérios objetivos, para não prejudicar o trabalho da atividade-fim). Também foram testadas novas metodologias de trabalho para otimizar a atuação de cada membro/servidor em seus respectivos ambientes de trabalho.

No particular, podem ser destacadas, desde logo, algumas iniciativas que serão detalhadas nas próximas páginas e nas partes seguintes desse Relatório. São elas:

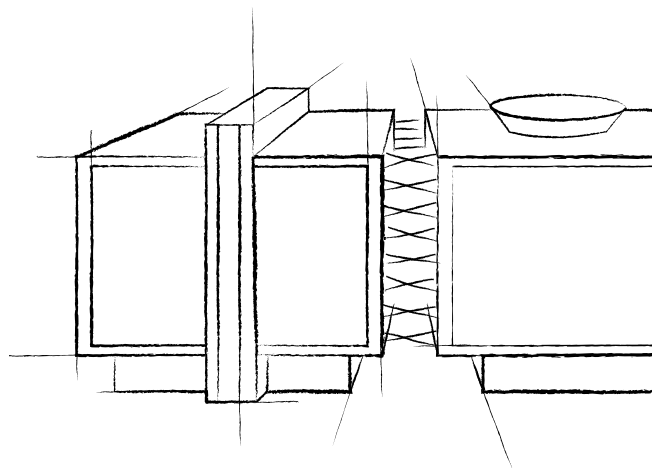
- Execução criteriosa de pesquisa de preço antes de instruir os processos licitatórios.
- Antecipação da instrução de processos licitatórios, que possibilitou o integral aproveitamento dos recursos contingenciados, os quais, via de regra, somente são liberados entre os meses de outubro a dezembro.
- Elaboração de material descritivo contendo instruções claras acerca do processo licitatório.
- Reestruturação e implantação de novas rotinas.
- Capacitação e aprimoramento dos servidores.
- Formação de gestores.
- Valorização do servidor por meio de iniciativas que visem à melhoria da qualidade de vida.

Com base nas informações contidas no decorrer deste Relatório, afirmo, sem receio de cometer equívoco, que o cuidado com a execução continuada do que havia sido planejado foi a pedra de

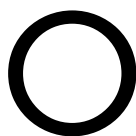
toque que possibilitou o acréscimo de 25% no orçamento autorizado para ser executado nos anos de 2012, 2013 e 2014, conforme demonstrado na primeira parte desse Relatório.

Desejo uma boa leitura e permaneço, como sempre, à disposição para esclarecer qualquer dúvida.

Eunice Pereira Amorim Carvalho
Procuradora-Geral de Justiça



Gestão responsável dos recursos públicos



Departamento de Apoio Administrativo (DAA), vinculado à Diretoria-Geral do MPDFT, é responsável por grande parte da logística da Instituição. Suas atribuições abrangem as áreas de telefonia, material (inclusive a programação orçamentária), patrimônio, serviços gerais, administração de veículos oficiais, compras e contratos administrativos.

Não obstante ser considerado um departamento de apoio, o DAA tem atuação diretamente relacionada com a eficiência do MPDFT e com o cumprimento de sua missão institucional.

A agilidade, a eficiência e a produtividade da Instituição como um todo dependem do adequado funcionamento e da capacidade de atendimento às demandas que chegam ao DAA. Orientado pela Administração Superior, o Departamento contribuiu para a efetiva redução nos custos com contratação de bens e serviços administrativos entre 2010 e 2014. Os valores economizados foram reaplicados em aquisição/contratação de novos bens e serviços.

EFICIÊNCIA NA APLICAÇÃO DE RECURSOS - COMPRAS E CONTRATAÇÕES

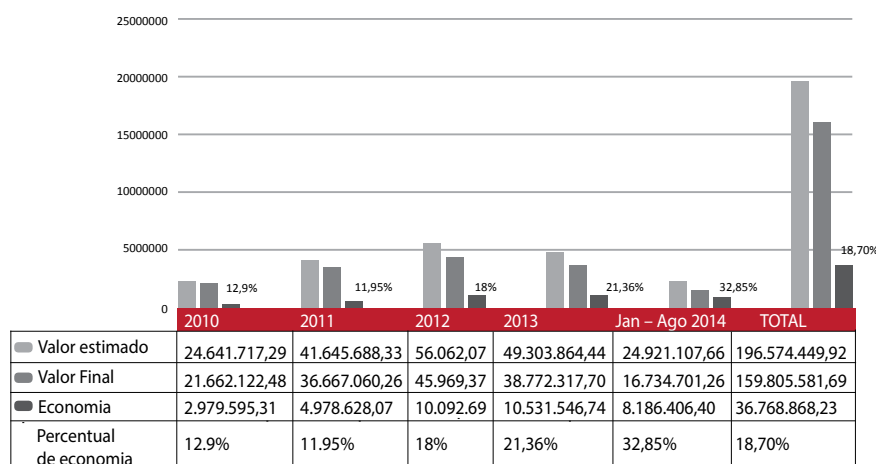


Gráfico 1 – Eficiência na aplicação de recursos em processos de compras e contratações

Fonte: Departamento de Apoio Administrativo (DAA)

Tais resultados foram possíveis graças ao planejamento responsável dos recursos, à adoção do sistema de pregão e à implementação de uma rotina de pesquisas que permite a verificação dos preços praticados pelo mercado. Com isso, foi registrada a redução de mais de 10% no valor geral contratado durante os períodos de 2010/2012 e 2013/2014. Ao comparar os preços estimados nos processos de aquisição e contratação com o valor final, verificou-se redução de R\$ 2,97 milhões em 2010, R\$ 4,97 milhões em 2011, R\$ 10 milhões em 2012, R\$ 10,5 milhões em 2013 e R\$ 8,18 milhões em 2014 (jan-ago).

Os dados são da Divisão de Compras, que analisou 1.546 processos, sendo: 521 processos licitatórios; 656 de dispensas de licitação; 244 de inexigibilidade e 125 de adesões a Atas de Registros de Preços, no período de agosto de 2010 a março de 2014.

A área também orienta os demais departamentos, visando à mitigação de erros que poderiam conduzir à anulação ou ao retardamento dos processos de aquisição e contratação, bem como à prática de sobrepreço.

Tal orientação engloba o estudo das características dos bens a serem adquiridos, o que resulta em aquisições apropriadas e elimina do processo concorrencial produtos e serviços de má qualidade ou inadequados às necessidades das áreas.

Da mesma forma, a identificação prévia das necessidades permite antecipar a instrução de processos licitatórios (que podem durar até mais de um ano, entre a instrução e a chegada do bem ou serviço) e averiguar os melhores preços no mercado. Além disso, é uma forma de maximizar a utilização dos recursos financeiros, principalmente dos que são liberados no final do ano em razão do contingenciamento.

Diante da possibilidade de liberação desses créditos, as prioridades são definidas com o intuito de subsidiar o procedimento de compra de bens ou contratação de serviços. Em seguida, são feitas pesquisas de preços, de características técnicas, de soluções alternativas, e verificação da existência de licitações similares (Atas de Adesão por Registro de Preços) em outros órgãos públicos, com o intuito de instruir antecipadamente os processos. Quando o recurso chega, a burocracia já está superada, tornando possível a conquista dos objetivos propostos.

Na impossibilidade de adquirir determinado bem, para não devolver a verba, passa-se a uma segunda prioridade, cujo processo também foi instruído antecipadamente. Tal prática contribui para o excelente resultado na execução orçamentária.

Contratos e Convênios

Entre agosto de 2010 e agosto de 2014, a Divisão de Contratos e Convênios (DICON) orientou a formalização e a execução de 394 contratos necessários à prestação de serviços, à aquisição de bens, à locação de imóveis e à construção de unidades do MPDFT. Tais processos demandaram alterações, acréscimos e supressões, gerando 444 termos aditivos e apostilas. Outras 693 Atas de Registro de Preços (ARP) foram formalizadas para eventual contratação de serviços e aquisição de bens e materiais de consumo. Ainda no mesmo período, foram feitas 285 análises necessárias a repactuações, reajustes, acréscimos e supressões de contratos.

EVOLUÇÃO, REPACTUAÇÕES, REAJUSTES, PRORROGAÇÕES, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

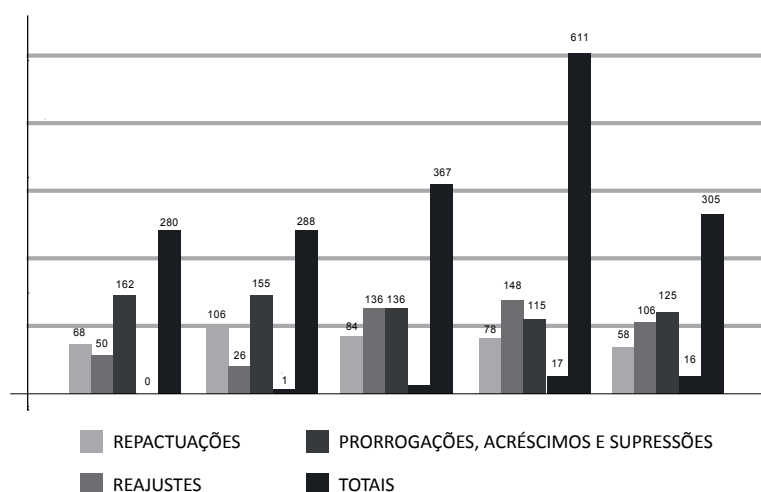


Gráfico 2 – Evolução, Repactuações, Reajustes, Prorrogações, Acréscimos e Supressões

Fonte: Departamento de Apoio Administrativo (DAA)

Outro ponto de destaque é a verificação de eventuais irregularidades cometidas pelas empresas contratadas. Essa fiscalização evita potenciais prejuízos em casos de descumprimento contratual. Entre agosto de 2010 e agosto de 2014, os servidores da DICON efetivaram 296 notificações para apresentação de defesas prévias. Esse processo culminou em 190 penalidades, por meio de multas, advertências, declarações de inidoneidade, suspensão/impedimento de licitar e rescisões.

A publicação de atos da Administração na Imprensa Nacional também é atribuição da DICON. Nos últimos quatro anos, foram realizadas 961 publicações, imprimindo transparência aos processos de compra e aquisição.

Confira no quadro abaixo, o resumo das principais iniciativas:

Atividades Desenvolvidas – Evolução	2010/2013	2014
Formalização de Contratos	336	58
Formalização de Termos Aditivos	360	106
Formalização de ARP	568	125
Formalização de Apostilas	29	16
Repactuações	62	18
Reajustes	23	12
Prorrogações, Acréscimos e Supressões	125	45
Ofício - Defesa Prévia	265	31
Ofícios - Recurso	155	23
Publicações Imprensa Nacional	961	215
Total	2884	649

Quadro 1 – Atividades Desenvolvidas – Evolução 2010/2013 e 2014

Fonte: Departamento de Apoio Administrativo (DAA)

IDENTIFICAÇÃO DE DEMANDAS

Boa parte das demandas que pautaram a atuação do DAA nos últimos quatro anos foi identificada durante visitas às unidades administrativas, dentro do projeto PGJ Itinerante. A iniciativa reuniu chefes de todos os departamentos e assessorias ligadas à Administração Superior. Eles conheceram as necessidades de cada localidade e estabeleceram prioridades.

O Departamento de Apoio Administrativo participou do projeto e atendeu aos pleitos registrados durante as reuniões. Tais demandas incluíram a aquisição de veículos, de equipamentos e mobiliário, serviços de telefonia e disponibilização de materiais de consumo, entre outros.

A experiência exitosa do PGJ Itinerante foi colocada em prática por meio da criação do DAA Itinerante, que tem foco específico nas demandas próprias da área. Tal iniciativa permite enxergar o quanto a Instituição cresceu nos últimos anos, ampliando suas áreas de atuação.



O Projeto Procuradoria-Geral Itinerante esteve na Promotoria de Justiça de Riacho Fundo em agosto de 2014.



O DAA Itinerante visitou a PJ de Ceilândia em 2012.

Renovação da frota de veículos

Entre 2010 e 2014, a frota oficial do MPDFT foi ampliada de 93 para 169 veículos, registrando aumento de 81,72% em relação a 2009. A idade média da frota oficial foi reduzida por meio da substituição dos veículos com mais de cinco anos de uso, especialmente os de serviço. Com carros mais novos, o MPDFT registrou considerável economia em custos de manutenção e ainda agregou mais segurança e conforto aos usuários.

Além do envelhecimento da frota e da falta de padronização, a Divisão de Administração de Veículos (DIAVE) também enfrentou o problema da escassez de carros apropriados para determinados serviços, como o transporte de processos e a execução de perícias e diligências.

Para resolver o problema da padronização, novos veículos (ver tabela abaixo) foram adquiridos e alocados nas Promotorias de Justiça das unidades descentralizadas. A compra de veículos de serviço, como caminhonetes para os setores de diligência, também permitiu a ampliação e a adequação da frota às atuais necessidades da Instituição.

Confira abaixo a marca, a quantidade e a destinação dos veículos comprados e distribuídos entre as unidades do MPDFT, no período de agosto de 2010 a março de 2014:

Veículo	Quantidade	Destinação
Amarok	5	Unidades diversas/Diligências
Ford Fusion	3	Sede do MPDFT
Gol	18	Unidades diversas (serviços)
Kangoo	8	Sede, Gama, Garagem, Paranoá, Infância, São Sebastião (transporte de processos)
L-200	17	Unidades diversas/Diligências
Micro-ônibus	1	Garagem
Toyota Corolla	17	Promotorias de Justiça (transporte de membros)
Van	6	Unidades diversas (transporte de membros e servidores)
Fiesta	1	Coordenação de Segurança Institucional
Total	76	



A frota oficial do MPDFT foi ampliada de 93 para 169 veículos entre 2010 e 2014.

Quadro 2 – Renovação da frota de veículos

Fonte: Departamento de Apoio Administrativo (DAA)

Ampliação e modernização dos serviços de telefonia

Com a inauguração da 2ª etapa da sede do MPDFT, houve a necessidade de modernização e ampliação do serviço de telefonia, que já não atendia à totalidade das demandas. A aquisição de uma nova central telefônica resolveu o problema e permitiu a ampliação da quantidade de ramais digitais e analógicos, que subiu de 800, em 2012, para 2.200 ramais, em 2013. A central, no entanto, tem potencial para oferecer até quatro mil ramais.



A central telefônica do MPDFT pode oferecer até quatro mil ramais.

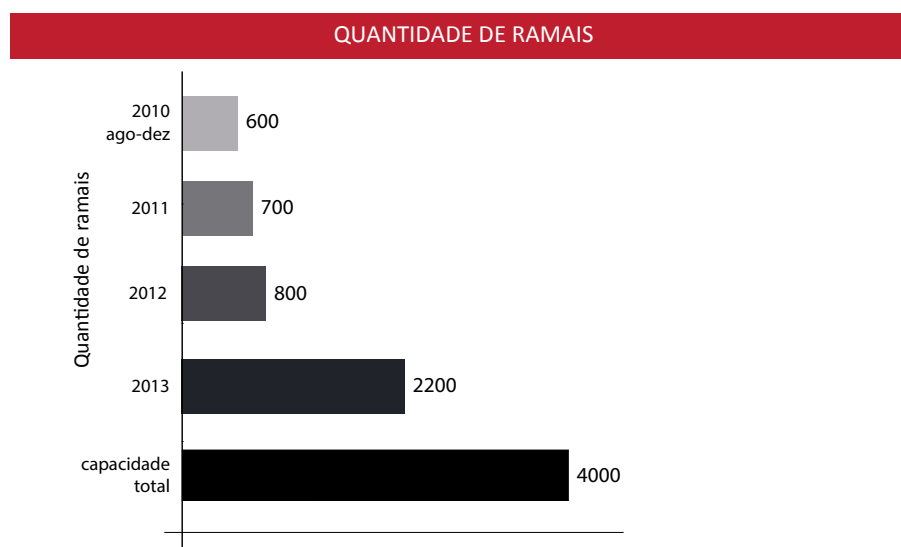


Gráfico 3 – Quantidade de Ramais

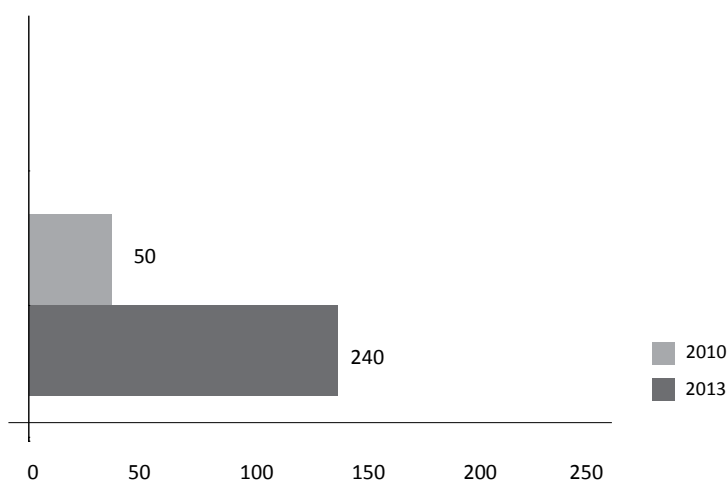
Fonte: Departamento de Apoio Administrativo (DAA)

Para atender às promotorias descentralizadas, foram adquiridas centrais telefônicas, que já estão instaladas em Sobradinho, São Sebastião, Santa Maria, Guará, Núcleo Bandeirante e Riacho Fundo. Em 2014, foi adquirida, também, nova central telefônica para atender ao Núcleo de Atendimento Integrado ao Adolescente Infrator (NAI). Além disso, o número de ramais que atendem a Promotoria de Justiça de Ceilândia foi ampliado. No total, o MPDFT conta agora com 20 centrais telefônicas (uma na sede e 19 nas unidades descentralizadas).

Para preservar a segurança das informações, adquiriu-se um sistema que grava até 30 ramais simultaneamente. Também foi implantado um sistema que passou a garantir o gerenciamento de todas as centrais telefônicas do MPDFT. Ele propicia a administração de erros e emite relatórios para verificação de falhas e manutenção preventiva.

A quantidade de linhas móveis foi ampliada de 50 para 240 celulares, com disponibilização de aparelhos smartphone e serviço 3G.

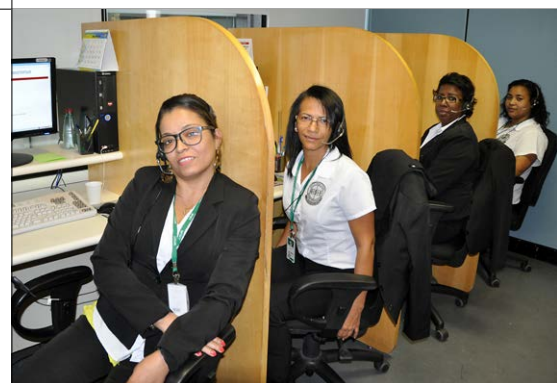
QUANTIDADE DE LINHAS MÓVEIS



Além disso, a ampliação dos sistemas de telefonia fixa demandou a disponibilização de novos profissionais para atuarem nos serviços de atendimento telefônico. Entre 2010 e 2014, foram contratadas mais 11 telefonistas, que prestam serviços em diversas unidades do MPDFT. Por fim, a contratação de um técnico residente para o serviço de manutenção de central telefônica possibilitou o atendimento rápido e personalizado aos usuários.

Gráfico 4 – Quantidade de Linhas Móveis

Fonte: Departamento de Apoio Administrativo (DAA)



Para melhorar o atendimento, o MPDFT contratou mais onze telefonistas entre 2010 e 2014.

"Uma visão simplificada da gestão por resultados, preocupada em perceber as necessidades estruturais e compreender o que as pessoas precisam, é, sem dúvida, uma das marcas positivas da administração eficiente da Dra. Eunice".



*Marco César Moreira Giraldes,
Chefe do Departamento de Apoio Administrativo*

O período de agosto de 2010 a dezembro de 2013, em particular, foi marcado por mudanças nas estruturas organizacionais e físicas da Instituição, seja pela ocupação da 2ª. etapa do edifício-sede seja em decorrência das mudanças das Promotorias de Justiça (Núcleo Bandeirante, Sobradinho, São Sebastião, Guará, Ceilândia, Taguatinga, Riacho Fundo, NAI, etc.). Coube ao DAA enfrentar os desafios, mantendo a sua rotina de trabalho, e ainda fazer frente à crescente demanda por material, mobiliário, serviços e equipamentos.

Algumas inovações foram necessárias como, por exemplo, a contratação de empresa especializada em mudanças, que permitiu transferir unidades, equipamentos e mobiliários tantas vezes quantas foram necessárias para adequar cada unidade do MPDFT em suas novas instalações – sempre sem interromper as atividades finalísticas.

Os dados apresentados a seguir demonstram que houve um pico pela requisição dos serviços do DAA, principalmente nos anos de 2012 e 2013 – período em que diversas áreas foram adequadas às novas instalações da 2ª etapa da sede do MPDFT.



Foi contratada empresa especializada em mudanças para facilitar a instalação das unidades do MPDFT em novos locais.

Adequações e apoio no período de mudanças

Responsável por planejar, coordenar, controlar e acompanhar a execução das atividades de serviços gerais e atividades auxiliares – tais como: serviços de copa, reprografia, limpeza e conservação, a Divisão de Serviços Gerais (DISEG) avaliou o impacto da ampliação da área da sede do MPDFT nos serviços administrativos.

A área coberta pelos contratos de serviços, por exemplo, cresceu 62% entre os anos de 2010 e 2014, passando de 85 mil metros quadrados para mais de 135 mil metros quadrados. A ampliação da área atendida exigiu aumento proporcional do número de profissionais alocados nos contratos de carregadores, de serviços de copa e de limpeza e conservação.

Área coberta pelos contratos da DISEG – DAA (m²)

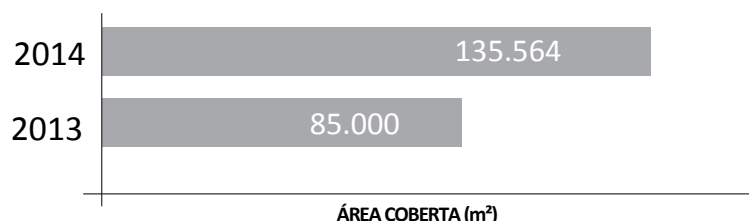


Gráfico 5 – Área coberta pelos contratos da DISEG-DAA

Fonte: Departamento de Apoio Administrativo (DAA)

Com a ampliação dos contratos, a Administração Superior incluiu uma série de melhorias e adequações às atividades existentes. Nos serviços de carregadores, por exemplo, foi disponibilizado um carregador para cada Promotoria de Justiça das Cidades do DF, totalizando 19 profissionais em 2014. A iniciativa evitou que o serviço a ser executado por esses profissionais fosse realizado, indevidamente, por auxiliares de limpeza. A quantidade de postos de atendimento foi elevada em 100% (de 13, em 2010, para 26, em 2014).



Foi disponibilizado um carregador para cada promotoria de Justiça das cidades.

SERVIÇOS TERCEIRIZADOS COM DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA

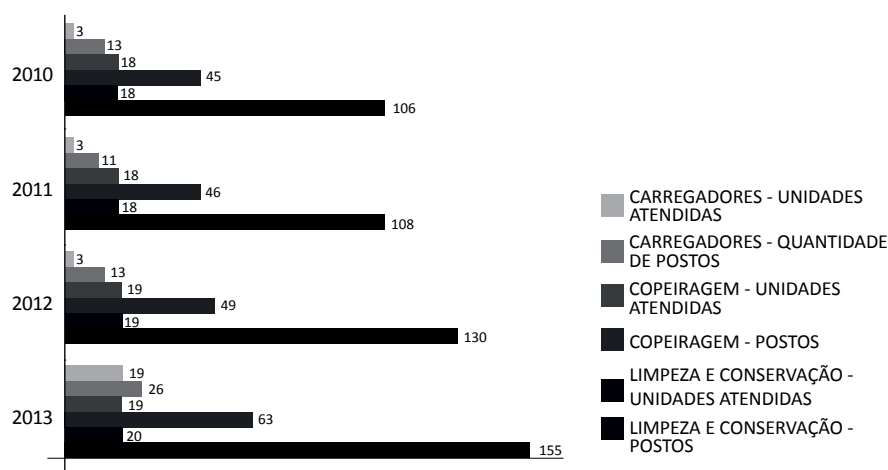


Gráfico 6 – Serviços terceirizados com disponibilização de mão de obra

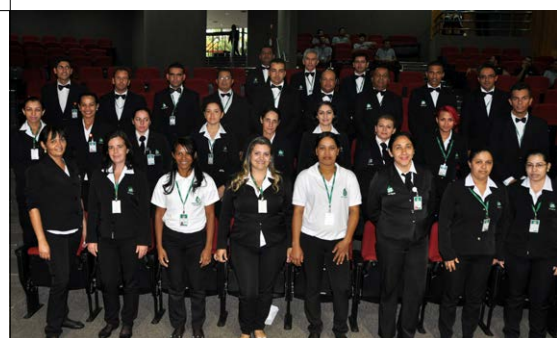
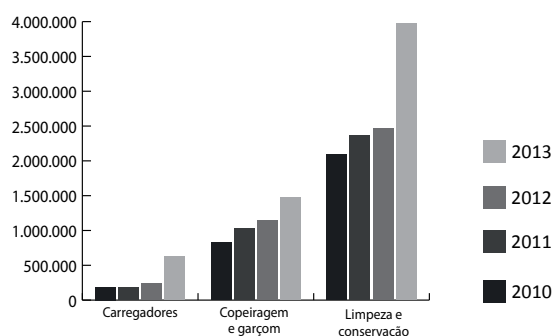
Fonte: Departamento de Apoio Administrativo (DAA)

O mesmo ocorreu com os serviços de copa e de garçons. Também houve significativo aumento do número de postos, que subiu de 45 (em 2010) para 63 (em 2014). Foram ativadas novas copas na sede do MPDFT e incluído mais um horário para o serviço de café e água nos andares. Além disso, é importante registrar a implantação de posto de garçom nas unidades de Brazlândia e Guará, e mais um na unidade de Taguatinga. Tais medidas visaram ao aumento do conforto e de melhores condições de trabalho para as equipes daquelas unidades.

Com o aumento da demanda pela prestação de serviços de limpeza, a quantidade de postos, que era de 106 em 2010, chegou a 154 em 2014. Além disso, houve acréscimo de quatro postos de encarregado.

A ampliação das instalações físicas do MPDFT e o necessário aperfeiçoamento dos serviços exigiram reforço na dotação orçamentária, conforme se observa no gráfico abaixo. O investimento na contratação dos serviços subiu de cerca de R\$ 2 milhões (em 2010) para cerca de R\$ 4 milhões (em 2014).

SERVIÇOS TERCEIRIZADOS DA DISEG – CUSTOS



O número de postos de garçons e copeiras aumentou de forma significativa.



Os postos de limpeza passaram de 106 para 154.

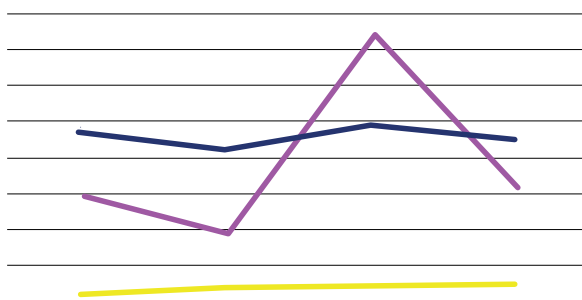
Gráfico 7 – Serviços terceirizados da DISEG

Fonte: Departamento de Apoio Administrativo (DAA)

Economia de material de consumo e agilidade na reprografia

A Divisão de Material e Patrimônio (DIMP) também foi uma área muito demandada, uma vez que foi necessário mobiliar as novas instalações. Para garantir a adequada gestão do patrimônio do MPDFT durante as mudanças, a DIMP passou a realizar inventários setoriais, inclusive com periodicidade diária, em alguns casos. O gráfico 8 ilustra o pico na aquisição de material permanente (mobiliário e equipamentos) registrado em 2012, ocasião da mudança para a 2ª etapa da Sede.

MATERIAL E PATRIMÔNIO - CUSTOS



	2010	2011	2012	2013
Material de consumo	933.097,58	845.349,36	976.314,86	895.164,28
Material permanente	565.808,89	372.814,13	1.474.294,16	621.848,69
Almojarife e armazenista	0	37.395,94	51.275,64	60.951,99

Gráfico 8 – Material e patrimônio

Fonte: Departamento de Apoio Administrativo (DAA)

O gráfico destaca ainda a redução no custo com material de consumo em 2013, resultado da aquisição de *tonners* para impressoras junto a um fornecedor de marca diferente da original. Essa substituição foi possível após o término do prazo de garantia dos equipamentos e graças à pesquisa de preços realizada pelo DAA, que identificou alternativa mais econômica. Com isso, o custo com material de consumo caiu de R\$ 976 mil, em 2012, para R\$ 895 mil, em 2013.

Entre agosto de 2010 e março de 2014, o serviço de reprografia foi ampliado com a instalação de mais 26 máquinas, totalizando 63 unidades. Com isso, o atendimento foi agilizado, inclusive nas demandas por cópias coloridas, encadernação e cópias de mapas e plantas.



Equipe auxiliar do almoxarifado e patrimônio.

ESTRUTURA DE APOIO ADMINISTRATIVO

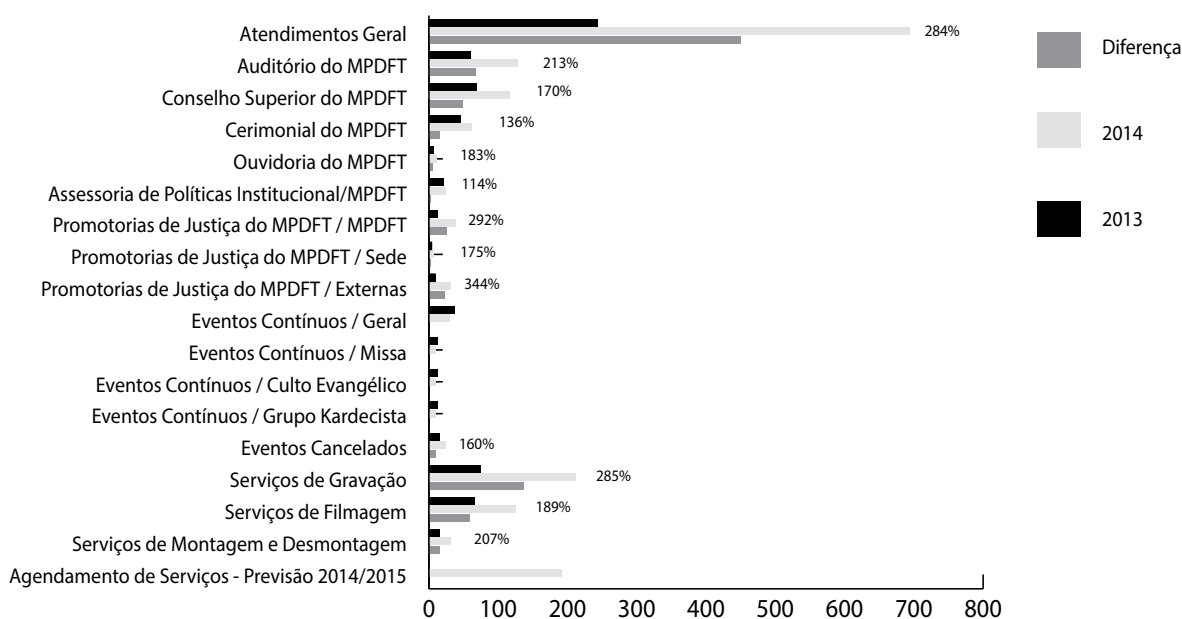
A estrutura do Departamento de Apoio Administrativo (DAA) passou por reformulações. A principal refere-se à saída de duas áreas administrativas que passaram a integrar a recém-criada Coordenadoria de Documentação e Informação (CDI), em 22 de abril de 2013, por meio da edição da Portaria Normativa PGJ nº 260. Além disso, o DAA incorporou à Divisão de Serviços Gerais, duas novas áreas: a Seção de Copeiragem e Restaurante, responsável pela gestão do Termo de Cooperação Técnica com o Senac e, a partir de abril de 2014, o Serviço de Controle de Infraestrutura de Audiovisual (SERCAU), responsável pelos serviços de audiovisual nos eventos do MPDFT.

O SERCAU incrementou a atuação do DAA, especificamente no apoio logístico à realização de eventos organizados pelo MPDFT. Além dos serviços que já providenciava, o DAA passou a cuidar também do audiovisual desses eventos. E foi muito bem-sucedido nessa atuação: depois de assumir a nova atribuição, já participou de eventos complexos e importantes, como o debate entre os candidatos a PGJ, transmitido pela intranet; os concursos para ingresso no MPDFT; as duas edições do projeto Repensar, além de palestras, inaugurações, peças teatrais e outros eventos da Casa. O gráfico detalha essa atuação.

**Gráfico 9 – Atendimento SERCAU
– Taxa de Crescimento
2013 – 2014**

Fonte: Departamento de Apoio Administrativo (DAA)

ATENDIMENTOS SERCAU – TAXA DE CRESCIMENTO 2013 – 2014



Tais mudanças tiveram reflexo no quadro de pessoal do DAA, que conta hoje com 89 profissionais, sendo: 14 analistas, 55 técnicos e 18 estagiários. A redução total no quadro de pessoal, em comparação com julho de 2010, foi de 17 profissionais, conforme quadro abaixo:

	JULHO/ 2010	AGOSTO/2014
Analistas	11	14
Técnicos	51	55
Lotação Provisória	0	0
Requisitados	20	2
Estagiários	21	18
Total	103	89

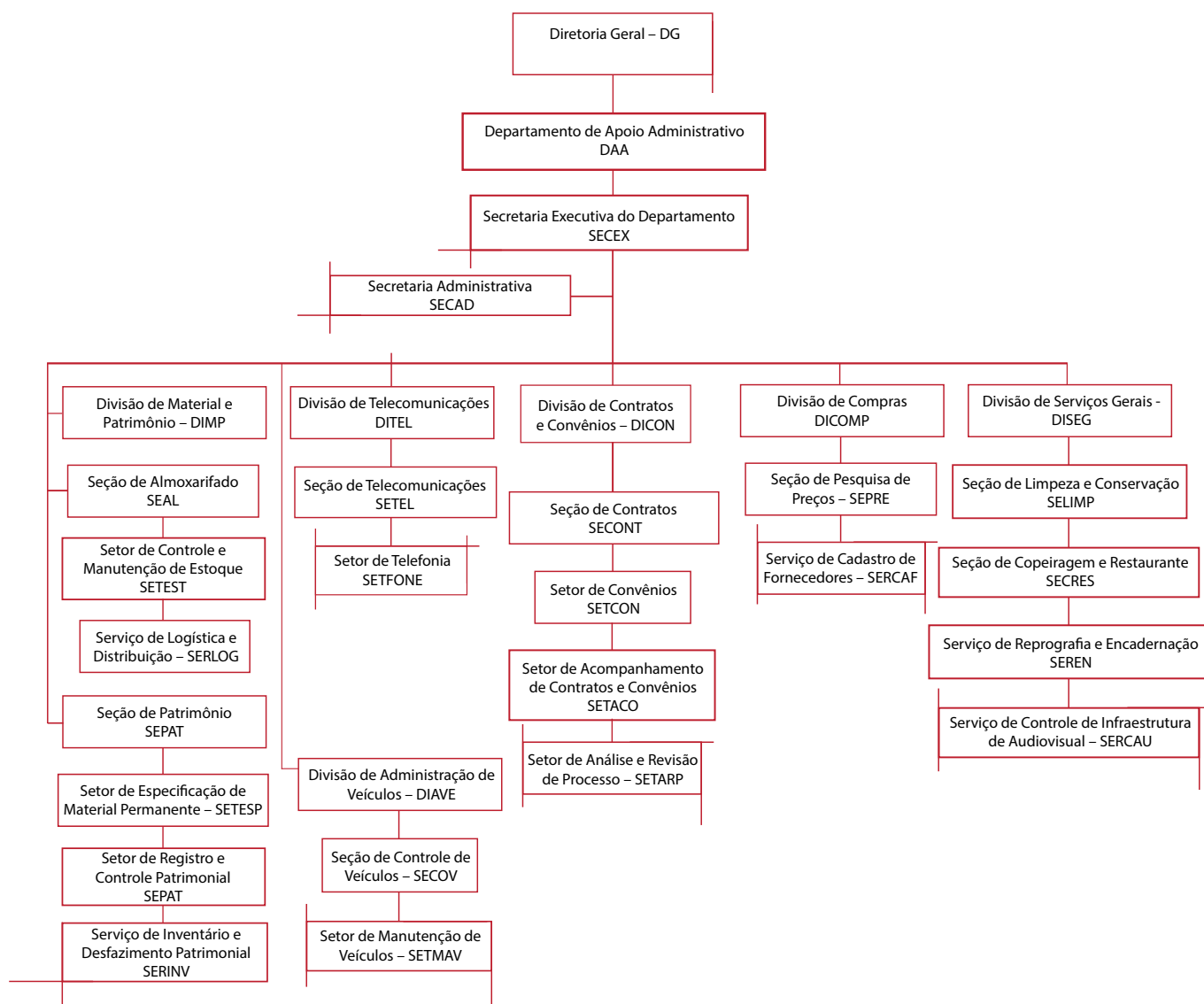
Gráfico 10 – Quadro de pessoal do DAA

Fonte: Departamento de Apoio Administrativo (DAA)



A equipe do DAA é composta por servidores que trabalham no Edifício Sede e na garagem (SGON).

ORGANOGRAMA DO DEPARTAMENTO DE APOIO ADMINISTRATIVO



As informações registradas nesta prestação de contas, segunda parte do Relatório de Gestão Compartilhada, demonstram a importância que tem uma área de apoio no alcance dos objetivos finais de uma Instituição. Graças à agilidade e à eficiência do Departamento de Apoio Administrativo, houve economia substancial no uso dos recursos públicos, integração entre diversas áreas, além da instalação de equipes inteiras em ambientes mais confortáveis e funcionais.

Iniciativas relatadas neste documento dão conta também da relevância de pequenas ações, como a contratação de um único profissional para cuidar da manutenção dos serviços de telefonia ou a inclusão de mais um horário para servir o cafezinho da tarde. O que parece irrelevante, de baixo impacto nos custos ou de pouca visibilidade pode provocar um efeito bastante positivo na qualidade do trabalho e impactar de forma positiva o resultado geral da Instituição.

A contratação de empresa para disponibilizar mão de obra de almoxarife é uma dessas ações que poderiam, pela simplicidade, passar despercebidas. No entanto, a alocação de um único profissional já permitiu que a Seção de Almoxarifado passasse a fazer as entregas de material nas unidades – a partir de 2014. Isso tem reflexos positivos em outros objetivos, quais sejam: planejar a necessária redução no espaço de armazenagem de material, possibilitar a entrega imediata do material solicitado e liberar tempo dos servidores da unidade para as atividades que não podem ser terceirizadas.

Para o ano de 2014, além da mudança, já concretizada, das Promotorias de Justiça de Ceilândia, estão programadas a transferência do Departamento de Orçamento e Finanças (DOF) e do Plan-Assiste. Novamente, a Administração Superior, o DAA e as demais áreas serão desafiadas a agir com eficiência na prestação de todos os serviços e no fornecimento de materiais requisitados em momentos de mudança.

Mas desta vez será mais fácil. A experiência e a estrutura (como a contratação de uma empresa para prestar serviços de mudança) adquiridas ao longo destes últimos quatro anos contribuirão sobremaneira para um processo menos custoso e cansativo para todos os envolvidos.

Ao finalizar, agradeço a toda equipe do Departamento de Apoio Administrativo (DAA), que trabalhou com dedicação e comprometimento ao longo desses quatro anos.

Eunice Carvalhido
Procuradora-Geral de Justiça



Ministério Público
do Distrito Federal
e Territórios

Missão do MPDFT

Promover a justiça, a democracia,
a cidadania e a dignidade humana,
atuando para transformar em
realidade os direitos da
sociedade.



Disque 127

 ouvidoriampdft

www.mpdft.mp.br/ouvidoria

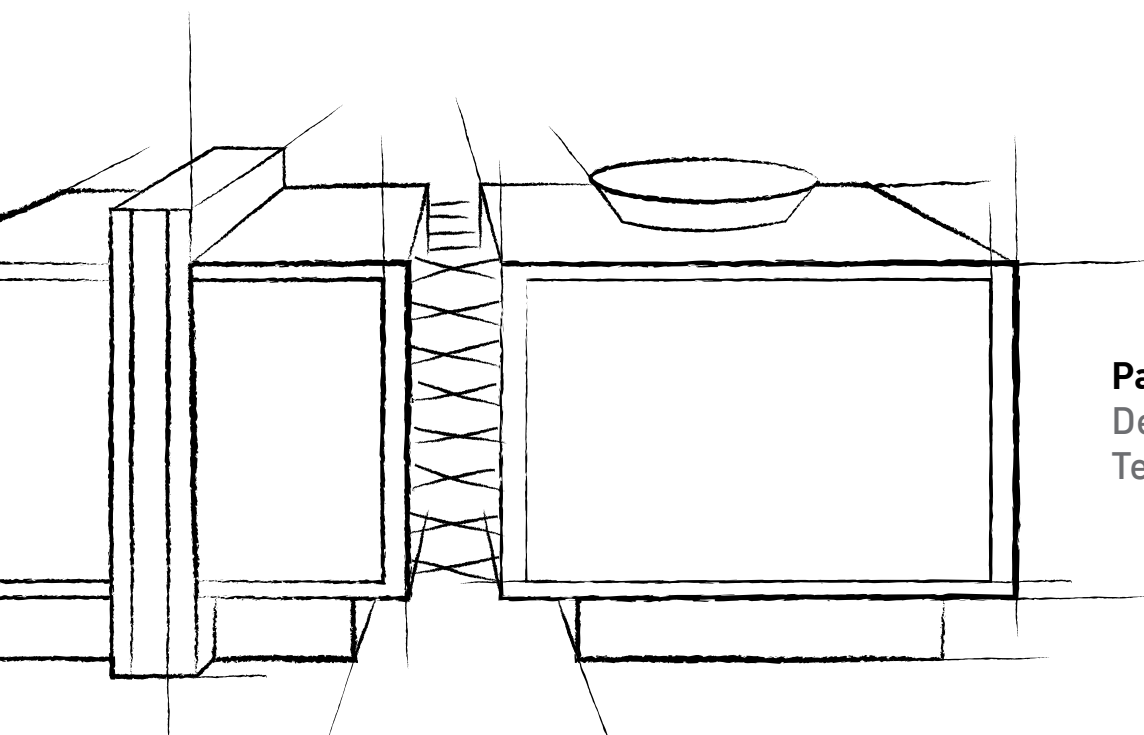
Eixo Monumental, Praça do Buriti, Lote 2, Sede do MPDFT
Brasília-DF, CEP 70.091-900 • Telefone: (61) 3343-9500
www.mpdft.mp.br • facebook.com/mpdftoficial



Ministério Público
do Distrito Federal
e Territórios

Gestão Compartilhada

Membros e servidores unidos na condução
do MPDFT



Parte 3
Departamento de
Tecnologia da Informação

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR DO MPDFT

Procuradora-Geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios

Procuradora de Justiça Eunice Pereira Amorim Carvalhido

Vice-Procuradora-Geral de Justiça

Procuradora de Justiça Zenaide Souto Martins

Corregedora-Geral

Procuradora de Justiça Benis Silva de Queiroz Bastos

Chefia de Gabinete

Promotor de Justiça Adjunto Albertino de Souza Pereira Netto
(*In memoriam*)

Promotora de Justiça Thaís Freire da Costa Flores

Promotor de Justiça Wagner de Castro Araújo

Diretoria-Geral

Promotor de Justiça Vetuval Martins Vasconcelos
(2010 /2013)

Promotor de Justiça Libanio Alves Rodrigues

Servidora Ana Lúcia Carrijo Ferreira

Assessoria Especial da Procuradoria-Geral de Justiça

Promotor de Justiça Vetuval Martins Vasconcelos
(2013/2014)

Assessoria de Políticas de Segurança

Promotor de Justiça Eduardo Gazzinelli Veloso
(2010/2014)

Promotor de Justiça Wilton Queiroz de Lima (2014)

Assessoria de Políticas Institucionais

Procurador de Justiça Jair Meurer Ribeiro (2010/2011)

Promotora de Justiça Ana Luiza Lobo Leão Osório

Promotor de Justiça Dermeval Farias Gomes Filho

Assessoria Cível e de Controle de Constitucionalidade

Promotor de Justiça André Luiz Casal Duran (2010/2012)

Promotor de Justiça Antônio Henrique Graciano Suxberger
(2010/2012)

Promotor de Justiça Dicken William Lemes

Promotor de Justiça Rodolfo Cunha Salles

Assessoria Criminal

Promotora de Justiça Marta Alves da Silva (2010/2012)

Promotora de Justiça Marya Olímpia Ribeiro Pacheco
(2010/2012)

Promotor de Justiça Antônio Henrique Graciano Suxberger

Promotor de Justiça Renato Bianchini

Coodenadoria de Recursos Constitucionais

Procurador de Justiça Antônio Luiz Barbosa Alencastro
(2010/2013)

Procuradora de Justiça Ana Luisa Rivera

Promotor de Justiça Evandro Manoel da Silveira Gomes

Promotor de Justiça Adjunto Leonardo Carneiro Britto

Gestão Compartilhada

Parte 3 – Departamento de Tecnologia da Informação

Referente ao período de agosto de 2010 a outubro de 2014

Departamento de Tecnologia da Informação

SIG trecho 06, lote 2310, Brasília-DF

Telefone: (61) 3441-0600 | 3343-9905 (Sede do MPDFT)

E-mail: dti@mpdft.mp.br

Luiz Augusto Araújo Becker – Chefe atual

Wagner Silva de Araújo – Chefe (2010/2011)

Coordenação e Produção de Texto:

Assessoria de Imprensa - PGJ

Elizangela Monteiro

Programação visual e diagramação:

Coordenadoria de Comunicação do MPDFT

Colaboração:

Lílian Cursino Pessoa, Elisa Ramalho Salim Ramos

Revisão:

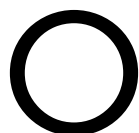
Samara Botelho Vaz de Almeida

Outubro de 2014. Versão digital.

© 2014 Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.

As informações contidas neste relatório foram fornecidas e aprovadas pelo Departamento de Tecnologia da Informação (DTI).



Departamento de Tecnologia da Informação (DTI) representou um dos grandes desafios na gestão institucional. Primeiro, porque se trata de uma área que exige investimentos contínuos na atualização e manutenção de equipamentos e sistemas. São aquisições de alto custo, que demandam planejamento e disponibilidade de recursos orçamentários.

Além disso, as áreas de Tecnologia da Informação, principalmente no setor público, quase sempre compartilham os mesmos problemas: a escassez de mão de obra qualificada e a dificuldade em reter talentos, uma vez que o mercado privado consegue oferecer melhores salários e oportunidades de crescimento. Some-se a isso, a necessidade de atualização desses profissionais através de treinamento voltado às mais modernas soluções tecnológicas.

É nesse cenário, e com as dificuldades próprias da administração pública, que o DTI procurou aperfeiçoar seus serviços e oferecer estrutura tecnológica e informacional de apoio a membros, servidores, estagiários e terceirizados no desempenho de suas atividades. Merece destaque a criação do sistema de controle de documentos eletrônicos (*Tabularium*) e de uma plataforma virtual para gerenciamento das atividades das promotorias (eGab).

Outros sistemas, que serão descritos no decorrer deste relatório, também contribuíram para a digitalização de inúmeros processos administrativos, gerando economia de recursos físicos e financeiros, propiciando o desenvolvimento das atividades com maior margem de segurança e em menos tempo.

Os feitos e as conquistas relatadas a seguir compreendem o período de agosto de 2010 a outubro de 2014.

Governança de TI

Boa classificação em avaliação do Tribunal de Contas da União (TCU)

O DTI participa regularmente de avaliações voltadas à Governança Corporativa e trabalha com a meta de atingir níveis cada vez melhores nas avaliações que atestam a qualidade dos serviços, dos sistemas e do atendimento. Nos últimos quatro anos, o TCU publicou dois levantamentos relacionados à Governança de TI no âmbito da Administração Pública Federal, um em 2010 e outro em 2012. O MPDFT participou de ambos e o resultado do segundo levantamento atestou considerável melhoria no índice de aprimoramento.

Na avaliação de 2010, o MPDFT alcançou a pontuação de 0,54 no índice de Governança de TI, tendo sido classificado em nível "intermediário". Em agosto de 2012, o MPDFT atingiu o nível "aprimorado", tendo obtido índice de Governança de TI igual a 0,69. Nesta avaliação, o MPDFT ficou em 1ª colocação entre todos os Ministérios Públicos Estaduais e da União e na 22ª colocação entre as 337 instituições pesquisadas.

Tais resultados devem ser atribuídos à busca contínua de melhorias na operacionalização do DTI, visando aprimorar a eficiência, a eficácia e a efetividade de seus resultados, sem perder de vista as recomendações dos órgãos reguladores como o Ministério do Planejamento e o TCU. Abaixo, estão descritas as principais iniciativas que permitiram ao MPDFT subir do nível "intermediário" para "aprimorado", em Governança de TI:

a) Normatização da Política de Segurança

Entre as melhorias alcançadas, destacam-se as seguintes normatizações: da Política de Segurança da Informação (PSI), que estabelecem as diretrizes da Segurança da Informação no MPDFT; da Gestão de Nível de Serviço (GNS), que orienta a criação de novos serviços de TI, bem como seus acordos de níveis de serviço; e das aquisições e contratações de TI, cuja Portaria Normativa nº 58, de

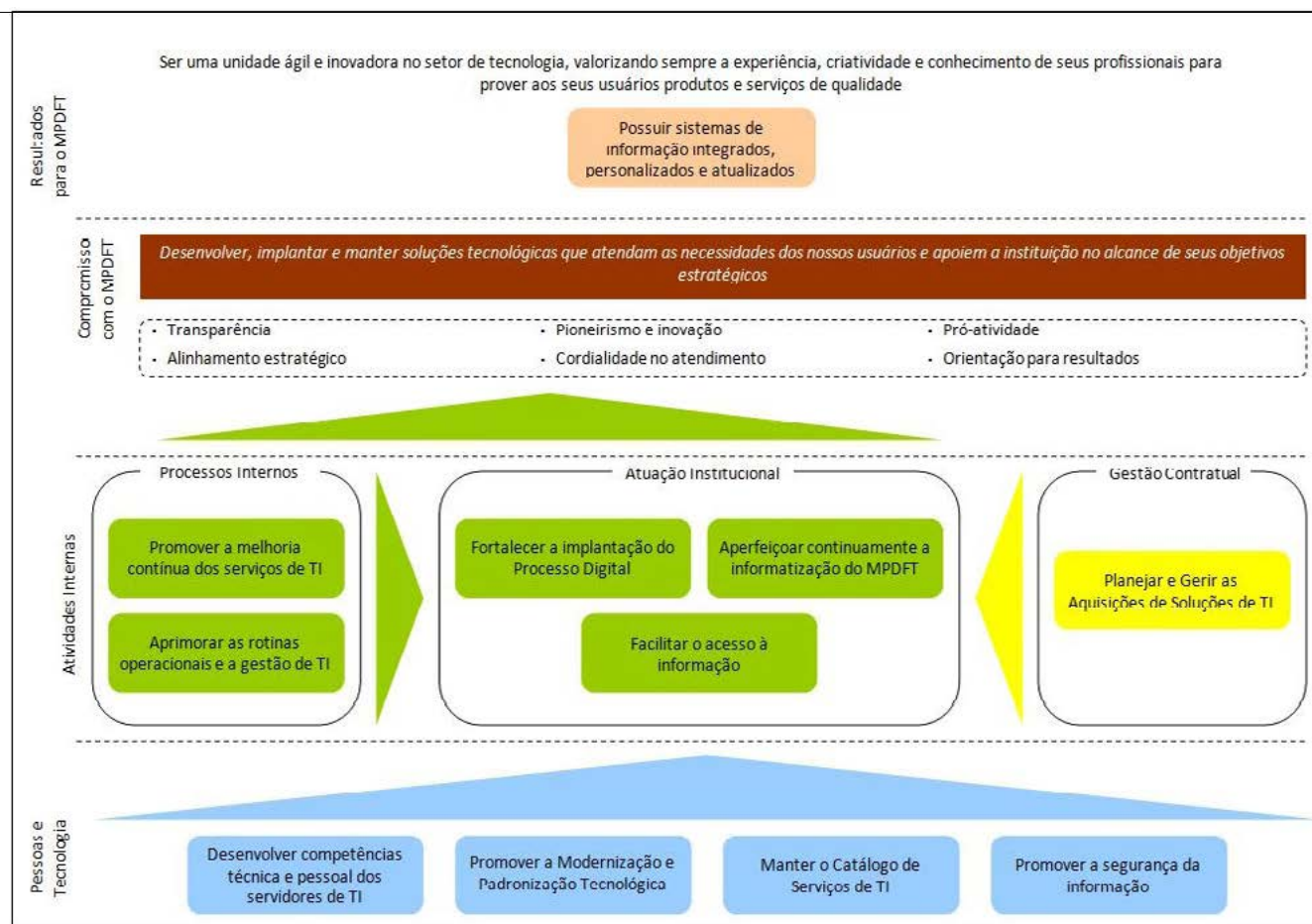
setembro de 2011, foi utilizada como base para Resolução do CNMP a ser adotada por todos os Ministérios Públicos.

b) Modelagem de processos internos

Ocorreu em diversos processos internos por meio do método de Notação de Modelagem de Processos de Negócio (*Business Process Modeling Notation*, ou BPMN) como, por exemplo, a Metodologia de desenvolvimento de sistemas MPDFT-UP e outros.

c) Mapa Estratégico de TI

Desenvolvido em dezembro de 2012, o Mapa Estratégico de TI evidenciou a linha de atuação da área, as prioridades e os resultados a serem alcançados.



d) Plano Estratégico de Tecnologia da Informação - PETI

Elaborado também em 2012 e aprovado por meio de Portaria Normativa nº 245, de dezembro de 2012. Com base no Mapa Estratégico do MPDFT, foram definidos objetivos estratégicos, metas e indicadores. Além deste documento, o Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação do MPDFT (CETI) aprova anualmente, desde 2009, o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), que trata

O Mapa Estratégico detalhou as prioridades da área e resultados a serem alcançados.

dos projetos a serem desenvolvidos pelo DTI para cada ano. Visando ao cumprimento das ações previstas no PDTI, foram estipuladas metas de execução, conforme descrição no quadro abaixo. Tais metas vêm sendo superadas, anualmente, desde o início da série histórica, em 2010.

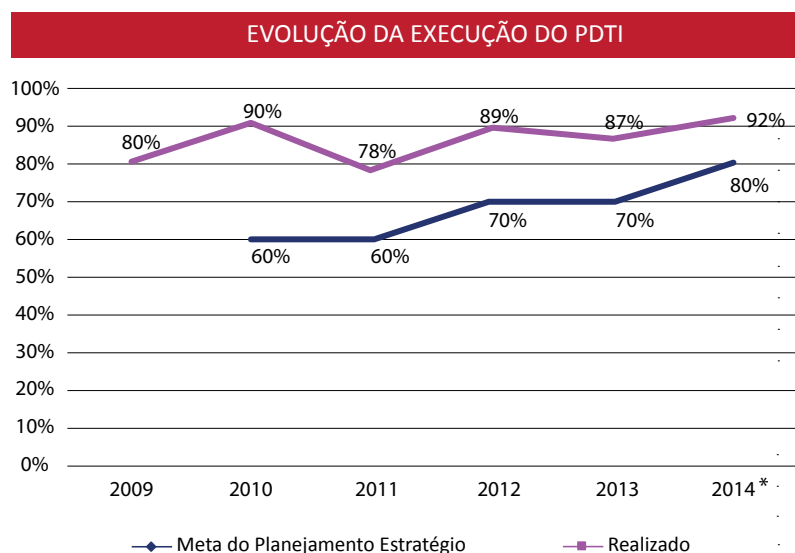


Gráfico 1 – Evolução da execução do PDTI

Fonte: Departamento de Tecnologia da Informação

*2014 – dados estimados

É importante mencionar que o PETI visa promover o ajuste entre as estratégias institucionais, as de TI e a estrutura interna do MPDFT. Dessa forma, o Plano cumpre os objetivos de alinhar os Sistemas de Informação com as necessidades da Instituição; aumentar o nível de satisfação dos usuários; observar os conceitos da boa governança de TI e a norma vigente; controlar custos e investimentos em TI; e planejar as ações em curto, médio e longo prazo.

O Plano Estratégico de Tecnologia da Informação do MPDFT foi premiado no 5º Congresso Brasileiro de Gestão do Ministério Público – Prêmio CNMP 2014.

Atendimento aos usuários

Suporte técnico

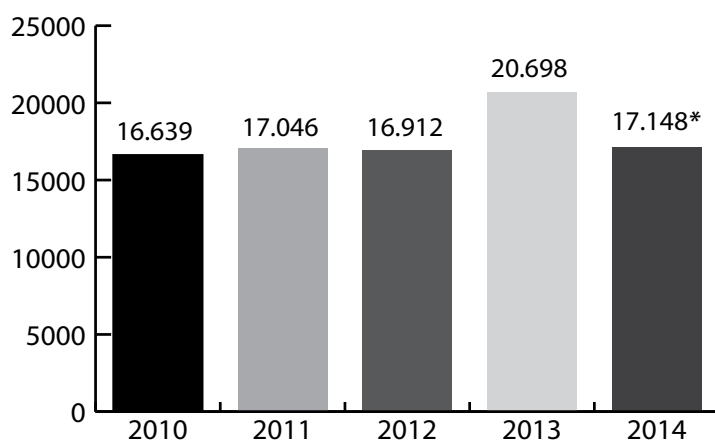
a) Demanda pelos serviços de suporte técnico

A demanda por suporte técnico em apoio aos serviços prestados pelo DTI tem registrado elevado índice de crescimento nos últimos anos. Somente em 2013, por exemplo, a procura aumentou mais de 22% em relação a 2012. Naquele ano, o serviço de suporte do DTI atendeu mais de 20 mil chamados de membros servidores e terceirizados.

Já em 2014, somente até setembro, foram registrados mais de 17 mil atendimentos. O quadro abaixo demonstra a evolução da procura pelo suporte técnico nos últimos quatro anos. De acordo com o gráfico, é possível observar que o número de atendimentos realizados neste ano de 2014 já superou o de 2012.



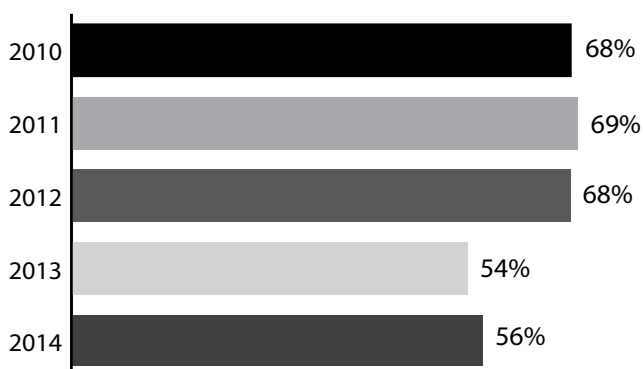
NÚMERO DE ATENDIMENTOS REALIZADOS POR ANO



*Até setembro de 2014.

Do total de atendimentos realizados anualmente, mais da metade foi concluída no prazo de 24 horas. Em 2013, a prestação do serviço foi menos eficaz, em comparação com os demais períodos. Mesmo assim, o dado é considerado elevado e bastante positivo, dada a grande dificuldade de reposição dos quadros técnicos do DTI naquele ano, quando a área chegou a acumular uma carência de 14 servidores, sanada somente após as nomeações realizadas a partir de janeiro de 2014.

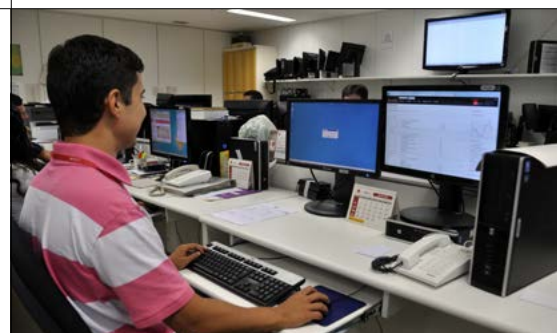
SOLICITAÇÕES ATENDIDAS EM ATÉ 24 HORAS



*Até setembro de 2014.

Gráfico 2 – Número de atendimentos realizados por ano

Fonte: Departamento de Tecnologia da Informação



O número de atendimentos de TI aumentou significativamente nos últimos anos.

Gráfico 3 – Solicitações atendidas em até 24 horas

Fonte: Departamento de Tecnologia da Informação

b) Satisfação do usuário

Mesmo com a deficiência no quadro de pessoal, o modelo de estruturação do suporte técnico permitiu assegurar a manutenção dos níveis de qualidade em relação ao tempo de atendimento e à capacidade de solução de problemas no decorrer dos anos. A avaliação é feita pelos próprios usuários e confirma patamares próximos a 90%

de aprovação para o tempo de espera de atendimento. Isso significa que o serviço pode ser classificado como "bom" ou "ótimo" nas pesquisas realizadas.

O gráfico abaixo ilustra as avaliações realizadas entre 2010 e 2014. O menor índice obtido neste período (86,4%) ocorreu justamente no ano de 2013, quando se acentuaram os problemas de reposição de pessoal. Os números são considerados muito bons em comparação com os índices praticados em outras áreas de TI no setor público.

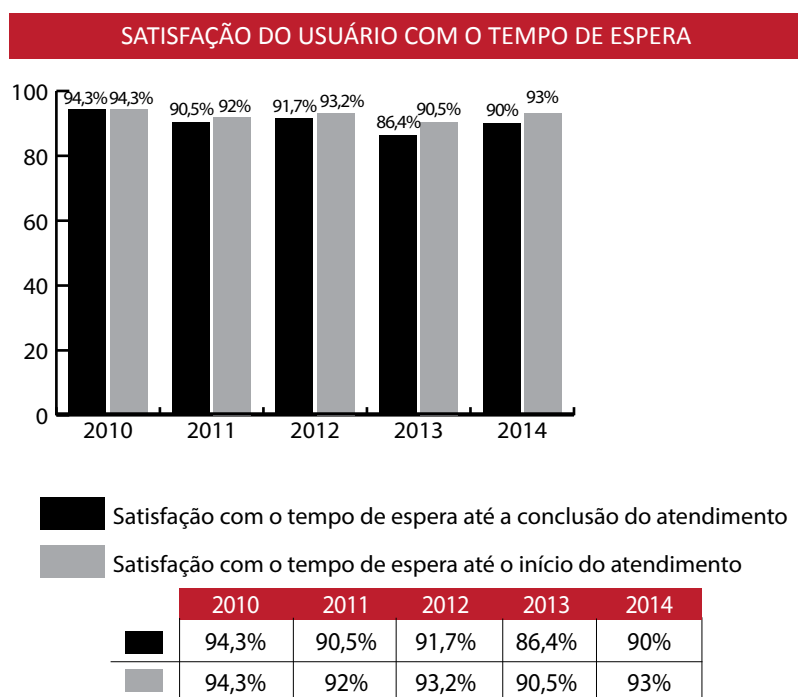


Gráfico 4 – Satisfação do usuário com o tempo de espera

*Percentual de chamados considerados bons ou ótimos

Fonte: Departamento de Tecnologia da Informação

c) Suporte em dois níveis

Uma das principais melhorias foi a divisão do suporte técnico em dois níveis. O primeiro pode ser descrito como o atendimento inicial ao incidente reportado pelo usuário. Nesses casos, em geral, já existe uma solução padronizada para o problema, bastando ao técnico executá-la. O segundo nível, por sua vez, se aplica quando é necessário pesquisar uma nova solução para o problema apresentado, para que o suporte técnico possa aplicá-la nas próximas ocorrências.

Ações de aprimoramento dos serviços

A melhoria do atendimento no serviço de suporte do DTI foi acompanhada pela preocupação em aperfeiçoar a prestação de serviços como um todo. Nesse sentido, o projeto DTI Itinerante tem o objetivo de ouvir as demandas dos coordenadores administrativos no que diz respeito a equipamentos de informática, problemas nos sistemas, nas redes e internet, entre outros. A intenção é promover aproximação com as demais unidades e conhecer, de perto, as necessidades cotidianas nas promotorias.

Durante as visitas, membros e servidores das unidades solicitam máquinas, tiram dúvidas sobre o *Sisproweb* e detalham diversos problemas que normalmente não chegariam ao conhecimento das chefias do DTI.

A iniciativa, implementada em maio de 2013, começou na Promotoria de Justiça de Samambaia. Ao todo, já foram visitadas onze circunscrições. Até o final de 2014, estão previstas visitas às Promotorias de Justiça do Guará e do Núcleo Bandeirante. O quadro abaixo elenca as visitas realizadas.

Promotoria de Justiça	Data da visita
Samambaia	09/05/2013
Infância e Juventude	20/06/2013
Brazlândia	27/06/2013
Planaltina	07/08/2013
Sobradinho	28/08/2013
São Sebastião	11/10/2013
Riacho Fundo	04/02/2014
Paranoá	27/02/2014
Ceilândia	09/05/2014
Santa Maria	03/07/2014
Gama	26/09/2014
Taguatinga	06/10/2014
Brasília II	06/10/2014



A primeira promotoria visitada pelo projeto DTI Itinerante foi a de Samambaia.

Quadro 1 – Promotorias visitadas pelo DTI Itinerante

Fonte: Departamento de Tecnologia da Informação

Modernização de equipamentos

Equipamentos de infraestrutura

Entre agosto de 2010 e outubro de 2014, a Administração Superior investiu na modernização dos equipamentos de infraestrutura da rede de informática da Instituição. Confira abaixo os principais equipamentos adquiridos no período e o impacto gerado nos serviços de TI:

Equipamento	Quantidade adquirida	Impacto
Servidor de rede	55	Renovação de 25% e ampliação em 10% do parque
<i>Switch</i>	382	Renovação de 75% e ampliação em 25% do parque
<i>Access point</i>	200	Equipamento antes não disponível
Unidade digital de armazenamento de dados	2	Renovação de 25% e ampliação em 50% do parque
Unidade de <i>backup</i> LTO-4	1	Renovação de 100% do parque
<i>Software</i> de banco de dados	16	Renovação de 100% e ampliação em 50% do parque
<i>Software</i> de servidor de rede	126	Renovação de 100% e ampliação em 50% do parque

Quadro 2 – Equipamentos adquiridos e impacto gerado nos serviços de TI

Fonte: Departamento de Tecnologia da Informação

Parque computacional

Nos últimos quatro anos, também buscou-se a modernização dos equipamentos de uso pessoal destinados a membros, servidores e estagiários, quais sejam: computadores, monitores, impressoras, *scanners*, projetores, *tablets*, dentre outros. Um marco importante alcançado no período foi a redução do tempo máximo de uso dos equipamentos, que passou de cinco para quatro anos. O quadro a seguir ressalta as principais aquisições e o percentual de renovação:

Equipamento	Quantidade adquirida	Impacto
Microcomputador	3.059	Renovação de 100% e ampliação em 25% do parque
Monitor LCD	4.554	Renovação de 100% e ampliação em 25% do parque
Impressora <i>laser</i>	520	Renovação de 75% e ampliação em 25% do parque
Leitora óptica	386	Renovação de 25% e ampliação em 50% do parque
<i>Scanner</i> de mesa	99	Renovação de 25% e ampliação em 100% do parque
<i>Scanner</i> de produção	14	Ampliação em 100% do parque
Multifuncional <i>laser</i>	300	Equipamento antes não disponível
Totem de autoatendimento	14	Equipamento antes não disponível
<i>Notebook</i>	330	Renovação de 50% e ampliação em 25% do parque
<i>Plotter</i>	2	Renovação de 50% do parque
Projetor	38	Renovação de 50% e ampliação em 150% do parque
<i>Tablet</i>	11	Equipamento antes não disponível
Impressora térmica	6	Renovação de 100% do parque
Impressora braille	1	Equipamento antes não disponível
Impressora de crachá	1	Equipamento antes não disponível
Apresentador de multimídia sem fio	6	Equipamento antes não disponível

Quadro 3 – Principais aquisições e percentual de renovação

Fonte: Departamento de Tecnologia da Informação

Infraestrutura de rede

Internet

Entre julho de 2010 e março de 2014, o acesso à Internet no MPDFT foi feito por meio da Rede Nacional do MPU. Assim sendo, as dificuldades na execução de um contrato compartilhado, especificamente em relação à velocidade e à queda de conexão, só foram sanadas no âmbito do MPDFT com a contratação de uma nova prestadora de serviço.

Enquanto isso, na tentativa de amenizar o problema, em maio de 2012, o MPDFT celebrou um contrato complementar que possibilitou assegurar a continuidade do serviço, caso ocorressem erros na Rede Nacional do MPU. Entre março e junho de 2014, o MPDFT utilizou apenas a conexão fornecida por meio do contrato de contingência, devido a dificuldades no processo licitatório.

Finalmente, em julho de 2014, foi implantado um novo serviço de acesso à Internet. Com ele, o DTI registrou considerável melhora na velocidade de conexão. Esse avanço deverá atingir um patamar ainda mais elevado em 2015, graças ao aumento do *link* de contingência, por meio do contrato complementar. As melhorias contemplam todas as unidades do MPDFT.

No gráfico abaixo é possível observar que a velocidade de conexão subiu de 34 Mbps (em junho de 2014), quando ainda era rede do MPU, para 234 Mbps (em outubro de 2014), quando foi implantado o novo serviço, gerido pelo MPDFT. Com o aumento do *link* de contingência, por meio do contrato complementar, a velocidade deverá chegar a 280 Mbps.

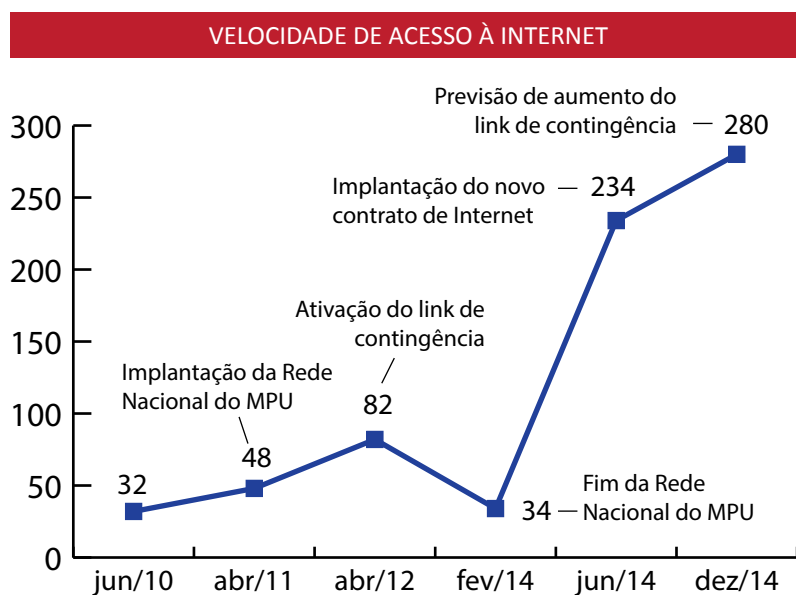


Gráfico 5 – Velocidade de acesso à Internet

Fonte: Departamento de Tecnologia da Informação

Rede sem fio

A implantação da rede sem fio, que começou a ser instalada em 2011, foi um passo importante para o aperfeiçoamento dos serviços de TI. Atualmente, a rede alcança todas as unidades da Instituição, atendendo a membros, servidores, terceirizados, estagiários e visitantes que utilizam dispositivos móveis. O serviço de *wifi* também é muito utilizado pelos Procuradores-Gerais de Justiça dos estados, que participam regularmente das reuniões do Conselho Nacional



A instalação de rede sem fio facilitou o acesso à Internet por meio de dispositivos móveis em todo o MPDFT.

de Procuradores-Gerais (CNPJ), e demais visitantes que acessam as unidades do MPDFT.

Sala-cofre

Um marco importante na gestão 2010/2014 foi a instalação, em dezembro de 2012, da sala-cofre, onde são armazenados os equipamentos que controlam todos os serviços de informática do MPDFT. É um ambiente hermético, dotado de alta tecnologia capaz de reduzir o risco de perda de informação e monitorado por câmeras internas e externas, sem nenhum ponto cego. O acesso é feito por identificação biométrica.

A sala-cofre é certificada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) contra incêndios, enchentes, colisões, disparos de arma de fogo e outros acidentes, além de ser protegida contra acessos indevidos. Todos os serviços oferecidos pelo DTI, como *Sisproweb*, *Tabularium* e correio eletrônico, funcionam a partir de equipamentos ali armazenados. Antes de sua existência, esses equipamentos ficavam em um local pequeno e sem estrutura adequada, o que dificultava a execução dos serviços de TI.



A construção da sala-cofre foi um marco importante na segurança da informação do MPDFT.



A sala-cofre possui diversos equipamentos de segurança contra acesso indevido.

Modernização dos Sistemas de Informação

Tabularium

Também foram registrados avanços importantes com relação ao desenvolvimento, à evolução, à manutenção e à implantação de sistemas de informação para atender aos usuários de informática. Uma das principais conquistas foi a criação e a implementação do sistema de controle de documentos, denominado *Tabularium*.

Disponibilizado aos usuários em agosto de 2011, o sistema foi o marco da introdução do Processo Digital no MPDFT e propiciou maior celeridade na execução das rotinas operacionais. Além disso, permitiu a redução do número de servidores lotados no Departamento de Gestão de Pessoas que se dedicavam exclusivamente ao tratamento de documentos administrativos e às atividades que agora podem ser resolvidas eletronicamente. Outro fator relevante, que não pode deixar de ser mencionado, é que o sistema aumentou a margem de segurança na tramitação de documentos, uma vez que os dados são salvos automaticamente.

Em três anos, o *Tabularium* acumulou cerca de 37 mil documentos, 65 mil despachos e mais de 135 mil tramitações. Isso representa economia de tempo, de material de consumo (como resmas e tinta para impressão), de equipamentos (impressoras, fotocopiadoras, etc.) e de pessoal. A partir de 2015, os processos administrativos também serão incorporados pelo *Tabularium*.

A criação do *Tabularium* ganhou reconhecimento nacional, quando o sistema foi apresentado na I Mostra de Sistemas do Ministério Público Brasileiro, em 2011. Na ocasião, os Ministérios Públicos dos Estados de Minas Gerais, do Maranhão e do Paraná manifestaram interesse pela ferramenta, que foi cedida a essas unidades.

eGab

O sistema eGab é uma plataforma de gerenciamento virtual que permite aos membros acompanhar as atividades, criar e anexar peças aos processos que tramitam nas procuradorias e promotorias

“O Tabularium tornou mais ágeis, transparentes e confiáveis todos os procedimentos internos do DGP, além de representar uma iniciativa ambientalmente responsável diante da significativa economia de papel”.



Cinara Maria Carneiro, chefe do DGP.



O Tabularium representa agilidade às rotinas administrativas do MPDFT e economia de centenas de resmas de papel.

onde atuam. Também permite o compartilhamento de informações complementares com outros membros, o que propicia maior celeridade no encaminhamento de determinados assuntos.

Nas promotorias, os membros têm acesso a todas as atividades desenvolvidas por outros membros e servidores em ambiente virtual. Os dados também podem ser acessados por meio de *smartphone* ou *tablet*. Além disso, o sistema possui funcionalidades importantes, como a configuração de alertas automáticos para o acompanhamento de feitos, a fiscalização e a conferência de registros, o auxílio no cumprimento dos prazos por meio de e-mails e notificações e o acompanhamento de tramitações internas.

O eGab foi apresentado na IV Mostra de TI do Ministério Público Brasileiro, realizada entre os dias 24 a 26 de setembro de 2014, em Salvador-BA. Durante o evento, o MPDFT apresentou mais três soluções desenvolvidas pelo DTI: o *Probatio*, sistema de controle do estágio probatório dos promotores de Justiça adjuntos; o *Votus*, sistema eleitoral, utilizado em eleições digitais, como a da elaboração da lista tríplice para Procurador-Geral de Justiça; e o *Ajud@*, uma adaptação do *software* livre OTRS, para controle de chamados técnicos.

O eGab e o PJe

A partir de 2015, o eGab deverá servir como uma ponte entre o MPDFT e Processo Judicial Eletrônico (PJe). O PJe é um sistema desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, em atendimento ao disposto na Lei nº 11.419/2006 e em cumprimento à Resolução CNJ nº 185/2013. Ele deverá ser unificado e implantado em todas as unidades do Poder Judiciário brasileiro, para a tramitação dos processos judiciais. Até 2018, o PJe deverá substituir completamente os processos físicos, representando verdadeira mudança no modelo de tramitação de processos judiciais e nas rotinas de trabalho do operador jurídico.

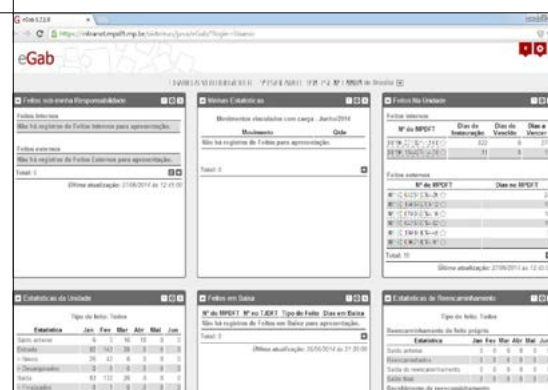
O MPDFT possui uma Comissão Gestora do PJe, para implementação do sistema na Instituição, integrada pelo procurador de Justiça André Vinícius de Almeida, como presidente; pelos promotores de Justiça Dermeval Farias Gomes Filho, Fábio Barros de Matos, Wagner de Castro Araújo e pelo chefe do Departamento de Tecnologia da Informação, Luiz Augusto Araújo Becker.

Há ainda uma Subcomissão de Interoperabilidade entre os sistemas do MPDFT e do TJDF, integrada pelos servidores Leandro Marques de Siqueira (presidente); Marcelino Efigênio Madureira, Francisco Pinheiro Sampaio Filho, Andrea Vieira Santos, Daniele Lima Pereira dos Reis e Gilclean Galdino Feitosa.

“Gosto bastante do sistema. Ele é muito bom para acompanhamento de prazos, verificação do andamento dos processos e tramitação de feitos. É intuitivo e tem a vantagem de trazer, de forma mais fácil para o usuário, as informações de que ele precisa, porque calcula os prazos de forma automática. Tem sido bastante útil”.



André Cappi, promotor de Justiça adjunto.



A plataforma eGab servirá como conexão para implementar o processo judicial eletrônico.

Probatio

Com vistas ao aprimoramento da avaliação de estágio probatório de promotores de Justiça adjuntos, o DTI desenvolveu o *software Probatio*. A nova ferramenta permite que o trabalho, antes realizado manualmente pela Corregedoria-Geral, seja feito de forma mais rápida e eficiente.

O *Probatio* funciona da seguinte maneira: as peças dos promotores em estágio probatório cadastradas no *Sisproweb* são automaticamente adicionadas ao programa. A partir daí, a Corregedoria-Geral faz a seleção das peças que serão avaliadas a cada mês.

Votus

O sistema *Votus* foi desenvolvido em parceria com a Corregedoria-Geral e a Secretaria do Conselho Superior para conferir mais agilidade às votações realizadas pelo Colégio de Procuradores e Promotores de Justiça.

O *software* permite que o usuário realize a votação em meio eletrônico por meio da Intranet, inclusive a partir de dispositivos móveis, como *smartphones*, *tablets* e *notebooks*. O *Votus* já foi utilizado com sucesso, por exemplo, nas eleições para composição do Conselho Superior, em agosto de 2014, e na composição da lista tríplice para o cargo de procurador-geral de Justiça, em setembro do mesmo ano.

Ajud@

Para facilitar o acesso ao suporte técnico, o DTI lançou o *software Ajud@*. Além de ser intuitivo, o sistema é direcionado para gerenciar solicitações de suporte técnico e está alinhado com as orientações do Tribunal de Contas da União, no que diz respeito às melhores práticas em Tecnologia da Informação.

No *Ajud@*, o usuário poderá anexar documentos e reabrir uma demanda encerrada, caso não esteja plenamente satisfeito com a solução apresentada. Também poderá acompanhar, detalhadamente, o andamento do chamado e se comunicar com o técnico durante o atendimento, o que garantirá maior transparência.

Outro benefício do sistema é a ferramenta “Como eu faço para...”. Nesse espaço, o usuário poderá encontrar a solução para o seu problema. Para isso, é necessário digitar a palavra-chave e clicar em “Procurar”. Em seguida, aparecerão os tópicos relacionados ao assunto. O objetivo é solucionar as demandas mais simples, como mapeamento de impressoras e drives da rede, e configurar dispositivos móveis na rede *wireless*, por exemplo.

“A médio e longo prazos, as mudanças serão ainda maiores: conseguiremos alcançar dados mais confiáveis e específicos sobre os procedimentos e, com isso, traçar melhor nossas metas e estratégias”.



Procurador de Justiça André Vinícius de Almeida, presidente da Comissão Gestora do PJe no MPDFT.

Fácil

Assim como os demais programas relacionados neste relatório, o Fácil foi desenvolvido com o intuito de permitir que o próprio usuário execute algumas tarefas em seu computador sem precisar de suporte técnico do DTI. Foi idealizado para ser uma ferramenta dinâmica, de modo que as funcionalidades sejam disponibilizadas conforme a necessidade, de maneira segura e controlada, primando pela agilidade e pela autonomia.

Em sua primeira versão, implementada em 22 de setembro de 2014, o usuário tem condições de instalar alguns aplicativos, como módulos de segurança de bancos, e realizar consultas sobre unidades e pessoas. As chefias poderão criar *logins* de novos servidores, autorizar e/ou retirar o acesso aos sistemas e às pastas na rede.

Somente nos primeiros 15 dias após a implantação, foram instalados mais de mil aplicativos por meio do Fácil, o que reduziu consideravelmente o número de chamados no serviço de atendimento. Entre os aplicativos mais instalados pelos usuários estão os módulos de segurança do Banco do Brasil e de outros bancos, os quais somam mais de 500 instalações.

Para aprimorar o sistema, a intenção é disponibilizar tutoriais para resolução de pequenos problemas. Diariamente, a Seção de Atendimento ao Usuário recebe cerca de 80 chamados. Mais da metade são tarefas que o próprio servidor poderia executar. Isso significa que, com a devida implantação da ferramenta Fácil, o serviço de atendimento ao usuário será descongestionado, liberando os servidores para outras tarefas e reduzindo o tempo médio de atendimento de outros chamados.

MentoRH

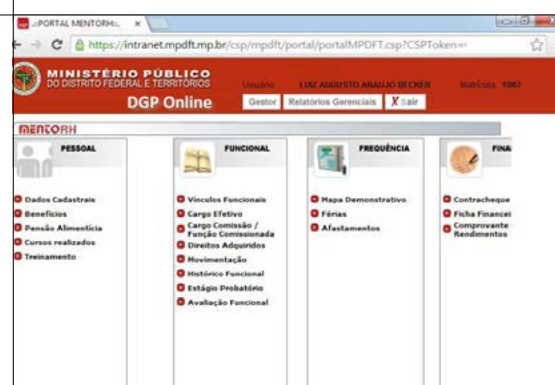
O sistema de gerenciamento de pessoal, denominado MentoRH, recebeu melhorias com a implantação do Portal de Pessoas, de tal forma que o processo de solicitação de treinamentos internos e externos tornou-se mais célere. Além disso, o sistema também incorporou um módulo de controle de estagiários, que anteriormente era feito por sistema à parte.

O aprimoramento do MentoRH também englobou outras facilidades, como a consulta aos percentuais referentes aos adicionais de qualificação, às ações de treinamento, às avaliações de desempenho, e a outros dados funcionais.

Planeja-se que até 2015, as solicitações de alteração de férias também sejam feitas pelo sistema, substituindo as requisições em papel ou



Nos quinze primeiros dias depois da implementação, mais de 1.000 aplicativos já foram instalados pelos próprios usuários por meio do sistema Fácil.



O MentoRH permite aos servidores a consulta a diversos dados funcionais.

mesmo via *Tabularium* e tornando ainda mais ágeis as atividades do DGP.

Sisproweb

Já o Sistema de Acompanhamento de Feitos e Notícias de Fato (*Sisproweb*), o principal sistema em uso no MPDFT, recebeu novos módulos e melhorias visando ao aumento de seu desempenho, bem como ao alinhamento às regras estabelecidas em resoluções do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP (por exemplo, a Taxonomia).

Confira o resumo dos principais sistemas do MPDFT, criados e implantados entre agosto de 2011 e outubro de 2014:

Sistema	Data de implantação	Descrição
<i>Tabularium</i>	08/2011	Sistema responsável pela criação, movimentação e armazenamento de documentos digitais. Permite que as comunicações oficiais sejam criadas, tramitadas e arquivadas eletronicamente.
Diário Eletrônico	10/2012	Sistema responsável por ser a fonte única para a publicação e pesquisa dos atos oficiais do MPDFT. Permite que as unidades produtoras dos atos administrativos enviem as matérias destinadas à publicação ao Setor de Protocolo e Publicação, áreas responsável pela compilação e publicação das edições do Diário Eletrônico do MPDFT na Intranet.
Portal de Pessoas	05/2012	Portal de acesso às informações funcionais dos servidores do MPDFT, como contracheque, férias e afastamentos, histórico funcional, dentre outros.
Atendimento ao Cidadão	09/2012	Sistema utilizado para registro de ocorrências dos cidadãos e encaminhamento das ocorrências ao responsável. Faz parte do projeto "MP Eficaz – Atendimento ao Cidadão", que recebeu menção honrosa da comissão julgadora do Prêmio CNMP, em julho/2013.

Quadro 4 – Principais sistemas do MPDFT, criados e implantados entre agosto de 2011 e outubro de 2014

Fonte: Departamento de Tecnologia da Informação

Sistema	Data de implantação	Descrição
Portal da Transparência/ Lei de Acesso à Informação (LAI)	12/2012	Portal no qual são publicadas informações referentes à prestação de contas do MPDFT. Na página do Portal da Transparência/LAI o cidadão encontra informações sobre a estrutura da Instituição, gastos, processos licitatórios, contratos, remunerações, entre outros.
Concurso de Membros	08/2012	Solução informatizada para realização do concurso de membros com todas as fases controladas pelo MPDFT.
eGab	12/2013	Sistema integrado de “área de trabalho” para procuradores e promotores de Justiça.
Votus	07/2014	Sistema de eleições internas do MPDFT.
Probatio	07/2014	Sistema de acompanhamento de estágio probatório de promotores de Justiça adjuntos.
Cartorius	09/2014	Sistema para que os Cartórios enviem ao MPDFT informações sobre pedidos de registros de loteamentos e incorporações imobiliárias.
Fácil	09/2014	Ferramenta de autoatendimento para que os usuários de informática possam realizar configurações, concessões de acesso e instalação de pequenos programas sem a necessidade de interferência do DTI.
Certidão Online	05/2014	Módulo do <i>SisproWeb</i> para emissão de “nada consta”.
Carteiras Funcionais	05/2014	Ferramenta que permitiu ao DGP produzir as identidades funcionais de membros e servidores sem a necessidade de remessa à Casa da Moeda.

Quadro 4 – Principais sistemas do MPDFT, criados e implantados entre agosto de 2011 e outubro de 2014

Fonte: Departamento de Tecnologia da Informação

“A adoção de metodologias de desenvolvimento ágil aumentou consideravelmente a capacidade de entrega de novos sistemas em 2014”.



Luiz Augusto Araújo Becker (Lula), chefe do Departamento de Tecnologia da Informação.

Manutenção dos sistemas

Com relação à manutenção de sistemas previamente existentes, como Ouvidoria, Planaben, SISDOC, SEOF, SisproAD, Lotação, GRIFO, o quadro abaixo demonstra as principais ações empreendidas no período:

Período	Número de sistemas afetados	Quantidade de manutenções
Jul/2010 – Jun/2011	28	1.438
Jul/2011 – Jun/2012	57	1.667
Jul/2012 – Jun/2013	62	1.591
Jul/2013 – Jun/2014	44	1.632

Quadro 5 – Principais ações empreendidas na manutenção de sistemas

Fonte: Departamento de Tecnologia da Informação

Correio eletrônico

Em atendimento à demanda recorrente de usuários dos serviços de e-mail, o DTI providenciou, em 2014, o aumento da capacidade do sistema de correio eletrônico. A capacidade aumentou de 150 *megabytes* para até 300 *megabytes*. Além disso, o Departamento agora trabalha com dois servidores de que garantem maior segurança e a continuidade do serviço em eventuais panes. A expansão da caixa de e-mail ocorreu inicialmente para membros, porém deverá ser estendida para os demais usuários.

“Aplausos ao DTI e a todos os envolvidos. Esse foi um dos melhores e-mails que já recebi na Intranet”.



Promotora de Justiça Cíntia Costa da Silva, em resposta ao comunicado sobre o aumento da capacidade da caixa de e-mails.

A dotação orçamentária do DTI sofreu oscilações que, por vezes, dificultaram o prosseguimento adequado das ações desenvolvidas pela área. Os recursos liberados para o MPDFT foram destinados ao atendimento de necessidades, igualmente urgentes, apresentadas por diversos Departamentos.

Em 2011, priorizou-se a construção da sala-cofre, cuja instalação exigiu investimentos superiores a R\$ 3 milhões. Em 2013, o MPDFT investiu na aquisição de equipamentos para o usuário final, como microcomputadores, impressoras, *notebooks* e multifuncionais. Confira no gráfico abaixo, os valores investidos ao longo dos últimos anos:

EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS EM TI

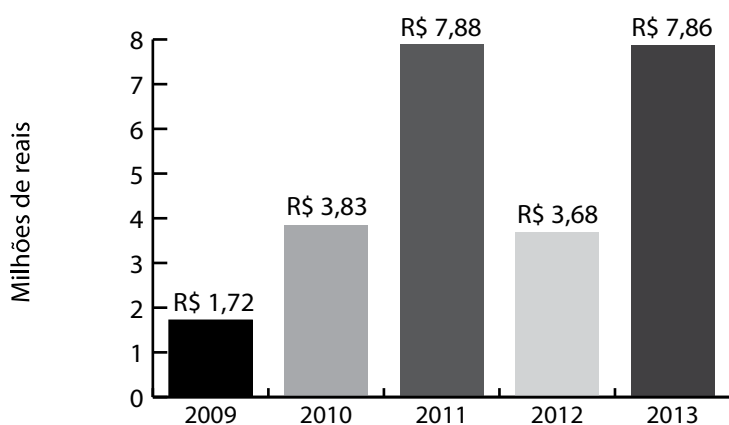


Gráfico 6 – Evolução dos investimentos em TI

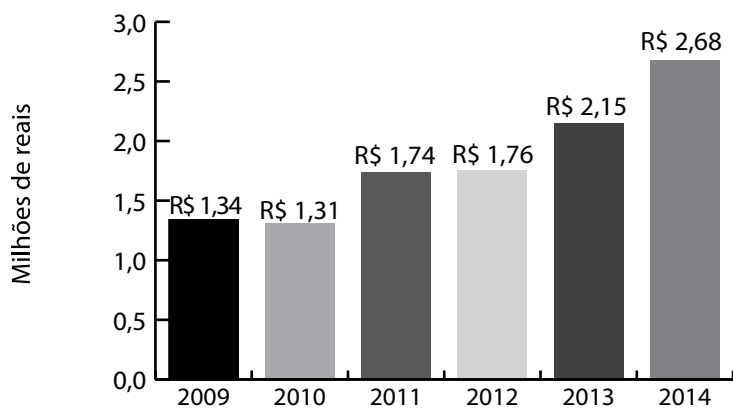
Fonte: Departamento de Tecnologia da Informação

Com relação ao custeio dos serviços prestados aos usuários de TI, os valores alocados para melhoria dos serviços de Internet e de comunicação entre os prédios, bem como para a manutenção da sala-cofre, inaugurada em 2012, apresentaram considerável aumento entre 2010 e 2013. Neste ano de 2014, o valor é de R\$ 2,68 milhões, devido ao corte orçamentário.

Confira no gráfico abaixo, os valores destinados a custeio nos últimos anos:

EVOLUÇÃO DO GASTO COM CUSTEIO

Gráfico 7 – Evolução do gasto com custeio



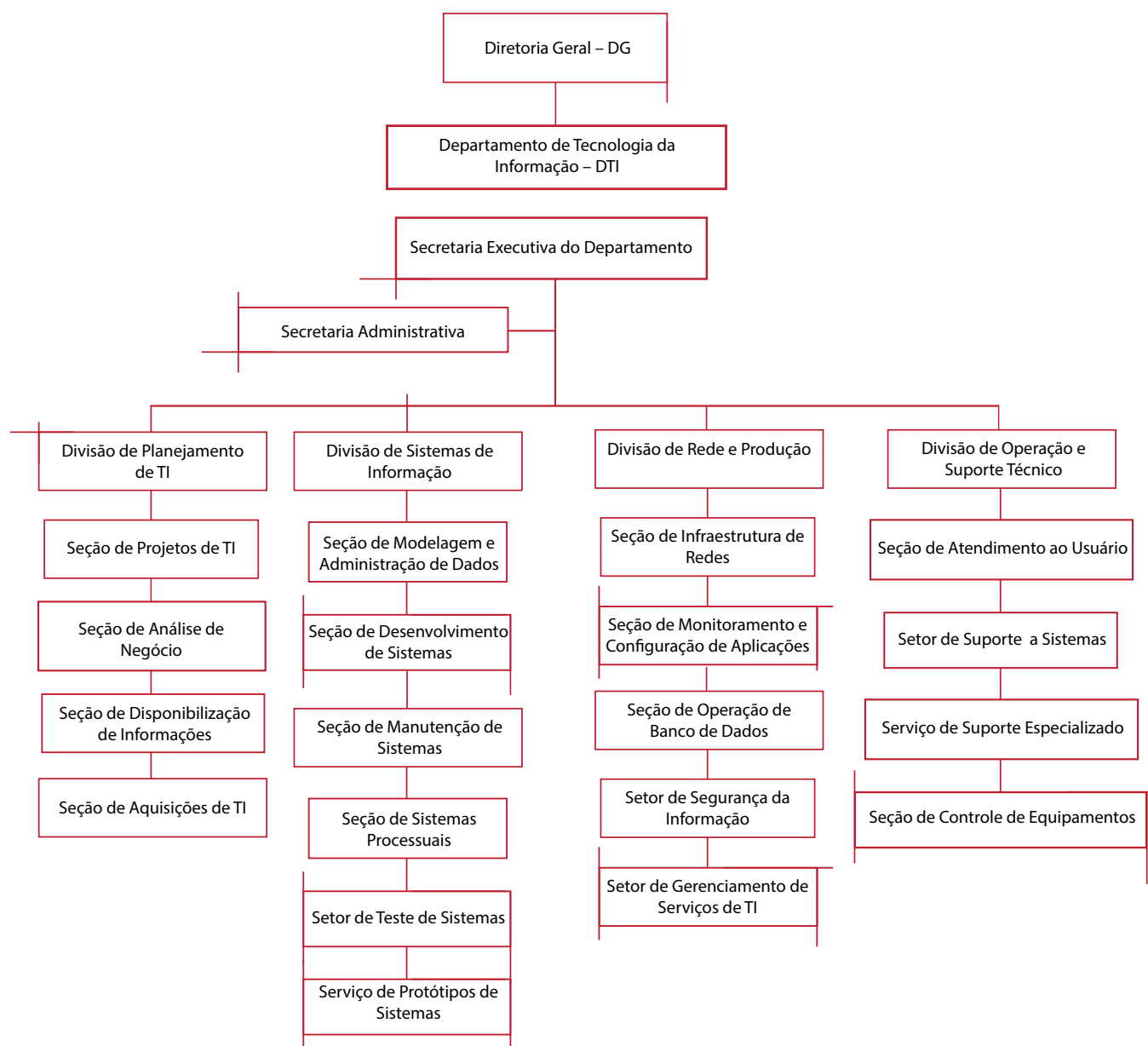
Fonte: Departamento de Tecnologia da Informação

Reestruturação

O DTI passou por duas grandes reestruturações. A primeira, em abril de 2011, ocorreu em um momento em que o MPDFT sofria grave escassez de Cargos e Funções Comissionadas. A antiga estrutura foi completamente redesenhada.

Anteriormente, as unidades eram divididas conforme o tipo de trabalho técnico que realizavam: Sistemas, Rede, Banco de Dados e Suporte. A partir da reestruturação, o departamento foi organizado com base no ciclo de vida dos serviços, isto é, planejamento, desenvolvimento, implantação/infraestrutura e suporte. Esse modelo foi inspirado no padrão *Information Technology Infrastructure Library* – ITIL, um conjunto de boas práticas para serem aplicadas na infraestrutura, operação e manutenção de serviços de tecnologia da informação.

O segundo momento da reorganização ocorreu somente no ano passado. Nessa ocasião, foi possível dotar o DTI de estrutura mais adequada à realidade da Instituição, com a criação de mais três subunidades: Seção de Sistemas Processuais, Setor de Gerenciamento de Serviços e Serviço de Suporte Especializado, além da modernização de outras cinco já existentes. O organograma a seguir demonstra a atual estrutura do Departamento.



Quadro de pessoal

No período entre agosto de 2010 e agosto de 2014, o quadro de pessoal do DTI sofreu variações significativas em razão da movimentação de servidores e da demora no processo de nomeação, agravada por um longo período em que o MPU deixou de realizar concursos.

Outro ponto a ser levado em consideração é a grande evasão de servidores das carreiras de TI, que agrava o cenário não apenas no MPDFT, mas em diversos outros órgãos que compõem a Administração Pública Federal – APF. Tal situação foi objeto de estudo pelo TCU, que resultou no Acórdão 1200/2014, o qual expressa o seguinte:

"A 'remuneração inferior à de outras carreiras de TI da APF' e a 'ausência de cargo estruturado em carreira própria' são as principais causas apontadas como dificuldade, tanto na seleção quanto na retenção de pessoal de TI. O nível de retenção de pessoal de TI nos anos de 2010 a 2012, analisados isoladamente ou de forma cumulativa, é baixo, havendo, inclusive, áreas de atuação da APF em que a retenção foi negativa (quantidade de saídas maior que a de entradas). Ficou evidenciado numericamente que o nível de retenção de pessoal nos anos de 2010 a 2012, analisados isoladamente ou de forma cumulativa, é baixo, havendo, inclusive, áreas de atuação da APF em que a retenção foi negativa, quando a quantidade de saídas de servidores foi maior que a de entradas."

Enquanto no DTI o movimento foi de saída de servidores, nas demais áreas do MPDFT houve considerável aumento na demanda por serviços (rede de internet sem fio, realização de videoconferências, entre outros), sistemas e atendimentos de suporte. A quantidade de usuários cresceu à medida que novos servidores ingressaram na Instituição.

No DTI, a chegada de novos profissionais somente aconteceu no primeiro semestre de 2014, com a nomeação de 15 servidores (oito técnicos e sete analistas). Mesmo assim, o Departamento ainda conta com cinco cargos vagos. O quadro abaixo mostra a quantidade de servidores e estagiários que integram atualmente a equipe do DTI.

Servidores	
Analistas de Informática/Desenvolvimento de Sistemas	27
Analistas de Informática/Suporte Técnico	19
Técnicos de Informática	36
Requisitados	2
Técnicos Administrativos	1
Total	85
Cargos vagos	5
Estagiários	
Nível Superior	14
Nível Médio	5
Menores Aprendizes	3
Total	22



O quadro de pessoal foi reposto em 2014, depois de sofrer inúmeras oscilações.

Quadro 6 – Quantidade de servidores e estagiários do DTI

Fonte: Departamento de Tecnologia da Informação

No gráfico abaixo é possível perceber a evolução do quadro de pessoal ao longo dos últimos quatro anos e as perdas sofridas nos anos de 2011 e 2012.

EVOLUÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL DO DTI



Gráfico 8 – Evolução do quadro de pessoal do DTI

Fonte: Departamento de Tecnologia da Informação

Aperfeiçoamento de pessoal

Com relação à formação dos servidores lotados no DTI, pode-se ressaltar que todos os 36 técnicos de informática possuem educação de nível superior, apesar de o cargo ser de nível médio. Além disso, 49 servidores do Departamento possuem pós-graduação, um deles em nível de mestrado.

O investimento em capacitação de pessoal, não só do DTI, mas de toda a Instituição, variou conforme a disponibilidade de recursos orçamentários ao longo dos últimos quatro anos. No entanto, é possível afirmar que as necessidades mais urgentes foram atendidas e que os recursos foram otimizados, por meio da busca de treinamentos mais eficazes e que tiveram aplicação direta no atendimento às demandas da área. O gráfico a seguir, demonstra os valores investidos e a quantidade de cursos oferecidos.

EVOLUÇÃO DO INVESTIMENTO EM CAPACITAÇÃO NA ÁREA DE TI

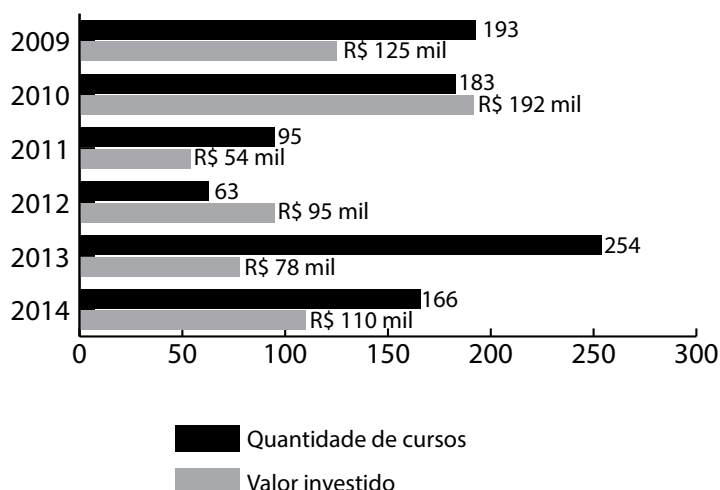


Gráfico 9 – Evolução do investimento em capacitação na área de TI

Fonte: Departamento de Tecnologia da Informação

Ações internas de integração e aprimoramento

A quinta edição do DTI *Day* foi realizada em julho de 2014. O evento consiste em um encontro dos servidores do Departamento. É destinado à reflexão sobre a qualidade dos serviços prestados aos usuários do MPDFT assim como a qualidade de vida daqueles enquanto prestadores desses serviços.

Em 2014, estiveram presentes 78 servidores. Foram promovidas dinâmicas sobre temas como custos invisíveis, liderança, projetos de melhoria do DTI a “custo zero”, estudo da causa dos principais problemas e estrutura organizacional. O evento foi organizado pelo chefe do DTI, inspirado no Programa de Gestão Avançada (APG) da Amana-Key, e abordou a importância do trabalho do DTI e seu impacto positivo no cumprimento da missão institucional do MPDFT. Representantes da API e da Secplan também estiveram presentes. Houve, ainda, a participação em vídeo de membros e servidores da Ouvidoria, da Secplan e das Promotorias de Justiça da Infância e do Núcleo Bandeirante. Na ocasião, o promotor de Justiça Antônio Suxberger proferiu palestra para os participantes.

Instalações físicas

Depois de passar mais de 20 anos instalado no edifício IBAMA, em novembro de 2012, o DTI finalmente foi instalado em área adequada, no Setor de Indústrias Gráficas (SIG). O Departamento passou a ocupar um espaço amplo, contando inclusive com área para depósito de equipamentos de TI, que antes estavam dispersos pelas unidades do MPDFT. As novas instalações propiciaram melhores condições de trabalho para os servidores e maior segurança para os equipamentos e informações.



O DTI Day foi uma oportunidade para os servidores refletirem sobre possibilidades de melhoria.

“É bom ser envolvido no processo de tomada de decisões do departamento no qual trabalhamos. Foi importante ver os depoimentos de membros e servidores sobre os serviços prestados pelo DTI. Dessa forma, ficamos sempre atentos aos usuários”.

Luciano Demétrio,
servidor do DTI.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não obstante as dificuldades enfrentadas pela Administração Superior na área de Tecnologia da Informação, muito se fez nos últimos quatro anos. Uma das principais dificuldades, levando-se em conta o percentual de reclamações dos usuários, foi o acesso à Internet e a velocidade de conexão. Felizmente, esta questão foi resolvida.

Não poderia deixar de esclarecer que, a despeito das vacâncias no quadro de pessoal, a equipe do DTI demonstrou habilidade na solução dos problemas e prestatividade no atendimento aos usuários. Tal constatação advém dos resultados mostrados nas pesquisas de satisfação apresentadas ao longo deste relatório e cujos índices estão compatíveis com o padrões de qualidade.

Para os próximos anos, vislumbro importantes desafios no aprimoramento dos sistemas, seja na implantação efetiva do PJe e sua integração com os sistemas do MPDFT, seja no aperfeiçoamento dos programas que hoje exercem importante função no exercício das atribuições diárias.

Dentre eles, merece realce o *Tabularium*, que resultou em importante economia de recursos materiais, orgânicos e financeiros para a Instituição. Outro avanço, que atendeu a inúmeros pedidos de membros e servidores, foi a ampliação da capacidade da caixa de e-mail.

São mudanças necessárias para acompanhar a dinâmica do dia a dia e que demonstram que seguimos no caminho certo ao buscar cada vez mais o aprimoramento dos serviços de Tecnologia da Informação, que são a base para o desenvolvimento institucional nos tempos atuais.

Ao finalizar, agradeço a cada um dos integrantes da equipe do DTI que, independentemente das adversidades, lutaram incansavelmente para prestar um serviço de qualidade aos usuários.

Eunice Pereira Amorim Carvalhido
Procuradora-Geral de Justiça



Ministério Público
do Distrito Federal
e Territórios

Missão do MPDFT

Promover a justiça, a democracia,
a cidadania e a dignidade humana,
atuando para transformar em
realidade os direitos da
sociedade.



Disque 127

 ouvidoriampdft

www.mpdft.mp.br/ouvidoria

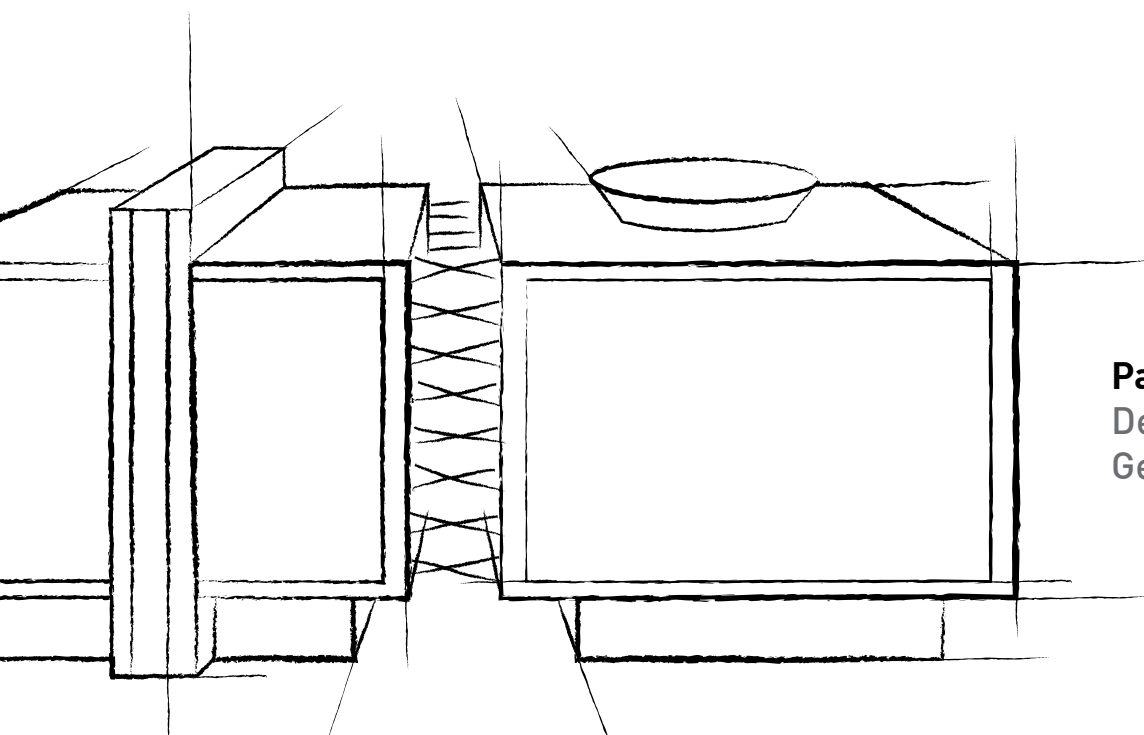
Eixo Monumental, Praça do Buriti, Lote 2, Sede do MPDFT
Brasília-DF, CEP 70.091-900 • Telefone: (61) 3343-9500
www.mpdft.mp.br • facebook.com/mpdftoficial



Ministério Público
do Distrito Federal
e Territórios

Gestão Compartilhada

Membros e servidores unidos na condução
do MPDFT



Parte 4
Departamento de
Gestão de Pessoas

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR DO MPDFT

Procuradora-Geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios

Procuradora de Justiça Eunice Pereira Amorim Carvalhido

Vice-Procuradora-Geral de Justiça

Procuradora de Justiça Zenaide Souto Martins

Corregedora-Geral

Procuradora de Justiça Benis Silva de Queiroz Bastos

Chefia de Gabinete

Promotor de Justiça Adjunto Albertino de Souza Pereira Netto
(*In memoriam*)

Promotora de Justiça Thaís Freire da Costa Flores

Promotor de Justiça Wagner de Castro Araújo

Diretoria-Geral

Promotor de Justiça Vetuval Martins Vasconcelos
(2010 /2013)

Promotor de Justiça Libanio Alves Rodrigues

Servidora Ana Lúcia Carrijo Ferreira

Assessoria Especial da Procuradoria-Geral de Justiça

Promotor de Justiça Vetuval Martins Vasconcelos
(2013/2014)

Assessoria de Políticas de Segurança

Promotor de Justiça Eduardo Gazzinelli Veloso
(2010/2014)

Promotor de Justiça Wilton Queiroz de Lima (2014)

Assessoria de Políticas Institucionais

Procurador de Justiça Jair Meurer Ribeiro (2010/2011)

Promotora de Justiça Ana Luiza Lobo Leão Osório

Promotor de Justiça Dermeval Farias Gomes Filho

Assessoria Cível e de Controle de Constitucionalidade

Promotor de Justiça André Luiz Casal Duran (2010/2012)

Promotor de Justiça Antônio Henrique Graciano Suxberger
(2010/2012)

Promotor de Justiça Dicken William Lemes

Promotor de Justiça Rodolfo Cunha Salles

Assessoria Criminal

Promotora de Justiça Marta Alves da Silva (2010/2012)

Promotora de Justiça Marya Olímpia Ribeiro Pacheco
(2010/2012)

Promotor de Justiça Antônio Henrique Graciano Suxberger

Promotor de Justiça Renato Bianchini

Coodenadoria de Recursos Constitucionais

Procurador de Justiça Antônio Luiz Barbosa Alencastro
(2010/2013)

Procuradora de Justiça Ana Luisa Rivera

Promotor de Justiça Evandro Manoel da Silveira Gomes

Promotor de Justiça Adjunto Leonardo Carneiro Britto

Gestão Compartilhada

Parte 4 – Departamento de Gestão de Pessoas

Referente ao período de agosto de 2010 a outubro de 2014

Departamento de Gestão de Pessoas

Eixo Monumental, Praça do Buriti, Lote 2, Sala 530, Sede do MPDFT, Brasília-DF

Telefone: (61) 3343-9127

E-mail: dgp-chefias@mpdft.mp.br

Cinara Maria Carneiro Rocha - Chefe

Coordenação e Produção de Texto:

Assessoria de Imprensa - PGJ

Elizangela Monteiro – Chefe

Programação visual e diagramação:

Coordenadoria de Comunicação do MPDFT

Colaboração:

Lílian Cursino Pessoa, Elisa Ramalho Salim Ramos

Revisão:

Samara Botelho Vaz de Almeida

Outubro de 2014. Versão digital.

© 2014 Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.

As informações contidas neste relatório foram fornecidas e aprovadas pelo Departamento de Gestão de Pessoas (DGP).

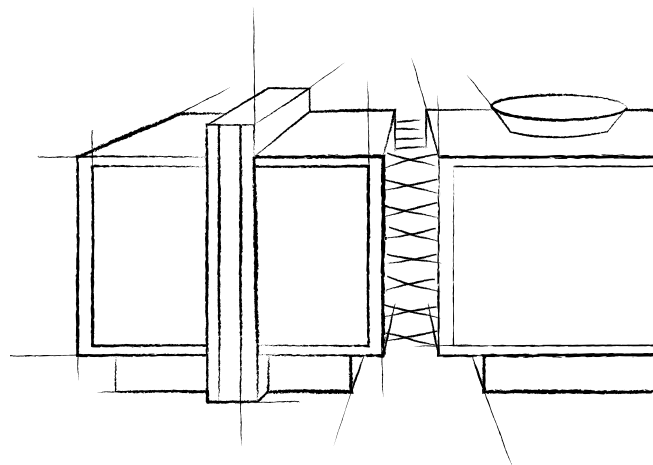
APRESENTAÇÃO

O Departamento de Gestão de Pessoas (DGP) foi aprimorado nos últimos quatro anos. No início da gestão 2010/2012, a área encontrava-se desgastada, com problemas de estrutura, carência de pessoal, falhas em registros funcionais, alta concentração de informação, excesso de trabalho, deficiência no estabelecimento de rotinas, ambiente físico inadequado e forte fragmentação entre as equipes. Tudo isso desmotivava os servidores que atuavam na área, comprometendo o resultado final dos trabalhos ali desenvolvidos.

Por ser área-meio, naturalmente, tal situação provocava insatisfação no quadro de membros e servidores. Diversas reclamações foram registradas no período. A maioria referia-se a problemas com o sistema Grifo, de registro de frequência; ao excesso de formalismo e de burocracia; à demora em responder às demandas; e à necessidade de oportunizar um treinamento voltado especificamente aos servidores da área.

Com o intuito de solucionar esses e outros problemas, a Administração Superior programou ações de curto, médio e longo prazos, uma vez que parte das dificuldades foram se acumulando durante vários anos e já não poderiam ser sanadas com a rapidez desejada.

No decorrer deste Relatório, serão informadas as realizações na área de Gestão de Pessoas, as ações que ainda estão em curso e os projetos necessários à melhoria contínua dos processos ali gerenciados.



QUADRO DE PESSOAL

A gestão de pessoal (membros, servidores e estagiários) avançou em questões relevantes ao desenvolvimento institucional. O aumento do efetivo, os investimentos na qualidade do ambiente de trabalho, o pagamento de direitos já reconhecidos, bem como a identificação de outros, devem ser considerados como ponto de evolução na gestão 2010/2014.

Nesse período, a Administração Superior pagou a membros e servidores cerca de R\$ 94 milhões para quitação parcial da parcela autônoma de equivalência, juros de quintos e licença prêmio para os que se aposentaram em exercícios anteriores. Além disso, os promotores de Justiça adjuntos passaram a receber a diferença salarial correspondente às parcelas de 13º e férias proporcionais ao período de substituição de membro titular.

É importante registrar o reconhecimento administrativo do direito ao recebimento de férias não usufruídas (em período de atividade) por membros já aposentados. Esses valores ainda não foram pagos devido à insuficiência de recursos financeiros, porém, o gesto de garantir tal direito é o primeiro passo para solução do problema nas próximas gestões.

Membros

Entre agosto de 2010 e outubro de 2014, ingressaram 73 promotores de Justiça adjuntos. Desses, 48 foram nomeados após aprovação no 29º concurso para ingresso na carreira e 25 tomaram posse em maio de 2014, oriundos do 30º concurso. Tais certames foram inteiramente realizados pelo MPDFT, pela primeira vez na história da Instituição.

Além disso, com a aprovação da Lei nº 12.676, de junho de 2012, que transformou 54 cargos de promotor de Justiça adjunto e um cargo de procurador de Justiça e mais 50 de promotor de Justiça, o MPDFT efetivou a promoção de 50 promotores de Justiça adjuntos a promotores de Justiça, evitando a estagnação na carreira.

Entre agosto de 2010 e outubro de 2014, 73 promotores de Justiça adjuntos tomaram posse.



Posse de promotores de Justiça adjuntos aprovados no 29º Concurso.



Em maio de 2014, 25 membros aprovados no 30º Concurso foram empossados.

Posteriormente, com a aposentaria de alguns membros, foram efetivadas mais sete promoções, totalizando 58 no período.

A iniciativa impulsionou a carreira dos membros do MPDFT que, em alguns casos, já estavam há mais de nove anos em cargo de adjunto.

Até o final da gestão 2010/2014, todos os promotores de Justiça adjuntos aprovados no 27º e no 28º concursos terão sido promovidos ao cargo de promotor de Justiça.

O quadro abaixo demonstra o total de cargos ocupados por membros no período de 2010 a 2014, considerando as vacâncias ocorridas por aposentadoria, falecimento, etc.

Cargo	Total de Cargos Ocupados			Desligamentos e aposentadorias no período
	31/7/10	31/12/13	30/9/14	
Procurador de Justiça	37	39	40	7
Promotor de Justiça	248	271	280	13
Promotor de Justiça Adjunto	58	60	71	8
Total	343	370	391	28

Até o final da gestão 2010/2014, todos os promotores de Justiça adjuntos aprovados no 27º e no 28º concursos serão promovidos ao cargo de promotor de Justiça.

Quadro 1 – Evolução do quadro de membros por cargo

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas

Servidores

O número de servidores ubiu de 1.487 pessoas (em julho de 2010) para 1.759 (em setembro de 2014), tendo registrado acréscimo de 272 pessoas, entre técnicos, analistas, requisitados e comissionados. O crescimento equivale a 18,3% do quadro. Há perspectiva de algumas nomeações ainda neste ano de 2014.

A variação percentual só não foi maior em razão de decisão do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) que determinou a devolução aos órgãos de origem dos servidores requisitados que não ocupavam função comissionada. A tabela a seguir detalha a movimentação de servidores nos últimos quatro anos.



Posse de novos servidores MPDFT.

Descrição	Total de cargos ocupados			Desligamentos e aposentadorias no período
	31/07/10	31/12/13	30/09/14	
Analista	478	610	649	108
Técnico	688	920	909	174
Pessoal sem vínculo*	10	16	17	16
Requisitado	311	187	184	181
Total	1487	1733	1759	479

Quadro 2 – Movimentação de servidores nos últimos quatro anos

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas

* Nomeados exclusivamente para cargo em comissão

O ingresso de pessoal possibilitou a lotação de um analista processual para cada Promotoria de Justiça. A medida fortaleceu o apoio ao trabalho dos membros. No entanto, com a criação de novas Promotorias e a vacância de servidores, acumuladas desde o período supracitado, a manutenção de tal proposta passou a exigir o reforço do quadro de analistas processuais para os próximos anos.

Estagiários

A variação no quadro de estagiários também foi significativa. Entre agosto de 2010 e julho de 2014, foram criadas 337 novas vagas, totalizando um efetivo de 798 aprendizes nas mais diversas áreas de atuação.

Para ingressar no MPDFT é preciso ter participado da seleção pelo PAS, no caso de estagiários de nível médio. Para os de nível superior, é exigida aprovação em concurso realizado pela própria Instituição. Por ano, são realizados, em média, dois concursos públicos. O quadro abaixo mostra a evolução do número de estagiários admitidos.

Estagiários	Total de cargos ocupados			Variação absoluta no período	Variação percentual no período
	31/07/10	31/12/13	30/09/14		
Nível superior	280	461	494	214	76,4%
Nível médio	181	303	304	123	68,0%
Total	461	764	798	337	73,1%

Quadro 3 – Evolução do quadro de estagiários por escolaridade

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas

Curso de Português para Estagiários

Em novembro de 2013, 60 estagiários, escolhidos por sorteio, participaram do Curso de Capacitação em Português, promovido por meio de instrutoria interna e sem ônus para a Instituição.

A descentralização do curso para outras unidades é uma meta a ser atingida, considerando que vários estagiários não se inscreveram no primeiro curso devido à dificuldade de deslocamento para o Edifício-Sede.

Cartilha do estagiário

A primeira versão da Cartilha do Estagiário foi entregue ao final do ano de 2011. Na cartilha, que é distribuída na reunião preparatória, são dadas orientações referentes aos objetivos do estágio, a estrutura e composição do Órgão, a rotinas, a benefícios, a direitos, a obrigações e a postura no ambiente de trabalho.

Uma versão digital pode ser acessada na intranet. A cartilha possui linguagem acessível, agradável e didática, com diversas indicações e exemplos de cada situação que o estagiário poderá vivenciar.

Uniformes para estagiários

A partir do segundo semestre de 2013, o MPDFT passou a fornecer uniformes aos estagiários de nível médio. A iniciativa teve o objetivo de facilitar a identificação, o acesso e a circulação dos estagiários. Além da praticidade, a institucionalização do uso do uniforme foi acompanhada do conceito de “vestir a camisa do órgão” e valorizar o local de trabalho. A ideia é promover a motivação e o engajamento nas ações diárias.

Programa Adolescente Aprendiz

Além das políticas voltadas à contratação de estagiários, o Programa Adolescente Aprendiz oferece oportunidade de trabalho para adolescentes que se encontram em situação de risco. Os primeiros selecionados iniciaram suas atividades em outubro de 2012, nas unidades do Edifício-Sede e na unidade localizada no SIG, totalizando 20 adolescentes. O programa é coordenado pela Procuradora de Justiça Selma Leite do Nascimento Sauerbronn de Souza.

Para o ano de 2014, foram acrescentadas mais dez vagas, distribuídas entre as Coordenadorias do Paranoá, de Ceilândia e de Samambaia. A contratação dos adolescentes, que devem ter idade entre 16 e 18 anos, é feita com base na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), por período máximo de dois anos. Eles recebem um salário-mínimo e auxílio-transporte.



Cartilha do estagiário.



Estagiários do MPDFT ganham uniformes novos.



Adolescentes aprendizes em palestra sobre o trabalho no MPDFT.

DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E CAPACITAÇÃO

A ausência de um programa de capacitação que oferecesse oportunidades de aperfeiçoamento para servidores representava uma grande dificuldade na gestão de pessoas. O problema começou a ser resolvido com a publicação da Portaria nº 1051, de 16 de agosto 2010, que designou uma assessoria especial para tratar da questão.

A partir de então, procedeu-se à revisão dos normativos da área, à adoção de novos conceitos nos programas de formação e ao aperfeiçoamento dos sistemas de identificação de necessidades de treinamento.

Capacitação em números

Na gestão 2010/2014, foi registrado expressivo aumento das ações de capacitação. Também foi realizada reestruturação na área de Desenvolvimento de Pessoas, com o objetivo de acompanhar o crescimento do quadro de pessoal e o consequente aumento nas demandas de treinamento.

Os resultados começaram a ser percebidos a partir de 2011, quando foram oferecidas 4.150 vagas para capacitação. Daí em diante, até o 1º semestre de 2014, alcançou-se um total de onze mil vagas para 975 cursos diferentes.

No quadro abaixo, é possível conferir a quantidade de cursos e o número de vagas oferecidas anualmente.

Exercício	Oferta de Cursos	Vagas preenchidas*
2011	233	4.150
2012	236	2.200
2013	301	3.200
2014 (1º. semestre)	205	1.450
Total	975	11.000

Quadro 4 – Evolução do quadro de estagiários por escolaridade

Fonte: Departamento de
Gestão de Pessoas

* Valores aproximados

O elevado número de membros e servidores que participaram de ações de treinamento em 2011, quando comparado aos demais anos, ocorreu em razão do Curso de Gestão Empreendedora, que teve participação obrigatória para todos os servidores. Alguns membros, voluntariamente também participaram do curso.

Em 2013 e 2014, foram oferecidos treinamentos específicos para cargos de chefia e liderança, com o preenchimento de cerca de 500 vagas. Essas atividades evidenciam a preocupação da Instituição na constante capacitação dos servidores responsáveis por decisões estratégicas e pelo gerenciamento de equipes de trabalho.

Principais cursos oferecidos

Além dos treinamentos técnicos tradicionalmente ofertados nas áreas de Direito e outras especialidades, como Perícias, Diligências, Arquitetura, Orçamento, Engenharia e Informática, também foram oferecidos cursos de natureza comportamental.

O objetivo foi suprir a necessidade de aprimoramento do trabalho em equipe e melhorar a comunicação entre as unidades. Além disso, alguns eventos foram voltados a proporcionar ambiente de trabalho mais dinâmico e agradável e à manutenção da motivação e da satisfação dos servidores em suas unidades de lotação.

Nesse sentido, merecem destaque o curso de Gestão Empreendedora, que foi uma oportunidade de refletir sobre o comportamento e as atitudes coerentes com cargos de liderança e o Treinamento Experiencial ao Ar Livre – TEAL, que visou ao aprimoramento do trabalho em equipe e à busca constante da melhoria da comunicação e da motivação entre integrantes do MPDFT. O primeiro foi realizado em 2011 para todos os servidores e alguns membros. O segundo aconteceu, em 2012, em Pirenópolis (GO) para 360 participantes, entre membros e servidores.

Outro evento voltado à formação de lideranças foi o curso “Papel Gerencial do Secretário no Contexto das Modernas Organizações”, realizado no Edifício- Sede, no Paranoá e em Samambaia. Formatado para atender às necessidades específicas do MPDFT, contou com a participação de 69 servidores, que passaram a ser multiplicadores dos conhecimentos.

Além desse, no decorrer de 2013, foram oferecidos três módulos referentes ao Plano de Treinamento Gerencial, cujo conteúdo foi elaborado com base no Levantamento de Necessidades de Treinamento, realizado em 2012, com as seguintes temáticas: “Líderes de Alta Performance”, “Liderando Equipes de Alta Performance” e



O Treinamento Experiencial ao Ar Livre contou com atividades para estimular o trabalho em equipe.

“Gestão de Conflitos”, todos ministrados pelo Secretário de Gestão de Pessoas do TRE-DF, Fernando Velloso, com a participação total de 172 servidores, distribuídos em turmas no Edifício-Sede, em Taguatinga e em Samambaia. Em 2014, formaram-se novas turmas, das quais participaram 54 membros.

Ainda com foco na formação de lideranças, o MPDFT iniciou uma parceria com o Instituto Amana-Key e destacou 10 membros e 17 servidores para participarem do curso “APG *Middle* - Programa de Gestão Avançada”, oferecido em Brasília, no ano de 2013. A escolha dos participantes baseou-se em critérios técnicos, considerando a necessidade do desenvolvimento de competências de liderança. Em setembro de 2014, participaram mais cinco membros e cinco servidores.

Além dos eventos acima descritos, o DGP apoiou a realização de diversos seminários e palestras para membros, servidores, estagiários e para o público externo. As iniciativas envolveram a contratação de palestrantes, a organização de material, a emissão de certificados e a definição de local e infraestrutura. Entre os principais, merecem destaque o seguintes eventos com o respectivo número de participantes:

- a) “Maria da Penha no Ministério Público: reflexões para a efetividade da Lei nº 11.340/2006”, para 135 pessoas.
- b) “Reflexões para Maior Efetividade no Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes”, para 133 pessoas.
- c) “Gerenciamento de Tempo, Qualidade de Vida e Planejamento Pessoal”, para 190 pessoas.
- d) “Perspectivas de gênero no parto: entre o direito à saúde e a violência obstétrica”, para 300 pessoas.
- e) “Perspectivas de Gênero no Ambiente de Trabalho”, para 60 pessoas.
- f) “Simpósio de Direito Urbanístico: o desafio do planejamento urbano e a sustentabilidade no Distrito Federal”, para 82 participantes.
- g) “Cenários Turbulentos, Mudanças Velozes, Construção de Resultados: negação, proteção ou superação?”, em parceria com a Secplan, para 177 pessoas.

O DGP também deu suporte à realização de cursos e simpósios que alcançaram não apenas os integrantes do MPDFT, mas também a sociedade e os pesquisadores da área. Merecem destaque os seguintes:

- a) “Ciclo de Palestras de Formação em Questão de Gênero em Violência contra a Mulher para a Rede de Enfrentamento Local”, sob a coordenação dos Núcleos de Direitos Humanos (CNDH), capacitou 56 participantes.



Membros e servidores do MPDFT participam de capacitação do grupo Amana-Key.



O DGP auxiliou na elaboração do Simpósio de Direito Urbanístico.

- b) “O Direito às Cidades Sustentáveis”, ministrado para 78 pessoas.
- c) “Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes”, realizado na Promotoria de Justiça de Brasília, ministrado para 80 participantes.

Cursos de pós-graduação

Nos últimos quatro anos, o MPDFT investiu cerca de R\$ 545,6 mil em cursos de pós-graduação para membros e servidores. No período, foram autorizadas 91 participações em cursos de especialização. Em 2014, o Órgão custeou 14 participações em cursos de pós-graduação, além daqueles que já estavam em andamento.

As iniciativas voltadas ao incentivo à participação em programas de pós-graduação demonstram a preocupação da Administração Superior com a permanente capacitação de membros e servidores.

No quadro abaixo, observa-se a quantidade de cursos custeados pelo Órgão nos últimos anos, com destaque para a efetiva adesão dos servidores ao programa:

	2010	2011	2012	2013	2014
CONCEDIDOS					
Membros	4	1	3	3	2
Servidores	7	23	17	19	12
Total	11	24	20	22	14
CONCLUÍDOS					
Membros	0	1	2	0	1
Servidores	13	13	12	10	11
Total	13	14	14	10	12
Valor Investido (R\$)	76.546,91	79.110,04	112.641,77	142.182,88	135.337,24

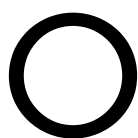
Quadro 5 – Quantidade de cursos custeados pelo Órgão nos últimos anos

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas

Para incentivar ainda mais a busca do conhecimento especializado, desde maio de 2014, servidores estáveis podem solicitar afastamento de suas atividades para a participação em cursos de pós-graduação stricto sensu, dentro ou fora do país, com remuneração integral.

O assunto foi regulamentado pela Portaria Normativa nº 321, de 28 de maio de 2014. Segundo o normativo, em caso de mestrado, o período de afastamento é de até um ano, prorrogável por igual período. Para doutorado, o prazo é de até dois anos, com a mesma possibilidade de prorrogação. Um dos principais requisitos para que seja concedido o afastamento é que o curso esteja enquadrado em áreas de interesse do Ministério Público.

APRIMORAMENTO DA GESTÃO E MELHORIAS NAS ROTINAS



DGP trabalha pela implantação de projetos que deverão proporcionar maior celeridade e confiança nas informações prestadas aos usuários e aprimorar a Gestão de Pessoas e Processos.

Desde 2011, foram alteradas normas e rotinas de trabalho e eliminados procedimentos desnecessários com a finalidade de diminuir o retrabalho, reduzir erros, melhorar a qualidade das informações e agilizar as tarefas. Alguns dos projetos e melhorias nas rotinas da área de Gestão de Pessoas são destacados a seguir:

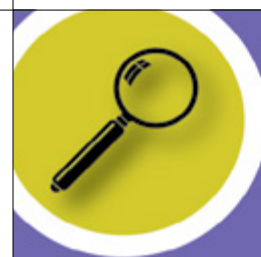
Pesquisa de clima organizacional

Em conjunto com a Assessoria de Políticas Institucionais, o DGP realizou, em 2011, a primeira Pesquisa de Clima Organizacional no âmbito do MPDFT. O objetivo da pesquisa foi mapear a percepção de membros, servidores e estagiários sobre o ambiente interno. Ao todo, foram ouvidos 606 colaboradores.

Os resultados subsidiaram a elaboração de programas para melhoria da qualidade de vida no trabalho e para o direcionamento de ações administrativas e da política interna de gestão de pessoas.

Em 2014, a pesquisa foi repetida, com a denominação de Pesquisa de Análise de Contexto Organizacional, com o objetivo de acompanhar as metas estabelecidas no Planejamento Estratégico, os índices auferidos na pesquisa anterior e o resultado das ações implementadas.

Desta vez, a pesquisa se propõe a identificar a percepção do entrevistado em relação à qualidade de vida, desenvolvimento profissional, ambiente interno, equipe de trabalho e atuação/estilo gerencial (este somente para servidores). O resultado será divulgado até o final de outubro.



Pesquisa

Análise de Contexto
Organizacional

O DGP realizou em 2014 a Pesquisa de Análise de Contexto Organizacional

Gestão de Pessoas Compartilhada – GPC

O projeto Gestão de Pessoas Compartilhada – GPC foi criado com o objetivo de fortalecer modelo de trabalho em rede com as demais unidades, viabilizando a criação de políticas e as ações de gestão de pessoas de forma integrada e descentralizada.

A primeira atividade do projeto foi realizada no final de 2012, com o treinamento dos servidores do DGP e dos futuros agentes de gestão de pessoas no Departamento de Tecnologia da Informação – DTI, na Secretaria de Planejamento, na Assessoria de Políticas Institucionais e na unidade de Brasília.

Modernização dos assentamentos funcionais

O Programa de Modernização dos Assentamentos Funcionais de membros e servidores, iniciado em março de 2014, foi desenvolvido pelo Serviço de Arquivo do DGP.

A organização dos assentamentos funcionais envolveu a regulamentação acerca dos documentos que realmente devem constar nas pastas funcionais. A segunda fase é o tratamento dos documentos, com a exclusão dos itens que não constam da regulamentação. A terceira é o processo de digitalização dos arquivos.

Tabularium e a economia de papel

Com a implantação do *Tabularium*, cuja funcionalidade foi descrita no relatório do DTI, os documentos encaminhados ao DGP passaram a ser enviados por meio eletrônico. A adoção do sistema acrescentou celeridade na tramitação e na análise das demandas, além de conferir maior transparência aos processos.

A exigência do DGP quanto à utilização do *Tabularium* fez com que cerca de 300 processos administrativos deixassem de ser autuados manualmente. Além disso, a adoção do sistema ajudou a disseminar a cultura digital entre membros e servidores.

DGPedia

O *DGPedia* é uma ferramenta disponibilizada na intranet, acessível a todos os membros e servidores, destinada à pesquisa de informações sobre legislação, procedimentos, orientações e ao esclarecimento de assuntos relacionados à Gestão de Pessoas. A iniciativa visa reduzir o tempo de busca por informações e oferecê-las de forma padronizada e com maior nível de confiabilidade.

Ele adota o modelo conceitual da *Wikipedia*, em que a informação é disponibilizada rapidamente a partir da inserção de um argumento de pesquisa. O gerenciamento é de responsabilidade da Divisão de Atendimento e Informação do DGP, e as demais unidades, continuamente, prestam informações para que o sistema permaneça sempre atualizado.

Programa Permanente de Movimentação Interna – PPMI

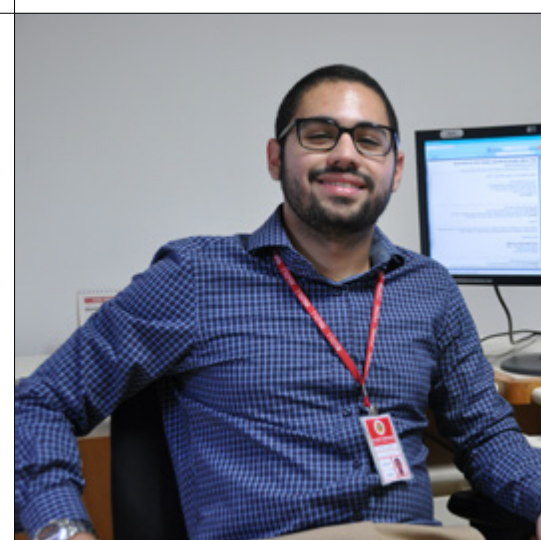
Até 2012, as movimentações internas de servidores dependiam exclusivamente do consentimento das chefias imediatas. Por meio dessa sistemática, os melhores servidores dificilmente conseguiam liberação de suas chefias, mesmo quando havia interesse pessoal ou institucional. O resultado foi que muitos servidores, insatisfeitos, optavam por deixar a Instituição em busca de oportunidades em outros ramos do MPU.

Para resolver o problema da evasão e estimular a permanência de bons servidores no MPDFT, criou-se o PPMI, que consiste em um banco de dados que armazena a relação das pessoas interessadas em mudar de setor.

O programa permite que o servidor se candidate à vaga pretendida e disponibilize seu currículo para conhecimento da área interessada, estimulando a compatibilização das necessidades da Instituição com as competências de seu quadro funcional. A transferência do selecionado independe da autorização da chefia, que recebe uma vaga para reposição do quadro. Até o momento, cerca de 200 servidores já foram realocados por meio do programa.

Após dois anos de implantação, o PPMI já é considerado uma boa prática de gestão que diferencia o MPDFT dos demais ramos do MPU. Como resultado, o programa contribuiu para o reconhecimento curricular dos servidores e para a valorização da formação e do conhecimento.

" O PPMI dá oportunidade para o servidor compatibilizar suas competências pessoais às competências organizacionais. Os resultados do programa são positivos tanto para o atendimento das expectativas do servidor em relação às atividades desempenhadas, quanto para a otimização dos serviços prestados pelo MPDFT ".



Cássio Murilo Alves, servidor beneficiado pelo PPMI, atua agora no Serviço de Processamento Técnico.

Contracheque online

No início da gestão 2010/2014, a visualização dos contracheques de membros e servidores era disponibilizada por volta do dia 10 de cada mês e os valores definitivos a serem creditados eram divulgados até dia 12. Se houvesse algum erro, o ajuste só poderia ser realizado no mês seguinte.

A adoção do contracheque *online* contribuiu para reduzir o percentual de equívocos, uma vez que o documento tornou-se acessível imediatamente após o pagamento do mês anterior. Membros e servidores passaram a acompanhar em tempo real as inserções e exclusões de valores, comunicando imediatamente ao DGP quaisquer incorreções.

O mecanismo se assemelha ao acompanhamento da fatura de cartão de crédito e permite a visualização dos lançamentos no contracheque na medida em que são registrados. O procedimento confere maior transparência e facilita a rotina dos servidores lotados na Divisão de Pagamento de Pessoal.



Integrantes do MPDFT agora podem visualizar o contracheque logo após o pagamento do mês anterior.

eConsig: sistema para empréstimos consignados

Desde agosto de 2013, o DGP disponibilizou uma ferramenta na intranet que mudou os meios para concessão e controle de empréstimos consignados. Por meio da ferramenta eConsig, as contratações são firmadas diretamente entre o interessado e a instituição financeira, eliminando a etapa de averbação, anteriormente realizada pela Divisão de Pagamento de Pessoal do DGP.

O sistema ainda permite pesquisar taxas de juros oferecidas pelas instituições financeiras, realizar simulações, solicitar saldo devedor e verificar a margem consignável.

A implantação do eConsig tornou-se viável por meio de contrato de comodato firmado entre o MPDFT e a empresa Zetrasoft Ltda, para licenciamento de uso do programa eConsig, sem ônus para a Instituição.

Melhorias no portal DGP Online

O portal DGP *Online* foi desenvolvido para permitir que membros e servidores tenham acesso aos seus dados cadastrais, e possam realizar solicitações e procedimentos por meio eletrônico. No período de 2010/2014, foram realizadas três importantes inovações no Portal.

A primeira foi a disponibilização de módulos de marcação de férias e a homologação da escala anual, com a execução de procedimentos de alteração ou marcação feitas diretamente pelo usuário e autorizadas pela chefia imediata, sem necessitar transmitir a informação para outros setores. A informatização desse procedimento ocorreu em 2011.

A segunda foi implantada em 2012 e permitiu que as solicitações de treinamentos e os procedimentos de avaliação de desempenho funcional e estágio probatório passassem a ser feitas via intranet. Essas alterações também possibilitam que os usuários se inscrevessem para ações de capacitação por meio da intranet, com homologação pela chefia através do próprio aplicativo.

A terceira inovação diz respeito à recente disponibilização de acesso às informações a membros e a servidores sobre tempo de serviço averbado e os percentuais de adicional de qualificação adquiridos pelos servidores.

Controle da Frequência dos Servidores – Grifo

Em razão das inúmeras reclamações recebidas no início da gestão 2010/2014, foram adotadas diversas providências voltadas à melhoria do Sistema de Controle de Frequência dos Servidores – Grifo, a saber:

- a) Descontos financeiros pelas horas não trabalhadas: embora a Portaria PGR nº 707/2006 exigisse o desconto das horas não trabalhadas, até 2011, tais descontos não eram realizados, o que diferenciava o MPDFT dos demais ramos, uma vez que o Órgão era o único ramo que não adotava o procedimento à época. A ausência de desconto culminava em descrédito do sistema, gerando insatisfação e sensação de injustiça por parte daqueles servidores que cumpriam corretamente o horário. O início dos descontos foi determinado em 2011. A quantidade de períodos não trabalhados foi reduzida significativamente e hoje não há questionamentos significativos sobre a matéria.
- b) Revisão da Portaria e publicação do Manual do GRIFO: Em razão do elevado número de dúvidas e insatisfação em relação à norma de controle de frequência, foi instituída comissão por meio da Portaria nº 1271, de novembro de 2011, para elaboração do Manual de Procedimentos e Rotinas relacionados ao Sistema de Gestão de Frequência (Grifo).

O trabalho resultou na publicação do Manual do Grifo, em alterações na Portaria Normativa PGJ nº 34/2009 e em propostas de alteração no sistema e no normativo.

O manual é composto de duas partes. Na primeira, denominada Orientações Normativas, são apresentadas disposições sobre a aplicação da mencionada Portaria Normativa. Já a segunda parte, denominada Orientações Acerca da Utilização do Grifo, apresenta orientações acerca do sistema e da dinâmica de tratamento da frequência dos servidores.

Recadastramento a distância para aposentados e pensionistas civis

Anualmente, membros e servidores aposentados e os pensionistas civis devem realizar o recadastramento (a atualização dos dados para a continuidade do recebimento dos proventos ou das pensões). Para facilitar o procedimento e evitar que o interessado tenha que se deslocar até o edifício-sede, está sendo implementada a modalidade de recadastramento a distância.

Com a nova alternativa, os aposentados e pensionistas poderão enviar os documentos via serviço de entrega expressa, juntamente com documento comprobatório de vida em direito admitido, que pode ser obtido nos cartórios de todo o país.

Para aqueles que residem no Distrito Federal, a atualização poderá ser realizada em qualquer das Coordenadorias das Promotorias de Justiça situadas nas cidades satélites.



Equipe do Departamento de Gestão de Pessoas.

Outras melhorias de rotinas

A seguir são pontuadas algumas mudanças que impactaram substancialmente os trabalhos do DGP ao conferir agilidade e reduzir erros de processamento.

- a) Nomeação para função comissionada e cargo em comissão: procedimento que levava até seis dias para ser concretizado foi reduzido para, em média, três dias.
- b) Mudança de lotação de servidores: o procedimento, que gerava uma série de reclamações pela demora em sua conclusão, passou a ser concretizado em no máximo dois dias, a depender da data de solicitação encaminhada pela chefia.
- c) Tratamento da frequência em curso com afastamento parcial: anteriormente o tratamento do ponto de todos os servidores era feito pelo DGP, gerando acúmulo de trabalho e atrasos nos lançamentos dos afastamentos. Atualmente o controle é feito pela chefia imediata que se responsabiliza pelo lançamento. A alteração conferiu mais agilidade e correção na realização do procedimento.

INTEGRAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL

A necessidade de maior aproximação entre o público interno (membros, servidores, terceirizados e estagiários) motivou o DGP a investir em uma série de eventos voltados à integração e à promoção da motivação em ambiente de trabalho.

Esse foi um problema identificado durante avaliação do clima organizacional e dos processos de comunicação. Desde então, a área atua na promoção de eventos oficiais e apoia eventos informais sempre com o foco na integração institucional, na qualidade de vida e na valorização dos integrantes da Instituição.

Tais ações foram fortalecidas a partir de 2012. Em 2013, passaram a ser atribuição específica da Seção de Integração de Pessoas. A seguir, são descritos os principais eventos institucionalizados no período de 2010 a 2014.

Posse coletiva

A posse coletiva é o primeiro contato formal dos membros e servidores com a Instituição e os futuros colegas de trabalho. Durante o evento, a presença de familiares é valorizada. Essa é uma forma de reconhecimento e de aproximação. Também é um momento de chamar a atenção para os valores da Instituição e reconhecer a conquista da aprovação em concurso público.

A posse coletiva permite programar melhor a alocação de servidores, de acordo com a formação e o interesse institucional.

Mudança do conceito para os cursos de ambientação

O Curso de Ambientação oferecido aos novos servidores era constituído por uma série de palestras institucionais que visavam à apresentação das diversas unidades administrativas. O formato nem sempre era interessante para os recém-chegados, que continuavam se sentindo deslocados entre os colegas.

“Nasci para ser servidora. É o que gosto. O que sempre sonhei e sei que farei bem”.

**Janaína Gomes Barbosa,
servidora.**



A posse coletiva proporciona o primeiro contato entre os futuros colegas.

Desde o início de 2011, o DGP começou a implementar alterações no modelo anteriormente estabelecido, com o intuito de que o evento se torne também uma oportunidade de integração, de valorização e assimilação da cultura interna e de formação ética. Dentre as mudanças, foram incorporadas visita a uma Promotoria de Justiça de uma circunscrição administrativa e um dia de reflexão sobre o papel do servidor público no atual contexto.

Outra mudança relevante é a institucionalização da política de formação inicial, a qual estabelece os conhecimentos básicos que devem ser adquiridos por todos os servidores recém-ingressados, antes mesmo da definição do local de lotação.

Homenagem por tempo de serviço aos servidores

A atual gestão também retomou a realização da Cerimônia de Homenagem por Honra ao Mérito por Tempo de Serviço aos servidores que completam 10, 20 e 30 anos de efetivo serviços prestados ao MPDFT. O evento ocorreu em novembro de 2012, depois de cinco anos de interrupção. Na ocasião, 222 servidores foram agraciados com placas personalizadas. Em agosto de 2013, outros 232 servidores foram homenageados com a entrega de um troféu.

Em 2014, foram homenageados 34 servidores ativos e 41 aposentados entre 2010 e 2013. Eles receberam medalha e certificado de agradecimento pelas valiosas contribuições ao MPDFT.

Caminhadas da Lua

O projeto Caminhada da Lua foi iniciado em 2013 com o objetivo de promover, periodicamente, práticas esportivas que favoreçam a confraternização e a integração de membros, servidores, terceirizados e estagiários.

Desde que foi iniciado, o projeto já contou com a presença de aproximadamente 200 pessoas, proporcionando-lhes os benefícios da atividade física e de um ambiente integrado e descontraído. Em resposta às avaliações, ficou constatado que 90% dos participantes acreditam que a caminhada contribui para a integração e a recomendariam a outras pessoas.



Servidores recebem medalha em reconhecimento ao tempo de serviço no MPDFT.

**"O evento foi perfeito!
Muito bom! Superou as
expectativas!"**

**Andreza Soares, servidora,
após participar da caminhada do
mês de maio de 2014.**



Animação contagia participantes da Caminhada da Lua.

Coral MPDFTom

As atividades do Coral também foram retomadas em novembro de 2013 com o objetivo de incentivar a integração, melhorar o clima organizacional e desenvolver habilidades musicais. O coral é composto atualmente por 30 integrantes, da Sede e das Promotorias de Justiça.

O Coral já se apresentou na festa natalina, na inauguração da Promotoria de Justiça do Riacho Fundo, no Dia da Mulher, no Dia das Mães, na Mostra de Talentos, na Festa Julina, na inauguração da Sala de Convivência dos Servidores, no Mês do Homem e, ainda, no Ministério Público do Trabalho (MPT) e no SESC.

Campanha do Agasalho

Em 2013, foi institucionalizada a Campanha do Agasalho para a arrecadação de roupas de frio e doação a entidades carentes. Promovida pelo DGP com apoio da Asmip, cerca de 960 itens, entre agasalhos, cobertores e roupas, foram entregues a quatro instituições sociais, sugeridas pela Promotoria de Justiça de Tutela das Fundações e Entidades de Interesse Social, com base na idoneidade e seriedade do trabalho que desenvolvem.

O evento se repetiu em junho de 2014, quando foram arrecadados mais de 650 itens destinados a mais duas instituições de apoio a crianças, adultos e idosos com paralisia cerebral.

A campanha também objetiva maior integração entre as equipes, humaniza as relações e cria vínculos com a Instituição.

Curso de automaquiagem

Durante o ano de 2013, o MPDFT promoveu cursos de automaquiagem para cerca de 130 mulheres, entre membros, servidoras e terceirizadas que trabalham no Edifício-Sede e nas Promotorias descentralizadas. As instrutoras ofereceram o material, sem qualquer ônus para os participantes ou para a Instituição. As aulas aconteceram em Brazlândia, Sobradinho, Núcleo Bandeirante, Planaltina, Santa Maria, Ceilândia, no Edifício do DTI, no Edifício-Sede, no Edifício Xerox e na Promotoria da Infância e Juventude.

"Recentemente descobri uma nova paixão: o Coral".

Guilherme Lucas, servidor.



Apresentação do MPDFTom durante o Natal de 2013.



Em 2013, a Campanha do Agasalho arrecadou 960 donativos.



O DGP ofereceu curso de automaquiagem para as servidoras ao longo de 2013.

Dia das Crianças no MPDFT

No mês de outubro de 2013, aconteceu o evento “Brincando no MP”, em comemoração ao dia das crianças. O evento teve a participação de 100 crianças, filhos de membros e servidores. Além de participar das brincadeiras, eles assistiram à peça “O Rei Leão”, apresentada pelos integrantes da paróquia Santa Maria dos Pobres.

Em 2014, a comemoração contou novamente com o apoio do grupo teatral da paróquia, que apresentou a peça “Aladdin”. As crianças se deliciaram com pipoca, algodão doce e outras guloseimas.



Guloseimas fizeram parte das comemorações do Dia das Crianças 2014.

Mostra de Talentos: outro evento de sucesso

A Operação Caça Talentos conseguiu catalogar mais de 60 pessoas, entre membros, servidores e estagiários, com talentos nas mais diversas áreas: música, esporte, trabalhos manuais, artes cênicas.

A iniciativa resultou na 1ª Mostra de Talentos, realizada em 2014, quando o pessoal da Casa teve a oportunidade de apresentar suas habilidades artísticas. O objetivo da mostra foi proporcionar um ambiente de trabalho mais animado e estreitar laços entre todos os que trabalham no MPDFT.

Para o final do ano, está programada a 2ª Mostra de Talentos, que contará com oficinas de trabalhos manuais, cantores e dançarinos.



Artistas da casa foram revelados na Mostra de Talentos.

Festa Julina

No dia 18 de julho, aconteceu a 1ª Festa Julina, realizada pela ASMIP com o apoio do MPDFT. O evento contou com quadrilha, comidas típicas, duplas sertanejas e brincadeiras divertidas. A programação incluiu a participação dos talentos da Casa, apresentação do Coral, dupla sertaneja, banda e DJ.

Coube ao MPDFT contribuir para a organização e divulgação do evento, realização de gincana e apresentação de quadrilha, ornamentação do local e promoção de ações de incentivo à ampla participação.



A apresentação de quadrilha foi uma das várias atrações da festa julina de 2014.

Campanha de arrecadação Novo Olhar

No dia 19 de setembro teve início a Campanha Novo Olhar que, em parceria com Fundação Regional de Assistência Oftalmológica (FRAO), ofereceu exames oftalmológicos gratuitos para colaboradores terceirizados. O objetivo é dar a oportunidade de prevenção e correção de anomalias visuais (miopia, hipermetropia, astigmatismo e glaucoma). Além dos exames, o projeto também arrecadou armações de óculos, que poderão ser utilizados pelos terceirizados, como forma de reduzir custos com o tratamento.



A Campanha Novo Olhar ofereceu exames oftalmológicos aos terceirizados.

Campanha de Arrecadação de Material Escolar

A Campanha de Arrecadação de Material Escolar realizou-se em fevereiro de 2014, em parceria com a Promotoria de Justiça de Defesa da Educação – Proeduc. Os donativos foram entregues na Escola Classe Basevi. No total, foram arrecadados 235 kits contendo cadernos, lápis grafite, lápis de cor, giz de cera, canetinha, borracha, apontador e régua.



Os materiais escolares arrecadados foram entregues à Escola Classe Basevi.

REESTRUTURAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS

Em agosto de 2010, a Administração Superior priorizou medidas voltadas à reestruturação do DGP, que sofreu alterações em sua estrutura, no quadro de pessoal e nos procedimentos em geral. No que diz respeito à estrutura, é preciso destacar pelo menos quatro reformulações que impactaram diretamente no desempenho da área:

Criação do Departamento de Atendimento à Saúde

Até agosto de 2010, o DGP acumulava, entre suas atribuições de gestão de pessoal, a responsabilidade pelos assuntos relacionados à saúde funcional. Com a reestruturação empreendida, criou-se o Departamento de Atendimento à Saúde (DAS), que ganhou infraestrutura própria para cuidar de temas relacionados à saúde e à qualidade de vida. Tal medida permitiu ao DGP dedicar mais tempo às questões específicas da área.

Criação do Serviço de Arquivo do DGP

A ausência de uma área responsável pelo serviço de arquivo tornou-se um dos maiores desafios na reorganização do DGP. Até 2010, a área tinha que lidar com cerca de cinco mil processos administrativos relacionados à vida funcional de membros e servidores. Tais processos se encontravam fisicamente dentro do Departamento.

O acúmulo de caixas de processos, além de comprometer a segurança das informações, tornava o ambiente insalubre e ocupava espaço que deveria ser destinado ao uso dos servidores que atuavam no setor.

Na impossibilidade de transferir o material para o Arquivo Central, que já não comportava o recebimento de novos documentos, o problema foi resolvido pelos servidores, que se mobilizaram em mutirão e organizaram as mais de 300 caixas. Em 2012, foi criado o Serviço de Arquivo do DGP e para lá o material foi transferido. Com isso, o espaço físico, ainda no Edifício Xerox, foi readequado, as rotinas de trabalho

"A organização da área e o investimento nas pessoas foi o grande diferencial dessa gestão".



Cinara Rocha, chefe do DGP.

tornaram-se mais céleres e os altos índices de perda, extravio e danos aos documentos foram reduzidos consideravelmente.

O cuidado com documentos relacionados ao pessoal da Instituição é um procedimento indispensável à preservação da memória institucional e de seu corpo funcional. Além disso, facilita a consulta de informações requisitadas por membros, servidores e outros órgãos. Em alguns casos, tais documentos precisam ser armazenados por até cem anos para que as informações funcionais estejam disponíveis para consulta como, por exemplo, em casos de direito de herança.



Processos Administrativos e documentos de pessoal nas dependências do Departamento de Gestão de Pessoas em 2011.

Criação da Divisão de Atendimento e Informação

O DGP é responsável pelo controle da vida funcional, lotação, avaliação de desempenho, pagamento, treinamento, concessão de benefícios e de direitos, controle de deveres e ações de integração para todos os integrantes do quadro funcional da Instituição.

A elevada demanda por informações, pedidos de esclarecimentos, requisições, solicitações para desarquivamento de documentos não estava canalizada para um setor específico e recaía indistintamente em todas as áreas do Departamento. Com a carência de servidores e falta de treinamento para questões específicas, as respostas nem sempre aconteciam no prazo desejado e, muitas vezes, chegavam de forma equivocada ao demandante.

A situação também impactava negativamente na qualidade do trabalho interno, constantemente interrompido para atendimento telefônico e pessoal. Na tentativa de resolver o problema, em novembro de 2011, foi criada a Divisão de Atendimento e Informação (DIATI), que centralizou a prestação de informações e o atendimento ao público interno. E deu certo!

Atualmente a área registra uma média de 800 atendimentos por mês e consegue solucionar a maioria dos pedidos encaminhados ao DGP, graças ao treinamento dos atendentes que se especializaram nos temas com os quais trabalham. A Divisão também responde pela publicação das informações relativas ao Portal da Transparência, que inclui 13 quadros de publicação mensal.



Disposição atual dos Processos Administrativos e documentos de pessoal no Serviço de Arquivo do DGP no Edifício Ibama.

Criação da Seção de Integração de Pessoas

Outro aspecto que mereceu atenção especial durante a reestruturação do DGP foi a área de integração, que ganhou uma seção específica para cuidar da promoção de eventos que estimulem maior interação

entre os servidores, promovendo a motivação e o engajamento nos temas de trabalho.

A Seção de Integração de Pessoas (SEINT) foi criada em 2013 com o intuito de estimular maior aproximação entre membros, analistas e técnicos do MPDFT. Esse foi um problema identificado durante avaliação do clima organizacional e dos processos de comunicação. Desde então, a área atua em eventos informais sempre com o foco na integração institucional, na qualidade de vida e na valorização de integrantes da Instituição.

Alterações no quadro de pessoal

Entre julho de 2010 e setembro de 2014, o quadro de pessoal do DGP passou por sensíveis alterações, mas com pequena variação no número de servidores, que subiu de 65 para 69. A manutenção do quantitativo de pessoas, não obstante o aumento da demanda advinda do crescimento do quadro de pessoal da Instituição, não prejudicou a qualidade dos serviços graças à digitalização de processos e ao aprimoramento de rotinas.

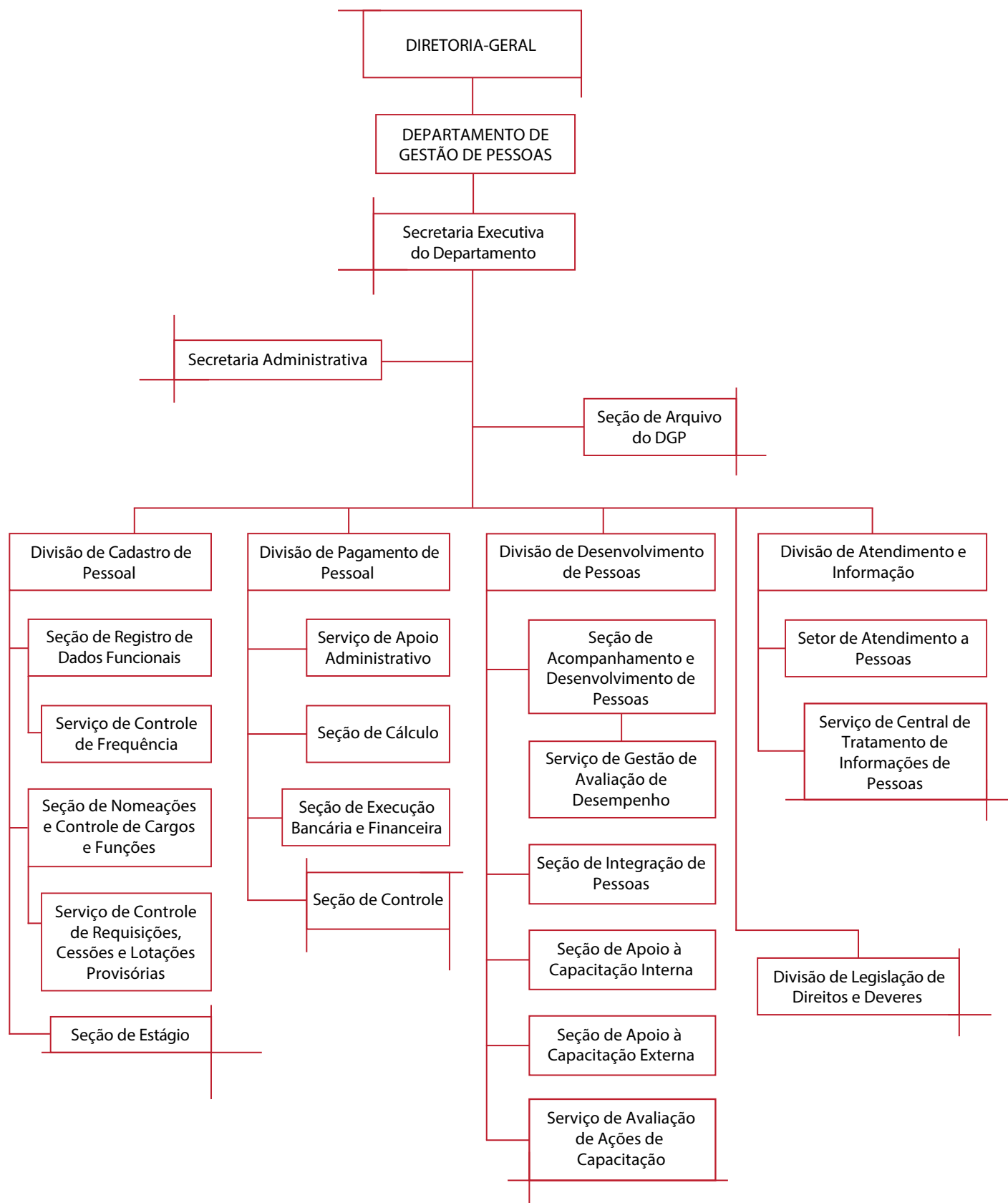
Confira abaixo as variações no quadro de pessoal do DGP em 2010 e em 2014:

DGP	Quantidade		Variação	
	31/07/10	30/09/14	Absoluta	Percentual
Analista	14	14	0	0,0%
Técnico	38	49	11	28,9%
Lotação Provisória no MPDFT	1	1	0	0,0%
Pessoal sem vínculo	1	1	0	0,0%
Requisitado	9	4	-5	-55,6%
Total	63	69	6	9,5%

Quadro 6 – Variações no quadro de pessoal do DGP em 2010 e em 2014

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas

ORGANOGRAMA DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar este Relatório, é importante ressaltar os resultados obtidos por meio das mudanças implementadas no âmbito do Departamento de Gestão de Pessoas (DGP). A organização da área e a alteração de rotinas de trabalho conferiram maior agilidade nas respostas aos usuários e contribuíram para a otimização de processos e recursos materiais. Essa foi uma grande conquista no tratamento de questões relacionadas a membros e servidores nos últimos quatro anos.

Em agosto de 2010, quando assumi o primeiro mandato, causou preocupação o elevado número de reclamações relacionadas à demora no atendimento, à prestação de informações erradas e ao desaparecimento de documentos funcionais. Era preciso encontrar uma solução que passasse pela completa reformulação da área, repensar sua estrutura e procedimentos.

Com a alteração de rotinas e a criação da seção de atendimento, seguida pela cultura de digitalização de processos, os resultados positivos começaram a aparecer. Operações simples, como: concessão e registro de férias, designações para função comissionada e averbações por tempo de serviço, que levavam até dois meses para serem efetivados passaram a ser concluídos em um ou dois dias, no máximo.

Resolvida essa parte, o próximo desafio foi investir na qualidade dos treinamentos oferecidos a membros e servidores. Outro foco de reclamações! Até julho de 2010, os treinamentos eram oferecidos com enfoque estritamente técnico, privilegiando as áreas de direito em detrimento, por exemplo, da formação de lideranças. O que se fez foi buscar maior variedade de cursos e ampliar a oferta, por meio da destinação de recursos voltados à capacitação de membros e servidores.

Finalmente, as ações de integração foram completamente retomadas na gestão 2010/2014. É possível dizer que toda a programação de eventos apresentada neste relatório havia sofrido alguma forma de interrupção ao longo dos anos ou simplesmente não existia. Um

bom exemplo é o Coral e a Homenagem por Tempo de Serviço, que estavam interrompidos há mais de cinco anos.

Como se sabe, as ações de integração cumprem uma importante função na gestão administrativa, pois além de agregar pessoas e estimular a motivação, resultam em maior produtividade e bem-estar no ambiente de trabalho. Na gestão 2010/2014, a Administração Superior trabalhou incessantemente na promoção de tais eventos, porque acredita em seus resultados e entende que é preciso manter uma agenda institucional voltada à integração da família ministerial.

O meu desejo é que essas iniciativas continuem e sejam aprimoradas. Nestes quatro anos, muito se fez para o desenvolvimento da área de Gestão de Pessoas, mas nada teria sido bem-sucedido sem a dedicação e o compromisso de todos os integrantes do DGP, servidores aos quais tenho pessoalmente uma profunda gratidão, pela criatividade, dedicação e competência com que enfrentaram os desafios da área.

Eunice Pereira Amorim Carvalho
Procuradora-Geral de Justiça



Ministério Público
do Distrito Federal
e Territórios

Missão do MPDFT

Promover a justiça, a democracia,
a cidadania e a dignidade humana,
atuando para transformar em
realidade os direitos da
sociedade.



Disque 127

 ouvidoriampdft

www.mpdft.mp.br/ouvidoria

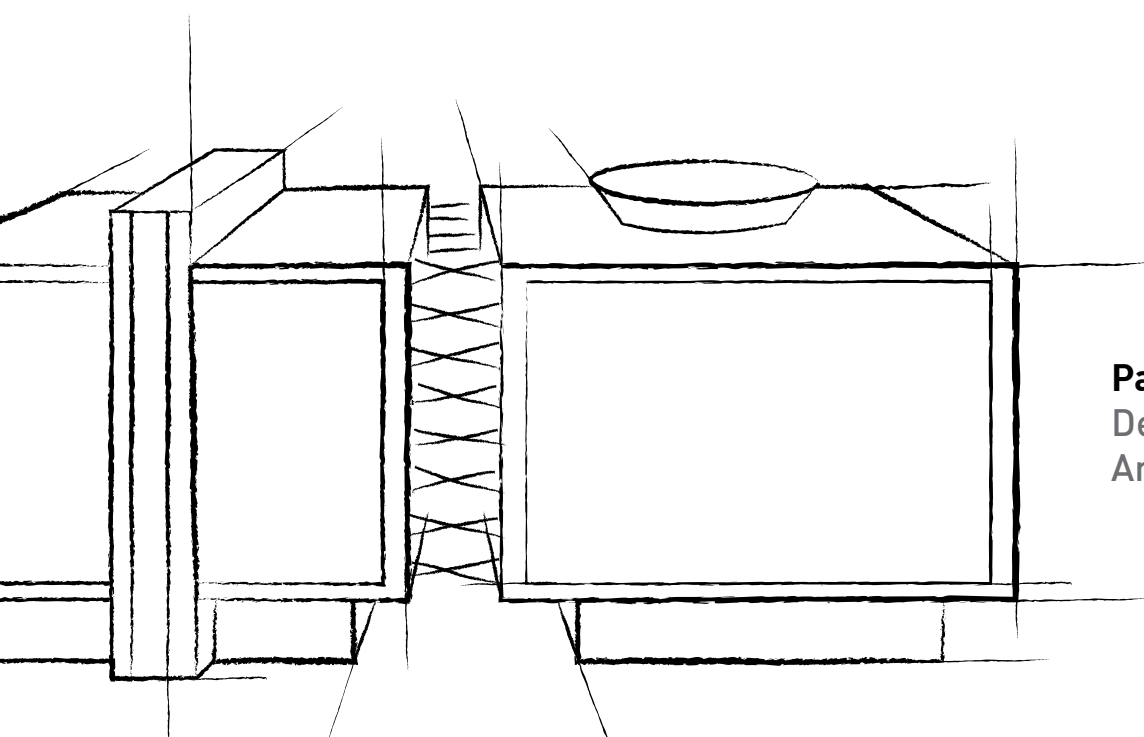
Eixo Monumental, Praça do Buriti, Lote 2, Sede do MPDFT
Brasília-DF, CEP 70.091-900 • Telefone: (61) 3343-9500
www.mpdft.mp.br • facebook.com/mpdftoficial



Ministério Público
do Distrito Federal
e Territórios

Gestão Compartilhada

Membros e servidores unidos na condução
do MPDFT



Parte 5
Departamento de
Arquitetura e Engenharia

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR DO MPDFT

Procuradora-Geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios

Procuradora de Justiça Eunice Pereira Amorim Carvalhido

Vice-Procuradora-Geral de Justiça

Procuradora de Justiça Zenaide Souto Martins

Corregedora-Geral

Procuradora de Justiça Benis Silva de Queiroz Bastos

Chefia de Gabinete

Promotor de Justiça Adjunto Albertino de Souza Pereira Netto
(*In memoriam*)

Promotora de Justiça Thaís Freire da Costa Flores

Promotor de Justiça Wagner de Castro Araújo

Diretoria-Geral

Promotor de Justiça Vetuval Martins Vasconcelos
(2010 /2013)

Promotor de Justiça Libanio Alves Rodrigues

Servidora Ana Lúcia Carrijo Ferreira

Assessoria Especial da Procuradoria-Geral de Justiça

Promotor de Justiça Vetuval Martins Vasconcelos
(2013/2014)

Assessoria de Políticas de Segurança

Promotor de Justiça Eduardo Gazzinelli Veloso (2010/2014)

Promotor de Justiça Wilton Queiroz de Lima (2014)

Assessoria de Políticas Institucionais

Procurador de Justiça Jair Meurer Ribeiro (2010/2011)

Promotora de Justiça Ana Luiza Lobo Leão Osório

Promotor de Justiça Dermeval Farias Gomes Filho

Assessoria Cível e de Controle de Constitucionalidade

Promotor de Justiça André Luiz Casal Duran (2010/2012)

Promotor de Justiça Antônio Henrique Graciano Suxberger
(2010/2012)

Promotor de Justiça Dicken William Lemes

Promotor de Justiça Rodolfo Cunha Salles

Assessoria Criminal

Promotora de Justiça Marta Alves da Silva (2010/2012)

Promotora de Justiça Marya Olímpia Ribeiro Pacheco
(2010/2012)

Promotor de Justiça Antônio Henrique Graciano Suxberger

Promotor de Justiça Renato Bianchini

Coodenadoria de Recursos Constitucionais

Procurador de Justiça Antônio Luiz Barbosa Alencastro
(2010/2013)

Procuradora de Justiça Ana Luisa Rivera

Promotor de Justiça Evandro Manoel da Silveira Gomes

Promotor de Justiça Adjunto Leonardo Carneiro Britto

Gestão Compartilhada

Parte 4 – Departamento de Arquitetura e Engenharia

Referente ao período de agosto de 2010 a outubro de 2014

Departamento de Gestão de Pessoas

Eixo Monumental, Praça do Buriti, Lote 2, Sala 530, Sede do MPDFT, Brasília-DF

Telefone: (61) 3343-9127

E-mail: dae@mpdft.mp.br

Regina Fátima Fonteles Cabral – Chefe

Coordenação e Produção de Texto:

Assessoria de Imprensa – PGJ

Elizangela Monteiro – Chefe

Programação visual e diagramação:

Coordenadoria de Comunicação do MPDFT

Colaboração:

Lílian Cursino Pessoa, Elisa Ramalho Salim Ramos

Revisão:

Samara Botelho Vaz de Almeida

Outubro de 2014. Versão digital

© 2014 Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.

As informações contidas neste relatório foram fornecidas e aprovadas pelo Departamento de Arquitetura e Engenharia (DAE).

APRESENTAÇÃO

Durante as duas últimas gestões, entre agosto de 2010 e outubro de 2014, foram desenvolvidos projetos e realizadas obras de construção e revitalização de instalações prediais, bem como a adaptação de imóveis alugados pelo MPDFT para instalação das unidades descentralizadas. Tais iniciativas visaram à adequação dos espaços e à promoção de melhorias no ambiente de trabalho.

Desta forma, as áreas ocupadas por membros, servidores e terceirizados foram ampliadas em mais de 41 mil metros quadrados, considerando a mudança de promotorias para edifícios próprios ou alugados e a ampliação das demais áreas. Os investimentos na construção de novas edificações totalizaram R\$ 77,2 milhões, enquanto os valores destinados a reformas, aquisição de máquinas e equipamentos, além de obras que agregaram conforto, segurança e funcionalidade chegaram a R\$ 24,7 milhões.

As novas instalações atendem aos requisitos de acessibilidade e sustentabilidade. Em várias localidades, as reformas e adequações contribuíram para a redução do consumo de energia elétrica e de água, mesmo em face do aumento da área ocupada.

Finalmente, é preciso ressaltar o alinhamento dos projetos de engenharia e arquitetura com os programas voltados ao bem-estar do público interno. Idealizados pela Procuradoria-Geral de Justiça e promovidos pelo Departamento de Gestão de Pessoas, esses programas prezam pela oferta de espaços apropriados à prática esportiva (jiu-jitsu e yoga, por exemplo), à convivência social (copa, sala de múltiplas funções, espaço ecumênico entre outros) e ao conforto de membros e servidores (garagem).

A seguir, serão relacionadas as principais realizações do Departamento de Arquitetura e Engenharia – DAE, que complementam o trabalho desenvolvido pela Procuradoria-Geral de Justiça perante os órgãos públicos na busca de terrenos apropriados à instalação de sedes próprias.

**Entre 2010 e 2014,
os investimentos na
construção de novas
edificações totalizaram
R\$ 77,2 milhões. Para
reformas, aquisição
de máquinas e
equipamentos, foram
destinados mais R\$ 24,7
milhões.**

CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS

A médio e longo prazos, foram adotadas ações no sentido de concluir as obras da 2ª etapa do Edifício-Sede do MPDFT e de construir edifícios próprios nas circunscrições judiciárias do Distrito Federal, tais como as Promotorias de Justiça de Ceilândia, de São Sebastião, de Brazlândia e a ampliação e reforma do edifício das Promotorias de Justiça de Taguatinga.

Obras concluídas

2ª Etapa do Edifício-Sede

A conclusão da obra de construção da 2ª etapa do Edifício-Sede ocorreu em 2012. Com isso, o prédio teve sua área ampliada de 20,6 mil metros quadrados para 49,6 mil metros quadrados. Na gestão 2010/2012, a Administração Superior conseguiu agilizar os procedimentos para conclusão da obra e, por conseguinte, a ocupação da 2ª etapa do Edifício-Sede. Entre 2010 e 2014, foram investidos R\$ 38,8 milhões para a conclusão do edifício.

Após a inauguração da 2ª Etapa, coube ao DAE o desafio de adequar as novas dependências, com a instalação de divisórias, persianas, e comunicação visual. Nesse sentido, merece destaque a instalação da sala-cofre, em 2012.

Com a inauguração das novas áreas, o Edifício-Sede passou a abrigar os Departamentos de Gestão de Pessoas (DGP), de Apoio Administrativo (DAA), de Arquitetura e Engenharia (DAE), Perícias e Diligências (DPD) e a Secretaria de Planejamento (Secplan), dentre outras áreas que estavam abrigadas no Edifício Xerox. Além disso, a ampliação permitiu melhor acomodar as procuradorias, promotorias e assessorias, bem como as demais áreas voltadas à atividade-fim, anteriormente abrigadas na 1ª etapa do Edifício-Sede.

Dessa forma, as novas instalações proporcionaram mais conforto e funcionalidade para o desempenho das atividades de membros, servidores e estagiários que trabalham no Edifício-Sede.



Segunda etapa do Edifício-Sede do MPDFT foi inaugurada em 2012.

Edifício das Promotorias de Justiça de Ceilândia

Iniciadas em dezembro de 2010, as obras do edifício das Promotorias de Justiça de Ceilândia demandaram investimentos da ordem de R\$ 15,4 milhões na construção e nas providências necessárias à ocupação do edifício.

Em julho de 2014, cerca de 180 pessoas passaram a utilizar o novo espaço, que conta com alto padrão de segurança, economicidade e conforto ambiental. A cerimônia oficial de inauguração aconteceu em outubro de 2014.

O novo prédio tem área construída de 5.000 metros quadrados e dispõe de garagem (com 71 vagas), copa para membros e servidores, salas de múltiplo uso e amplo espaço para atendimento ao público. Além disso, o espaço permitiu que programas de bem-estar e integração também fossem implantados na Promotoria, como as aulas de yoga e jiu-jitsu e as reuniões de oração.



Novo edifício da Promotoria de Justiça de Ceilândia levou quatro anos para ser concluído.

Obras em andamento

Construção do edifício das Promotorias de Justiça de São Sebastião

As obras do edifício próprio das Promotorias de Justiça de São Sebastião iniciaram-se em janeiro de 2013. O projeto foi desenvolvido em 2012. A licitação ocorreu logo em seguida e contempla a construção de um prédio com mais de 3.000 metros quadrados, distribuídos em três pisos: subsolo, térreo, 1º andar.

Até agosto de 2014, o MPDFT investiu mais de R\$ 14,4 milhões na obra, que tem previsão de conclusão para o próximo ano.

O projeto segue o mesmo padrão das demais Promotorias já inauguradas. Assim que ficar pronto, membros, servidores, terceirizados, estagiários e a comunidade atendida pelas Promotorias de Justiça de São Sebastião contarão com um espaço até três vezes maior que atual.

No local, a exemplo do edifício de Ceilândia, também serão disponibilizadas salas multifuncionais, copa, garagem e área destinada ao atendimento da população. A previsão de conclusão da obra é 2015.

“As alterações foram extremamente proveitosas. Quando a gente trabalhava junto ao Tribunal de Justiça, na mesma sede, a sociedade não nos identificava como Ministério Público”.



Lucas Salomé Farias de Aguiar, promotor de Justiça Adjunto da PJ São Sebastião.

Reforma e ampliação do edifício das Promotorias de Justiça de Taguatinga

As obras de reforma e ampliação do edifício das Promotorias de Justiça de Taguatinga foram iniciadas em 2013. A licitação do projeto e a contratação da empresa responsável pelos serviços ocorreram no ano anterior.

O projeto prevê a ampliação das instalações em mais 272 metros quadrados. O aumento da área deverá beneficiar o serviço de atendimento ao público e a acomodação dos que atuam nas Promotorias. Além disso, a modernização das instalações permitirá o cumprimento das normas técnicas vigentes.

Dentre as principais melhorias, o projeto contempla:

- a) substituição do sistema de ar condicionado por modelo mais moderno, que permite o controle individualizado de temperatura;
- b) troca da subestação de energia, visando ao atendimento das normas vigentes;
- c) atualização do sistema de cabeamento para dados e voz; e
- c) ampliação do subsolo, para instalação de vestiários e bicicletário.

Em setembro de 2014, o MPDFT já registrava investimentos na ordem de R\$ 7,7 milhões nas obras da Promotoria. Até a conclusão e ocupação do novo edifício, previstas para 2016, são estimados mais R\$ 8,4 milhões.



Reforma e ampliação da Promotoria de Justiça de Taguatinga devem ser concluídas em 2016.

Projetos em fase de licitação

Construção das Promotorias de Justiça de Brazlândia

A viabilização da construção do novo edifício que irá abrigar as Promotorias de Justiça de Brazlândia passou por um longo processo de negociação. O objetivo foi a desapropriação e posterior incorporação de uma área ao lado do terreno do MPDFT, bem como a cessão de um lote da Polícia Civil, contíguo à área incorporada.

Tal situação demandou a interferência pessoal da procuradora-geral de Justiça, que intermediou as negociações com a Polícia Civil, com o GDF e com a Câmara Legislativa, responsável pela aprovação das regulamentações necessárias à concretização das doações. Sobre esse procedimento, mais informações podem ser conferidas no relatório da Procuradoria-Geral de Justiça.

Somente após esse processo, foi possível elaborar o projeto de construção do edifício, uma vez que o lote disponível para o MPDFT subiu de 750 para 1.675 metros quadrados.

No final de 2013, a Administração Superior conseguiu obter, junto ao Congresso Nacional, os recursos necessários à construção do novo edifício das Promotorias de Justiça de Brasília. Com isso, o DAE iniciou a elaboração do projeto e os procedimentos para licitação da obra, que tem investimento estimado em R\$ 16 milhões.

O projeto prevê a construção de um edifício de 3,8 mil metros quadrados, divididos em três pisos: subsolo, térreo e 1º andar). A edificação abrigará, a exemplo dos demais já inaugurados, garagem (para 27 veículos), copa, espaços multifuncionais e acomodações necessárias ao atendimento ao público e ao desempenho da atividade-fim.

Atualmente (setembro de 2014), o MPDFT aguarda a aprovação do projeto pelos órgãos competentes, uma exigência necessária ao prosseguimento da licitação.

“Sem dúvida, a administração da Dra Eunice, no período de 2010 a 2014, teve como grande marca o empreendedorismo e o dinamismo”.



Regina Fátima Cabral, chefe do DAE.

REVITALIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES PREDIAIS

Edifício-Sede

Com mais de 13 anos e plena ocupação, o Edifício-Sede do MPDFT (1ª etapa) passou a apresentar desgaste dos materiais e instalações, apesar de todo esforço em manter as condições da edificação. Além disso, os avanços tecnológicos, bem como as exigências (estabelecidas por novas normas técnicas), tornaram urgentes a adequação e a atualização das instalações, visando mais conforto, segurança e funcionalidade.

Sensível à necessidade de revitalização do edifício, a Administração Superior não economizou esforços para captar recursos financeiros suficientes à licitação dos serviços, cujos investimentos alcançaram cerca de R\$ 12,4 milhões.

Impermeabilização dos reservatórios de água

Foram investidos, em 2011 e 2012, cerca de R\$ 117 mil em obras para recuperação do desgaste natural do revestimento dos reservatórios de água com o objetivo de evitar infiltrações.

Reforma do restaurante

No mesmo período, foram aplicados mais de R\$ 2 milhões na reforma do restaurante, que necessitava de adequações urgentes, assim como na atualização das instalações e equipamentos, em decorrência do aumento da demanda.

Instalação de *brise soleil* na fachada oeste

A solução adotada com o objetivo de reduzir a incidência solar direta, que causava grande desconforto térmico interno, e de diminuir o consumo de energia elétrica, em atendimento a critérios de sustentabilidade e de economicidade.

“A mudança do DGP para o Edifício-Sede trouxe muitos benefícios, entre eles, o contato maior e mais direto com os servidores”.



Simone Signorelli, servidora do DGP.

Reforma do térreo

A reforma do prédio incluiu alterações na entrada principal, com o objetivo de atender aos padrões de segurança. No auditório, houve ampliação do *foyer* de entrada e instalação de uma copa para atender a recepções e eventos institucionais. Realizaram-se obras de adequação às normas de acessibilidade das pessoas com deficiência.

Reforma dos banheiros

A modificação dos banheiros englobou a substituição das válvulas de descarga, do revestimento do piso e das paredes, das borrachas de vedação e das tubulações de ventilação de vasos sanitários e mictórios, danificados pelo desgaste de uso.

Substituição dos equipamentos de grande porte do sistema de ar-condicionado do prédio

A troca dos equipamentos de ar-condicionado – *fancoils* e *chillers* – visou à modernização tecnológica do sistema e à melhoria da climatização, com considerável redução do consumo mensal de energia. Os equipamentos substituídos datavam de 1998.

Substituição de divisórias e piso dos 7º, 8º e 9º pavimentos

Mudança devido ao desgaste dos materiais. Com a medida, além de acrescentar conforto e segurança ao ambiente de trabalho, os ambientes se tornaram mais claros, reduzindo a necessidade de luz artificial.

Edifícios próprios nas Circunscrições Judiciárias

Nos edifícios próprios, localizados em Planaltina, Samambaia, Gama, Paranoá, Santa Maria e na Promotoria da Infância, foram realizadas importantes obras de manutenção, visando à conservação das instalações e melhor adequação ao uso diário.

Nessas unidades, em 2011 e em 2013, o MPDFT investiu cerca de R\$ 600 mil na instalação de *brises soleil* nas coberturas dos edifícios próprios. Em 2012, mais R\$ 150 mil foram destinados a serviços de impermeabilização para correção de infiltrações. Já em 2014, merece destaque, dentre outras ações de revitalização, o investimento em pintura nas sedes próprias, que alcançou o montante de R\$ 72 mil.

“O novo prédio foi essencial, pois estávamos em espaço reduzido, no Fórum de Ceilândia. Além de permitir que tenhamos acomodações mais dignas, proporcionou ambiente adequado para o trabalho diário. Agora, queremos implantar programas voltados para a comunidade, como aulas de orquestra e coral para crianças e adolescentes carentes, que deverão ser ministradas na sala de múltiplo uso”.



Irênio da Silva Moreira Filho, promotor de Justiça e coordenador administrativo das Promotorias de Justiça de Ceilândia.

MANUTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES

Enquanto os investimentos destinados à revitalização predial são aplicados em obras que visam à atualização das edificações, os recursos direcionados à manutenção garantem a preservação das instalações sempre em boas condições de uso e em perfeito funcionamento.

Nesse quesito, enquadram-se os serviços voltados à prevenção e à correção de eventuais danos em elevadores, instalações hidrossanitárias, sistemas de ar condicionado, etc.

Na gestão 2010/2014, a Administração Superior aplicou mais de R\$ 32,4 milhões para o custeio de serviços de manutenção nos imóveis que ocupa. Tais serviços têm caráter preventivo e corretivo e foram realizados no Edifício-Sede e em todas as circunscrições judiciárias.

A Administração Superior sempre atuou no sentido de encontrar soluções para instalação das Promotorias em edifícios próprios. Quando isso não foi possível, todo o esforço objetivou a busca de soluções para locação de imóveis que acomodassem as unidades administrativas e suas equipes.

Nesse sentido, as Promotorias de Justiça de Sobradinho, do Núcleo Bandeirante, de São Sebastião, do Riacho Fundo e do Guará foram transferidas para áreas condizentes com as demandas locais, visando a aprimorar as condições da estrutura de suporte, que dá respaldo à atuação institucional do Ministério Público.

Promotorias de Justiça de Sobradinho

A Promotoria de Justiça de Sobradinho, que antes ocupava área de 385 metros quadrados nas dependências do Fórum local, foi transferida para um novo edifício, em novembro de 2011. O MPDFT locou dois andares de um prédio nas proximidades do Fórum e passou a ocupar área de 940 metros quadrados.

Em outubro de 2014, o piso térreo do mesmo edifício também passou a ser utilizado pelas Promotorias. A medida resolveu o problema da falta de acessibilidade e ampliou o espaço de atendimento ao público.

O próximo passo é a conquista de um terreno adequado e a busca de recursos orçamentários para a construção do edifício próprio, pois a atual área, reservada à edificação da sede da Promotoria, não comporta a construção de um prédio em razão de uma adutora da Caesb que perpassa todo o seu subsolo.

Diante disso, a Administração Superior pleiteou a destinação de um novo local, o que foi compreendido pelo Governo do Distrito Federal, que já encaminhou Projeto de Lei à Câmara Legislativa.

Registre-se que a área atual, localizada nas proximidades do Fórum, foi transformada em estacionamento e ponto de apoio para uso dos membros, servidores, terceirizados e estagiários que trabalham na Promotoria de Justiça de Sobradinho.



Ainda em sede provisória, PJ de Sobradinho inaugurou novo espaço em outubro de 2014.

Promotorias de Justiça do Núcleo Bandeirante

As Promotorias de Justiça do Núcleo Bandeirante, que antes ocupavam área de apenas 162 metros quadrados nas dependências do Fórum, foram realocadas, em 2011, para um prédio alugado. O novo espaço possui área de 1.070 metros quadrados e acomodou, com segurança e conforto, todos os que trabalham e utilizam a Promotoria de Justiça local.

No Núcleo Bandeirante, o MPDFT já possui um lote reservado. No entanto, a área de 1.053 metros quadrados não comporta a construção da sede da Promotoria. Por isso, a administração anterior solicitou a disponibilidade de nova área e conseguiu um terreno de 7,4 mil metros quadrados, situado ao lado do Fórum. No entanto, a doação ainda não foi formalizada e atualmente o imóvel está ocupado pela Administração Regional do Park Way.

Promotorias de Justiça de São Sebastião

A Promotoria de Justiça de São Sebastião, que antes ocupava área de 125 metros quadrados, nas dependências do Fórum, foi instalada em prédio alugado, em dezembro de 2012. A mudança acrescentou conforto e funcionalidade às instalações da Promotoria, até que a nova sede, em fase de construção, seja concluída.

Promotorias de Justiça de Riacho Fundo

A Promotoria de Justiça do Riacho Fundo, que antes ocupava um galpão próximo à Rodoviária, em área de 360 metros quadrados, foi instalada, em janeiro de 2014, em um prédio alugado, no Riacho Fundo I. A nova área possui 910 metros quadrados.

Promotorias de Justiça do Guará

No Guará, o MPDFT ocupava um acanhado espaço de 71 metros quadrados, nas dependências do Juizado Especial. Desde abril de 2013, as Promotorias de Justiça locais foram removidas para um prédio alugado e passaram a ocupar área de 360 metros quadrados.

Além disso, o MPDFT requereu e foi contemplado com lote localizado próximo ao Fórum, para a edificação da sede da Promotoria de Justiça.



Promotoria de Justiça do Guará ocupa espaço alugado desde julho de 2014.

Promotorias de Justiça de Taguatinga

As Promotorias de Justiça de Taguatinga foram transferidas temporariamente para um imóvel alugado, a fim de possibilitar a reforma e ampliação do Edifício-Sede que tem previsão para ser concluída em 2016.

Locações destinadas às áreas administrativas

Ainda com o objetivo de acomodar adequadamente as áreas administrativas que não foram instaladas no Edifício-Sede, o MPDFT providenciou a locação de espaços para abrigar o Centro de Tecnologia da Informação, o Departamento de Orçamento e Finanças e o Plan-Assiste.

O Centro de Tecnologia da Informação está ocupando novo espaço de 1.583 metros quadrados, em edifício próximo ao MPDFT.

O Departamento de Orçamento e Finanças e o Plan-Assiste, que ainda funcionam no Edifício Ibama, serão transferidos para um novo espaço. A mudança depende apenas de adequações no sistema de ar condicionado, instalação de divisórias e implantação de serviços de dados e voz. A mudança está prevista para novembro de 2014.



Equipe do DOF aguarda mudança para uma nova locação.

PROJETO DE COMUNICAÇÃO VISUAL

O MPDFT contratou uma empresa para criação de nova identidade visual e desenvolvimento de logomarca institucional alinhada com os objetivos de comunicação da Instituição. A nova logomarca é assinada pelo reconhecido arquiteto, especialista em comunicação visual, Carlos Eduardo Barros Ribeiro – Calé.

O trabalho envolveu a instalação de totens e placas de identificação do MPDFT em todas as Promotorias de Justiça que ocupam edifícios próprios. As demais unidades, instaladas em prédios alugados continuam utilizando o sistema de identificação anterior.



A disponibilização de totens facilita a identificação do Órgão.

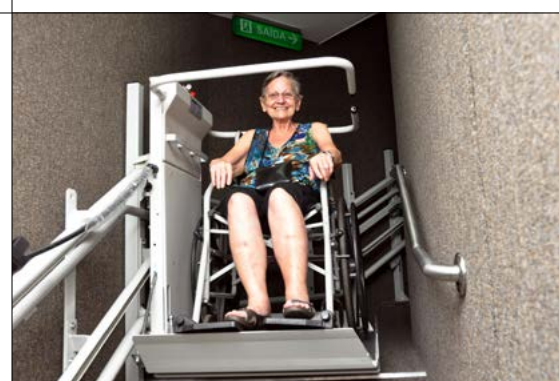
ACESSIBILIDADE

Os projetos de arquitetura do MPDFT primam sempre pelo atendimento às normas de acessibilidade. No entanto, algumas regulamentações exigem o trabalho constante de reforma e adequação das áreas externas e internas. Tais obras visam ao atendimento integral da referida Norma e às recomendações do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP.

No Edifício-Sede, durante a gestão 2010/2014, merecem destaque, dentre outras medidas, a instalação dos seguintes itens:

- placas para a leitura em braile;
- mapa tátil para pessoas com deficiência visual;
- balcão de recepção com área rebaixada para o atendimento da Pessoa com Deficiência (PcD), tanto na entrada do prédio quanto no restaurante;
- rampa de acesso ao terraço externo (na saída do restaurante);
- plataformas de acesso, horizontais e inclinadas, no auditório;
- assento para obesos e áreas para cadeirantes, com poltrona para acompanhantes, no auditório;

Atualmente, o DAE providencia a troca de pisos nas Promotorias de Planaltina e do Paranoá, com o objetivo de adequá-las às normas de acessibilidade que exigem a instalação de piso antiderrapante em áreas públicas. O mesmo serviço deverá ser realizado em outras unidades. Nesse sentido, também foi substituído o guarda-corpo, com a instalação de corrimão (em duas alturas) nas Promotorias do Gama e da Infância.



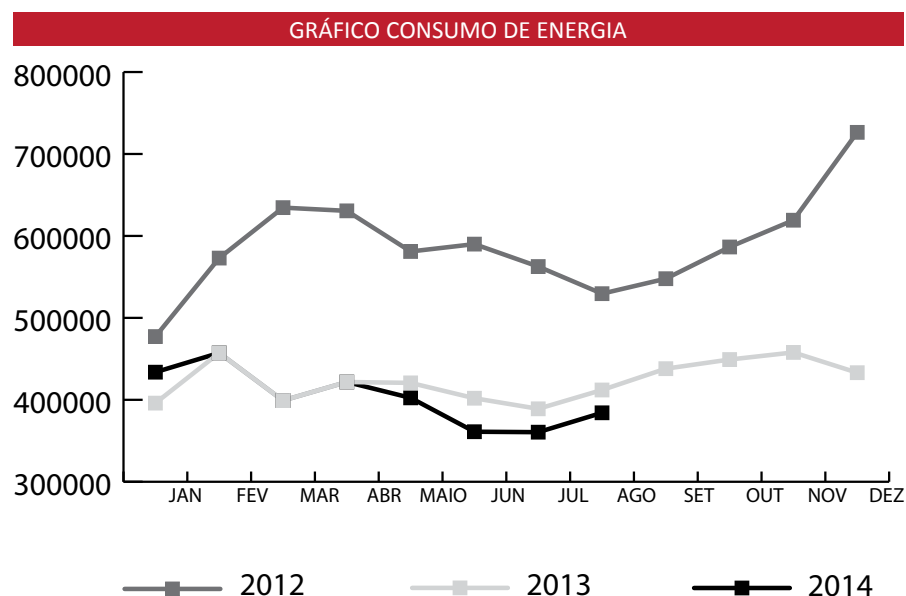
Acessibilidade no auditório do Edifício-Sede

A adoção de práticas de sustentabilidade tem sido uma prioridade no desenvolvimento de projetos e nas obras de modernização das edificações. Graças a isso, obtiveram-se resultados efetivos na economia de energia elétrica e na redução do consumo de água.

Redução no consumo de energia elétrica

A economia gerada no consumo de energia elétrica está diretamente relacionada com a instalação de brises soleil no Edifício-Sede e em diversas Promotorias, como a da Infância, que alcançou, em junho de 2014, o menor índice de consumo desde 2012. A aquisição de equipamentos com Selo Procel de eficiência energética também contribuiu para a economia de energia, além da opção por aparelhos de ar condicionado com controle individual e de outras iniciativas.

No gráfico abaixo, estão registrados o consumo de energia elétrica (em Kwh) entre os anos de 2012 a 2014, em todas as unidades do MPDFT.



“É muito bom encontrar no MP um espaço como o bicicletário. Além de um local para guardar a bicicleta, temos uma excelente estrutura no vestiário”.



Lucas Thobias Campos, servidor da Coordenadoria de Segurança Institucional

Gráfico 1 – Consumo de energia em todo o MPDFT.

Fonte: Departamento de Arquitetura e Engenharia

Redução no consumo de água

Já o consumo de água também apresenta considerável redução, graças à instalação de torneiras de pressão e válvula de descarga com acionamento duplo, dentre outros procedimentos. No gráfico a seguir é possível acompanhar a queda no consumo de água (em m³), no período de 2012 a 2014, em todas unidades do MPDFT.

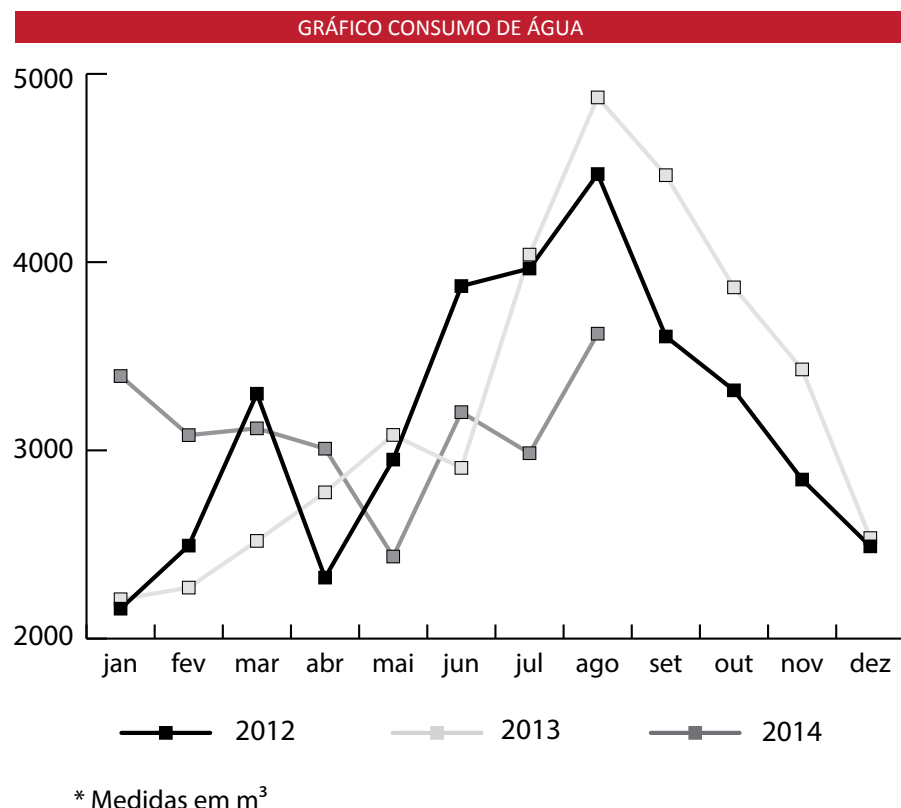


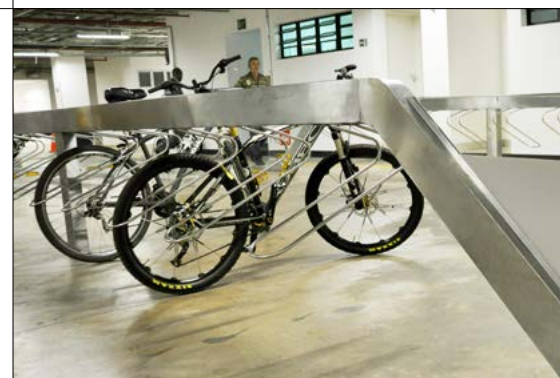
Gráfico 2 – Consumo de água em todo o MPDFT.

Fonte: Departamento de Arquitetura e Engenharia

Além disso, o edifício das Promotorias de Justiça de Ceilândia já contempla a construção de um reservatório para reuso de água, que será adotado também em todos os novos projetos desenvolvidos a partir de 2010.

Preservação do Meio Ambiente

Sob a ótica da economia de recursos ambientais e com foco na mobilidade urbana, é importante mencionar a instalação de bicicletários no Edifício-Sede e em todos os prédios próprios, com o intuito de proporcionar aos usuários mais uma alternativa de locomoção para o trabalho.



Bicicletários foram instalados na Sede e em todos os prédios próprios.

REESTRUTURAÇÃO

O aumento da área edificada do MPDFT, ao longo dos últimos quatro anos, exigiu maior reforço das equipes de Arquitetura e Engenharia, em razão do crescimento da demanda por serviços de manutenção e conservação. Desta forma, a Administração Superior reestruturou o quadro de pessoal, que foi acrescido de novos cargos de analistas de engenharia, em diversas especialidades, e de técnicos de edificação e de apoio especializado/administração.

Embora o quantitativo de pessoal tenha se mantido estável, durante a gestão 2010/2014, o provimento das áreas de engenharia especializada contribuiu para a melhoria da qualidade técnica e permitiu a adoção de modernas soluções técnicas, que contribuirão para o máximo aproveitamento dos recursos.



Equipe do Departamento de Arquitetura e Engenharia

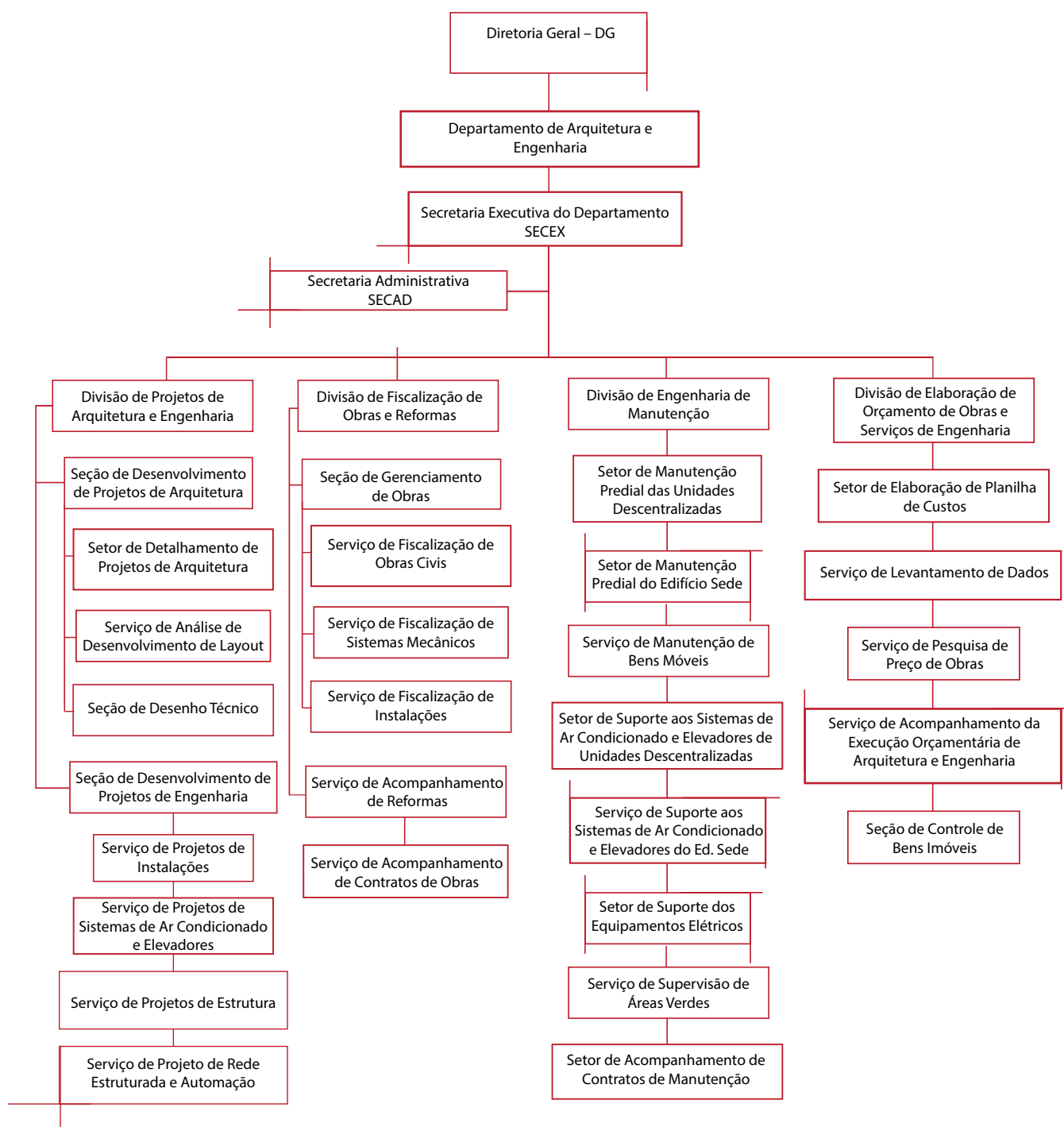
CARGO	Quantidade de Cargos	
	2010	2014
Analista do Mpu/Apoio Tecnico Especializado/Gestao Publica	2	2
Analista de Arquitetura/Perito	3	4
Analista de Engenharia Civil/Perito	4	7
Analista de Engenharia Eletrica/Perito	3	6
Analista de Engenharia Mecanica/Perito	3	4
Requisitado	21	4
Tecnico do Mpu/Apoio Tecnico Administrativo/Administracao	8	12
Tecnico de Apoio Especializado/Edificacao	9	12
Tecnico do Mpu/Apoio Tecnico Administrativo/Seguranca Institucional e Transporte	1	1
Total	54	52

Quadro 1 – Quantidade de novos cargos na gestão 2010/2014.

Fonte: Departamento de Arquitetura e Engenharia.

Outro aspecto que merece destaque foi a criação de uma unidade específica para o levantamento de dados e a elaboração de orçamentos estimativos de obras, reformas, serviços complementares de arquitetura, engenharia e paisagismo, bem como a reorganização de funções nas Divisões Projetos de Arquitetura e Engenharia, de Engenharia de Manutenção e Fiscalização de Obras e Reformas.

ORGANOGRAMA DO DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E ENGENHARIA



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na gestão 2010/2014, os servidores do Departamento de Arquitetura e Engenharia (DAE) trabalharam na manutenção das áreas ocupadas, sempre com foco em proporcionar melhores condições ambientais e na adequação dos espaços para o desenvolvimento das atribuições institucionais.

No entanto, a construção de edifícios próprios sempre foi uma das bandeiras dessa Gestão. Por isso, priorizaram-se as obras de conclusão da 2ª etapa do Edifício-Sede e das Promotorias de Ceilândia e São Sebastião, além da ampliação da sede de Taguatinga e do projeto de nova sede em Brazlândia.

Nesse sentido, o MPDFT caminha para conquistar sedes próprias em todas as circunscrições administrativas. Além de agregar conforto e funcionalidade, propiciando melhores condições de trabalho e de atendimento ao público, a ocupação de edifícios próprios também permite o fortalecimento de laços com a comunidade, inclusive por serem dotados de recursos de acessibilidade que garantem o atendimento a todos os cidadãos.

Penso que esse caminho se mostra irreversível. O desafio, então, é perseguir essa meta e reforçar as iniciativas voltadas à sustentabilidade, com o intuito de aumentar os índices de economia de água e energia. Assim, o MPDFT continuará contribuindo para a preservação do meio ambiente ao manter uma postura ecologicamente correta. Ou seja, atuando não apenas na fiscalização, mas aplicando em suas próprias instalações o cumprimento das leis ambientais.

Agradeço a cada um dos servidores que integram a equipe do DAE pela dedicação ao longo dos últimos anos. Entendo que as conquistas aqui apresentadas não teriam logrado êxito algum sem o trabalho e o compromisso que demonstraram nesse período.

Eunice Pereira Amorim Carvalho
Procuradora-Geral de Justiça



Ministério Público
do Distrito Federal
e Territórios

Missão do MPDFT

Promover a justiça, a democracia,
a cidadania e a dignidade humana,
atuando para transformar em
realidade os direitos da
sociedade.



Disque 127

 ouvidoriampdft

www.mpdft.mp.br/ouvidoria

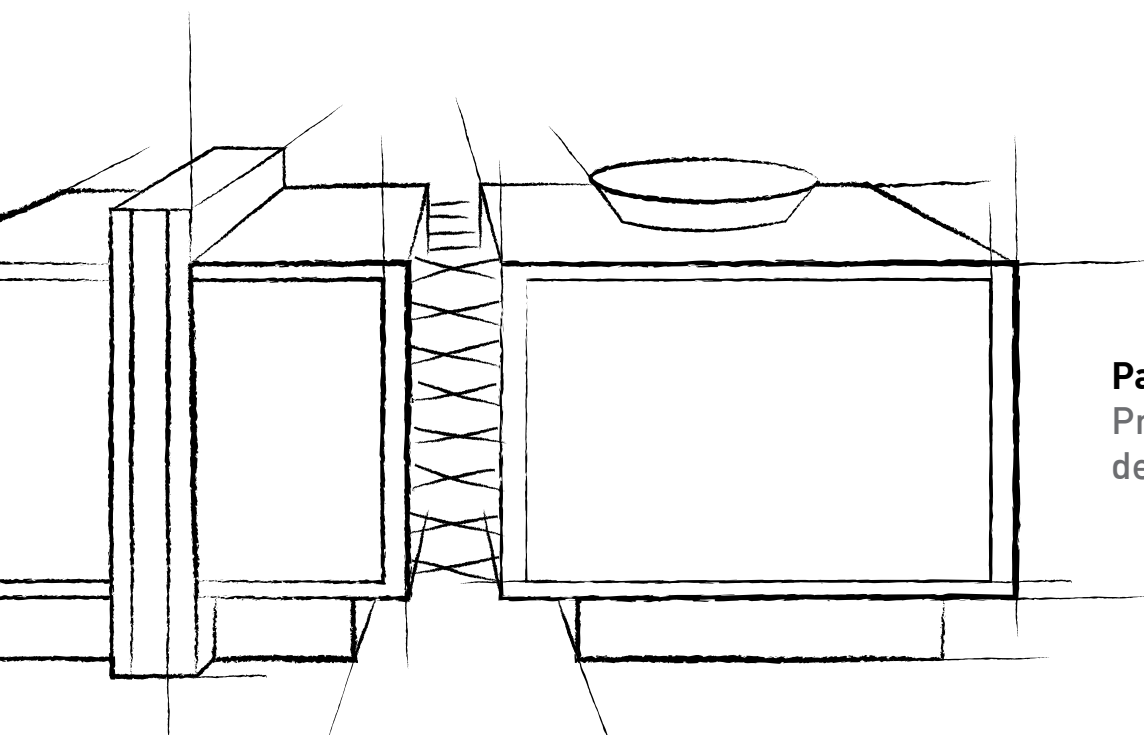
Eixo Monumental, Praça do Buriti, Lote 2, Sede do MPDFT
Brasília-DF, CEP 70.091-900 • Telefone: (61) 3343-9500
www.mpdft.mp.br • facebook.com/mpdftoficial



Ministério Público
do Distrito Federal
e Territórios

Gestão Compartilhada

Membros e servidores unidos na condução
do MPDFT



Parte 6
Procuradoria-Geral
de Justiça

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR DO MPDFT

Procuradora-Geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios

Procuradora de Justiça Eunice Pereira Amorim Carvalhido

Vice-Procuradora-Geral de Justiça

Procuradora de Justiça Zenaide Souto Martins

Corregedora-Geral

Procuradora de Justiça Benis Silva de Queiroz Bastos

Chefia de Gabinete

Promotor de Justiça Adjunto Albertino de Souza Pereira Netto
(*In memoriam*)

Promotora de Justiça Thaís Freire da Costa Flores

Promotor de Justiça Wagner de Castro Araújo

Diretoria-Geral

Promotor de Justiça Vetuval Martins Vasconcelos
(2010 /2013)

Promotor de Justiça Libanio Alves Rodrigues

Servidora Ana Lúcia Carrijo Ferreira

Assessoria Especial da Procuradoria-Geral de Justiça

Promotor de Justiça Vetuval Martins Vasconcelos
(2013/2014)

Assessoria de Políticas de Segurança

Promotor de Justiça Eduardo Gazzinelli Veloso
(2010/2014)

Promotor de Justiça Wilton Queiroz de Lima (2014)

Assessoria de Políticas Institucionais

Procurador de Justiça Jair Meurer Ribeiro (2010/2011)

Promotora de Justiça Ana Luiza Lobo Leão Osório

Promotor de Justiça Dermeval Farias Gomes Filho

Assessoria Cível e de Controle de Constitucionalidade

Promotor de Justiça André Luiz Casal Duran (2010/2012)

Promotor de Justiça Antônio Henrique Graciano Suxberger
(2010/2012)

Promotor de Justiça Dicken William Lemes

Promotor de Justiça Rodolfo Cunha Salles

Assessoria Criminal

Promotora de Justiça Marta Alves da Silva (2010/2012)

Promotora de Justiça Marya Olímpia Ribeiro Pacheco
(2010/2012)

Promotor de Justiça Antônio Henrique Graciano Suxberger

Promotor de Justiça Renato Bianchini

Coodenadoria de Recursos Constitucionais

Procurador de Justiça Antônio Luiz Barbosa Alencastro
(2010/2013)

Procuradora de Justiça Ana Luisa Rivera

Promotor de Justiça Evandro Manoel da Silveira Gomes

Promotor de Justiça Adjunto Leonardo Carneiro Britto

Gestão Compartilhada

Parte 6 – Procuradoria-Geral de Justiça

Referente ao período de agosto de 2010 a outubro de 2014

Procuradoria-Geral de Justiça

Eixo Monumental, Praça do Buriti, Lote 2, Sala 919, Sede do MPDFT, Brasília-DF

Telefone: (61) 3343-9787

E-mail: procgera@mpdft.mp.br

Eunice Pereira Amorim Carvalhido – Procuradora-Geral de Justiça

Coordenação e Produção de Texto:

Assessoria de Imprensa – PGJ

Elizangela Monteiro – Chefe

Programação visual e diagramação:

Coordenadoria de Comunicação do MPDFT

Colaboração:

Lílian Cursino Pessoa, Elisa Ramalho Salim Ramos

Revisão:

Samara Botelho Vaz de Almeida

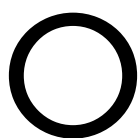
Outubro de 2014. Versão digital.

© 2014 Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.

As informações contidas neste relatório foram fornecidas e aprovadas pela Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ).

APRESENTAÇÃO



Relatório a seguir reproduz boa parte das ações das áreas vinculadas diretamente à Procuradoria-Geral de Justiça, no período de agosto de 2010 a dezembro de 2014. Os feitos destacados demonstram a relevância da atuação das assessorias e das coordenadorias no propósito de cumprir a missão institucional do MPDFT.

O projeto Procuradoria-Geral de Justiça Itinerante, que abre este documento, foi o passo inicial para conhecer, de perto, a organização da área-fim e proporcionou à Administração Superior elementos para a execução dos Planos de Gestão (2010-2012 e 2012-2014) com a implementação de novos projetos.

Por meio das visitas, que alcançaram todas as unidades administrativas, foram levantadas e atendidas, de imediato, as necessidades mais urgentes. Aquelas que demandariam prazo maior para resolução entraram no planejamento das áreas executivas. Em ambos os casos, quase todos os pleitos apresentados por membros e servidores foram atendidos.

Merece destaque, também, o trabalho desenvolvido pela Assessoria Criminal, que ajuizou 327 ações originárias e manifestou-se em 2.734 processos. Já a Assessoria Cível e de Controle de Constitucionalidade manifestou-se em aproximadamente 3.400 processos. Graças ao desempenho de membros e servidores que atuam nessas duas áreas, foram obtidas importantes conquistas que resultarão na garantia de direitos para o cidadão brasileiro.

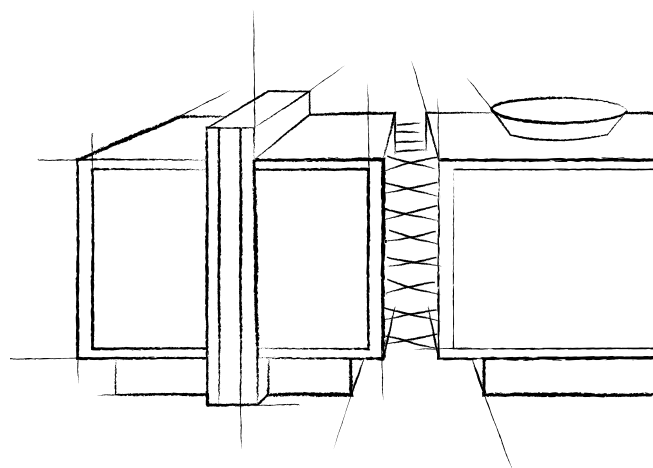
No mesmo período, a Assessoria de Recursos Constitucionais interpôs 11.573 recursos, incluindo contrarrazões a recursos especiais e extraordinários, além de contraminuta a agravos (art. 544, CPC) referentes a feitos de natureza criminal.

Já a Coordenadoria dos Núcleos de Direitos Humanos atuou fortemente no enfrentamento à discriminação, no combate à violência e à exploração sexual de crianças e adolescentes e na defesa da igualdade de gêneros. Por meio de eventos, acordos de cooperação e ações institucionais, o Núcleo transformou o MPDFT em uma das mais respeitadas referências para o assunto no setor público.

Finalmente, é possível conferir as ações realizadas pela Assessoria de Segurança Institucional e o trabalho desenvolvido diretamente pela Procuradoria-Geral de Justiça, com o apoio da Assessoria Especial e da Assessoria Parlamentar, em prol da cessão de áreas destinadas à construção de sedes próprias em todas as regiões administrativas.

Os dados referentes às atividades da Assessoria de Políticas Institucionais (API) serão publicados em relatório separado, tendo em vista o volume de informações que abarcará, além das atribuições da própria API, o conteúdo das áreas a ela vinculadas, como a Coordenadoria de Comunicação, a Assessoria de Cerimonial e a Secretaria de Planejamento.

As informações referentes às demais áreas vinculadas à Procuradoria-Geral de Justiça, que não constam neste Relatório, poderão ser conferidas com as próprias áreas em seus relatórios.



PROCURADORIA-GERAL ITINERANTE

Entre agosto de 2010 e outubro de 2014, a Assessoria de Políticas Institucionais coordenou o projeto PGJ Itinerante e elaborou uma agenda de visitas técnicas que contemplou todas as unidades administrativas do MPDFT. A comitiva, composta por pelo menos um representante de cada área (DG, API, DTI, DAE, CSI, DGP, DAA, CDI, Secom e Secplan), foi organizada com o objetivo de promover maior aproximação entre a Administração Superior e a área-fim, bem como conhecer as necessidades locais.

O resumo das visitas é transcrito abaixo.

Coordenadoria Administrativa da Santa Maria

A visita a Coordenadoria Administrativa de Santa Maria foi realizada em 7 de outubro de 2010. Em atendimento às demandas apresentadas pela equipe local, a Administração Superior providenciou a instalação do portal detector de metais e iniciou estudos para implantação de circuito interno de câmeras, além da aquisição de materiais de segurança. Foram realizadas adaptações nas instalações e a compra de máquina fotográfica, estantes, balcão, GPS e veículo para diligências. Bens e equipamentos de informática constantes da demanda da Coordenadoria foram supridos de imediato. O Departamento de Gestão de Pessoas investiu na realização de cursos de capacitação e aperfeiçoamento, e buscou meios para viabilizar nova regulamentação para melhorias nas áreas de treinamento e desenvolvimento de pessoas.

Coordenadoria Administrativa de Taguatinga

A Administração Superior visitou a Coordenadoria Administrativa de Taguatinga em 14 de outubro de 2010. As demandas apresentadas foram atendidas em sua maioria. Uma delas foi a reforma e ampliação do prédio da Promotoria, que começou em 2013, após a licitação do projeto. O DAA providenciou os materiais de consumo solicitados



A PGJ Itinerante visitou Santa Maria em 7 de outubro de 2010.



Em 14 de outubro de 2010, foi a vez da Coordenadoria de Taguatinga receber a PGJ Itinerante.

durante a visita e a compra do que faltava. O DTI efetuou a troca de computadores, entregou e instalou os equipamentos de leitora ótica, *scanners* e impressoras. A Coordenadoria de Segurança Institucional efetuou a ativação do sistema de controle de visitantes.

As demandas de capacitação e integração foram parcialmente resolvidas com a promoção de curso básico para motorista e o curso Condução de Autoridades, além de cursos intensivos em Direito e Noções de Direito Penal e outras disciplinas. Com relação à integração de pessoas, o DGP ofereceu os cursos de Gerenciamento de Estresse e de Gestão Empreendedora, realizados em três turmas para Taguatinga.

Coordenadoria Administrativa de Defesa da Infância e da Juventude

Na Coordenadoria Administrativa de Defesa da Infância e da Juventude, o encontro ocorreu no dia 19 de outubro de 2010. Para essa Promotoria, o DGP viabilizou a realização de cursos internos e foram adotadas as providências necessárias para que os treinamentos fossem aplicados simultaneamente em várias unidades do MPDFT. O DAE efetuou os reparos necessários no imóvel. O DAA entregou o mobiliário solicitado e efetivou a compra de veículo tipo furgão para o transporte dos processos. O DTI entregou os microcomputadores necessários para suprir a carência da Promotoria e realizou os ajustes no sistema *Sisproweb*.

Coordenadoria Administrativa do Núcleo Bandeirante

Como resultado da visita a Coordenadoria Administrativa do Núcleo Bandeirante, realizada no dia 26 de outubro de 2010, o DAA providenciou de imediato a aquisição de móveis e equipamentos como bebedouro, mesas, cadeiras, *rack* para TV, *scanner* e impressoras, além da instalação de ramais telefônicos. A Administração Superior iniciou o processo de transferência da Promotoria, que estava instalada nas dependências do Fórum, para um edifício alugado. Depois da realização de obras necessárias à ocupação adequada do espaço, a mudança ocorreu em agosto de 2011 e proporcionou aos membros e aos servidores um ambiente de trabalho mais adequado e confortável.



Visita a Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e da Juventude em 19 de outubro de 2010.

"A gestão da Dra. Eunice se revelou de grande importância, em especial, por dois aspectos: a busca da liberdade e independência física, com a implementação de um espaço próprio, a sede da Promotoria de Justiça. Em segundo lugar, um tratamento, um olhar, diferenciado para as pessoas".



Vyvyany Viana Nascimento de Azevedo Gulart, coordenadora da PJ do Núcleo Bandeirante.

Coordenadoria Administrativa do Gama

A visita a Coordenadoria Administrativa do Gama aconteceu no dia 10 de novembro de 2010. Entre as principais medidas resultantes do encontro, destacam-se a aquisição de veículos e a adoção de procedimentos mais eficientes para a compra, recebimento e cadastro de materiais de expediente. O DAE tomou providências para realizar mudanças relacionadas ao novo projeto de identidade visual. O DTI promoveu melhorias no sistema *Sisproweb* e o Departamento de Gestão de Pessoas elaborou planejamento para a realização de cursos internos simultaneamente em várias unidades do MPDFT. Com relação à integração de pessoas, o DGP instituiu o projeto Lotação Ideal, que é baseado no aproveitamento dos recursos humanos disponíveis.



Na visita a Coordenadoria Administrativa do Gama, houve várias demandas por integração de servidores e membros.

Coordenadoria Administrativa de Brasília II

As demandas apresentadas pela equipe da Coordenadoria Administrativa de Brasília II, no dia 26 de outubro de 2010, estavam relacionadas à compra de móveis e de equipamentos de expediente, e à adoção de procedimentos mais eficientes para recebimento e cadastro de materiais. Todas foram providenciadas.

Após a visita, o DAE realizou estudos para ampliação dos espaços e elaborou *layout* para melhor adequação física da Coordenadoria. O DTI efetuou a troca dos computadores e a instalação de novo servidor, aumentando o desempenho dos sistemas *Sisproweb* e CANAU (hoje, Ajud@).

Além disso, foi criada mais uma Promotoria de Justiça de Delitos de Trânsito. A Seção de Segurança Orgânica realizou o levantamento da quantidade de câmeras e dos materiais necessários à instalação delas.

Coordenadoria Administrativa de Sobradinho

A visita a Coordenadoria Administrativa de Sobradinho aconteceu no dia 24 de novembro de 2010. Além dos materiais de consumo, adquiridos pelo DAA, O MPDFT alugou dois andares de um prédio situado nas proximidades do Fórum para instalação da Promotoria em local mais condizente com as demandas da unidade. Além disso, priorizaram-se procedimentos legais necessários para a cessão de lote destinado à construção de sede própria. Os detalhes desse trabalho estão descritos na parte referente às Assessorias Especial e Parlamentar constante deste relatório.



Depois da visita da PGJ Itinerante, o MPDFT conseguiu alugar um prédio nas proximidades do Fórum para instalar a Promotoria de Justiça de Sobradinho.

Coordenadoria Administrativa de Brazlândia

No dia 1º de março de 2011, a Administração Superior visitou a Coordenadoria Administrativa de Brazlândia, que solicitou a pintura dos gabinetes, a troca das divisórias e a compra de extintores de incêndio. Tais demandas foram atendidas prontamente. O DTI entregou os demais equipamentos pleiteados e o DAA procedeu à contratação de empresa para confecção das placas de identificação da área das Promotorias, além de providenciar os materiais de consumo.

Em Brazlândia, como resultado do PGJ Itinerante, também foram realizados cursos de capacitação e aperfeiçoamento. Além disso, foi criada a 2ª Promotoria de Justiça Criminal do Tribunal do Júri e dos Delitos de Trânsito.



Na visita a Brazlândia, o ponto alto foram as demandas por capacitação.

Coordenadoria Administrativa de Ceilândia

A visita a Coordenadoria Administrativa de Ceilândia aconteceu no dia 15 de março de 2011. As principais demandas foram distribuídas aos responsáveis de acordo com as áreas de atuação. O DAA e a CSI providenciaram a aquisição e a entrega dos materiais solicitados. A construção do prédio já havia sido iniciada e a obra foi acompanhada de perto pela coordenadoria administrativa.

Coordenadoria Administrativa de Planaltina

A visita a Coordenadoria Administrativa de Planaltina aconteceu no dia 25 de março de 2011. A equipe local solicitou, e foi atendida em sua demanda, o envio de materiais de consumo e mobiliário, além da adoção de procedimentos mais eficientes para recebimento e cadastro de materiais de expediente. O DAE fez estudos para adequação das instalações e elaborou o projeto de paisagismo. O DTI negociou com o TJDFT a liberação de acesso ao banco de dados deste Órgão e iniciou o projeto de descentralização dos serviços de informática. O DGP promoveu cursos internos.



Em Planaltina, o DAE realizou estudos para adequação das instalações da Coordenadoria.

Coordenadoria Administrativa do Paranoá

A Coordenadoria Administrativa do Paranoá recebeu a visita do PGJ Itinerante no dia 1º de abril de 2011. Em atendimento às demandas, o DAA entregou os veículos solicitados e providenciou autorização para que os servidores pudessem realizar diligências nas áreas

adjacentes ao Distrito Federal. O DTI deu andamento ao projeto de descentralização dos serviços de informática e disponibilizou o acesso à rede *wireless*. O DAE providenciou serviços e obras de manutenção. Quanto à segurança dos membros, a CSI pleiteou junto ao Batalhão Judiciário a disponibilização de dois Policiais Militares para acompanhá-los, inclusive, nos deslocamentos ao Fórum.

Coordenadoria Administrativa de Brasília I

A visita a Coordenadoria Administrativa de Brasília I aconteceu no dia 14 de abril de 2011. Em atendimento às demandas apresentadas, o DAA providenciou a aquisição e a entrega dos materiais de consumo, dentre outros, e o DAE realizou estudo para melhor adequação das Promotorias nos espaços físicos. O aperfeiçoamento do Sistema Sisproweb, o acesso ao banco de dados do TJDF e a compra de equipamentos foram resolvidos pelo DTI. A CSI disponibilizou carro com seguranças para fazer a ronda no estacionamento do TCDF e um policial militar para acompanhar o veículo que transporta os servidores.

Coordenadoria Administrativa de Samambaia

Em Samambaia, o PGJ Itinerante aconteceu no dia 28 de abril de 2011. Lá, o DTI entregou e instalou novos equipamentos. As reclamações relacionadas aos serviços de rede e ao sistema CANAU foram solucionadas com a compra de um novo servidor, que aumentou a velocidade da conexão para todas as unidades dessa Promotoria. Da mesma forma, foram oferecidos cursos internos (DGP) e realizadas obras de manutenção (DAE), visando à conservação das instalações. O DAA providenciou o conserto e a aquisição de equipamentos e um novo veículo para diligências.

Coordenadoria Administrativa da Procuradoria de Justiça

O encontro com a Coordenadoria Administrativa da Procuradoria de Justiça aconteceu no dia 25 de abril de 2011. Em atendimento ao que foi solicitado, o DAE promoveu melhor adequação e ampliação dos espaços no novo prédio. Já o DAA empreendeu um conjunto de ações para propiciar melhor qualidade de vida aos membros e servidores como, por exemplo, a aquisição de mobiliário que atenda às normas



Em Brasília I, uma das demandas foi por mais segurança no estacionamento.



Em Samambaia, a visita aconteceu em 28 de abril de 2011.



Na reunião com a Coordenadoria das Procuradorias de Justiça, houve demanda por mobiliário ergonômico.

de ergonomia. A Coordenadoria de Segurança Institucional dispôs de carro com seguranças para fazer ronda no local de estacionamento utilizado pelos servidores e autorizou a entrada de servidores da PJ na garagem do Edifício-Sede após as 18h. Tal situação foi solucionada com a disponibilidade de estacionamento interno após as 11h30.

Coordenadoria Administrativa de São Sebastião

O encontro com a Coordenadoria Administrativa das Promotorias de Justiça de São Sebastião ocorreu em 18 de junho de 2013, já na segunda etapa do PGJ Itinerante. O tema principal da reunião foi a carência de servidores. Nesse sentido, o DGP informou que seriam preenchidas algumas vagas de técnicos administrativos e de segurança e de analista processual. O DAA providenciou mobiliários e equipamentos de expediente. O DAE contratou empresa para correção dos vazamentos e impermeabilização, que foram realizados em poucos dias. O DTI solicitou indicação de servidor para receber treinamento na área, e foi atendido.



Em 2013, as visitas da PGJ Itinerante começaram pela Coordenadoria de São Sebastião.

Coordenadoria Administrativa do Guará

A visita à Coordenadoria Administrativa do Guará foi realizada em 17 de julho de 2014. Com relação à movimentação de pessoal, o DGP explicou que as nomeações estavam suspensas provisoriamente por questões orçamentárias e que o MPDFT procurava solucionar as restrições o mais rápido possível. O DAE providenciou reparos no edifício, inclusive com a abertura de processos de licitação para contratação de serviços. O DTI informou que os materiais solicitados já estavam disponíveis. Já a Assessoria de Políticas Institucionais comunicou que o estudo para a implantação da Circunscrição Judiciária do Guará estava em andamento no TJDF e que possivelmente seriam criadas uma Vara Criminal e do Tribunal do Júri, uma Vara Cível, Família, Órfãos e Sucessões e outra de Juizado Criminal e de Violência Doméstica. Quanto à criação das Promotorias de Justiça, informou que já existiam uma de Violência Doméstica em Brasília II e uma do Júri em Brasília I. A implantação das Varas Judiciais está prevista para o mês de novembro do corrente ano.



A PGJ Itinerante nas PJ do Guará ocorreu no mesmo dia da inauguração das novas instalações, 17 de julho de 2014.

Coordenadoria Administrativa do Riacho Fundo

No dia 13 de agosto de 2014, a Administração Superior realizou visita a Promotoria de Justiça de Riacho Fundo. Na ocasião, o DGP informou que a solicitação de estagiários já estava resolvida e que não havia previsão para nomeação de servidores, pelos mesmos motivos explicitados na visita ao Guará. O DAA informou ter homologado e contratado todas as licitações, incluindo aquelas relativas ao mobiliário. O DAE esclareceu que as demandas de sua área já tinham sido contempladas em processos de licitação e o DTI avisou que as demandas por equipamentos de informática (computadores e impressoras) já estavam atendidas.



Em 13 de agosto de 2014 foi a visita a Coordenadoria Administrativa do Riacho Fundo, última do PGJ itinerante.

Assessoria Cível e de Controle de Constitucionalidade

A Assessoria Cível é responsável por oferecer suporte técnico à Procuradoria-Geral de Justiça em mandados de segurança, suspensões de segurança, mandados de injunção, conflitos de competência, exceções de suspeição e processos administrativos. Abaixo, destacam-se os principais temas judiciais debatidos no referido período:

- legalidade e constitucionalidade da tributação do *e-commerce* instituída pelo Protocolo ICMS/CONFAZ 21;
- omissão na regulamentação legal da aposentadoria especial dos servidores distritais;
- legalidade na licitação do novo sistema de transporte público urbano do DF;
- divulgação da remuneração dos servidores na internet;
- questões relativas ao ensino, como descredenciamento de instituições e matrículas em ensino superior;
- questões relativas à saúde pública no DF, como o fornecimento e a regularização do fornecimento de medicamentos para os portadores de hemofilia, além de leitos em UTIs, procedimentos cirúrgicos;
- regularidade dos concursos públicos, bem como contratação e exoneração de servidores;
- regularidade dos procedimentos de contratação da Administração;
- cancelamento de benefícios instituídos pelo Pró-DF;
- análise do controle do teto remuneratório dos servidores; e
- análise de cumulação de cargos públicos.

No âmbito do controle abstrato de constitucionalidade, foram ajuizadas pela Procuradoria-Geral de Justiça 131 ações diretas de inconstitucionalidade (ADIs) perante o TJDF, questionando mais de 250 leis e/ou atos normativos distritais, além de centenas de pareceres em tramitação no Conselho Especial do Tribunal de Justiça.

Entre agosto de 2010 e julho de 2014, a Assessoria Cível e de Controle de Constitucionalidade manifestou-se em 3.400 processos e ajuizou 131 Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs).



Rodolfo Cunha Salles, promotor de Justiça e assessor cível da PGJ.

A Assessoria também atua em arguições de inconstitucionalidade (AIL) e em reclamações (RCL), além de recursos extraordinários, embargos de declaração, agravos regimentais, representações à Procuradoria-Geral da República (PGR) e despachos, memorandos e ofícios em resposta a representações e consultas apresentadas.

Os principais resultados já obtidos com o ajuizamento das ações diretas foram:

- Suspensão da lei distrital que previa a aplicação do Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), instituído pela Lei nº 12.462/2011, em hipótese não prevista na legislação federal.
- Suspensão de parte da lei que autorizava o Distrito Federal a assumir para si as dívidas trabalhistas que as empresas prestadoras do serviço de transporte coletivo público angariaram em prejuízo dos rodoviários.
- Suspensão da norma que autorizava a criação de cargos em comissão e a reestruturação de órgãos e entidades da administração pública por mero ato administrativo.
- Declaração de inconstitucionalidade de lei que prorrogava indevidamente os prazos de ocupação de áreas públicas por quiosques e similares.
- Declaração de inconstitucionalidade de leis que autorizavam a redução de alíquotas do ICMS ou que concediam outros benefícios relativos ao referido tributo sem prévia aprovação de convênio interestadual no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ).
- Declaração de inconstitucionalidade de lei que permitia indevidamente a privatização de áreas e vias públicas (loteamento fechado).
- Declaração de inconstitucionalidade de lei que permitia a não incidência do teto remuneratório em relação ao somatório das remunerações quando provenientes de cumulação de dois cargos efetivos ou de cargo efetivo com os valores recebidos referentes a cargo em comissão ou função de confiança.
- Reconhecimento judicial da omissão do GDF na elaboração e no subsequente encaminhamento à Câmara Legislativa, de projeto de lei dispendo sobre a forma de participação popular no processo de escolha dos Administradores Regionais e na implantação e organização dos Conselhos de Representantes Comunitários das Regiões Administrativas do DF, com a fixação de prazo para a adoção das providências cabíveis.
- Suspensão da lei que previa a criação anômala de gratificação por apreensão de arma de fogo.
- Declaração de inconstitucionalidade de dispositivo legal que fixava prazo para que o Tribunal de Contas do DF (TCDF) concluísse



Os promotores de Justiça Antonio Suxberger e Rodolfo Cunha Salles recebem representação junto à procuradora-geral de Justiça, Eunice Carvalhido.

o exame da legalidade dos atos administrativos sujeitos a registro, o que configurava restrição ao exercício do controle externo da administração.

- Declaração de inconstitucionalidade de normas que permitiam a concessão de alvará de funcionamento provisório, sem vistoria prévia e sem prazo de validade, a microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores, em afronta ao zoneamento territorial.
- Declaração de inconstitucionalidade de lei distrital que previa a concessão de reajuste de vencimentos e outras vantagens remuneratórias, algumas com efeitos retroativos, aos servidores do TCDF sem prévia autorização na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).
- Declaração de inconstitucionalidade de lei distrital que trazia normas específicas para contratação de serviços continuados pela administração pública, restringindo a livre concorrência.
- Declaração de inconstitucionalidade de lei distrital que previa a concessão de porte de arma aos agentes de atividade penitenciária do DF, com flagrante invasão de competência da União para legislar sobre o tema.
- Declaração de inconstitucionalidade da permanência dos atuais ocupantes de espaços públicos em terminais rodoviários, galerias e parques e da possibilidade de transferência de permissões a herdeiros e parentes sem prévia licitação pública.
- Declaração de inconstitucionalidade de leis que previam a desafetação de áreas públicas indeterminadas (becos) e a sua doação a policiais e bombeiros militares ocupantes.
- Declaração de inconstitucionalidade de lei distrital que previa a concessão de benefícios e o custeio de despesas com a realização de eventos religiosos.
- Declaração de inconstitucionalidade de dispositivo que flexibilizava a forma de cálculo dos 50% dos cargos em comissão a serem preenchidos por servidores ocupantes de cargo efetivo.
- Declaração de inconstitucionalidade de lei distrital que previa a redução da alíquota do ICMS sem prévia aprovação de convênio interestadual pelo CONFAZ (Proatacadista).
- Declaração de inconstitucionalidade formal da lei distrital que previa a criação do Banco de DNA de criminosos sexuais, a ser gerido pela Polícia Civil do DF.
- Declaração de inconstitucionalidade da lei distrital que permitia a permanência dos atuais ocupantes e possibilidade de transferência das permissões de uso de espaços públicos em feiras para herdeiros ou prepostos sem prévia licitação.
- Declaração de inconstitucionalidade da cobrança pela lavratura de contratos de concessão de uso de área pública.



Reunião entre a Câmara Legislativa do DF e representantes da Administração Superior do MPDFT.

- Declaração de inconstitucionalidade de dispositivo legal que excluía os sinos, instrumentos litúrgicos e sons similares de igrejas ou templos dos limites máximos de intensidade de emissão de sons fixados pela lei.

Também foram julgados procedentes diversos pedidos em outras ações diretas de inconstitucionalidade, que apontavam por vício por iniciativa de leis como, por exemplo, as que tratam da administração de áreas públicas e do uso e ocupação do solo no Distrito Federal, ou que criavam atribuições, interferindo na organização e no funcionamento de órgãos da administração pública distrital.

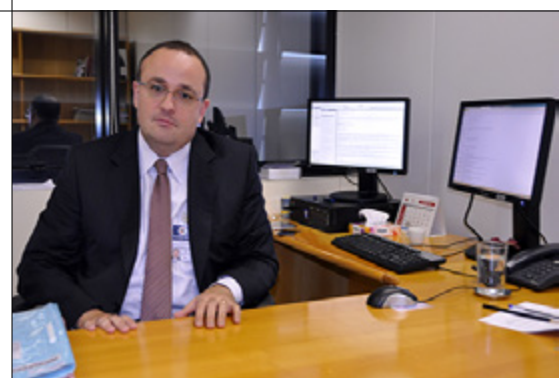
As principais iniciativas e resultados obtidos foram divulgados externamente por intermédio da Assessoria de Imprensa da Procuradoria-Geral de Justiça e se encontram disponíveis na página inicial do MPDFT (seção MPDFT em Ação, ADIs).

Assessoria Criminal

A Assessoria Criminal é responsável por oferecer suporte técnico à Procuradoria-Geral de Justiça, além de examinar os procedimentos investigatórios preliminares à ação penal e os administrativos, peças de informação, processos judiciais e demais expedientes de atribuição da procuradora-geral de Justiça.

Devido ao caráter sigiloso das tarefas desenvolvidas na Assessoria, não é possível detalhar a totalidade das atividades. É de se destacar, tão somente, no período de agosto de 2010 a julho de 2014, que a Assessoria manifestou-se em 2.734 processos e ajuizou 327 ações.

Ações desenvolvidas	Quantidade
Ações ajuizadas	327
Alegações finais	7
Arquivamentos	355
Baixas	250
Ciências	305
Despachos	333
Expedição de documentos	24
Manifestações	2734
Propostas	22
Recursos	41



Renato Bianchini, promotor de Justiça e assessor criminal da PGJ.

"Cumprimos o nosso papel com independência. O MPDFT dá a sua contribuição para a consolidação das instituições no DF e ao aprimoramento normativo como um todo. A busca do diálogo foi uma constante e buscamos o Judiciário sempre que necessário à defesa da ordem jurídica".



Antonio Suxberger, promotor de Justiça e assessor criminal da PGJ.

Coordenadoria de Recursos Constitucionais

A Coordenadoria de Recursos Constitucionais possui como principal atribuição a elaboração de recursos especiais e extraordinários em processos nos quais tenha atuado o MPDFT.

O setor é responsável, supletivamente e subsidiariamente, pela análise da viabilidade recursal de decisões proferidas pelo TJDF. Já em relação às decisões dos Tribunais Superiores a atuação é direta. Cuida também da elaboração de contrarrazões aos recursos criminais interpostos pela defesa contra acórdãos e decisões denegatórias de recurso especial (REsp) e de recurso extraordinário (RE) oriundas do TJDF.

Ao longo dos últimos quatro anos, a área oficiou em numerosos processos, neles opondo embargos de declaração, interpondo recursos especiais e extraordinários, agravos de instrumento e regimentais, propondo medidas cautelares, reclamações, suspensões de liminares de sentença e de segurança, bem como impetrando *habeas corpus*, além das respostas aos recursos especiais e extraordinários e contraminuta a agravos (art. 544, Código de Processo Civil – CPC).

Em 2010, foram elaboradas 805 peças processuais. No ano seguinte, o número subiu para 3.182; em 2012 para 4.447; em 2013 para 4.477 e neste ano, no período de janeiro a junho, já soma 3.041.

Quanto às decisões não recorridas, a Assessoria lança no Sisproweb os fundamentos pelos quais não maneja nenhum apelo naquele feito. Em 2013 foram 4190 “manifestações negativas” e, até junho do ano corrente, 3.571.



Ana Luisa Rivera, procuradora de Justiça e assessora de Recursos Constitucionais.



Evandro Gomes, promotor de Justiça e assessor de Recursos Constitucionais.

Coordenadoria de Segurança Institucional

Entre 2010 a setembro de 2014, a Assessoria de Políticas de Segurança esteve sob a gestão do promotor de Justiça Eduardo Gazzinelli. A partir de setembro de 2014, o promotor de Justiça Wilton Queiroz de Lima assumiu o cargo.

Quadro de pessoal

A Assessoria de Políticas de Segurança tem sob sua gestão a Coordenadoria de Segurança Institucional (CSI), cujo efetivo foi reforçado no período de agosto de 2010 a outubro de 2014, tendo em vista a necessidade de garantir maior segurança de membros e servidores, maior controle no acesso aos edifícios da sede e das



Leonardo Britto, promotor de Justiça adjunto e assessor de Recursos Constitucionais.

Promotorias e o perfeito desempenho das atribuições da área. Com o ingresso de mais treze servidores, foi possível a reestruturação da Coordenadoria e o aperfeiçoamento dos serviços. Vejamos a seguir o aumento do efetivo:

Agosto de 2010	
Oficial do Exército Brasileiro (R-1)	1
Oficiais da Polícia Militar DF	2
Praças da Polícia Militar DF	10
Praça do Corpo de Bombeiros Militar DF	1
Técnicos de Segurança (TAE/SEG)	9
Técnicos Administrativo	1
Total	24
2014	
Oficial do Exército Brasileiro (R-1)	1
Oficiais da Polícia Militar DF	2
Praças da Polícia Militar DF	15
Praça do Corpo de Bombeiros Militar DF	1
Técnicos de Segurança (TAE/SEG)	12
Técnicos Administrativos	6
Total	37

Quadro 1 – Efetivo da CSI em 2010 e em 2014

Fonte: Coordenadoria de Segurança Institucional

Capacitação

Na Gestão 2010/2014, as equipes da CSI receberam treinamentos específicos, voltados a ações estratégicas de segurança, ao aumento da demanda e ao controle de potenciais ameaças à Instituição. Dentre os eventos promovidos, destacam-se o Treinamento Experiencial ao Ar Livre (TEAL), que contou com seis servidores do CSI; e os cursos de Modernização da Segurança Institucional, com três participantes; de Contraineligência e Diligências, realizado para 70 servidores; de Planejamento de Segurança Eletrônica em São Paulo, para um servidor; de Especialista em Segurança de Autoridade de Alto Risco, para dois servidores; de Operador de *Taser*, para quatro servidores; e de Direção Tática Operacional, para três servidores.

Educação para a segurança

Uma das principais preocupações em relação à segurança orgânica no período de 2010 a 2014 foi a necessidade de conscientizar membros,



Equipe da Coordenadoria de Segurança Institucional.

servidores, estagiários e terceirizados para as questões de segurança e a importância de que cada pessoa seja capaz de proteger a si e a instituição de potenciais ameaças. Dentre tais ações, ressaltam-se as seguintes:

- a) Imagens na área de trabalho, no canto inferior direito da tela, contendo dicas de segurança pessoal, patrimonial e de segurança da informação.
- b) Realização de palestras com temáticas relacionadas à segurança.
- c) Campanhas de comunicação social, com envio de e-mails, publicação de mensagens na mídia de elevador e elaboração de material gráfico, entre outros.
- d) Implantação do sistema de controle de acesso para maior controle dos frequentadores dos edifícios.
- e) Cursos de contrainteligência para o pessoal da CSI.
- f) Inserção de conteúdos voltados à segurança institucional nos cursos de formação de novos membros.
- g) Elaboração e distribuição do Manual de Segurança Residencial, em junho de 2011, e da cartilha Dicas de Segurança Pessoal, em dezembro de 2012.



Curso de Contrainteligência e Diligências, ministrado pelo chefe da CSI aos servidores da Instituição.

Segurança pessoal dos membros

Noções de segurança institucional são oferecidas nos cursos de vitaliciamento e há oportunidade de frequentar palestras e cursos oferecidos pela Coordenadoria e pela ESMPU. Também foram disponibilizados cursos de tiro em convênio com a Polícia Civil.

Política de Segurança Institucional

Está em fase de aprovação, na Assessoria de Políticas Institucionais, a Política de Segurança Institucional do MPDFT.

Plantão de Segurança Institucional

Desde 2011, os membros contam com um serviço de plantão de segurança, de caráter complementar, com profissionais aptos a atendê-los em caso de emergência. O plantão conta com duas equipes e funciona 24 horas por dia, sete dias por semana. Tal serviço não dispensa o acionamento da Central Integrada de Atendimento e Despacho da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal.

Principais aquisições de equipamentos

A CSI permitiu a melhoria das atividades desenvolvidas e possibilitou o oferecimento de novos serviços. Dentre as principais aquisições, merece destaque a compra de cinco veículos novos, sendo: dois Gol



Curso de Condução Operacional de Veículos para habilitar os servidores na percepção de ameaças e no uso da direção defensiva e evasiva.

Volkswagen, um Ford Fusion, um Toyota Corolla e um Ford Fiesta. Além disso, foram adquiridos cinco equipamentos de raio-X; dez Desfibriladores Externos Automáticos (DEA); 46 coletes balísticos; sete pórticos detectores de metais e 29 detectores portáteis (tipo raquete); além de um software de controle de acesso e 15 catracas.

Assim, foram adquiridas cadeiras de rodas, coldres, materiais para confecção de crachás de identificação, materiais de sinalização, etc.

Principais atividades desenvolvidas na CSI

Entre as principais atividades desenvolvidas no período 2010 a 2013, devem ser ressaltadas as ações contra incêndios (182), os atendimentos pré-hospitalar (232), os serviços de segurança em eventos internos (156) e segurança em eventos externos (12), as visitas às Promotorias (76), as palestras sobre assuntos relacionados à segurança (22), e os relatórios e pareceres técnicos (32).

Entre os atendimentos, destacam-se os seguintes: 133 atendimentos em apoio ao Programa de Proteção a Vítimas, Familiares de Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas (Provita); duas visitas de alunos – Programa Conheça o MPDFT; duas inspeções de segurança; 20 visitas relativas às avaliações realizadas nas unidades descentralizadas; 67 pesquisas de imagens realizadas no sistema de CFTV e 110 ocorrências do funcionamento do serviço de “achados e perdidos”.

Quanto ao desenvolvimento de atividades especiais de segurança, estão entre as mais relevantes: dois cursos de tiro, 378 ações de segurança pessoal em atividades diversas, 230 ações de segurança pessoal em estabelecimentos prisionais, 16 ações de segurança pessoal em diligências e notificações e 236 avaliações de segurança.

Merecem mais detalhamento as seguintes ações:

- Coordenação das ações de segurança e dos estacionamento na Sessão Solene de Posse da Procuradora de Justiça no cargo de Procuradora-Geral de Justiça em agosto de 2010 e outubro de 2012.
- Realização de visita a todas as unidades administrativas a fim de verificar as condições de segurança do prédio e dos estacionamento.
- Realização da segurança ostensiva no estacionamento do TCDF a fim de promover a segurança pessoal dos servidores.
- Criação do Plantão de Segurança Institucional, em abril de 2011. Um serviço de pronto atendimento a situações de risco e emergências envolvendo Membros e/ou seus familiares.
- Regulamentação da Segurança Aproximada dos Membros (Portaria Normativa nº 242, de 6 de novembro de 2012).

“A compra de equipamentos permitiu a implantação de dois novos serviços para atendimento ao público interno: o Plantão de Segurança Institucional e o serviço de acompanhamento aos promotores do júri, além da maior efetividade na inspeção de segurança dos frequentadores do MPDFT”.



Coronel Arismar Luz Filho, chefe da Coordenadoria de Segurança Institucional.



Palestras sobre prevenção de crimes contra o patrimônio e a pessoa, sequestro-relâmpago e espionagem foram realizadas nas unidades descentralizadas do MPDFT.

- Manutenção da organização do estacionamento público em frente ao MPDFT, solicitando aos órgãos competentes a intensificação da fiscalização.
- Realização do Ciclo de Palestras Segurança Institucional nas Coordenadorias Administrativas.
- Realização de curso de condução operacional para os integrantes da Segurança Institucional.

NÚCLEOS LIGADOS À PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Núcleos de Direitos Humanos

A Coordenadoria dos Núcleos de Direitos Humanos (CNDH) tem suas atribuições voltadas à implantação de políticas públicas na proteção dos Direitos Humanos, especialmente na defesa da criança e da mulher e no enfrentamento à discriminação e ao preconceito, como mecanismos eficazes de mitigação da violência. A área está dividida em três Núcleos: Enfrentamento à Violência e à Exploração Sexual contra a Criança e o Adolescente (NEVESCA), Gênero Pró-Mulher (NG) e Enfrentamento à Discriminação (NED).

Nos últimos quatro anos, a Coordenadoria expediu oito recomendações, realizou nove cursos de capacitação, desenvolveu seis projetos e duas grandes pesquisas. Também elaborou e distribuiu cartilhas, lançou uma importante campanha publicitária televisiva e um livro na área de enfrentamento à violência doméstica. Além disso, celebrou quatro convênios e fiscalizou serviços oferecidos à mulher em situação de violência doméstica e familiar.

Entre agosto de 2010 e agosto de 2012, a CNDH foi coordenada pela promotora de Justiça Danielle Martins Silva. Em janeiro de 2013, assumiu a coordenação o promotor de Justiça Thiago André Pierobom de Ávila (Portaria/PGJ nº 1593, de 17 de dezembro de 2012).

O detalhamento das atividades do CNDH pode ser conferido [em documento anexo](#).

Núcleo de Investigação e Controle Externo da Atividade Policial e Núcleo de Combate à Tortura (NCAP/NCT)

O Núcleo de Investigação e Controle Externo da Atividade Policial (NCAP), instituído pela Portaria nº 799/96 do MPDFT, tem a atribuição de realizar diligências investigatórias e exercer o controle externo da atividade policial no Distrito Federal, de forma concorrente com as várias Promotorias de Justiça que tratam da matéria criminal.

O Núcleo é integrado pelos promotores de Justiça Karina Soares Rocha, Marcelo da Silva Oliveira e Marcelo Vilela Tannús Filho. Seus quadros contam, ainda, com seis servidores e cinco estagiários

O Núcleo de Combate à Tortura (NCT), criado em 10 de novembro de 2005, atua, com exclusividade, nos casos de crime de tortura praticados no Distrito Federal, por qualquer agente público, no exercício ou em razão de suas funções. Conforme definido na Portaria PGJ nº 1.296/2005, utiliza “as instalações, os recursos humanos e materiais do Núcleo de Investigação e Controle Externo da Atividade Policial”.

Sua atuação também visa a contribuir para a formulação de políticas de prevenção do crime de tortura no âmbito do Distrito Federal e realizar diretamente investigações relativas a essa espécie de delito.

Os Núcleos contam com uma Divisão de Apoio Administrativo, uma Secretaria Administrativa e uma Assessoria de Análise Processual.

Entre agosto/2010 e julho/2014, o NCAP/NCT encaminhou ao Judiciário 26 novas iniciais de ações penais envolvendo policiais civis e militares. No total, foram 101 ações penais e cautelares acompanhadas pelos Núcleos. No mesmo período, o NCAP/NCT encaminhou 14 ações civis públicas de responsabilidade por atos de improbidades administrativas envolvendo policiais civis e/ou militares e requisitou a instauração de 110 inquéritos policiais, dos quais 86 ainda estão tramitando.

O detalhamento das atividades do NCT pode ser conferido [em relatório anexo](#).

Mais informações podem ser conferidas [no site do MPDFT](#).

Núcleo de Combate às Organizações Criminosas (NCOC)

O Núcleo de Combate às Organizações Criminosas funciona como órgão de execução no combate à criminalidade organizada e como centro de apoio operacional aos demais órgãos de execução do MPDFT. O trabalho visa à neutralização da organização criminosa, à recomposição do patrimônio público eventualmente atingido e à aplicação das sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa e das sanções penais decorrentes da prática de crimes.

O NCOC é integrado por seis promotores de Justiça, a saber: Sérgio Bruno Cabral Fernandes, coordenador do Núcleo; Áurea Regina Sócio de Queiroz Ramim; Ana Cláudia Manso Sequeira Ovídio Rodrigues;

Pedro Dumans Guedes; Clayton da Silva Germano e Carlos Augusto Silva Nina. O Núcleo conta com seis servidores.

Mais informações podem ser conferidas [no site do MPDFT](#).

Núcleo de Cooperação Internacional

O Núcleo de Cooperação Internacional, instituído pela Portaria/PGJ nº 886, de 10 de setembro de 2008, tem a atribuição de assistir o procurador-geral de Justiça em assuntos de cooperação jurídica internacional com autoridades estrangeiras e organismos internacionais, bem como no relacionamento com os órgãos nacionais voltados às atividades próprias da cooperação internacional.

O Núcleo é integrado pela procuradora de Justiça Arinda Fernandes, como coordenadora, e pelos promotores de Justiça Guilherme Fernandes Neto, Raquel Tiveron e Roberto Carlos Batista.

Mais informações podem ser conferidas [no site do MPDFT](#).

Na gestão 2010/2014, a Procuradoria-Geral de Justiça, a Assessoria Especial e a Assessoria Parlamentar atuaram insistentemente junto ao Executivo e ao Legislativo locais para a cessão de terrenos destinados à construção das sedes próprias em todas as regiões administrativas do Distrito Federal.

Os dados abaixo demonstram a situação atualizada dos imóveis cedidos ao MPDFT, os locais em que as Promotorias de Justiça estão instaladas em todo o Distrito Federal e os requerimentos de doação solicitados à União, com tramitação nos respectivos órgãos administrativos do GDF. A lista está em ordem alfabética, de acordo com a Região Administrativa, incluindo as edificações próprias, alugadas e os lotes destinados à construção das respectivas Promotorias de Justiça.

Águas Claras

Embora não tenha sido instalada a Circunscrição Judiciária de Águas Claras, o MPDFT é cessionário de lote destinado à construção do Edifício-Sede da respectiva Promotoria de Justiça. O imóvel, com 7,8 mil metros quadrados, está situado na Rua Tamboril, Lote 4, próximo à área destinada ao TJDF. O MPDFT recebeu o terreno em 4 de março de 2011 (RIP nº 9701.28128.500-6), que está registrado na matrícula R.2/143546, livro 2, fl. 1, do Cartório do 3º Ofício de Registro de Imóveis do DF (Processo nº 08190.103304/07-44).

Águas Quentes

Desde 24 de outubro de 2012, o MPDFT conta com lote reservado para a construção do Edifício-Sede da respectiva Promotoria de Justiça. O imóvel, de 3.423,44 m², está situado na Quadra 6, Conjunto 23, Área Especial 1, próximo à área destinada ao TJDF. A doação do imóvel ainda não foi formalizada. No entanto, os procedimentos administrativos estão em andamento (Processos nºs 08190.178352/14-98 e 390.000590/2012-GDF).

“As sedes das Promotorias de Justiça com localização próxima ao Fórum proporcionam economia para a sociedade, porque geram menor despesa com deslocamento de membros, servidores, processos e veículos”.



Vetuval Martins, assessor especial da PGJ.

Brasília

a) Edifício-Sede (Etapas I e II)

As Promotorias de Justiça de Brasília I e quase a totalidade dos serviços administrativos do MPDFT estão instalados em prédio próprio. O denominado Edifício-Sede foi construído em duas etapas no Lote 2, Bloco A, Eixo Monumental, Praça Municipal, ao lado do Palácio da Justiça. O imóvel de 3.152,00m² foi entregue em 15 de outubro de 1997 (RIP nº 9701.22024.500-4) e está registrado na matrícula 51717, livro 2, fl. 1, do Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis do DF (Processo nº 08190.103318/7-59). A construção aconteceu em duas etapas, conforme descrição abaixo:

- **Etapas I:** tem 20.692,25m² de área construída e foi inaugurada em 9 de junho de 1998. O habite-se nº 088/98 foi concedido em 31 de dezembro de 1998.
- **Etapas II:** tem 28.933,21m² de área construída e foi inaugurada em 2 de agosto de 2012. O habite-se nº 048 foi concedido em 30 de outubro de 2012.

A licença nº 709, de funcionamento das duas etapas, foi concedida em 13 de março de 2013 (Processo nº 08190.142214/14-52).

b) Promotorias de Justiça – Fórum Leal Fagundes

Edifício-Sede: As Promotorias de Justiça (Militar, Violência Doméstica, Delitos e Acidentes de Trânsito, Especial Criminal) estão instaladas numa área de 939,54m², nas dependências do Fórum Desembargador José Júlio Leal Fagundes, situado no SMAS Trecho 3, Lotes 4/6, Bloco 4, 2º andar. O MPDFT paga as despesas de luz e água em forma de rateio, no valor de R\$3.940,43. O espaço é reivindicado pelo TJDF para ampliação de Varas Judiciais. Assim sendo, faz-se necessária a locação de imóvel situado nas proximidades do Fórum para transferência das mencionadas Promotorias (Processo nº 08190.038.654/03-71).

Lote: O MPDFT já possui lote destinado à construção do Edifício-Sede das respectivas Promotorias de Justiça, próximo ao Fórum Leal Fagundes. O imóvel, de 10.946,93m², situado no SMAS, Lotes 6 e 8, foi entregue em 4 de março de 2011 (RIP nº 9701.28130.500-7) e está registrado na matrícula R.2-151.407, livro 2, do Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis do DF (Processo nº 08190.103298/07-43).



Etapa II das PJ de Brasília, instaladas em prédio próprio.

"A obtenção de lotes em quase todas as Regiões Administrativas do DF irá garantir a expansão física do MPDFT nos anos vindouros".



Giulean Alves, assessor parlamentar da PGJ.

c) Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude

A Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude está instalada em prédio próprio. O Edifício-Sede foi construído nos lotes A e B, do SEP/711/911, Asa Norte. O imóvel, de 5.950m², foi entregue em 15 de maio de 1998 (RIP nº 9701.18832.500-1) e está registrado na matrícula 2878, livro 3-C, fls. 179, do Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis do DF. O habite-se nº 026 foi concedido em 19 de maio de 2006 e o requerimento da licença de funcionamento está sendo analisado pelos órgãos administrativos competentes (Processos nºs 08190.103316/07-23 e 08190.142209/14-12).

d) Garagem

A garagem está instalada em imóvel próprio. O galpão foi construído nos Lotes 10/20/30, da Quadra 1, do Setor de Garagens Oficiais Norte, próximo ao Palácio do Buriti. O imóvel, de 3.000,00m², foi entregue em 3 de fevereiro de 1971 (RIP nº 9701.22029.500-1) e está registrado na matrícula 1930, livro 3-B, fls. 118, do Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis do DF. A edificação existente, além de ser precária, foi erguida sem projeto aprovado, não tem habite-se e nem licença de funcionamento. (Processo nº 08190.103317/07-96).

e) Departamento de Orçamento e Finanças e Plan-Assiste

As duas unidades estão instaladas nos 7º, 9º, 10º e 11º andares do Edifício Ibama, situado no SAS, Quadra 5, bloco H, com área de 2.424,00m², desde 1995. O imóvel não tem habite-se e nem licença de funcionamento (Processo nº 08190.015920/00-81). As condições precárias do local e a impossibilidade de reforma total do prédio levaram a Administração Superior a decidir pela mudança de tais unidades para um imóvel alugado, situado na Quadra 1, Lotes 985/1055, Centro Empresarial Parque Brasília, Salas 203, 204 e 205, próximo ao Edifício-Sede, cujo valor do aluguel mais rateio de despesas de condomínio é R\$ 107.768,33. As adequações necessárias ao pleno funcionamento (ar-condicionado, divisórias, dados e voz, etc.) estão em fase final para a concretização da mudança, prevista para o próximo mês de novembro. (Processo nº 08190.105640/14-41).

f) Centro de Tecnologia do MPDFT (DTI) e Coordenadoria de Documentação e Informação

As duas unidades estão instaladas em imóvel alugado, situado na Quadra 6, Lote 2.310, SIG, com área de 1.583,75 m², desde novembro de 2012, cujo valor do aluguel é R\$ 52.068,05. O habite-se nº 0702 foi



O imóvel da PJ de Infância e Juventude é próprio e possui 5.950m².

Na proposta orçamentária de 2015, o MPDFT incluiu a verba para o início da edificação definitiva da Garagem.



O Setor de garagem do MPDFT também está instalado em imóvel próprio.



O DTI está instalado em imóvel alugado no Setor de Indústrias Gráficas desde novembro de 2012.

concedido em 6 de dezembro de 1984 (Processo nº 08190.085376/11-14).

g) SAIN – Setor de Áreas Isoladas Norte

O MPDFT recebeu o lote O, situado no SAIN, com a área de 2.750,00m², próximo ao Fórum Verde, em 28 de dezembro de 2010 (RIP nº 9701.28070.500-1). O imóvel está registrado na matrícula 7859, livro 2, do Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis do DF (Processo nº 08190.103301/07-56).

Brazlândia

a) Edifício-Sede

A Promotoria de Justiça de Brazlândia está instalada nas dependências do Fórum, numa área de 308,30m². O MPDFT paga as despesas de luz e água em forma de rateio, no valor de R\$ 1.371,70 (Processo nº 08190.038654/03-71).

b) Lotes

O MPDFT possui o lote 2, localizado na Cidade Tradicional, Setor Administrativo. O imóvel, de 750m², entregue em 07 de julho de 2001 (RIP nº 9701.20557.500-7), está registrado na matrícula nº 14, livro 8-F, fl. 4, do Cartório do 3º Registro de Imóveis do DF. No entanto, a área não comporta a construção do Edifício-Sede da referida Promotoria de Justiça (Processo nº 08190.103305/07-15).

O lote 10, contíguo ao lote 2, e com área de 750m², pertencia à Polícia Civil do Distrito Federal e, em setembro de 2010, depois de uma difícil negociação, a Administração Superior obteve a anuência da mencionada Instituição Policial para transferi-lo ao MPDFT. A formalização da doação ocorreu em 10 de dezembro de 2012 (Lei Distrital nº 4.984/2012, Processo nº 08190.131631/10-64).

Em 2013, a bancada do Distrito Federal assegurou emenda ao orçamento de 2014 no valor de R\$10.000.000,00 (dez milhões) para a construção do Edifício-Sede da referida Promotoria de Justiça. O procedimento de unificação dos lotes, cuja área total alcança 1786,86 m², foi aprovado pelo CONPLAN em 19 de março de 2014 e o projeto de edificação foi submetido à análise dos órgãos administrativos (Processo nº 390.000.429/2013).

A situação legal do CONPLAN foi questionada pela PROURB e reexaminada somente no dia 2 de outubro de 2014. A partir de então, a Administração Superior está tomando todas as providências no sentido de cumprir as exigências necessárias para não devolver à



Lote destinado ao MPDFT para a construção do prédio das PJs de Brazlândia.

União R\$ 7.000.000,00 (sete milhões), uma vez que, diante da situação relatada, a bancada do Distrito Federal autorizou o remanejamento de R\$ 3.000.000,00 (três milhões), permitido em lei, para serem investidos em custeio.

Ceilândia

A Promotoria de Justiça de Ceilândia, antes instalada nas dependências do Fórum, numa área de 1.760,00m², mudou-se para prédio próprio, inaugurado em 10 de outubro de 2014. A construção iniciou-se em 1º de dezembro de 2010 e terminou em julho de 2014, depois de uma luta com a empresa construtora, que está à beira da falência.

O Edifício-Sede foi erguido nos lotes 1 e 2, da QNM 11, Centro Urbano, com área de 2.325,59m², ao lado do Fórum. O imóvel foi entregue ao MPDFT em 15 de janeiro de 2009 (RIP nº 9701.23971.500-6) e está registrado na matrícula R-1/30.475 do Cartório do 6º Ofício de Registro de Imóveis do DF. Os requerimentos do habite-se e da licença de funcionamento estão sob análise dos órgãos administrativos competentes (Processos nºs 08190.038654/03-71, 08190.103311/07-18 e 08190142212/14-27).

Cruzeiro

Desde de junho de 2014, o lote 3, no Centro Comercial do Cruzeiro, medindo 1.200,00m², está reservado para o MPDFT (Ofício nº 871/2012-PGJ, Processos nºs 08190.142530/14-42 e 390.000.592/2012-GDF). A doação ainda não foi formalizada, no entanto, os procedimentos administrativos estão em andamento.

Estrutural

Desde 24 de outubro de 2012, o MPDFT tem lote reservado para a construção do Edifício-Sede da referida Promotoria de Justiça. O imóvel, de 2.369,19m² está situado na Área Especial nº 2, Quadra 1, Setor Oeste, Vila Estrutural, ao lado da área reservada ao TJDF, tendo seu registro na matrícula 72.731 junto ao Cartório do 4º Ofício de Registro de Imóveis do DF (Processos nºs 08190.142529/14-63 e 390.000.602/212-GDF).

Gama

A Promotoria de Justiça do Gama está instalada em prédio próprio. O Edifício-Sede foi erguido nos lotes 860, 880 e 900, da Quadra 1, Setor Industrial Leste. O imóvel tem 8.400,00m² e foi entregue em 29 de novembro de 2001 (RIP nº 9701.15975.500-1). Está registrado nas matrículas 9333, 9334 e 9335 do Cartório do 5º Ofício de Registro de



A Promotoria de Justiça de Ceilândia mudou-se para prédio próprio, inaugurado em 10 de outubro de 2014.



Prédio próprio que abriga as PJs do Gama.

Imóveis do DF. O habite-se nº 07 foi concedido em 16 de março de 2005 e a licença de funcionamento nº 00110/2014 em 6 de agosto de 2014 (Processo nº 08190.096182/07-03 e 08190.142662/14-83).

Guará

a) Edifício-Sede

A Promotoria de Justiça do Guará, que antes ocupava 71,00m² nas dependências do Juizado Especial, desde o mês de abril de 2013, está instalada em prédio alugado, situado na QE 19, Conjunto O, Casa 13, Guará II, numa área de 360,00m², cujo valor é de R\$19.626,42. O habite-se nº 77 foi concedido em 3 de fevereiro de 2012. A consulta prévia nº 2526 foi formalizada em 19 de novembro de 2013 e, em 15 de outubro de 2014, foi concedida a licença de funcionamento nº 70 (Processo nº 08190.104903/12-51).

b) Lote

Desde 21 de julho de 2014, o MPDFT já tem lote reservado para a construção do Edifício-Sede da referida Promotoria de Justiça. O imóvel, de 3.759,88m², está situado na AE 01, QE 25, SRIA/Guará II, ao lado do Fórum. A doação ainda não foi formalizada, no entanto, os procedimentos administrativos estão em andamento (Processos nºs 08190.178343/14-05 e 390.000.591/2012-TERRACAP).

Itapoã

Desde 11 de junho de 2012, o MPDFT tem lote reservado para a construção do Edifício-Sede da respectiva Promotoria de Justiça. O imóvel, de 2.466,00m², está situado na QR 378, Conjunto A, Área Especial, Lote 9, Itapoã, ao lado do Fórum. A doação ainda não foi formalizada, no entanto, os procedimentos administrativos estão em andamento (Processos nºs 08190.178335/14-79 e 390.000.610/2012-GDF).

Jardim Botânico

Desde 17 de julho de 2012, o MPDFT tem lote reservado para a construção do Edifício-Sede da respectiva Promotoria de Justiça. O imóvel está situado na Quadra 2, Conjunto 3, Lote 7, Bairro São Bartolomeu. A doação ainda não foi formalizada, no entanto os procedimentos administrativos estão em andamento (Ofício nº 879/2012-PGJ, Processos nºs 08190.178338/14-67 e 390.000.607/2012-GDF).

Lago Norte

Desde 10 de junho de 2014, o MPDFT tem lote reservado para a construção do Edifício-Sede da respectiva Promotoria de Justiça. O imóvel ainda não foi demarcado, mas será no Centro de Atividades – CA 12, nas proximidades da área do TJDF (Ofício nº 873/2012-PGJ, Processos nºs 08190.178349/14-83 e 390.000.014/2012-GDF).

Lago Sul

Desde 6 de maio de 2013, o MPDFT tem lote reservado para a construção do Edifício-Sede da respectiva Promotoria de Justiça. A doação do imóvel, situado no SHIS QI 13, próximo ao imóvel destinado ao TJDF, ainda não foi formalizada. No entanto, os procedimentos administrativos estão em andamento (Ofício nº 872/2012-PGJ, Processos nºs 08190.142531/14-13 e 390.000.593/2012-GDF).

Núcleo Bandeirante

a) Edifício-Sede

A Promotoria de Justiça do Núcleo Bandeirante, que antes ocupava 162,00m², nas dependências do Fórum, encontra-se instalada, desde o mês de abril de 2011, em prédio alugado, situado na Quadra 3, Conjunto B, Lotes 2 e 4, SIB, numa área de 1.070,00m², pelo valor de R\$ 28.265,80. O habite-se nº 58 foi concedido em 11 de outubro de 2006. A consulta prévia nº 976 foi formalizada em 11 de novembro de 2013 e o requerimento da licença de funcionamento está sob análise dos órgãos administrativos competentes (Processo nº 08190.197181/10-91).

b) Lotes

O MPDFT possui um lote localizado na Quadra 1, AE 5, SHBS. O imóvel possui 1.053,31m², foi cedido em 6 de novembro de 2008 e está registrado na matrícula 34253, livro 2, fl. 1, do Cartório do 4º Ofício do Registro de Imóvel do DF. Esse lote não comporta a construção do Edifício-Sede (Processo nº 08190.103308/07-03).

Desde 17 de julho de 2012, um outro lote, na Avenida Contorno nº 15, medindo 7.434,50m², situado ao lado do Fórum, está reservado ao MPDFT para a construção do Edifício-Sede da referida Promotoria de Justiça. A doação ainda não foi formalizada. No entanto, os procedimentos administrativos já estão em andamento (Processos nºs 08190.103307/07-32 e 390.00.587/2012-GDF). Atualmente o imóvel é ocupado pela Administração Regional do Park Way.



O prédio que abriga as PJ do Núcleo Bandeirante é alugado.

Paranoá

A Promotoria de Justiça do Paranoá está instalada em prédio próprio. O Edifício-Sede, inaugurado em junho de 2008, foi erguido no Lote 1, Conjunto B, da Quadra 4. O imóvel, de 4.642,66m², entregue em 18 de junho de 2003 (RIP nº 9701.23968.500-0), está registrado na matrícula 20, livro 01, fl. 02, do Cartório do 2º Ofício do Registro de Imóveis do DF. O habite-se e o requerimento da licença de funcionamento estão sob análise dos órgãos administrativos competentes (Processo nº 08190.103313/07-35).

Planaltina

A Promotoria de Justiça de Planaltina está instalada em prédio próprio. O Edifício-Sede, inaugurado em 19 de junho de 2006, foi erguido no lote 10-A da Área Especial Norte, ao lado do Fórum. O imóvel, de 4.557,58m², entregue em 30 de abril de 2001 (RIP nº 9701.22147.500-3), está registrado na matrícula 38.7814, livro 1 A G, fls. 128, do Cartório do 8º Ofício do Registro de Imóveis do DF. O habite-se nº 17 foi concedido em 13 de outubro de 2006 e a licença de funcionamento nº 00091/2014 em 6 de junho de 2014 (Processos nºs 08190.103315/07-61 e 08190.142208/14-50).

Pôr do Sol / Sol Nascente

Desde 24 de outubro de 2012, o MPDFT tem lote reservado para construção do Edifício-Sede da respectiva Promotoria de Justiça. O imóvel, de 4.040,15m², está situado no Trecho 3, Quadra 102, Área Especial 2, ao lado da área destinada ao TJDF. A doação ainda não foi formalizada. No entanto, os procedimentos administrativos estão em andamento (Processo nº 08190.178329/14-76).

Riacho Fundo

a) Edifício-Sede

Promotoria de Justiça do Riacho Fundo, que antes ocupava um galpão de 360,00m² próximo à rodoviária, está instalada, desde o mês de janeiro de 2014, em prédio alugado situado no CLN 5, Bloco B, salas 101, 201 e 301, Riacho Fundo I, numa área de 910,02m², pelo valor de R\$26.200,00. O habite-se nº 11 foi concedido em 5 de junho de 2013. A consulta prévia nº 595 foi formalizada em 25 de novembro de 2013 e a licença de funcionamento nº 00033/2014 concedida em 17 de julho de 2014 (Processo nº 08190.183927/12-03).



O prédio da PJ do Paranoá foi inaugurado em junho de 2008.



As PJs de Planaltina estão instaladas em prédio próprio.



Inauguração da PJ do Riacho Fundo em prédio alugado.

b) Lotes

No Riacho Fundo I, o MPDFT possui o lote E da QS 2, Riacho Fundo I, medindo 4.518,00m², situado próximo ao Fórum. O terreno é destinado à construção do Edifício-Sede da referida Promotoria de Justiça, desde 2 de maio de 2007 e está registrado na matrícula 44735, no Cartório do 4º Ofício de Registro de Imóveis do DF (Processo nº 08190.103310/07-47).

No Riacho Fundo II, desde 19 de setembro de 2012, o lote 1 da QN 22, Conjunto 5 – Riacho Fundo II, está reservado ao MPDFT. A doação ainda não foi formalizada, mas os procedimentos administrativos estão em andamento (Processo nº 08190.142526/14-75 e Processo nº 390.000.596/2012).

Recanto das Emas

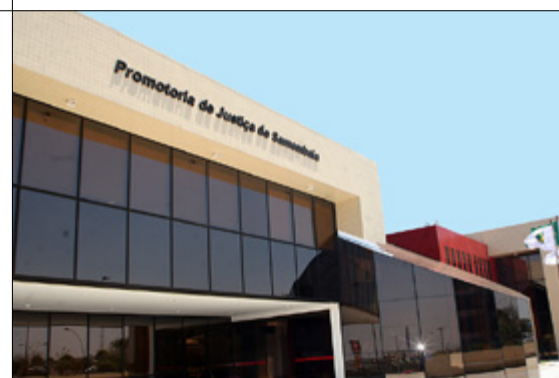
O MPDFT possui o lote 28 da Quadra 102, no Setor Hospitalar, medindo 5.081,53m². O imóvel foi entregue em 4 de março de 2011 e está registrado na matrícula 303968, no Cartório do 3º Ofício de Registro de Imóveis do DF. Existe óbice para a construção do Edifício-Sede da referida Promotoria de Justiça, em razão de sua destinação. Novas providências estão em andamento (Processo nº 08190.103306/07-70).

Samambaia

A Promotoria de Justiça de Samambaia está instalada em prédio próprio. O Edifício-Sede, inaugurado em setembro de 2007, foi erguido na Área Urbana 1 da Quadra 302. O imóvel, de 4.583,35m² (RIP nº 9701.24698.500-5), foi entregue ao MPDFT em agosto de 1994 e está registrado na matrícula 196884, livro 02, fls. 01, do Cartório do 3º Ofício de Registro de Imóveis do DF. O habite-se nº 24 foi concedido em 18 de julho de 2007. A consulta prévia nº 2374 foi formalizada em 12 de dezembro de 2013 e o requerimento da licença de funcionamento está sob análise dos órgãos administrativos competentes (Processo nº 08190.103314/07-06).

Santa Maria

A Promotoria de Justiça de Santa Maria está instalada em prédio próprio. O Edifício-Sede, inaugurado em maio de 2010, foi erguido no Lote 14 do Conjunto A, na QR 211, ao lado do Fórum. O imóvel, de 2.206,86m², foi entregue ao MPDFT em 18 de junho de 2003 (RIP nº 9701.23966.500-9) e está registrado na matrícula 21, livro 01, fls. 02, do Cartório do 5º Ofício de Registro de Imóveis do DF. O habite-se nº 25 foi concedido em 16 de junho de 2010. O requerimento da



A PJ de Samambaia ocupa prédio próprio de 4.583,35m².



O prédio das PJ de Santa Maria foi inaugurado em maio de 2010.

licença de funcionamento está sob análise dos órgãos administrativos competentes (Processo nº 08190.103312/07-72).

São Sebastião

a) Edifício-Sede

A Promotoria de Justiça de São Sebastião, que antes ocupava 125,00m² nas dependências do Fórum, está instalada em prédio alugado, pelo valor de R\$13.892,80, desde o mês de dezembro de 2012. O edifício, situado na Avenida Comercial, Lote 1151, Setor Tradicional, tem 966,73m², não tem habite-se nem licença de funcionamento. A cidade é toda irregular. Existe Ação Judicial solicitando a devolução do imóvel, requerida pelo novo proprietário (Processo nº 77374-58.2013.4.01.3400 – 5ª Vara Federal).

b) Lote

O Edifício-Sede da referida Promotoria de Justiça está em construção no lote 3, localizado no Centro de Múltiplas Atividades. O imóvel, de 2.134,23m², foi entregue em 18 de junho de 2003 (RIP nº 9701.23962.5007) e está registrado na matrícula 23, livro 01, fls. 02, do Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis do DF. A construção, iniciada em 15 de janeiro de 2013, terá 3.856,77m², com prazo de conclusão previsto para o mês de dezembro de 2015 (Processo nº 08190.103309/07-68).

Sobradinho

a) Edifício-Sede

A Promotoria de Justiça de Sobradinho, que antes ocupava 384,77m² nas dependências do Fórum, está instalada em prédio alugado, desde o mês de novembro de 2011, localizado próximo ao Fórum, na Quadra Central, Bloco 7, Edifício Sylvia, Térreo, 2º e 3º andares – Sobradinho I, em uma área de 940,00m². O valor do aluguel é R\$ 22.022,68. O habite-se nº 69 foi concedido em 26 de maio de 1982. A consulta prévia nº 229 foi formalizada em 18 de fevereiro de 2014 e o requerimento da licença de funcionamento está sob análise dos órgãos administrativos competentes (Processo nº 08190.197180/10-28).

As novas instalações não atendem as exigências do MPDFT, o acesso aos andares é por escada e não tem estacionamento privativo. Até o momento o proprietário tem criado obstáculo para instalação de elevador.

b) Lotes

O MPDFT possui o lote Q da Quadra Central, Setor Comercial, Sobradinho. O imóvel tem área de 2.159,54m² e foi entregue em 18 de junho de 2013. Está registrado na matrícula 13495, do Cartório do 7º Ofício de Registro de Imóveis do DF. O terreno não comporta a construção do Edifício-Sede da referida Promotoria de Justiça porque no subsolo passa adutora da CAESB (Processos nºs 08190.103302/07-19 e 260.015.200/2001-GDF). No local, que já está cercado, o MPDFT constrói um estacionamento privativo e um ponto de apoio aos membros e servidores.

Desde 28 de março de 2011, o MPDFT requereu a doação do lote localizado na AR 16, Conjunto 3, Lote 02 – Sobradinho II, que tem área de 3.012,35 m². O requerimento encontra-se sob análise dos órgãos administrativos competentes.

Em 17 de julho de 2012, o MPDFT requereu a doação do lote situado na Área Especial nº 3, Lote 10 – Sobradinho I, medindo 10.000,00m², próximo à garagem do TJDF, para a construção de depósito e garagem. O requerimento está em análise nos órgãos administrativos competentes. O imóvel identificado está registrado na matrícula nº R 2. 10619 do Cartório do 3º Ofício de Registro de Imóveis do DF (Ofício nº 883/2012, Processos nºs 08190.131697/10-72 e 390.000.588/2012-GDF).

Em 18 de junho de 2013, o MPDFT requereu a doação do lote situado na Área Especial nº 2 da Quadra 12 – Sobradinho I, medindo 6.998,51m², para a construção do Edifício-Sede da referida Promotoria de Justiça. O requerimento aguarda aprovação do Projeto de Lei nº 2038/2014, que foi encaminhado à Câmara Legislativa do DF, neste mês de outubro de 2014. O imóvel está registrado na matrícula nº 145910 do Cartório do 7º Ofício de Registro de Imóveis do DF (Ofício nº 831/2013-PGJ – Processos nºs 08190.186786/14-43 e 777.001.966/2013-GDF).

Taguatinga

Sede temporária: A Promotoria de Justiça de Taguatinga tem prédio próprio, mas está temporariamente instalada em imóvel alugado situado na QS 1, Rua 210, Lote 40, Centro Empresarial Taguatinga Shopping, salas 315/328, 1206/1208, 1305/1308 e 1406/1408, em Águas Claras. O valor do aluguel é R\$ 80.481,53.

Edifício-Sede: O Edifício-Sede da respectiva Promotoria de Justiça, inaugurado em 1999, erguido na Área Especial 14/15 – Taguatinga Norte, com área de 3.980,92m², e entregue em 24 de abril de 1997 (RIP nº 9701.17586.500-2 9), está em processo de reforma. O imóvel é registrado na matrícula 153402, livro 02, fls. n/t do Cartório do 3º



A Promotoria de Justiça de Taguatinga está temporariamente instalada em imóvel alugado enquanto o prédio próprio (foto) passa por reformas.

Ofício de Registro de Imóveis do DF (Processo nº 08190.096196/07-18 e 08190.142215/14-15). O habite-se nº 136 foi concedido em 26 de novembro de 1998 e a consulta prévia nº 1319 foi formalizada em 19 de novembro de 2013. Os requerimentos da licença de funcionamento e do novo habite-se deverão ser protocolados após a conclusão da obra.

Varjão

Desde 6 de fevereiro de 2014, o MPDFT tem lote reservado para a construção do Edifício-Sede da respectiva Promotoria de Justiça. O imóvel, de 1.847,14m², está situado na Quadra 6, Conjunto H, Lote 7 – Varjão, e a doação ainda não foi formalizada. Os procedimentos administrativos estão em andamento (Processo nº 08190.142527/14-38).

Vicente Pires

Desde 6 de maio de 2013, há lote reservado para a construção do Edifício-Sede da respectiva Promotoria de Justiça. O imóvel, de 4.000,01m², está situado na Rua 9 da Quadra 1-E, Lote 7, Área Especial, Vicente Pires. A doação ainda não foi formalizada, mas os procedimentos administrativos estão em andamento (Processo nº 08190.142532/14-78).

Lotes requeridos e que ainda não foram reservados

O MPDFT formalizou pedidos para reserva e posterior doação de lotes destinados à construção de Edifícios-Sedes das Promotorias de Justiça:

a) Arapoanga (Ofício nº 900/2012-PGJ, de 20 de julho de 2012, Processos nºs 08190.178324/14-52 e 390.000.590/2012-GDF).

b) Fercal (Ofício nº 881/2012-PGJ, de 17 de julho de 2012, Processos nºs 08190.178328/14-11 e 390.000.586/2012-GDF).

c) Candangolândia (Ofício nº 874/2012-PGJ, de 17 de julho de 2012, Processos nºs 08190.178334/14-14 e 390.000.595/2012-GDF).

d) Park Way (Ofício nº 878/2012-PGJ, de 17 de julho de 2012, Processos nºs 08190.178326/14-88 e 390.000.599/2012-GDF).

e) Setor de Administração Federal Sul (Ofício nº 905/2012-PGJ, de 20 de julho de 2012, Processos nºs 08190.142525/14-09 e 390.000.605/2012-GDF).

f) Setor de Indústria e Abastecimento – SIA (Ofício nº 880/2012-PGJ, de 17 de julho de 2012, Processos nºs 08190.178325/14-15 e 390.000.600/2012-GDF).

g) Sudoeste/Octogonal (Ofício nº 876/2012-PGJ, de 17 de julho de 2012, Ofício nº 727/2014-PGJ, Processos nºs 08190.178337/14-02 e 390.000.597/2012-GDF).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É uma missão muito difícil reproduzir no papel os feitos de um período de quatro anos. Principalmente, quando a equipe é composta por profissionais eficientes, altamente produtivos e comprometidos com a missão que lhes foi delegada.

Posso afirmar, com segurança, que, nos últimos quatro anos, a Administração Superior trabalhou obstinadamente para implementar os compromissos assumidos nos Planos de Gestão (2010-2012 e 2012-2014), pelo alcance dos objetivos e metas estabelecidos no planejamento estratégico e, principalmente, pelo cumprimento da missão institucional do MPDFT.

Os dados relatados até aqui dão conta de que o esforço valeu a pena. Estou certa de que cada um dos membros, servidores, terceirizados e estagiários vinculados diretamente à Administração Superior deram o melhor de si e contribuíram sobremaneira para o alcance dos objetivos propostos.

Agradeço a cada um e a todos por terem prosseguido comigo nessa caminhada, sempre com dedicação, zelo, empenho, presteza, senso de responsabilidade no exercício de suas funções, além de absoluta lealdade e compromisso com os objetivos institucionais do MPDFT. Nenhum dos feitos aqui registrados seria possível sem o envolvimento de toda equipe. A dívida de gratidão, portanto, é imensa!

Eunice Pereira Amorim Carvalho
Procuradora-Geral de Justiça



Ministério Público
do Distrito Federal
e Territórios

Missão do MPDFT

Promover a justiça, a democracia,
a cidadania e a dignidade humana,
atuando para transformar em
realidade os direitos da
sociedade.



Disque 127

 ouvidoriampdft

www.mpdft.mp.br/ouvidoria

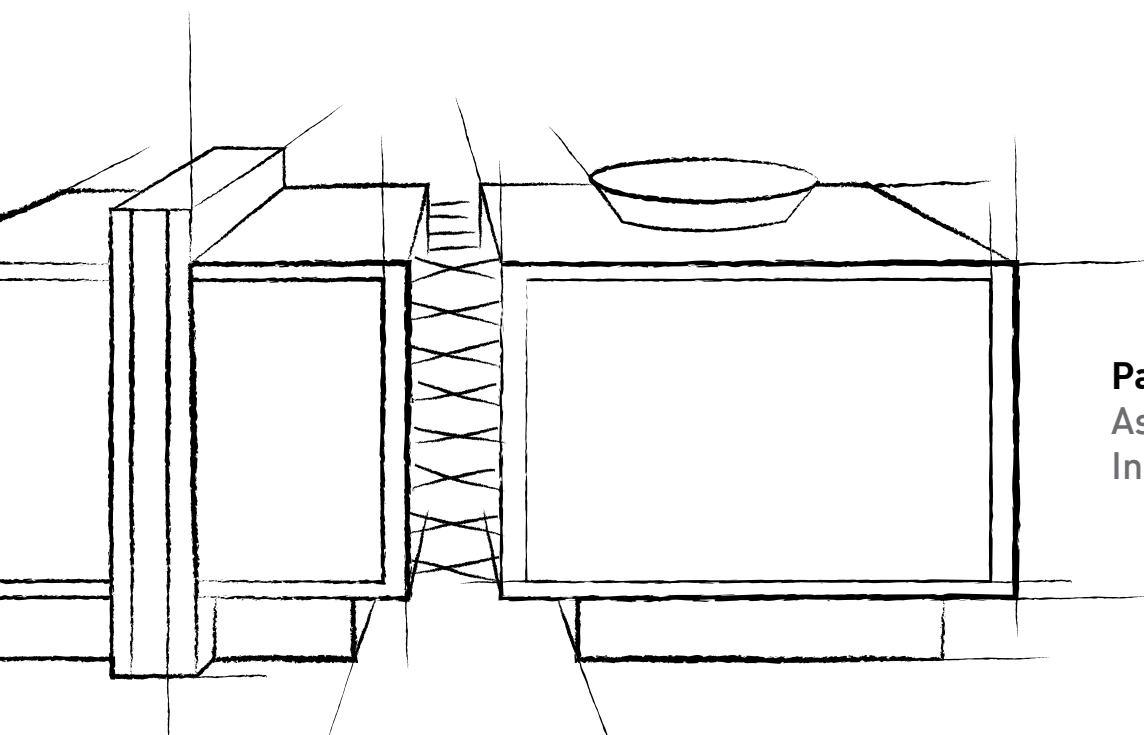
Eixo Monumental, Praça do Buriti, Lote 2, Sede do MPDFT
Brasília-DF, CEP 70.091-900 • Telefone: (61) 3343-9500
www.mpdft.mp.br • facebook.com/mpdftoficial



Ministério Público
do Distrito Federal
e Territórios

Gestão Compartilhada

Membros e servidores unidos na condução
do MPDFT



Parte 7
Assessoria de Políticas
Institucionais

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR DO MPDFT

Procuradora-Geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios

Procuradora de Justiça Eunice Pereira Amorim Carvalhido

Vice-Procuradora-Geral de Justiça

Procuradora de Justiça Zenaide Souto Martins

Corregedora-Geral

Procuradora de Justiça Benis Silva de Queiroz Bastos

Chefia de Gabinete

Promotor de Justiça Adjunto Albertino de Souza Pereira Netto
(*In memoriam*)

Promotora de Justiça Thaís Freire da Costa Flores

Promotor de Justiça Wagner de Castro Araújo

Diretoria-Geral

Promotor de Justiça Vetuval Martins Vasconcelos
(2010 /2013)

Promotor de Justiça Libanio Alves Rodrigues

Servidora Ana Lúcia Carrijo Ferreira

Assessoria Especial da Procuradoria-Geral de Justiça

Promotor de Justiça Vetuval Martins Vasconcelos
(2013/2014)

Assessoria de Políticas de Segurança

Promotor de Justiça Eduardo Gazzinelli Veloso
(2010/2014)

Promotor de Justiça Wilton Queiroz de Lima (2014)

Assessoria de Políticas Institucionais

Procurador de Justiça Jair Meurer Ribeiro (2010/2011)

Promotora de Justiça Ana Luiza Lobo Leão Osório

Promotor de Justiça Dermeval Farias Gomes Filho

Assessoria Cível e de Controle de Constitucionalidade

Promotor de Justiça André Luiz Casal Duran (2010/2012)

Promotor de Justiça Antônio Henrique Graciano Suxberger
(2010/2012)

Promotor de Justiça Dicken William Lemes

Promotor de Justiça Rodolfo Cunha Salles

Assessoria Criminal

Promotora de Justiça Marta Alves da Silva (2010/2012)

Promotora de Justiça Marya Olímpia Ribeiro Pacheco
(2010/2012)

Promotor de Justiça Antônio Henrique Graciano Suxberger

Promotor de Justiça Renato Bianchini

Coodenadoria de Recursos Constitucionais

Procurador de Justiça Antônio Luiz Barbosa Alencastro
(2010/2013)

Procuradora de Justiça Ana Luisa Rivera

Promotor de Justiça Evandro Manoel da Silveira Gomes

Promotor de Justiça Adjunto Leonardo Carneiro Britto

Gestão Compartilhada

Parte 7 – Assessoria de Políticas Institucionais

Referente ao período de agosto de 2010 a outubro de 2014

Assessoria de Políticas Institucionais

Eixo Monumental, Praça do Buriti, Lote 2, Sala 919, Sede do MPDFT, Brasília-DF

Telefone: (61) 3343-9650

E-mail: api@mpdft.mp.br

Ana Luiza Lobo Leão Osório – Promotora de Justiça

Dermeval Farias Gomes Filho –Promotor de Justiça

Coordenação e Produção de Texto:

Assessoria de Imprensa – PGJ

Elizangela Monteiro – Chefe

Programação visual e diagramação:

Coordenadoria de Comunicação do MPDFT

Colaboração:

Lílian Cursino Pessoa, Elisa Ramalho Salim Ramos

Revisão:

Samara Botelho Vaz Almeida

Outubro de 2014. Versão digital.

© 2014 Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.

As informações contidas neste relatório foram fornecidas e aprovadas pela Assessoria de Políticas Institucionais (API).

APRESENTAÇÃO

No período de agosto de 2010 a outubro de 2014, a Assessoria de Políticas Institucionais trabalhou pelo resgate da imagem do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e pelo fortalecimento de suas relações com a comunidade, com os poderes públicos e com órgãos cuja atuação está voltada aos interesses sociais.

As iniciativas, os acordos e os convênios, bem como as pesquisas e as análises de mídia apresentadas no decorrer deste relatório dão conta de que a maior parte desses objetivos foi atingida, restando agora a busca do aprimoramento de diversas práticas iniciadas nas duas últimas gestões.

O evento Repensar propiciou momentos de diálogo importantes para o direcionamento de ações futuras, assim como o projeto Gestão por Competência, que contribuirá sobremaneira para a criação de uma política de valorização do quadro funcional.

O estímulo ao diálogo foi intensificado logo no início da primeira gestão, em agosto de 2010, por meio do projeto PGJ Itinerante e do estabelecimento de uma rotina de reuniões de trabalho com os coordenadores administrativos, chefes de departamento e secretários executivos.

A troca de informações e conhecimento, a busca de parcerias e o aprimoramento de iniciativas voltadas à comunicação e à integração entre membros, servidores, estagiários e terceirizados foram as marcas mais fortes na gestão da Assessoria de Políticas Institucionais.

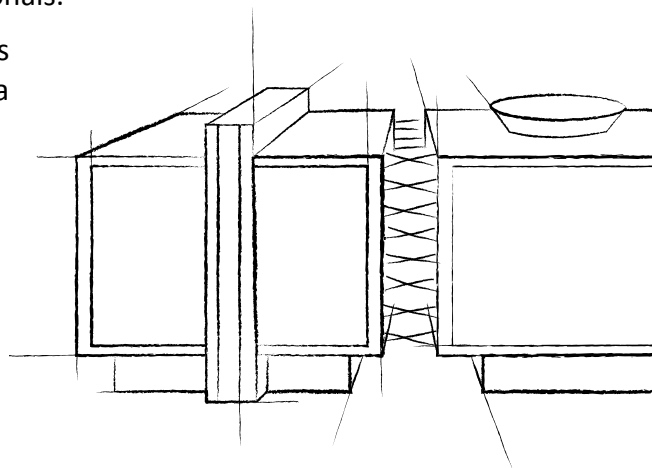
Este relatório apresenta as principais ações da API e das áreas a ela subordinadas, como a Coordenadoria de Comunicação e a Secretaria de Planejamento.

Ana Luiza Lobo Leão Osório
Dermeval Farias Gomes Filho
Assessores de Políticas Institucionais

"O estímulo ao diálogo e à participação ativa de membros e servidores pautaram as ações de Políticas Institucionais nos últimos quatro anos".



Ana Luiza Lobo Leão Osório, Assessora de Políticas Institucionais



A Assessoria de Políticas Institucionais (API) assiste o Procurador-Geral de Justiça na definição, elaboração e execução de políticas, projetos, programas e ações institucionais e também na promoção da integração dos órgãos de execução do Ministério Público, visando estabelecer a necessária unidade de ações institucionais e respeitando o princípio da independência funcional.

As ações e projetos desenvolvidos pela Assessoria de Políticas Institucionais foram planejados com base nas sugestões e demandas apresentadas no início da gestão 2010/2014 pelos membros e servidores de todas as unidades em reuniões com a Procuradoria-Geral de Justiça, bem como no Projeto Procuradoria-Geral Itinerante, que faz parte do Programa Gestão Compartilhada.

Como parte das ações, foram mantidos os encontros periódicos com os coordenadores administrativos e iniciados os encontros com os secretários executivos e com os chefes de departamento.

Os encontros com os coordenadores administrativos e com os secretários executivos são realizados bimestralmente em meses alternados. As reuniões têm o objetivo de promover a integração e o intercâmbio dos trabalhos realizados nas coordenadorias administrativas, além da troca de experiências e de informações entre as diversas equipes do MPDFT. Além dos coordenadores administrativos e dos secretários executivos, participam das reuniões a procuradoria-geral de Justiça, a assessoria de políticas institucionais e a diretoria-geral. Os chefes de Departamentos, coordenadores de assessorias e principais assessores da PGJ participam somente das reuniões dos secretários.

As reuniões de chefes de Departamento têm por objetivo tornar célere a comunicação da equipe administrativa da Procuradoria-Geral de Justiça. Participam das reuniões PGJ, API, DG, Chefias de Departamentos, Coordenadores de Assessorias e principais assessores da PGJ.

"A busca de soluções para a comunicação e a integração do corpo funcional são as bases do fortalecimento institucional".



Dermeval Farias, Assessor de Políticas Institucionais



Equipe da Assessoria de Políticas Institucionais.

PRINCIPAIS PROJETOS DESENVOLVIDOS

Mesa-Redonda com o Promotor de Justiça Especializado

O projeto Mesa-Redonda com o Promotor de Justiça Especializado teve início em novembro de 2013 e tem como objetivo promover encontros entre servidores que trabalham com atendimento ao público e promotores de Justiça especializados para esclarecer dúvidas sobre a atuação das Promotorias e, em consequência, melhorar a qualidade do atendimento ao cidadão.

Ao final do projeto pretende-se criar uma cartilha resumida contendo o esclarecimento das principais dúvidas sobre a atuação das Promotorias de Justiça Especializadas.



O projeto Mesa-Redonda tem por objetivo esclarecer dúvidas sobre a atuação das Promotorias Especializadas.

Encontros Setoriais

O projeto Encontros Setoriais teve início em dezembro de 2013 e tem como objetivo consolidar a rede interna do MPDFT, promovendo encontros entre servidores de unidades afins para que possam compartilhar boas práticas, fortalecer atividades desempenhadas, bem como discutir a padronização de procedimentos e aprimoramento de rotinas.

As demandas registradas nos encontros são encaminhadas ao Departamento de Gestão de Pessoas para que possam ser oferecidos cursos voltados às necessidades específicas de cada unidade, bem como à Secretaria de Planejamento para adequação da estrutura e do manual de rotinas das unidades.



Para consolidar a rede interna, o projeto Encontros Setoriais promove encontros de servidores de unidades afins.

Qualidade de Vida

Na gestão 2010/2014, foram desenvolvidos diversos projetos com foco na integração e na qualidade de vida de membros e servidores. O MPDFT reestruturou as áreas de saúde e de gestão de pessoas,

que ganhou reforço de pessoal e melhores condições de trabalho. Assim, foi possível implementar diversos projetos, dentre os quais devem ser destacados: o Coral MPDFTom; o Programa de Atividades Físicas, que oferece aulas de ioga e de jiu jitsu; os grupos de oração; os eventos em comemoração ao Dia da Mulher e ao Dia do Homem; cursos de Fotografia; Caminhadas da Lua; projeto Berçário; grupo de Gestantes com palestras multidisciplinares e a retomada da Cerimônia de Homenagem por Honra ao Mérito por Tempo de Serviço aos Servidores que completam 10, 20 e 30 anos de efetivos serviços prestados ao MPDFT. Outras ações poderão ser identificadas nos relatórios da PGJ e dos departamentos vinculados à DG.



Grupos de oração foram criados dentro do programa Qualidade de Vida.

Projeto-Piloto Saúde e Qualidade de Vida do Promotor do Júri

O projeto-piloto Saúde e Qualidade de Vida do Promotor do Júri, iniciado em janeiro de 2014, tem como principal objetivo contribuir para a construção de uma cultura para o autocuidado e para a melhoria da qualidade de vida dos membros que atuam perante o Tribunal do Júri. O projeto atende à demanda apresentada pelos próprios Promotores de Justiça que atuam na área.

Nesse sentido, em 2014, foram realizadas avaliação médica e psicológica individual dos promotores, palestras sobre cuidados com a voz e sobre educação postural.

O próximo passo é incluir os promotores do Júri no programa de desenvolvimento de habilidades para o gerenciamento do estresse pessoal e profissional. Também é preciso expandir o projeto a outras Promotorias de Justiça, como Violência Doméstica, Infância e Juventude.



A palestra Cuidados com a Voz integrou o projeto-piloto Saúde e Qualidade de Vida do Promotor do Júri.

Projeto Competência

O Projeto Competência, iniciado em maio de 2014, tem o propósito de implementar, no âmbito do MPDFT, o modelo de Gestão por Competências (GC). Tal modelo permite aprimorar os processos de capacitação, seleção, movimentação e avaliação de pessoas. O conceito de competência adotado na Instituição envolve as capacidades (conhecimentos, habilidades e atitudes – CHAs) necessárias ao desempenho efetivo das atribuições dos membros e servidores.

Em 2014, mapearam-se as competências genéricas, que são aquelas comuns a todos os membros e servidores. Adotou-se como estratégia



A gestão por competências começa a ser implementada no MPDFT.

o processo de construção coletiva do trabalho, por meio da análise de documentos importantes e da participação de mais de 130 integrantes da organização nos grupos de foco.

Os primeiros resultados foram apresentados, em outubro de 2014, aos integrantes da Instituição, por meio da distribuição da Cartilha Gestão por Competências.

As informações levantadas até o momento servirão para estruturar o Plano de Capacitação do MPDFT e para trabalhar as competências mapeadas na ambientação dos novos servidores e no curso de vitaliciamento dos promotores de Justiça adjuntos. Para os próximos anos, pretende-se mapear as competências gerenciais e as específicas das unidades organizacionais.

II Encontro do Colégio de Procuradores e Promotores de Justiça – Repensando o Ministério Público como Agente de Transformação Social – Projeto Repensar

O II Encontro do Colégio de Procuradores e Promotores de Justiça – Repensando o Ministério Público como Agente de Transformação Social (Projeto Repensar) foi idealizado com o objetivo de promover a integração entre membros do MPDFT para a discussão dos fatores que interferem direta ou indiretamente na atuação ministerial e no cumprimento da missão institucional.

Para a realização do encontro, o MPDFT contou com a consultoria da empresa Amana Key. Esse serviço foi oferecido gratuitamente, por meio de celebração de Termo de Cooperação Técnica.

O Encontro foi realizado em duas etapas: a primeira nos dias 30 e 31 de maio, e a segunda no dia 02 de agosto de 2014. Para definição dos temas a serem abordados durante as reuniões, a Assessoria de Políticas Institucionais disponibilizou enquête na intranet e reuniu sugestões dos membros sobre os fatores que poderão interferir no cumprimento da missão institucional a curto e médio prazos.

Os resultados da enquête foram analisados por um grupo focal, constituído por membros do MPDFT e coordenado pela API. Esse trabalho definiu os temas que foram discutidos nos grupos de debate durante a realização do encontro.

As observações mais recorrentes, registradas nos grupos de trabalho, transformaram-se em enunciados que nortearam as deliberações da 2ª etapa, realizada no dia 2 de agosto.



Temas que interferem na atuação ministerial foram debatidos no Repensar sob orientação de Oscar Motomura, da Amana-Key

Para dar prosseguimento às contribuições feitas pelos participantes, a API enviou às unidades competentes a transcrição das informações registradas pelos membros nas mesas de debates e o resultado das votações dos enunciados e das votações do dia 2 de agosto de 2014. Além disso, todo material produzido durante o projeto Repensar foi distribuído aos membros do MPDFT. A Secplan encarregou-se de estudar o material e de definir as medidas pertinentes ao planejamento estratégico que deveriam ser adotadas pela administração do MPDFT. Em seguida, a PGJ instituiu, por intermédio da Portaria Normativa nº 339, de 01 de outubro de 2014, a realização do Encontro do Colégio de Procuradores e Promotores de Justiça em período não superior a dois anos.

O próximo passo é implementar os projetos que serão propostos a partir dos resultados do Projeto Repensar.

Encontros Temáticos

A Portaria Normativa nº 161, de 06 de abril de 2011, instituiu o projeto Encontros Temáticos – área criminal. O projeto integra o rol de objetivos estratégicos definidos pela instituição, entre eles o de promover maior integração entre Promotores e Procuradores de Justiça. Assim, eles têm a oportunidade de se reunir e contribuir para a construção de um novo modelo de atuação do Ministério Público, fundado no compartilhamento de ideias e iniciativas e na busca de soluções e estratégias integradas.

A Assessoria de Políticas Institucionais dá suporte para a realização das reuniões. As propostas apresentadas nos encontros são debatidas e submetidas à votação. As aprovadas subsidiam iniciativas da Procuradoria-Geral de Justiça e das Câmaras de Coordenação e Revisão. No período de 2010 a 2014 foram realizados nove encontros temáticos sob a coordenação da Assessoria de Políticas Institucionais.

Projeto-Piloto de Apoio Técnico às Atividades Jurídicas – Atendimento Psicossocial e Acompanhamento de Medidas Alternativas

A Portaria Normativa nº 153, de 4 de março de 2011, instituiu o projeto-piloto de Apoio Técnico às Atividades Jurídicas – Atendimento Psicossocial e Acompanhamento de Medidas Alternativas em Santa Maria.

O projeto-piloto teve início em março de 2011 e terminou nove meses depois. O objetivo foi definir a estrutura e as atividades relativas ao atendimento Psicossocial e ao acompanhamento de medidas alternativas. Após a conclusão do projeto, foi criado o Setor de Análise Psicossocial – SETPS, em todas Coordenadorias Administrativas, com exceção das Coordenadorias de São Sebastião e do Guará.

Os SETPS realizam perícias e avaliação psicossocial nos processos que tramitam no MPDFT, e, assim, a Instituição cumpre seu papel social como agente transformador da sociedade.



O Projeto de Atendimento Psicossocial definiu a estrutura e as atividades relativas ao atendimento na área e ao acompanhamento de medidas alternativas.

MP Eficaz – Atendimento ao Cidadão

O Projeto MP Eficaz – Atendimento ao Cidadão prevê a criação de postos de atendimento em todas as Coordenadorias Administrativas, em conformidade com o disposto no § 2º do artigo 1º da Portaria Normativa/PGJ nº 139/2010, permitindo que as demandas dos cidadãos sejam tratadas previamente com informações e/ou encaminhadas aos órgãos competentes. Dessa forma, o trabalho nas Promotorias de Justiça e nas Procuradorias de Justiça é otimizado.

O projeto teve início em 2011 nas sedes das PJs de Samambaia, Ceilândia e Paranoá.

Para sua viabilização, foi criado o Sistema de Atendimento ao Cidadão, que possibilita o registro e o acompanhamento das demandas apresentadas ao MPDFT. Os servidores que realizam esse trabalho nas Coordenadorias Administrativas receberam treinamento, inclusive com a participação de promotores de Justiça de todas as áreas especializadas. Todo o trabalho foi coordenado pela Ouvidoria.

A ampliação do projeto para outras Promotorias de Justiça mostra-se necessária e sua implementação em todas as Coordenadorias ocorrerá na medida em que houver recursos orçamentários.

MP Eficaz – Inclusão Digital nas Escolas Públicas

O projeto teve início em 2011, com o objetivo de promover a inclusão digital de alunos de escolas públicas do Distrito Federal, por meio da doação de microcomputadores do MPDFT. Até novembro de 2014, foram doados 101 equipamentos para 8 escolas indicadas por membros das Coordenadorias Administrativas e mais 41 distribuídos entre Conselhos Tutelares, Bibliotecas Públicas, CREAS e Diretoria-Geral de Saúde de Planaltina.

Investindo em Quem é Nosso

Devido aos registros relativos à insatisfação dos servidores do MPDFT com as ações de Treinamento, Desenvolvimento e Educação (TD&E) disponibilizadas pela Instituição, bem como a insatisfação relativa ao relacionamento interno entre membros e servidores, em setembro de 2010, a Procuradoria-Geral de Justiça, como ação imediata, criou uma assessoria direta para desenvolver projetos de políticas de gestão de pessoas. Também publicou a Portaria Normativa nº 129, de 06 de outubro de 2010, instituindo o Projeto Investindo Em Quem É Nosso, com o objetivo de flexibilizar as ações de treinamento, bem como de realizar atividades que proporcionassem a integração de membros e servidores. Por meio da Portaria Normativa nº 130, de 06 de outubro de 2010, foram definidas as atribuições da assessoria especial responsável por desenvolver os projetos referentes às políticas de gestão de pessoas, inclusive a de realizar estudo sobre a implementação da Gestão por Competências no âmbito do MPDFT.

As ações de treinamento oferecidas no período de outubro de 2010 a novembro de 2013 foram norteadas pelos registros de reuniões entre PGJ e servidores de todas as unidades do MPDFT; pelas demandas dos encontros do projeto Procuradoria-Geral Itinerante; pelos Levantamentos de Necessidade de Treinamento realizados entre 2010 e 2012 e pela pesquisa de Clima Organizacional realizada em 2011.

Para possibilitar que as ações de gestão de pessoas alcançassem todos os servidores, a Administração publicou a Portaria Normativa nº 198, de 07 de fevereiro de 2012, que regulamentou a participação de servidores em ações de TD&E; propôs novos critérios de participação e custeio em cursos de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu* para membros e servidores do MPDFT (Portaria Normativa nº 201, de 28 de fevereiro de 2012); instituiu o Banco de Instrutoria Interna (Portaria Normativa/DG nº 49, de 23 de fevereiro de 2011, revogada pela Portaria Normativa 61, de 09 de março de 2012); priorizou a realização de ações internas de TD&E; disponibilizou curso por videoconferência para todas as Coordenadorias Administrativas; regionalizou ações de treinamento; realizou ações de treinamento em parceria com a ESMPU e celebrou termo de cooperação com foco em ações de TD&E com o Exército, com o Instituto Serzedelo Correia e com o Instituto Legislativo Brasileiro – IBL.

O Programa Investindo em Quem É Nosso proporcionou a reestruturação da área de Treinamento e Desenvolvimento do MPDFT para possibilitar a realização de cursos que efetivamente contribuíram para a profissionalização da Instituição, destacando-se os cursos Gestão Empreendedora; Intensivos de Direito (ministrados por membros da Instituição); Treinamento Experiencial ao Ar Livre; Elaboração



Projeto Investindo em Quem é Nosso.

de Termo de Referência; Gestão de Contratos; Desenvolvimento Gerencial (3 Módulos); Perfil Gerencial do Secretário; Libras (com vaga para servidores terceirizados que realizam atendimento ao público); e Curso APG Middle – Programa de Gestão Avançada.

Coordenação da Logística das Eleições Gerais de 2010 e de 2014

A Assessoria de Políticas Institucionais, em parceria com a Chefia de Gabinete e com a Diretoria-Geral, implementou uma série de medidas na atuação e integração dos promotores eleitorais nas Eleições de 2010 e de 2014. A API coordenou os trabalhos, traçando a logística administrativa e organizando encontros entre os promotores eleitorais. O sucesso da atuação do MPDFT nas Eleições de 2010 e de 2014 foi resultado da participação e contribuição de vários órgãos, departamentos, setores e pessoas.



A API coordenou os trabalhos com os Promotores Eleitorais para o pleito de 2014.

Diagnóstico do Ministério Público

A Secretaria de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça realizou – em parceria com Ministério Público, Conselho e Associações, Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça (CNPJ) e com a Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), o II Diagnóstico do Ministério Público no Brasil, que visa colher informações sobre a estrutura organizacional, orçamentária, financeira, material e de recursos humanos da instituição e sobre o perfil dos seus membros. A Assessoria de Políticas Institucionais, representando o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, acompanhou o estudo.

Atuação na Corregedoria Nacional do CNMP

A Corregedoria Nacional do Ministério Público é um órgão do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) que tem o dever de exercer as funções executivas de inspeção e correção geral do Conselho. Realiza, de ofício, sindicâncias, inspeções e correições propondo ao Plenário a instauração de processos disciplinares ou a adoção de medidas que entender necessárias ou conveniente. O Assessor de

Políticas Institucionais Dermeval Farias Gomes Filho participou como membro auxiliar nas inspeções realizadas pela Corregedoria Nacional no período de 2010 a 2013.

Convênios

À Assessoria de Políticas Institucionais compete assistir a Procuradoria-Geral de Justiça na celebração de convênios, acordos e parcerias do MPDFT. No período de agosto de 2010 a outubro de 2014, a Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios celebrou 87 novos convênios e termos de cooperação técnica e prorrogou a vigência de 16 convênios anteriores.

Atualmente (Nov. 2014), há 95 convênios vigentes no MPDFT, além de outros 22 celebrados antes de 2006 com prazo de validade indeterminado.

As áreas que mais firmaram convênios no período foram: Inteligência; Direitos da Mulher; Treinamento, Desenvolvimento e Educação; Drogas; Engenharia/cessão área; Infância e Juventude; Informática; Políticas Sociais; Saúde; Institucional; e Eleitoral.

Apoio às Atividades do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais – CNPG

A promotora de Justiça Ana Luiza Lobo Leão Osorio foi nomeada Assessora Especial do CNPG e exerceu mandato no período de agosto/2013 a agosto/2014, acompanhando e apoiando as reuniões e atividades desenvolvidas pelo CNPG durante esse tempo. A API coordenou o apoio técnico-administrativo na realização das reuniões do Conselho.

Comitês

Comitê de Avaliação e Estruturação da Atividade-Fim do MPDFT

O Comitê de Avaliação e Estruturação da Atividade-Fim do MPDFT, instituído pela Portaria Normativa nº 85, de 14 de dezembro de 2009, tem como integrante um dos Assessores de Políticas Institucionais. No período de agosto de 2010 a março de 2014 foram criadas 47 Promotorias de Justiça, transformadas 20 e extintas seis. Além disso, o Comitê aprovou, ainda no mês de outubro de 2014, a criação de mais cinco Promotorias e a transformação de outras 17.



O Comitê de Avaliação e Estruturação da Atividade-Fim apresenta propostas para criação, transformação e extinção de escritórios

Comitê Estratégico de Gestão de Pessoas (Cegep)

O Comitê Estratégico de Gestão de Pessoas (Cegep), instituído pela Portaria Normativa/PGJ nº 309, de 14 de março de 2014, tem como objetivo principal nortear as políticas de Gestão de Pessoas da Instituição, bem como subsidiar o Procurador-Geral de Justiça nos processos decisórios sobre gestão de pessoas.

O comitê é presidido pelo assessor de Políticas Institucionais e secretariado pelo chefe do DGP. A sua criação condiz com as recomendações constantes do Levantamento de Governança e Gestão de Pessoas de 2013 elaborado pelo Tribunal de Contas da União.

Os membros do Cegep se reúnem, ordinariamente, uma vez a cada trimestre e, extraordinariamente, por convocação de seu presidente.

Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação do MPDFT (Ceti)

O Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação do MPDFT (Ceti), instituído pela Portaria Normativa nº 032, de 26 de janeiro de 2009, é presidido pelo assessor de Políticas Institucionais da Procuradoria-Geral de Justiça.

As principais realizações do Comitê no período de 2010 a 2014 foram a priorização das aquisições de TI (equipamentos e softwares) e do desenvolvimento de sistemas de informação; aprovação da regulamentação da Gestão de Níveis de Serviço (GNS); estabelecimento da política de renovação do parque computacional e aprovação anual do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI).

Comitê Gestor de Segurança da Informação

O Comitê Gestor de Segurança da Informação foi instituído pela Portaria Normativa nº 177, de 12 de julho de 2011, e tem como objetivos: I) propor ao Procurador-Geral de Justiça a adoção de políticas, diretrizes, normas, planos e ações de segurança da informação; II) avaliar as propostas de alteração da Política de Segurança Institucional e das diretrizes, normas e planos oriundos dessa Política; III) assessorar o Procurador-Geral de Justiça nos assuntos relativos à segurança da informação.

O Comitê é presidido pelo membro representante da Assessoria de Políticas Institucionais e se reúne, ordinariamente, uma vez a cada semestre. É integrado pelo representante legal das seguintes áreas: Coordenadoria de Segurança Institucional; Diretoria-Geral; Departamento de Tecnologia da Informação; Setor de Segurança da

Informação/DTI; Centro de Produção, Análise, Difusão e Segurança da Informação -CI.

Comitê de Comunicação Institucional

O Comitê de Comunicação Institucional tem como missão estabelecer políticas e diretrizes de comunicação para o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, prioridades e critérios para divulgação da atuação institucional e procedimentos para otimizar o atendimento das demandas internas e externas.

O Comitê foi instituído pela Portaria Normativa nº 76, de 1º de outubro de 2009, e tem como integrantes: um representante indicado pelo Conselho Superior do MPDFT; o chefe de gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça; o assessor de Políticas Institucionais da Procuradoria-Geral de Justiça; dois representantes das Coordenadorias das Promotorias de Justiça indicados pelos seus pares; e o coordenador de Comunicação Social.

O Comitê é presidido pelo membro indicado pelo Conselho Superior do MPDFT.

Comissões

Comissão Gestora do Sistema Gabinete Eletrônico (eGab)

O Sistema Gabinete Eletrônico – eGab, regulamentado pela Portaria Normativa/PGJ nº 307, de 14 de fevereiro de 2014, tem por finalidade prover os Membros do MPDFT de uma ferramenta eletrônica para auxiliá-los na realização de suas atribuições previstas na Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, bem como outras atividades atinentes a sua atuação ministerial. Os assessores de Políticas Institucionais da Procuradoria-Geral de Justiça integram a Comissão Gestora do Sistema Gabinete Eletrônico e prestam suporte às suas atividades

Comissão Gestora da Interoperabilidade entre os Sistemas do MPDFT e do TJDF (Processo Judicial Eletrônico – PJe)

O Processo Judicial Eletrônico – PJe é um sistema desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça que deverá ser unificado e implantado em todas as unidades do Poder Judiciário brasileiro, para que o trâmite dos processos ocorra em um ambiente virtual com segurança garantida. O assessor de Políticas Institucionais integra a Comissão.



Integrantes da Comissão Gestora da Interoperabilidade entre os Sistemas do MPDFT e do TJDF (Processo Judicial Eletrônico – PJe).

Comissão encarregada de apresentar propostas de regulamentação da Lei de Ofícios

O chefe de gabinete adjunto e o assessor de Políticas Institucionais da Procuradoria-Geral de Justiça integraram a Comissão da Procuradoria-Geral da República encarregada de apresentar propostas de regulamentação para o pagamento da gratificação por exercício cumulativo de ofícios e também por sugerir diretrizes e medidas de uniformização de atos normativos dos Conselhos Superiores dos ramos do MPU (Portaria/PGR nº 57, de 26 de agosto de 2014).

No âmbito do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, o trabalho resultou na publicação da Portaria Normativa/PGJ nº 337, de 26 de setembro de 2014, que dispõe sobre os critérios de designação para acumulação de ofícios em qualquer das classes da carreira do MPDFT.

Comissão de Licença-Prêmio

No dia 6 de dezembro de 2010, a API se reuniu com a Chefia de Gabinete para discutir um problema recorrente que a Instituição estava enfrentando: o indeferimento de gozo de licença-prêmio a membros que teriam esse direito. A Chefia de Gabinete estava indeferindo os pedidos ante as dificuldades de substitutos para a continuidade do serviço.

Assim, diante do descontentamento de membros do MPDFT, foi publicada a Portaria/PGJ nº 1541, de 9 de dezembro de 2010, que instituiu comissão de trabalho visando à apresentação de propostas para aperfeiçoar as normas existentes no MPDFT referentes ao gozo da licença prevista no art. 222, inciso I, da LC nº 75/93.

O assessor de Políticas Institucionais, como integrante da Comissão, participou de todas as reuniões da Comissão em 2011.

Comissão de Titularização dos Promotores de Justiça Adjuntos

A API integrou a Comissão instituída para apresentar proposta ao CSMPDFT sobre a participação dos promotores de Justiça adjuntos nos Avisos de Remoção (Portaria/PGJ nº 1552, de 16 de dezembro de 2010).

O resultado do trabalho da Comissão culminou na publicação da Portaria Normativa nº 155, de 15 de março de 2011, que regulamenta a participação de promotores de Justiça adjuntos nos Avisos de Remoção.



A Comissão da Lei de Ofícios é encarregada de apresentar propostas de regulamentação para o pagamento da gratificação por exercício cumulativo de ofícios.

O CSMPDFT aprovou a proposta e os promotores de Justiça adjuntos passaram a participar dos Avisos de Remoção publicados pela Chefia de Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça.

Comissão Gestora das Tabelas Unificadas – Taxonomia

A Resolução nº 63/2010 do CNMP criou as Tabelas Unificadas, que padronizam e uniformizam as terminologias utilizadas pelas unidades do Ministério Público a fim de conhecer os trabalhos de todos os ramos referentes aos seus procedimentos (classe), matéria de atuação (assuntos) e aos atos praticados por membros e servidores (movimentos).

No MPDFT, foi instituída uma Comissão Gestora das Tabelas Unificadas. O grupo tem como integrantes a Corregedoria-Geral, a Assessoria de Políticas Institucionais e o Departamento de Tecnologia da Informação e como função analisar, atualizar, acompanhar e promover a correlação entre os itens das tabelas de órgãos externos e as utilizadas internamente, além de encaminhar as sugestões de modificação das Tabelas ao Comitê Gestor Nacional.

A Comissão Gestora das Tabelas Unificadas do MPDFT apresentou o manual de taxonomia a todos os secretários executivos das Coordenadorias das Promotorias Judiciais e chefes de setores em reunião realizada em 18/02/2011 e vem propondo concomitante um trabalho com servidores e membros por meio de palestras e blogues para dirimir as dúvidas.

Nesse sentido, também foi criada na intranet do MPDFT uma página com informações, legislações e formulários para que se possam propor eventuais alterações na tabela. As questões propostas são encaminhadas à Comissão do MPDFT, que analisa e encaminha as alterações ao Comitê Gestor Nacional para que as tabelas possam ser aperfeiçoadas.

Comissão Gestora do Sistema de Controle dos Feitos e Requerimentos – SISPROWEB

A Comissão Gestora do Sistema de Controle dos Feitos e Requerimentos – SISPROWEB foi instituída pela Portaria Normativa/PGJ nº 44, de 23 de abril de 2009.

As reuniões da Comissão são convocadas por seu presidente, o Assessor de Políticas Institucionais, e ocorrem mensalmente com os representantes de cada setor para avaliar as regras, procedimentos, tabelas e funcionalidades atuais do sistema e estabelece diretrizes de desenvolvimento e utilização. Ademais, a Comissão analisa os

pedidos de alteração das tabelas e campos e estabelece as prioridades de implantação de módulos do sistema.

As medidas sugeridas pela Comissão são autorizadas pela Corregedoria-Geral e pela Procuradoria-Geral por intermédio da Assessoria de Políticas Institucionais, e as decisões são implementadas pelo Departamento de Tecnologia de Informação – DTI.

As demandas são disponibilizadas na Intranet para que todos os servidores e membros possam acessar e acompanhar as providências tomadas. Com isso, dá-se transparência aos atos praticados pela administração.

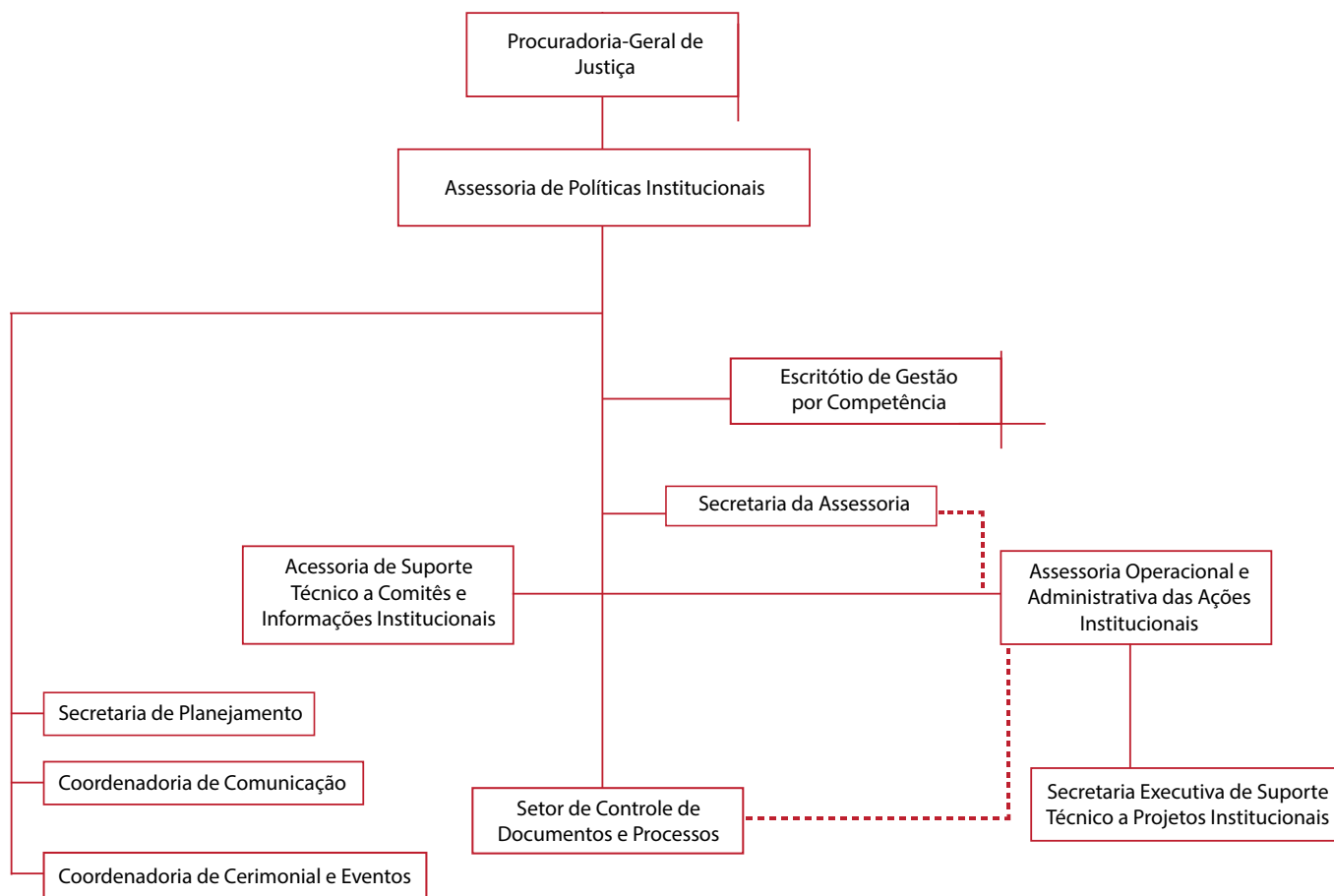
Comissão de Planejamento Estratégico e Acompanhamento Legislativo do CNMP

O Assessor de Políticas Institucionais integrou a Comissão de Planejamento Estratégico e Acompanhamento Legislativo do CNMP no período de 2010 a 2013. Dessa forma, o MPDFT, além de contribuir para a construção do Planejamento Estratégico do CNMP, acrescentou experiências para a consolidação de sua missão como referência na proteção dos direitos do cidadão e na promoção da justiça, atuando com eficiência e transparência, a partir da integração com a sociedade.

Reestruturação da Assessoria de Políticas Institucionais

Com o propósito de alcançar melhores resultados para a Instituição, a Assessoria de Políticas Institucionais passou a coordenar a Secretaria de Planejamento, a Coordenadoria de Comunicação, a Coordenadoria de Cerimonial e o Escritório de Gestão de Competências (criado em junho de 2014). Esses setores passaram a integrar a estrutura administrativa da API.

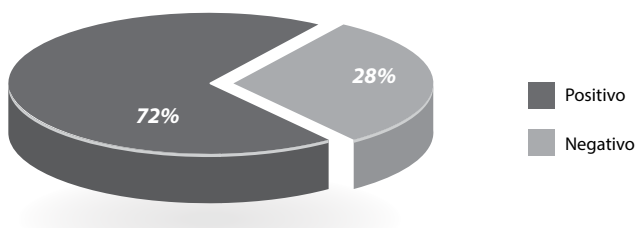
Em 2013, a estrutura interna da API também passou por reestruturação, que incluiu a criação da Assessoria de Suporte Técnico a Comitês e Informações Institucionais e a Assessoria Operacional e Administrativa de Ações Institucionais. Confira abaixo o organograma atual da área.



Apresentação

Reconstrução é a palavra que define o trabalho desenvolvido na área de comunicação social do MPDFT, nos últimos 4 anos. Com a imagem abalada, as portas se fecharam para a Instituição. A imprensa, integrantes de outros poderes e da própria Casa e a sociedade em geral passaram a enxergar o MPDFT com desconfiança. Prova disso foi que, em abril de 2011, nos relatórios de análise de mídia produzidos pela empresa Capital Clipping, quase 1/3 das notícias publicadas nos grandes veículos de comunicação sobre o MPDFT tinham um viés negativo.

	Positivo	Negativo	Total
Quantitativo	693	286	969
Espaço ocupado (minutagem)	9h46'12	8h56'09	18h55'51
Espaço ocupado (Cm/Col)	41.927	10.709	52.633



Para reverter esse quadro, foi necessário um árduo trabalho de reconstrução de imagem, que se pautou pela transparência e pelo ideal de que o Ministério Público, como promotor da cidadania, busca na sociedade que defende uma parceria para fiscalizar as leis e para ser fiscalizado.

A unidade de Comunicação Social foi reestruturada, permitindo melhor atendimento das demandas internas e da imprensa. Aliás, o relacionamento com a imprensa foi priorizado pela Procuradoria-Geral de Justiça, que buscou aproximação com jornalistas e veículos

Gráfico 1 – Comparativo entre notícias positivas e negativas

Quadro 1 – Relatórios de análise de mídia

Fonte: Capital Clipping

"Podemos dizer que houve uma reestruturação da Comunicação do MPDFT, permitindo maior abrangência da sua atuação".



Jun Matsuoka Tomikawa, chefe da Coordenadoria de Comunicação.

de comunicação a fim de divulgar o trabalho da Instituição e evitar que informações distorcidas fossem publicadas na mídia.

A realização de projetos sociais com o intuito de aproximar o MPDFT e o promotor de Justiça da comunidade e de eventos internos com o objetivo de integrar membros, servidores, estagiários e terceirizados foi estimulada. Tais atividades contaram com o suporte da Comunicação na produção de *releases*, notícias, fotografias e materiais de divulgação impressos e eletrônicos.

A nova estrutura permitiu ainda o desenvolvimento de novos canais de comunicação, como as redes sociais (entrada no Facebook e retomada do Twitter), o programa de rádio web e o mídia indoor (monitor nos elevadores).

Uma nova imagem pedia a criação de nova identidade visual. Nesse sentido, uma logomarca foi lançada com seu uso regulamentado e o sítio da Instituição na internet foi totalmente reformulado.

O resultado dessas ações pode ser conferido tanto no relatório mensal de análise de mídia referente a junho de 2014 (gráfico abaixo) quanto na pesquisa de imagem do MPDFT, realizada em 2013.

Quadro 2 – Relatório Mensal de análise de mídia

	Neutro	Positivo	Negativo	Total
Total Quantitativo	175	609	32	816
Espaço Ocupado (Cm/Col)	1.482	3.784	213	5.479
Minutagem	00h22'48	08h48'21	00h01'50	08h12'11

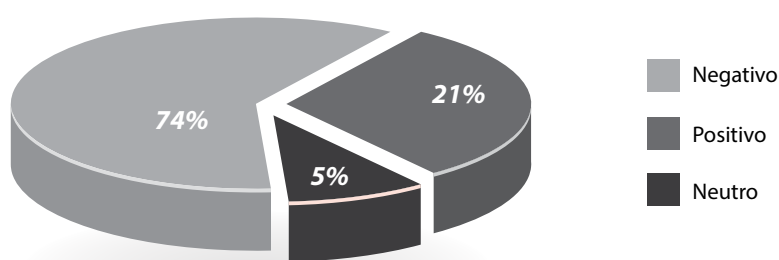


Gráfico 2 – Natureza das informações veiculadas na mídia

Fonte: Capital Clipping

Pesquisa de imagem

Realizada em 2012/2013, pela empresa Praxian – Business & Marketing Specialists, a pesquisa de imagem revelou que 75% da população confia no MPDFT. No entanto, apesar do alto índice de confiança, a maioria dos entrevistados não sabe quando procurar a Instituição. Os resultados mostram um grande desafio: melhorar a comunicação junto à sociedade.

A pesquisa foi dividida em duas etapas. A primeira qualitativa, com grupos focais, para colher as impressões das pessoas sobre o MPDFT e subsidiar a segunda fase, quantitativa, em que foram ouvidas 1.187 pessoas. A maioria já ouviu falar do MPDFT (65%) e o principal meio é a televisão (39%), seguido pelo jornal (21%) e pela internet (13%).

- 53,6% da população entrevistada tem uma imagem positiva do MPDFT.

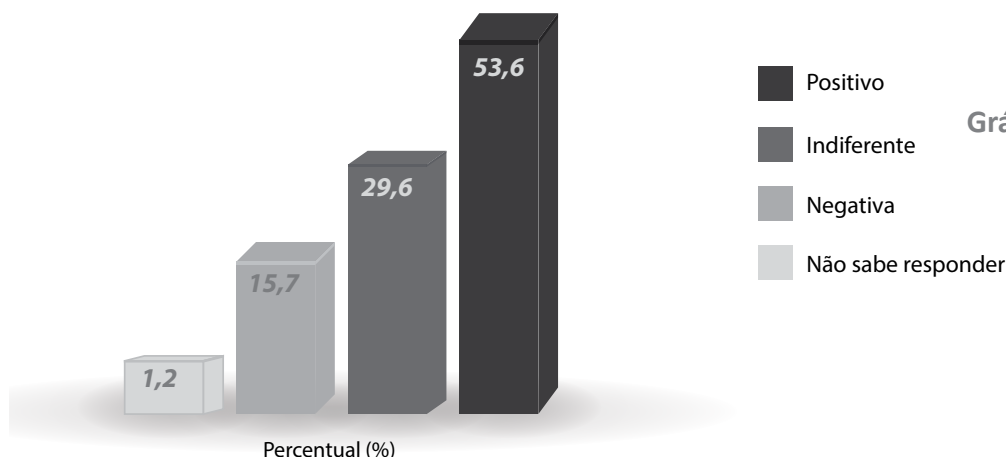


Gráfico 3 – Pesquisa de imagem

Fonte: Pesquisa de Imagem (Praxian)

- Apesar de 70% dos entrevistados avaliarem como regular ou bom a facilidade de acesso ao MPDFT, 57% disseram não saber quando procurar o Órgão.
- As principais áreas de atuação da Instituição, segundo a pesquisa, foram: defesa da sociedade (19%), garantia da saúde (9,3%), defesa do patrimônio público (9%), defesa do consumidor (8%) e combate à corrupção (7%).

Principais ações

Lançamento da logomarca do MPDFT

Simple e objetiva, com poucos elementos visuais e fáceis de serem lembrados, a logomarca tem como objetivo facilitar a identificação da Instituição por parte do cidadão comum. Sua utilização é regulamentada pela Portaria Normativa PGJ nº 216, de 29 de maio de 2012.

Reformulação do site do MPDFT

Teve como foco oferecer ao cidadão, de forma descomplicada, todas as informações sobre o trabalho desenvolvido pela Instituição. Entre as novidades, foram criadas páginas para as Promotorias de Justiça das cidades e para os projetos institucionais. Sua administração é regulamentada pela Portaria Normativa PGJ nº 215, de 29 de maio de 2012.

Participação nas mídias sociais

Em fevereiro de 2013, foram lançadas as páginas oficiais do MPDFT e da Ouvidoria no *Facebook* em complementação à página do MPDFT no *Twitter*, que existe desde 2010. Essas páginas representam um canal direto entre a população e o MPDFT e passaram a oferecer à Instituição a possibilidade de acompanhar online os anseios da sociedade, de alcançar o público mais jovem e de ampliar a divulgação de suas notícias. A atuação do MPDFT em mídias sociais está regulamentada pela Portaria Normativa PGJ nº 253, de 18 de fevereiro de 2013.

Implantação do mídia *indoor* (ou mídia de elevador)

Veículo de comunicação eletrônica que, por meio de uma televisão com tela de cristal líquido ou plasma de alta resolução, promove a atualização e distribuição de notícias, avisos, informes, vídeos, imagens, etc. Nesse meio de comunicação, são publicadas, diariamente, informações sobre a atuação do MPDFT, que sejam de interesse do público em geral (internet), bem como aquelas restritas aos membros, servidores, estagiários e terceirizados da Instituição (intranet). Atualmente, o serviço está implementado no Edifício-Sede e PJ de Ceilândia. Porém, a ideia é que ele seja disponibilizado em todas as sede próprias da Instituição. Sua administração é regulamentada pela Portaria Normativa PGJ nº 320, de 27 de maio de 2014.

Programa de rádio *web* Papo em Família

Promovido pela 5ª Promotoria de Justiça de Família, Órfãos e Sucessões (Profam) e produzido pela Coordenadoria de Comunicação do MPDFT, o programa é um bate-papo descontraído sobre as atribuições e atividades dos promotores de Justiça da Profam junto à sociedade do DF. Com veiculação semanal, o Papo em Família é uma ferramenta para que o cidadão compreenda, através de uma linguagem clara, oral e acessível, seus deveres e direitos assegurados pela Constituição Federal e que são relacionados ao direito da família. O Programa está no ar desde novembro de 2013.



O MPDFT lançou sua página no Facebook em 2013.

Campanha antidrogas

A campanha “Drogas. Você constrói, elas destroem” é fruto da parceria entre o MPDFT e a agência de publicidade Borghi/Lowe. Todo o trabalho foi desenvolvido de maneira gratuita, desde a criação, passando pela produção das peças, até a veiculação na mídia, economizando mais de R\$ 5 milhões aos cofres públicos

A campanha teve início em Brasília, em 2011, mas com a repercussão positiva, a veiculação passou a ser nacional, por meio do CNPG, na Rede Globo. Vencedor do Prêmio Colunistas Propaganda Brasília 2012, na categoria “Cases e Mídias Integradas”, o trabalho deu continuidade ao esforço iniciado em 2009 com a campanha “Drogas destroem você e o seu futuro”.

Em 2013, o MPDFT resolveu inovar e convidou os alunos dos cursos de Publicidade e Propaganda das faculdades do DF a criar a próxima campanha de prevenção às drogas do MPDFT. O I Concurso de Campanha Publicitária para Ação de Prevenção às Drogas do Ministério Público do DF e Territórios (MPDFT) foi um sucesso. Concorreram ao prêmio 21 trabalhos de alunos de sete instituições de ensino superior do DF: Universidade de Brasília (UnB); Universidade Católica de Brasília (UCB); Faculdade Projeção; Instituto de Educação Superior de Brasília (IESB); Faculdade JK; Centro Universitário Euroamericano (Unieuro) e Centro Universitário de Brasília (UniCeub).

Com o conceito “Suas escolhas deixam marcas”, as estudantes Eduarda Liu e Pâmella Moraes foram as vencedoras e ganharam estágio na agência Borghi/Lowe. A nova campanha já foi produzida e deverá ser veiculada no início de 2015.

Campanha contra a violência doméstica

Lançada no dia 8 de março de 2012 (Dia Internacional da Mulher), a campanha contra a violência doméstica, desenvolvida em parceria com a TV Record e a agência Fields de maneira gratuita, foi dividida em quatro fases, cada uma atingindo um público diferente. A primeira fase foi focada nos homens, que, em geral, são os agressores. A segunda fase foi direcionada às mulheres, em geral, as agredidas. A fase seguinte trata a questão dos filhos/crianças, que também sofrem com a violência doméstica, e tem previsão de lançamento para 2015, bem como sua última fase, que terá foco na sociedade em geral.

Media Training

Parceria com a Comissão de Aperfeiçoamento de Membros para o oferecimento de curso de formação de porta-vozes. O treinamento ocorreu nos dias 8 e 9 de maio de 2014, com a participação de 30



A campanha antidrogas de 2011 foi vencedora do prêmio Colunistas Brasília.



Campanha do MPDFT contra a violência doméstica, desenvolvida em parceria com a TV Record

promotores e procuradores de Justiça. O intuito é que o *media training* seja oferecido anualmente aos membros do MPDFT, com formação de turmas em nível básico e avançado.

Sala de Imprensa

Lançada no dia 23 de outubro de 2014, a Sala de Imprensa consolida o papel estratégico da Coordenadoria de Comunicação, em especial da Divisão de Jornalismo, que assumiu papel ativo na orientação de membros no contato com a mídia, passando a acompanhar sistematicamente as entrevistas concedidas por promotores e procuradores de Justiça. Com a inauguração do local, os repórteres que vierem ao MPDFT não precisarão subir até o gabinete dos membros que serão entrevistados nem esperar pelos atendimentos na sala da Comunicação, o que representará uma proteção da privacidade dos integrantes do Órgão. Além disso, o espaço está equipado com internet sem fio, cadeiras, mesas e tomadas, que facilitarão o trabalho dos jornalistas. A sala também possui um *backdrop*, painel de parede com a logomarca do MPDFT, que contribuirá para o fortalecimento da identidade visual da Casa servindo como pano de fundo de filmagens e fotografias.

Comunicação Interna

	Número de matérias publicadas na Intranet do MPDFT	Crescimento em %
2011*	107	
2012	372	247,66%
2013	362	-2,69%



Em maio de 2014, 30 membros participaram de treinamento para melhorar o relacionamento com a imprensa.



A Sala de Imprensa é equipada com a logomarca do MPDFT e sua estrutura que facilita o atendimento aos jornalistas

Quadro 3 – Matérias publicadas na Intranet

* número referente ao período de agosto a dezembro, quando passou-se a registrar separadamente as matérias publicadas na Internet das publicadas na Intranet

Fonte: Coordenadoria de Comunicação

	Número de solicitações de membros e servidores	Crescimento em %
2010*	266	
2011	572	115,04%
2012	772	34,97%
2013	880	13,99%
	de 2011 a 2013	53,85%

Quadro 4 – Solicitações à Divisão de Jornalismo.

* número referente ao período de agosto a dezembro.

Fonte: Coordenadoria de Comunicação

Comunicação Externa

	Número de matérias publicadas na Internet do MPDFT	Crescimento em %
2011*	149	
2012	390	161,74%
2013	501	28,46%

Quadro 5 – Matérias publicadas na Internet

*número referente ao período de agosto a dezembro, quando passou-se a registrar separadamente as matérias publicadas na Internet das publicadas na Intranet

Fonte: Coordenadoria de Comunicação

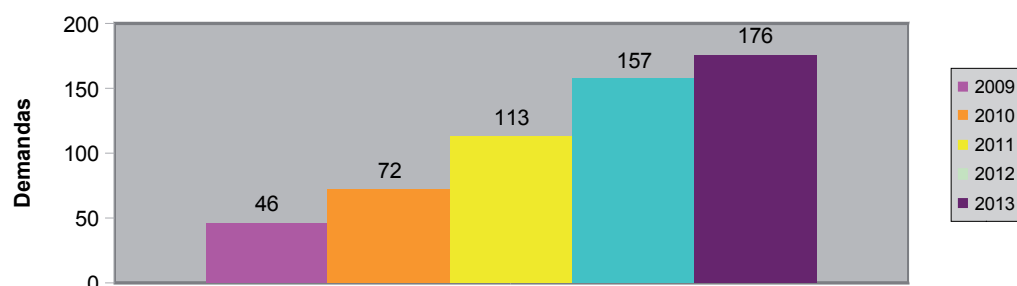
	Número de solicitações de membros e servidores	Crescimento em %
2010*	1.146	
2011	2.538	121,47%
2012	2.425	-4,45%
2013	2.948	21,57%
	de 2011 a 2013	16,15%

Quadro 6 – Solicitações à Divisão de Jornalismo

* número referente ao período de agosto a dezembro.

Fonte: Coordenadoria de Comunicação

Produção de materiais institucionais (Jobs)

**Gráfico 4 – Evolução das demandas por ano.**

Fonte: Coordenadoria de Comunicação

Registros fotográficos

	Número de pautas fotográficas	Crescimento em %
2010	356	
2011	412	15,73%
2012	403	-2,18%
2013	624	54,84%
	de 2011 a 2013	75,28%

Quadro 7 – Número de pautas fotográficas

Fonte: Coordenadoria de Comunicação

A partir de agosto de 2013, diante do crescimento das solicitações por pautas fotográficas, a Coordenadoria de Comunicação contratou um serviço de cobertura fotográfica por demanda (licitação vencida pela empresa Shift Fotografia), que atendeu 74 ordens de serviço.

Estrutura da Comunicação

Atualmente, a Coordenadoria de Comunicação conta com 16 servidores (sendo 8 analistas e 8 técnicos) e 9 estagiários (sendo 8 de nível superior e 1 de nível médio). A Assessoria Especial de Imprensa conta com 4 servidores (1 analista, 2 técnicos e 1 requisitado) e atende à Procuradoria-Geral, às Procuradorias de Justiça, à Diretoria Geral e às Assessorias da PGJ.

As frentes de atuação se dividem da seguinte forma:

Jornalismo

Realiza a cobertura jornalística de eventos e ações do MPDFT; apura, redige, edita e divulga notas e matérias para os produtos de comunicação do MPDFT, tais como: Internet, Intranet e Mídias Sociais (Twitter e Facebook); faz o monitoramento e a análise de mídia (*clipping*); e promove, em conjunto com DGP e CAM, cursos de formação de porta-vozes aos membros e servidores da Instituição (*media training*).

Publicidade

Planeja, coordena, orienta, desenvolve e supervisiona campanhas; zela pela marca do MPDFT; cria propostas de layout para produtos de comunicação interna e externa do MPDFT (ex: cartilhas, cartazes, folders, filipetas, etc); supervisiona o conteúdo do Portal do MPDFT, auxiliando o Departamento de Tecnologia da Informação no desenvolvimento, implementação e manutenção do mesmo.

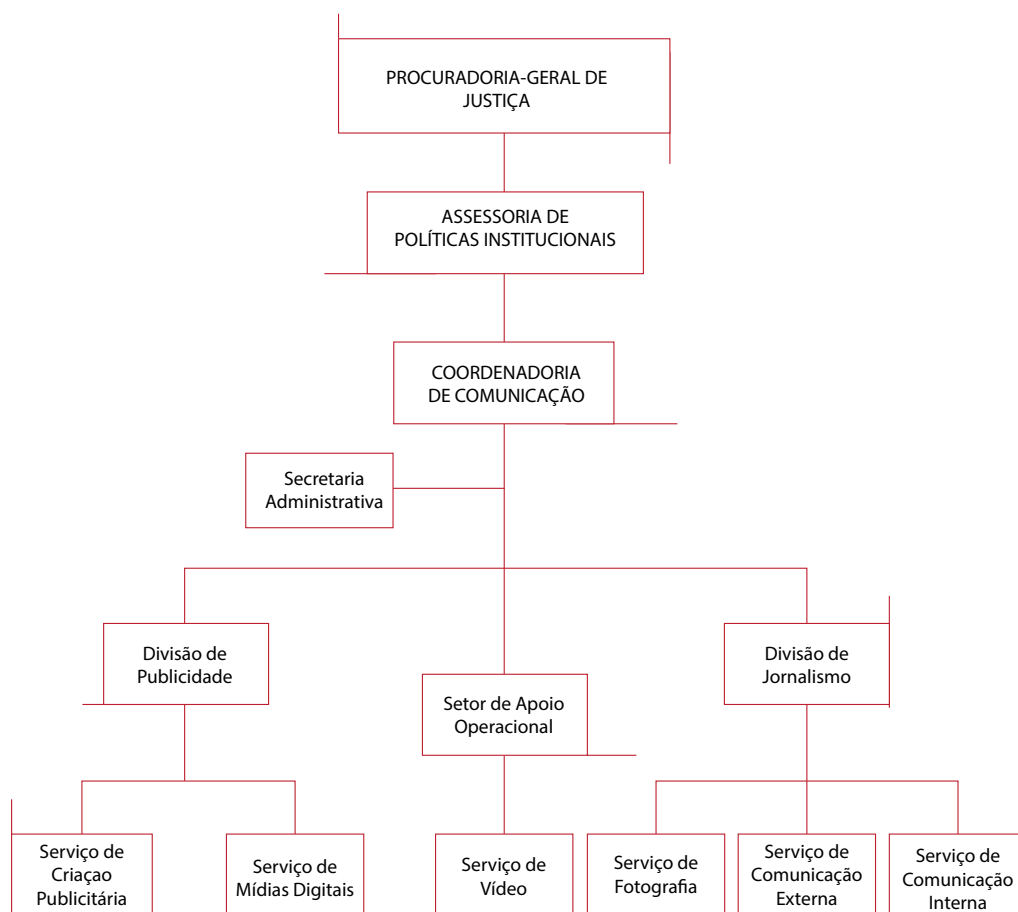
Vídeo e Fotografia

Produz, edita, publica e disponibiliza vídeos institucionais e de utilidade pública; alimenta o conteúdo do *Mídia Indoor*; produz, edita e publica o programa de rádio *web* “Papo em Família”; elabora, produz e executa pautas fotográficas em parceria com as Divisões de Jornalismo e de Publicidade; e gere o banco de imagens do MPDFT.

Apoio Operacional

Cuida da gestão administrativa e financeira da unidade, sendo responsável pela gestão de contratos e pagamentos da CCOM.

Confira a seguir o organograma da Coordenadoria de Comunicação.



Apresentação

Nos últimos quatro anos, a Secretaria de Planejamento enfrentou diversos desafios, tanto no campo de estruturação, de desenvolvimento de projetos, de tratamento de informações institucionais, quanto na execução ou acompanhamento do planejamento estratégico ou na análise de processos e procedimento de trabalho. Tais desafios possibilitaram, no decorrer destes anos, a transformação de nossos objetivos em resultados concretos.

Não podemos esquecer que a Secplan atua de forma transversal em toda a Instituição, seja nas áreas meio ou fim, buscando aperfeiçoar processos e desenvolver metodologias que possibilitam o cumprimento da missão institucional do MPDFT.

Durante os anos de 2010 a 2014, a Secretaria de Planejamento experimentou, inovou, traçou estratégias, sempre marcada pelo trabalho em equipe e pela ação conjunta, que possibilitou atingir os resultados apresentados neste relatório.

Gestão Estratégica

O Projeto Gestão Estratégica (2010/2014) foi elaborado no MPDFT no ano de 2010, por meio da contratação de consultoria especializada. No dia 05 de novembro de 2010, iniciou-se a implementação. O projeto foi elaborado de forma participativa, com base na consulta a 121 membros e 236 servidores.

Dessa forma, o Mapa Estratégico do MPDFT possui 29 objetivos estratégicos, que são mensurados por meio dos 63 indicadores estabelecidos. Apresenta também a missão e a visão de futuro institucionais.

A Secplan, em conjunto com as Unidades elaborou 50 planos tático-operacionais (painéis de contribuição) para a mensuração dos objetivos e indicadores estratégicos.



Equipe da Secplan.

"A atuação da Secplan nos últimos quatro anos destacou-se pela implantação da Gestão Estratégica no MPDFT pela promoção de cultura de resultados".



José Joaquim Vieira de Araújo, Secretário de Planejamento.

Indicador	Descrição	Fórmulas de Cálculo	Valor Mensurado			
			2011	2012	2013	2014*
Cobertura do painel de contribuição	Mede a quantidade de áreas contempladas com painel de contribuição	Total de áreas contempladas com painel de contribuição / Total de áreas com demandas de painel de contribuição	95%	91%	93%	95%
Cumprimento do Painel de Contribuição	Mede a eficácia das procuradorias, promotorias e unidades administrativas em cumprirem os seus respectivos painéis de contribuição	(Somatório do IRF* do painel / Somatório de painéis) * 100	53%	89%	70%	70%

Quadro 8 – Projeto de Gestão Estratégica

* os valores informados para o ano de 2014 foram mensurados até setembro do corrente ano e apresentados por prospecção

Fonte: CCOM/Secplan

Cada objetivo estratégico tem um guardião, responsável por acompanhar o desempenho dos indicadores dos objetivos estratégicos. Seu papel é fundamental na articulação das ações e no engajamento dos demais colaboradores.

Foram realizadas oficinas de trabalho para multiplicadores com o propósito de realizar a capacitação continuada deles. Até o momento, mais de 200 servidores já foram capacitados em aproximadamente 60 unidades da Instituição.

Além disso, no período de 2010 a 2014, foram realizadas três Reuniões Gerais de Gestão Estratégica para apresentação de resultados e envolvimento motivacional de todos com a Gestão Estratégica. Já participaram dessas reuniões aproximadamente 800 membros, servidores e convidados.

- **1ª RGE:** 23 de março de 2012 / 328 participantes / Palestra do Klever Kolberg
- **2ª RGE:** dia 19 de abril de 2013/ 200 participantes / Palestra do Cristian Barbosa
- **3ª RGE:** dia 8 de abril de 2014 / 250 participantes / Palestra do Mauro Sérgio Cortella

O MPDFT recebeu elogio do TCU referente ao Planejamento Estratégico, à adequação dos indicadores e à confiabilidade das informações que constam no Relatório de Prestação de Contas apresentado em 2013.

O MPDFT recebeu elogio do TCU referente ao Planejamento Estratégico, à adequação dos indicadores e à confiabilidade das informações que constam no Relatório de Prestação de Contas apresentado em 2013.

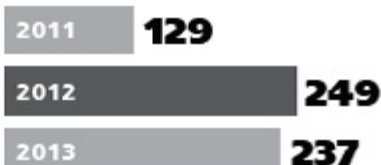
Resultados alcançados

Somatório de Iniciativas

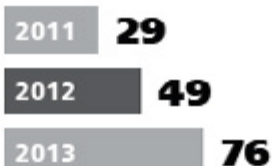
Resultados para a Sociedade



Atividades Internas



Pessoas, Clima Organizacional e Tecnologia



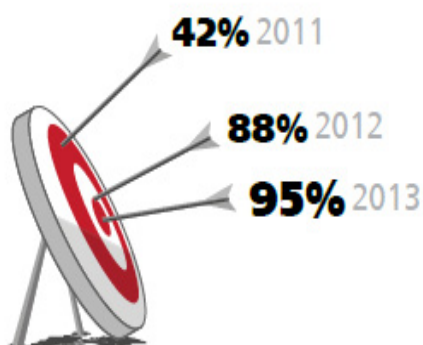
Total de Iniciativas



Cumprimento dos objetivos estratégicos

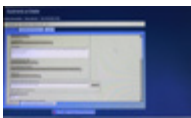
Mede a eficácia do MPDFT em executar cada objetivo estratégico, avaliando se as metas estão sendo alcançadas ou não.

Fórmula de cálculo: $\text{Total de objetivos estratégicos medidos} / \text{Total de objetivos estratégicos}$.
Fonte de dados: Secretaria de Planejamento - Secplan.



Gestão de projetos

Dentre os 52 projetos realizados nos últimos quatro anos, destacam-se:

Escola Tô Dentro Promove o acesso, a permanência e o desempenho satisfatório dos adolescentes em Liberdade Assistida na rede de ensino.	
Projeto Despertar Define diretrizes básicas para a operacionalização das atividades da Instituição voltadas para o incentivo à adoção de atitudes responsáveis com relação ao uso de álcool e outras drogas por meio de ações educativas e preventivas dirigidas aos membros, servidores e seus familiares.	
MP Eficaz: Adolescente Aprendiz Proporciona a formação técnico profissional capaz de gerar oportunidades para o ingresso no mercado de trabalho, por meio de atividades teóricas e práticas desenvolvidas nas Unidades do Ministério Público aos adolescentes que se encontram em situação de vulnerabilidade social e econômica.	
MP Eficaz: Atendimento ao cidadão Melhora a estrutura do MPDFT para que a Instituição esteja adequadamente preparada para atender ao cidadão no Edifício Sede e nas Unidades descentralizadas, inclusive no atendimento aos portadores de necessidades especiais.	
MP + Família Disponibiliza instrumentos de comunicação que visem esclarecer os temas relativos ao Direito de Família e materiais de orientação aos curadores, sobre temas afetos ao direito de família e sucessões.	
Círculos Educativos contra a Violência Doméstica Provoca a reflexão dos adolescentes envolvidos na prática de atos infracionais em que há violência de gênero (não limitada à violência doméstica), acerca das consequências dos seus atos.	
Atividades Mil, Crime Zero! Incentiva jovem à prática de atividades extracurriculares, ocupando-os nos horários contrários ao escolar. O projeto é viabilizado por meio de parcerias com escolas e instituições não governamentais sem fins lucrativos, como, por exemplo, igrejas ou centros comunitários	
Repensar - II Encontro do Colégio de Procuradores e Promotores de Justiça - Repensando o Ministério Público como Agente de Transformação Social Realiza ações que promovem a integração dos membros para a discussão dos fatores positivos e negativos em relação ao cumprimento da missão institucional e identificação de alternativas de solução.	
Vivendo e Aprendendo Implementa ações internas voltadas a garantir o direito básico à educação com a finalidade de reprimir a existência de excluídos no quadro de prestadores de serviço do MPDFT.	

Ainda no período de 2010 a outubro/2014, foram cadastradas 86 boas práticas do MPDFT no Banco de Projetos do CNMP. Em 2013, na primeira edição do Prêmio CNMP, o MPDFT recebeu menção honrosa do projeto MP Eficaz: Atendimento ao Cidadão, da Ouvidoria. Em 2014, mais quatro projetos finalistas, dentre os 665 projetos de todos os ministérios públicos brasileiros: terceiro lugar com o projeto Círculos Educativos contra a Violência Doméstica, quarto lugar com o projeto Programa MP + Família e o quinto lugar com os projetos Vivendo Aprendendo e Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação-PETI.

Gestão de Informações Institucionais

Ao longo dos últimos quatro anos, foram produzidas 169 análises estatísticas, sendo 134 (79,3%) para o Comitê e 35 (20,7%) para atendimento de outras requisições.

Também foram realizadas 28 pesquisas e enquetes além de outras análises, dentre as quais destacam-se: Definição e Estudos dos Indicadores Planejamento Estratégico; Pesquisa de Comunicação Interna; Perfil Sócio-econômico dos jurados que compõem os Tribunais do Júri de Ceilândia; Pesquisa de Clima Organizacional – em redação o relatório final de análise estatística da aplicação do questionário; Evolução da População Carcerária; Projeto Repensar - 2º Encontro do Colégio de Procurados e Promotores - Tratamento Estatístico dos questionários e enquetes.

Na Gestão de Informações, foi realizada coleta de dados, consolidadas as informações e providenciada resposta via formulário eletrônico das informações requeridas, no tocante à Resolução nº 32 do CNMP (anos de 2010 a 2013); questionário do II Diagnóstico do Ministério Público, requisitado pelo Ministério da Justiça (anos de 2007 a 2010), dentre outros estudos de Gestão para subsidiar decisões da Administração Superior.

Estruturação administrativa e regimentação

A evolução da estrutura organizacional e de cargos e funções na Instituição foi marcada pelo crescimento de 34% nas unidades administrativas e 36,2% de cargos e funções, entre 2010 e 2014.

Das 45 principais unidades de gestão administrativa, 16 foram totalmente reestruturadas, com destaque para as áreas de Políticas Institucionais, Cerimonial e Eventos, Comunicação Social, Ouvidoria, Gestão de Pessoas, Segurança Institucional, Saúde, Arquivo,

Arquitetura e Engenharia, Tecnologia da Informação - DTI, Combate ao Crime Organizado, Produção e Segurança da Informação e Gestão de Administração Superior.

Da mesma forma, foram implementadas as Coordenadorias das Promotorias de Justiça do Guará e do Riacho Fundo, as unidades regionais de Análise Psicossocial nas Coordenadorias das Promotorias de Justiça e as unidades Pilotos de Triagem e Encaminhamento do Cidadão, nas Coordenadorias de Promotorias de Ceilândia, Paranoá e Samambaia.

Além disso, foi criado, dentro da API, o Escritório de Gestão por Competência.

Análise administrativa

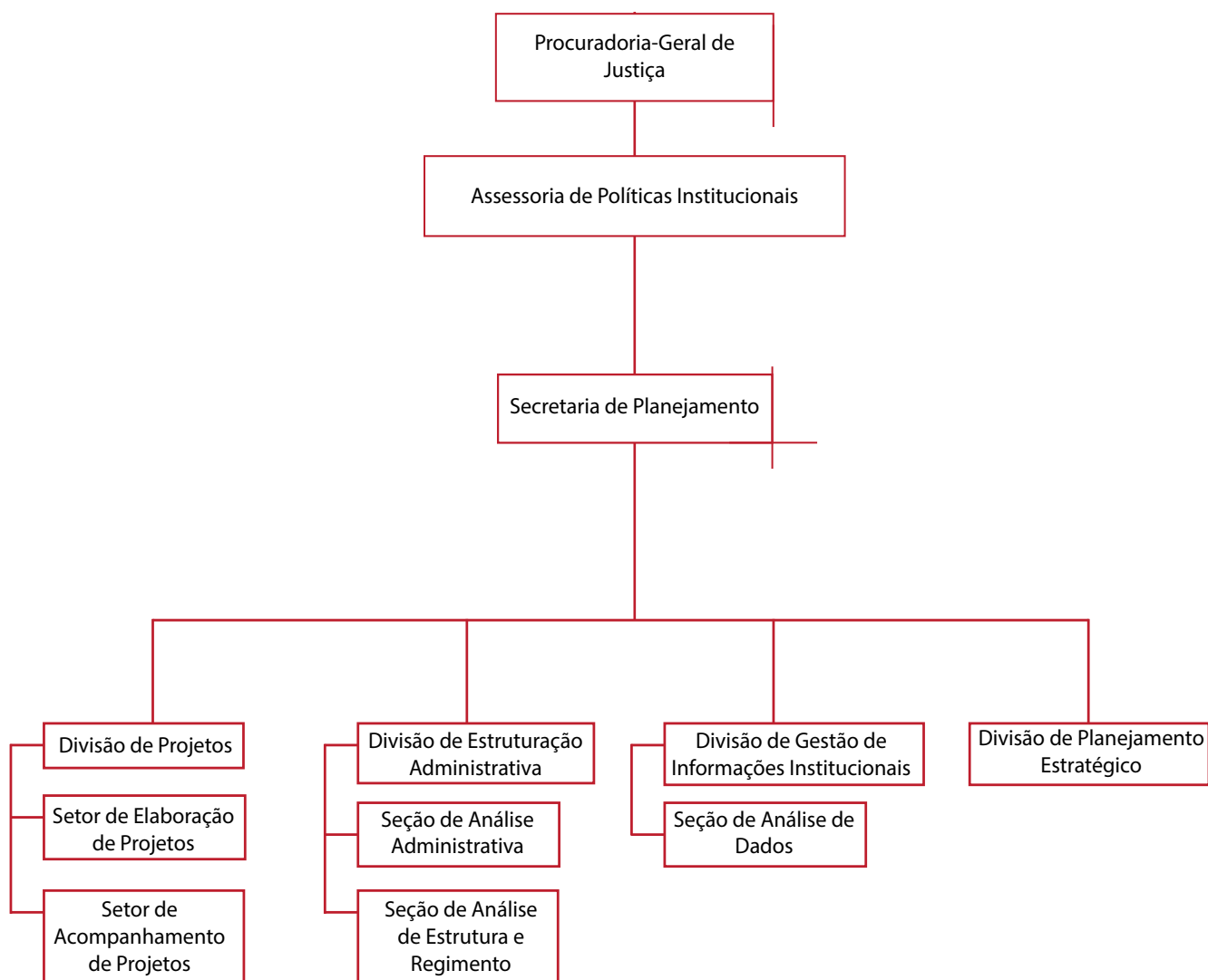
Com base nas demandas apresentadas e nas prioridades estabelecidas pela Administração Superior, foram efetuadas 27 análises administrativas, dentre as quais destacam-se: as Coordenadorias das Promotorias de Justiça de São Sebastião, Taguatinga, Especiais Criminais de Brasília, Brazlândia, Riacho Fundo, Sobradinho, Planaltina; as Promotorias de Fundações e Interesses Sociais, Ordem Urbanística – PROURB, entre outras; e as áreas específicas como: Ouvidoria, Gestão de Pessoas, Diárias e Passagens, PlanAssiste, Psicossocial, Medidas Alternativas, Comunicação, Políticas Institucionais e Recursos Constitucionais.

Nesse sentido, foram realizados oito mapeamentos de processos/rotinas de trabalho decorrentes de projetos institucionais: Projeto “O OCA é Nosso”, Atendimento Psicossocial e Acompanhamento de Medidas Alternativas, MP EFICAZ- Atendimento ao Cidadão; Tardes de Reflexão; Adolescente Aprendiz; Círculos Educativos Contra a Violência; MPDFT Digital e Processo Judicial Eletrônico.

Identificação de procedimentos para reestruturação administrativa

Entre agosto de 2010 e outubro de 2014, foram realizados seis estudos visando à reestruturação baseada em processos, dirigidos ao Departamento de Apoio Administrativo; Gestão Documental e Biblioteca; Secretaria Executiva de Saúde; Departamento de Engenharia e Arquitetura; CI e NCAP e Assessoria de Recursos Constitucionais.

ORGANOGRAMA SECPLAN



COORDENADORIA DE CERIMONIAL E EVENTOS

Em 2010, o Cerimonial do Ministério Público do DF era embrionário diante de seu atual quadro. Havia uma demanda significativa para uma estrutura enxuta. Isso causava imenso esforço por parte dos colaboradores do setor. Nos anos que se seguiram, houve, por parte da Administração Superior um esforço continuado no sentido de propiciar melhores condições de trabalho.

Inicialmente, o espaço onde funcionava o Cerimonial ocupava área de cerca de 25m² no 6º andar do Edifício-Sede. Em 2012, o setor foi transferido para um espaço de mais de 70m² e passou contar com duas salas-depósito para o armazenamento de material utilizado em eventos.

Em 2013 a estrutura do Cerimonial foi reformulada. Novas vagas e funções possibilitaram a vinda de mais integrantes para compor a equipe, que hoje conta com 13 colaboradores (8 servidores e 5 estagiários), número bem acima dos dois servidores que trabalhavam no setor em 2010.

Com essa reestruturação, o Cerimonial passou a denominar-se Coordenadoria de Cerimonial e Eventos – CCEV, e subdivide-se em: Divisão de Cerimonial, Seção de Cerimonial e Protocolo, Setor de Apoio Administrativo e Operacional, Divisão de Eventos, Seção de Organização de Eventos e Serviço de Auditório.

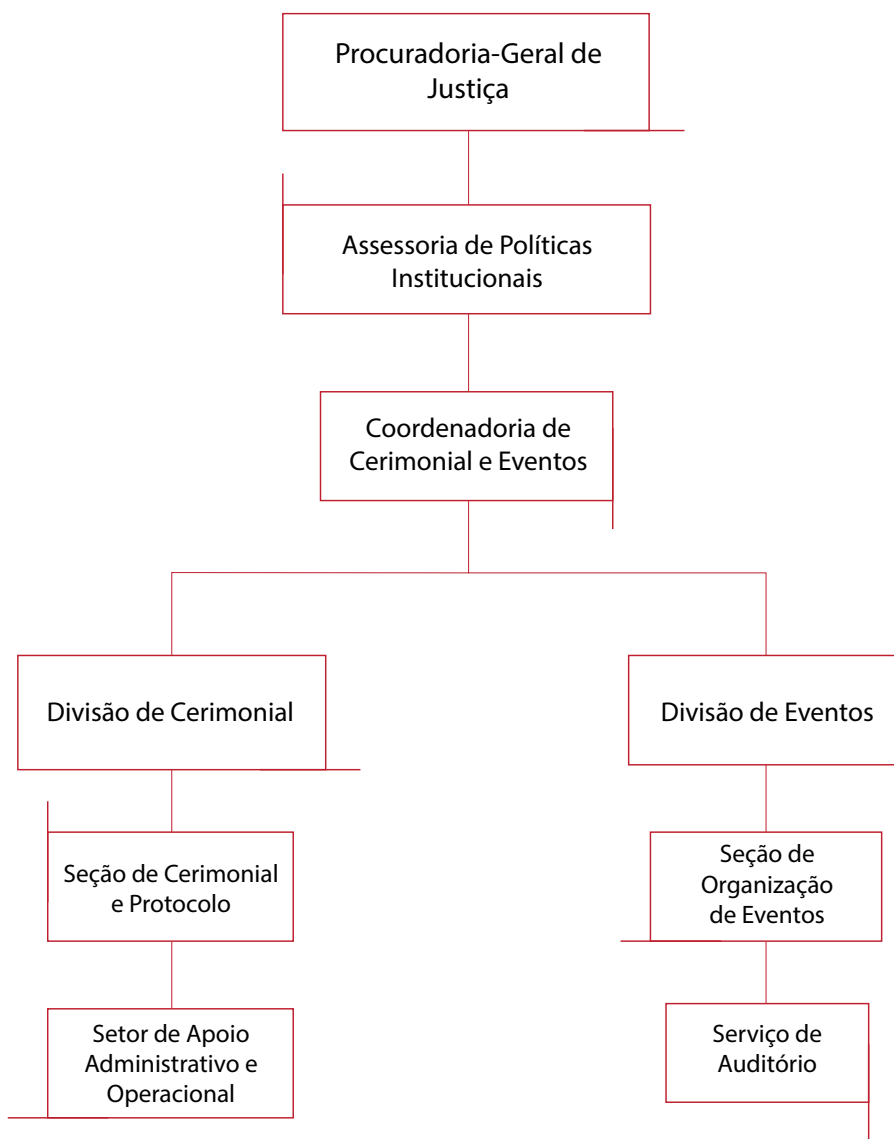
Com a reestruturação da área, foi possível implantar projetos que visam à integração e ao bem-estar de membros e servidores do MPDFT. É o caso das semanas da mulher, do homem, do meio ambiente e do servidor, que são promovidas pela Divisão de Eventos.

A nova organização trouxe também um incremento orçamentário e essa realidade possibilitou a aquisição de diversos objetos, tais como: tapetes, plantas para ornamentação, material de copa, mobiliário; e a contratação de empresas para dar suporte aos eventos promovidos. Contratos com lavanderias e empresas especializadas em *coffee break* também foram firmados.

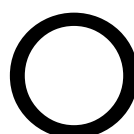


Equipe da Coordenadoria de Cerimonial e Eventos

ORGANOGRAMA DA COORDENADORIA DE CERIMONIAL E EVENTOS



CONSIDERAÇÕES FINAIS

 Os dados apresentados neste relatório refletem parte do trabalho desenvolvido pela API e demais áreas a ela vinculadas. Nos últimos quatro anos, foram aprimoradas as bases para a integração do público interno e para maior aproximação com o público externo.

Tudo o que foi feito até agora não seria possível sem o engajamento de servidores, estagiários e terceirizados que atuam diretamente na API e nas áreas de Comunicação, Planejamento e Cerimonial. Da mesma forma, não seria possível sem o apoio incondicional de diversas outras áreas com as quais a API se relaciona no exercício diário de suas atribuições.

Esse documento não poderia ser encerrado sem o registro de agradecimentos a todos os que participaram desse processo e deram sua contribuição para o fortalecimento do relacionamento institucional do MPDFT, para o resgate de sua imagem e credibilidade e para maior integração do corpo funcional.

A construção do diálogo é um processo permanente, que deve ser orquestrado diariamente, uma missão nobre da qual a API se orgulha de empreender e pretende aprimorar cada vez mais.

Ana Luiza Lobo Leão Osório
Dermeval Farias Gomes Filho
Assessores de Políticas Institucionais



Ministério Público
do Distrito Federal
e Territórios

Missão do MPDFT

Promover a justiça, a democracia,
a cidadania e a dignidade humana,
atuando para transformar em
realidade os direitos da
sociedade.



Disque 127

 ouvidoriampdft

www.mpdft.mp.br/ouvidoria

Eixo Monumental, Praça do Buriti, Lote 2, Sede do MPDFT
Brasília-DF, CEP 70.091-900 • Telefone: (61) 3343-9500
www.mpdft.mp.br • facebook.com/mpdftoficial